



Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017
Universidade Federal do Pará/UFPA
Belém, Brasil



Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS





Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

Belém
NAEA/UFPA
2017

Arte da Capa
Andréa Pinheiro

Capa
Ione Sena

Editoração
Ione Sena
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) _ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

CDD 22. ed. 320.12098

Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG
Ana Prado - NAEA/UFPA
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França
Elenise Scherer - UFAM
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA
Delma Pessanha Neves - UFF
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
Fabiano Bringel - UEPA
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA
Hector Atilio Poggiese - UBA-Argentina
Izabel Valle - UFAM
Indira Rocha - ICSA/UFPA
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS
João Márcio Palheta - PPGE/UFPA
James Léon Parra Monsalve - Colômbia
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua
José Raimundo Trindade - PPGECO
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Mirleide Char – NAEA/UFPA
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Pascale de Robert - IRD – França
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França
Pedro Staevie – UNILA
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA
Renan Freitas Pinto – UFAM
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA
Sirlei Silveira - UFMT
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA
Socorro Amora - ICSA/UFPA
Solange Gayoso - ICSA/UFPA
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN
William Santos de Assis - NCADR/UFPA
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA
Marília Lobato - UNIFAP
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA
Raifran Abidimar de Castro - IFMA
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

Edna Castro
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



Programa

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

Credenciamento

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

Mesa de Abertura

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

Expositores:

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores

Conferencista: Eduardo Gudynas - Centro Latino Americano de Ecología Social (Montevideu)

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

Lançamento de Livros

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

Expositores:

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

Expositores:

Philip Martin Fearnside - INPA

Luís Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professor: Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: France Rodrigues - UFRR

Expositores:

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

Oficinas

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Edila Moura PPGSA/UFPA

Expositores:

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Gilmar Pereira da Silva - UFPA

Expositores:

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

Minicurso III: Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professora: Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

Oficina

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 03: Agitação e propaganda

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO

GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala 12 e 13 - NAEA

GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

Coordenadores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

Sala 15 e 17 - NAEA

GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias

Coordenadores: Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina

Coordenadores: Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

Coordenadores: Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaide Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

Coordenadores: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina

Coordenadores: Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)

GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

Coordenadores: William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina

Coordenadores: Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

Coordenadores: Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?

Coordenadores: Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

Local: LAENA - NAEA



LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

Ipojucan Dias Campos (Org.)

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudese Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

Francilene dos Santos Rodrigues

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

Eunapio Dutra do Carmo

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

Ipojucan Dias Campos

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

Maria de Nazaré Barreto Trindade

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

Edna Maria Ramos de Castro (Org.)

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

Homero Chiaraba Gouveia

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

Fabian Serejo Santana

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

José Raimundo Trindade

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

Jondison Cardoso Rodrigues

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

Diana Aguiar

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Sílvio Lima Figueiredo (Orgs.)

NAEA/UFPA - 2017



Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas
e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 10

Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

Coordenadores

William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF),
Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA), James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Debatedores

Delma Pessanha Neves (UFF), Laure Empaire (IRD – França) e Dalva Motta (EMBRAPA)

Ementa: Nas últimas décadas governos nacionais, juntamente com grandes empresas, ampliaram seu campo de atuação com a instalação de projetos de desenvolvimento regional observando-se a produção de conflitos na medida em que eles avançam sobre os territórios de povos tradicionais (indígenas, quilombolas, pequenos produtores familiares, ribeirinhos, pescadores, etc), verificando-se impactos significativos sobre as cidades e os territórios urbanos. Interessa ao GT analisar as novas formas de mobilização e de produção de processos coletivos de enfrentamento visando garantir seus projetos de vida coerentes com suas próprias demandas.



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA
Sala Hp 11e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICESA

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO FRENTE AO EXTRATIVISMO MADEIREIRO E MINERÁRIO

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: James León Parra Monsalve (UNIMINUTO, Colômbia)

Comunicação Oral:

1. TENSÕES E CONFLITOS NA GESTÃO E ACESSO A RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA: O CASO CA CACHOEIRA DO ARUÃ – PAE LAGO GRANDE

Paulo Henrique Lima - (PPGRNA/UFOPA)

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESPAÇO DESTINADO AO CAPITAL E DE EXCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS CONFLITOS NA FLORESTA NACIONAL DE SARACÁ-TAQUERA, ORIXIMINÁ, PARÁ

Hugo Gravina Affonso (UFOPA)

3. A FUNÇÃO AMBIENTAL DA GRILAGEM COMO FRUTO DA COERÊNCIA NEOLIBERAL: O CADASTRO AMBIENTAL RURAL COMO INSTRUMENTO DE GRILAGEM E DE FOMENTO AO DESMATAMENTO

Mauricio Torres (PPGRNA/UFOPA)

Pôsters:

1. O OLHAR SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR E A MINERAÇÃO: O CASO DA COMUNIDADE INDÍGENA XIKRIN DO CATETÉ

Richelly de Nazaré Lima da Costa (UNIFESSPA), Edna Carolina Mayorga Sánchez (UNIFESSPA), Luis Mauro Santos Silva (UNIFESSPA)

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO MARANHENSE E A CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: O CASO DA SUZANO PAPEL E CELULOSE E O ACAMPAMENTO VIVA DEUS

Thainara Carla Lima Camberimba da Silva (UFMA), Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UFMA)

2ª SESSÃO : LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Dalva Mota (EMBRAPA)

1. CAMPONESES E AGRONEGÓCIO: CONFLITOS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DECORRENTES DO AVANÇO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS, NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS (PA), AMAZÔNIA, BRASIL

Valdir da Cruz Rodrigues (UFPA), Lidenilson Sousa da Silva (UFPA), Lorena Carla Souza Silva (UFPA)

2. CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA PARAENSE

Rafael Benevides de Sousa (UFF), Cátia Oliveira Macedo (UEPA)



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA
Sala Hp 11e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICESA

Pôster:

1. OS IMPACTOS DO PLANTIO DO DENDÊ (*Elaeis guineenses*) NA COMUNIDADE DO IGARAPÉ ARAXITEUA, ACARÁ, PARÁ

Suzilene Trindade da Trindade Campos (UFPA), Ricardo Eduardo de Freitas Maia (UFPA), Roberta Rowsy Amorim de Castro (UFPA)

2. TERRITÓRIO DA VIDA E RESISTÊNCIA: A AÇÃO DO MST NA CONSTRUÇÃO DO ACAMPAMENTO FREI HENRI DE ROISIERS (PA)

Julia Maria da Silva Furtado (UEPA), Lyara Carlyle Carneiro Brito (UEPA)

3. POLITICA FUNDIÁRIA E CONFLITO AGRÁRIO: O CAMINHO DA LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO ITACIRA – IMPERATRIZ (MA)

Luan Cristian Silva Sipião (UEMASUL), Marbio Pereira de Almeida (UEMASUL), Gilvânia Ferreira da Silva (UEMASUL)

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO FRENTE AOS EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS E PORTUÁRIOS

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Fabiano Bringel (UEPA)

1. DO RASTILHO DA PÓLVORA À RETÓRICA DO DESENVOLVIMENTO: ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO MÉDIO MEARIM MARANHENSE

Ravena Araujo Paiva (UFRGS)

2. CAMPONESES BEIRADEIROS E A LUTA PELO TERRITÓRIO EM FACE DO HIDRONEGÓCIO NO XINGU

José Antônio Magalhães Marinho (UFPA)

3. CONFLITOS AMBIENTAIS E EXCLUSÃO SOCIAL: A LUTA DAS COMUNIDADES DA ZONA RURAL II PELO DIREITO AO TERRITÓRIO NA GRANDE ILHA DO MARANHÃO

Ana Lourdes da Silva Ribeiro (FURG - GEDMMA/UFMA), Fernanda Cunha de Carvalho (UFMA)

4. A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA ILHA DE TENTÉM, MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA, A PARTIR DA PRODUÇÃO DE SABERES DO TRABALHO DA PESCA NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA UHE DE TUCURUÍ-PA

José Carlos Vanzeler Pompeu (UFPA), Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA), Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno (UFPA)

Pôster:

1. RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ

Jucélia Maria Rocha Oliveira - Mestranda em Geografia (UEMA)



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA

Sala Hp 11e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICESA

2. CONFLINTUALIDADE E QUESTÃO AGRÁRIA NO PARÁ: UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES DESDE OS DADOS DO DATALUTA

Elisemberg Teixeira Oliveira (UFPA), José Sobreiro Filho (UFPA)

2ª SESSÃO : TERRITORIOS INDIGENAS: DIVERSIDADE DE CONCERTAÇÕES

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: James León Parra Monsalve (UNIMINUTO, Colômbia)

1. PARALELAS E SOBREPOSTAS: CONFLITOS NO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA

Kerlley Diane Silva dos Santos (UFOPA)

2. O “CASO DO BUIUÇU” E A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA IDENTIDADE INDÍGENA NO AUATI-PARANÁ, RIO SOLIMÕES

Katiane Silva (PPGA/UFPA)

3. SOBRE MODOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA: TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO EM DISPUTA

Luana Lazzeri Arantes (UFOPA)

4. VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E CONFLITOS ENVOLVENDO OS POVOS INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS- PARÁ

Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

1ª SESSÃO: TERRITORIOS QUILOMBOLAS, DIREITOS CONSUETUDINÁRIOS E REORDENAÇÕES JURÍDICAS

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Noemi Porro (UFPA)

1. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MARANHÃO: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE SACO DAS ALMAS FRENTE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

Keliane da Silva Viana (UFMA)

2. MEEIROS, ROCEIROS E PESCADORES DE BREJÃO DOS NEGROS: EXPROPRIAÇÃO, CONFLITOS E LUTA POR DIREITOS TERRITORIAIS RECENTES

Ana Lúcia Nauar (UFPA – INCRA - UEPA).

3. ETNOGRAFIA DO CONFLITO FALADO: O DISCURSO DE AGENTES SOCIAIS SOBRE O CONFLITO VIVIDO E FALADO EM CACHOEIRA DO ARARI, ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, PA

Edmir Amanajás Celestino, Rosa Elizabeth Acevedo Marin (NAEA/UFPA)

4. OS KALUNGA NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS-TO: TRADIÇÃO, SABER E RESISTÊNCIA

Samuel Correa Duarte (UECE – UFT), Adsson José Rodrigues Luz (IESA/UEG) e Mayára Araújo Torres (UFT)



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA
Sala Hp 11e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA

Pôster:

1. EM BUSCA DO TERRITÓRIO: A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA – TO
Elaine da Silva Sousa (UFT), Marcos Antonio Pereira Neto (UFT), Izarete da Silva de Oliveira (PPGCULT-UFT), Eliseu Pereira de Brito (UFT)

2. PRESENÇA NEGRA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS.
Samyls de O. Saraiva (NAEA/UFPA), Suely Rodrigues Alves (NAEA/UFPA), Edna Maria Ramos de Castro (NAEA/UFPA)

2ª SESSÃO: CAMPESINATO FRENTE A APROPRIAÇÕES CONCORRENCIAIS DE RECURSOS NATURAIS

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Fabiano Bringel (UEPA) e Noemi Porro (UFPA)

1. O MITO DA DESCAMPESINIZAÇÃO – A COMUNIDADE CAMPONESA E A RESISTÊNCIA PARA ALÉM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO NOVA GALILEIA, IRITUIA/PA
Laís Rodrigues Campos (UFG), Julian Islan Martins (UEPA)

2. CHACINA DE PAU D'ARCO: UM BREVE OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA E OS CONFLITOS NO CAMPO NA REGIÃO SUL DO PARÁ
Elton Rodrigues de Sousa (UFPA - EMEFORS)

3. DE PAIS PARA FILHOS: TEIMOSIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO NORDESTE PARAENSE
Carolina Furtado Oliveira (UFPA), Catia Oliveira Macedo (UEPA/IFPA), Livia de Freitas Navegantes Alves (UFPA/NCADR)

4. O CONFLITO QUE RECREIA CONFLITOS: REFLEXÕES PRELIMARES SOBRE O COMUNIDADE DO CAJUEIRO EM SÃO LUÍS
Luciana Railza Cunha Alves (UFMA)

5. AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA POPULAR: O SAPO COMO MODELO DE ATUAÇÃO DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MST-PARÁ
Luiz Felipe Nazaré Vilhena (NCADR/UFPA), Laura Angélica Ferreira Darnet (NCADR/UFPA)

6. RIBEIRINHOS NO ARQUIPÉLAGO DE ABAETETUBA: MODOS DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS COMO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA
Marinês de Maria Ribeiro Rodrigues (UEPA), Willian José de Maria Ribeiro Rodrigues (UFPA), Eliana Teles (UFPA)

7. (RE)ENCONTROS ÀS MARGENS DO RIO CAPIM: ENTRE SANTOS, BONS CATÓLICOS E MEMÓRIAS CABANAS
Agnaldo Aires Rabelo (PPGSA/UFPA – SEDUC)

8. AGROEXTRATIVISMO, PODER E GÊNERO EM CONTEXTO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE
Darcy Flexa Di Paolo (UFPA), Maria José da Silva Aquino Teisserenc (PPGSC/UFPA)



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA

Sala Hp 11e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICESA

9. CONFLITOS, TERRITORIALIDADES ESPECIFICAS E A CONTRUÇÃO DE EXPECTATIVAS DE DIREITO COMO “REMANESCENTES DE QUILOMBOS”: A SITUAÇÃO DE TIQUARA

Cristina da Costa Bezerra (UEMA)

Pôster:

1. MST, DESENVOLVIMENTO RURAL AGROECOLÓGICO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOB O ENFOQUE DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Miquéias Rodrigues Ferreira (UEPA), Luzia Camila Silva dos Santos (UEPA), Sérgio Roberto Moraes Corrêa (UEPA), Sílvio Victor de Oliveira do Lago (UEPA)

2. CONEXÃO ENTRE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E A BIODIVERSIDADE DAS FLORESTAS DE BABAÇUAIS NO PARÁ, AMAZÔNIA ORIENTAL

Tássia Cristina Barros Taurino (NAEA/UFPA), Rosa Elizabeth Acevedo Marin (NAEA/UFPA)

SESSÃO 3: TUTELAS TERRITORIAIS E PROJEÇÃO REINVENTIVA DO CAMPESINATO: VALORES AMBIENTAIS COMO PRINCÍPIOS DE MEDIAÇÃO

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Delma Pessanha Neves (UFF)

1. PENSANDO A VILA BRABA: ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA DO MODO DE VIDA CAMPONÊS

Arleth de Jesus Fiel Gonçalves (NCADR/UFPA)

2. O CONSELHO GESTOR DA RESEX MÃE GRANDE CURUÇÁ: ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E DA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Adriana Abreu (NUMA/UFPA), Otávio do Canto (NUMA/UFPA)

3. TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DO MST NO SUDESTE PARAENSE

Rogério Rego Miranda (USP)

4. NOVAS ESTRATÉGIAS E CONFIGURAÇÕES DO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO PARÁ: A OCUPAÇÃO QUILOMBOLA

Claudiane de Fátima Melo de Sousa (PPGDSTU/NAEA/UFPA), Petrônio Medeiros Lima Filho (PPGA)

5. A TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA: CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NO BAIXO – TOCANTINS E A LEI DOS POSSEIROS (1961-1981)

Adriane dos Prazeres Silva (UFPA)

6. TERRA EM TRANSE NA TERRA DE GENTES: MUDANÇAS LEGAIS NO USO DA TERRA, SUA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO E NO ACESSO E REPARTIÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), Igor Monteiro (NAEA/UFPA), Érica Leal (ICJ-UFPA)

Pôster:

1. MERCADO DE TIERRAS: CONFLICTOS TERRITORIALES Y TRANSFORMACIÓN EN COMUNIDADES CAMPESINAS DE LA COSTA DEL PERÚ

Giffela Rosa Icanaque Vargas (UNMSM -Perú)



Trabalhos completos

GT 10

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



Campepinato e conflitos fundiários na America Latina

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESPAÇO DESTINADO AO CAPITAL E DE EXCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS CONFLITOS NA FLORESTA NACIONAL DE SARACÁ-TAQUERA, ORIXIMINÁ, PARÁ

Hugo Gravina Affonso (UFOPA)¹

hugogravinaaffonso@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de analisar o conflito territorial estabelecido entre as comunidades ribeirinhas Boa Nova e Saracá, situadas no lago do Sapucú, Oriximiná – PA, e a criação da Floresta Nacional de Saracá-Taquera (Flona). Se a unidade de conservação (UC) opôs-se à ocupação tradicional em seu interior, o posicionamento ante o capital foi outro. Já em seu decreto de criação, a Flona abre-se ao complexo de exploração mineral da bauxita na bacia do rio Trombetas, e, mais recentemente, com a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (nº 11.284/2006) (LGFP), grandes porções de seu interior foram concedidas para exploração madeireira em escala industrial, inclusive aquelas ocupadas pelas comunidades tradicionais ribeirinhas da região. Tanto as concessões minerais quanto as florestais sobrepõem-se aos territórios tradicionalmente ocupados desencadeando conflitos e esbulhos territoriais. Essa tensão é o foco do presente estudo. Apresentaremos as comunidades Boa Nova e Saracá buscando descrever os processos de ocupação dos igarapés Araticum e Saracá e das margens do lago do Sapucú por meio da memória social do grupo, dando luz às práticas espaciais cotidianas, às territorialidades daquelas famílias que conformam o território ribeirinho. A partir da demanda do grupo por reconhecimento e da luta por fazer valer seus direitos territoriais frente aos grandes empreendimentos minerários e madeireiros, as comunidades, com assessoria do pesquisador, mapearam seus territórios a fim de evidenciar e representar as sobreposições existentes dando foco à espoliação territorial a que estão submetidas, e contrapondo-o à representação das comunidades segundo o mapa oficial do governo elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Palavras-chave: Conflitos territoriais, Comunidades tradicionais, Floresta Nacional de Saracá-Taquera

1. INTRODUÇÃO

Em abril do ano de 1989, o governo de José Sarney decretava a Floresta Nacional de Saracá-Taquera no município de Oriximiná, noroeste do estado do Pará. Depois de quase trinta anos, seu Brasilino Lopes, 72 anos, morador da comunidade Boa Nova, lembra-se o que isso significou para ele: "quando a Flona veio, cortou bem no meio meu terreno, esse dito terreno que eu tive, no meio assim, tirou trezentos [metros] que ficou pra Flona e sobrou duzentos".

¹ Graduado, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia, UFOPA, Brasil.



A Flona é uma unidade de conservação (UC) federal de uso sustentável segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 2000). Entende-se que o uso sustentável da unidade se faz por meio da “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, **de forma socialmente justa** e economicamente viável” (MMA, 2014, p. 1, grifos meus).

O modelo de Flona no Brasil surge em meados dos anos de 1960. De acordo com o modelo geopolítico do governo militar, que visava trazer modernização e aceleração do crescimento da economia regional, vastas áreas de florestas foram sendo promovidas ao ordenamento da produção madeireira no país (Ioris, 2008, p. 289). Entretanto, no caso da Floresta Nacional de Saracá-Taquera o enredo guardava peculiaridades.

No ano de 1979, aconteceu o embarque da primeira carga de bauxita da Mineração Rio do Norte (MRN) explorada daquela mesma margem direita do rio Trombetas, que viria a ser a Flona de Saracá-Taquera dez anos depois. Quando a Flona foi criada em dezembro de 1989, pelo Decreto nº 98.704, com área aproximada de 429.600 hectares (ha), além do maior projeto nacional de exploração de bauxita em operação desde a década de 1970, havia, dentro de seus limites, comunidades tradicionais centenárias.

Alguns moradores locais lembram-se da época em que a MRN chegou ao Sapucaá. Seu Calixto Lopes Gonçalves, 73 anos, ribeirinho da comunidade Boa Nova, nos conta que foi nascido e criado na Casa Velha, ponto de morada situado no igarapé Araticum, e afirma: "Eu me criei lá [Casa Velha], depois eu virei rapaz, papai morreu em [19]61, eu comecei a trabalhar nas empresas aí da bauxita, Mineração Rio do Norte". Seu Daca, 73 anos, liderança da comunidade Saracá, nos conta um pouco mais sobre o assunto: "A serra grande, a serra que desmataram, que a mineração desmatou, serra do periquito, do papagaio, todas essas serras por aí era que a gente caçava nelas". Podemos perceber que a memória dos moradores locais descreve os processos de ocupação ribeirinha dos igarapés Araticum e Saracá. Nesse sentido, recorreremos à memória social, entendendo-se por isso "as vivacidades das lembranças – transmitidas de geração em geração no quadro familiar ou em redes de sociabilidade afetiva" (Torres, 2014, p. 237) dos ribeirinhos das comunidades Boa Nova e Saracá para dar luz às práticas espaciais daquelas famílias, logo, as suas territorialidades. Little (2002) aponta-nos a importância da territorialidade, definindo-a como:

O esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território.[...] A expressão da territorialidade,



então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (Little, 2002, p. 11).

A criação da Flona e a sua implementação configurou um cenário de conflitos territoriais com as comunidades tradicionais que ali vivem.

Quando falamos de conflitos territoriais, compreendemos que estes equacionam distintas concepções de "território" existentes entre as comunidades tradicionais e os grupos empresariais. Lefebvre nos oferece a distinção entre apropriação e dominação do espaço, considerando o primeiro conceito mais simbólico, marcado pelo "vivido", com o valor de uso, concepção essa das comunidades tradicionais. Já o segundo, vinculado ao valor de troca, caracterizando a concepção dos grupos empresariais. Nas palavras do autor: "O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica 'apropriação' e não 'propriedade' (1986, p.411). O valor de uso do espaço se coloca no tempo vivido pelas pessoas que ali residem, fazendo com que elas se apropriem daqueles territórios. O valor de troca do espaço nos remete à noção da propriedade privada da terra, onde a dominação do território pelos grupos empresariais os torna unifuncional (Idem).

Little (2002) a partir de um olhar antropológico, afirma que o conflito deve ir "além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas"(Little, 2006 *apud* Muniz, 2009, p.193).

Nesse sentido afirmamos que para as comunidades tradicionais as florestas são territórios carregados de valor de uso, marcado pelo "vivido"; para as empresas, as florestas significam um estoque de recursos naturais carregados de valor de troca. Assim, as florestas podem ser concebidas como territórios que proporcionam modos de vida, ou simplesmente áreas que estocam recursos naturais a serem apropriados por grandes empreendimentos capitalistas.

Somente em 2002 é elaborado o Plano de Manejo (PM) da Flona, documento que consiste em estabelecer "objetivos específicos de manejo, zoneamento, as normas e os programas que visam orientar o manejo e a gestão da UC" (MMA, 2014, p.1). O zoneamento constante no PM "constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo da UC, pois estabelece usos diferenciados e normas específicas para diferentes ambientes na Unidade" (MMA, 2009, p. 34).



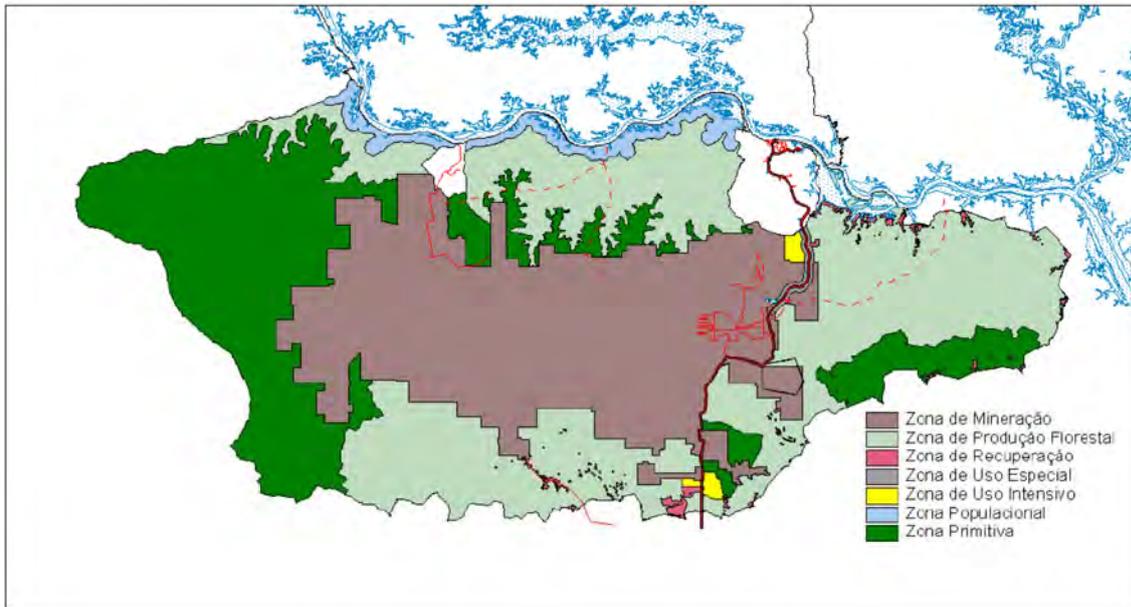
Dentro do zoneamento da Flona de Saracá-Taquera estão presentes as seguintes zonas de grande importância para o nosso estudo, a saber: Zona de Mineração, Zona de Produção Florestal e Zona Populacional.

No ano de 2010, mediante a Lei de Gestão de Florestas Públicas 11.284 de 2006 (LGFP), porções da Flona tornavam-se disponíveis para a exploração madeireira em escala industrial como nos alertava (Ioris, 2008). Por meio de processo licitatório, a empresa Golf Indústria e Comércio de Madeiras beneficiou-se com uma *concessão floresta*² – área de 18.794 ha destinados à exploração de madeira. A área licitada, por sua vez, sobrepõe-se aos territórios das comunidades ribeirinhas mencionadas, desencadeando a disputa territorial foco desse estudo.

As concessões minerais constaram do PM dessa UC e, as concessões florestais (zona de produção florestal) passam a ser mais uma forma de exploração da Flona a partir do implemento da LGFP. Entretanto, o reconhecimento da zona populacional (ZP) no PM, que por sua vez "é aquela que compreende a moradia das Populações Tradicionais residentes dentro da Floresta Nacional, incluindo os espaços e o uso da terra, necessários a reprodução de seu modo de vida" (MMA, 2009, p.37) é, até hoje, inexistente para as comunidades tradicionais não-quilombolas e, para, essas, limita-se a uma faixa simbólica, ao norte da Flona, acompanhando a margem direita do rio Trombetas e mais focada em não incomodar a mineração do que efetivar qualquer forma de reconhecimento de direito territorial, como podemos observar no mapa a seguir, onde estão uma pequena parte dos territórios dessas comunidades³.

² Por meio desse processo, o governo concede a um particular o direito de explorar os produtos de uma determinada floresta pública, de forma supostamente "sustentável", a saber, madeira em tora, material lenhoso residual da exploração florestal, produtos florestais não madeireiros, e os seguintes serviços ambientais: hospedagem, esportes de aventura e visitação e observação da natureza (SFB, 2016).

³ Como mencionamos no texto, onde residem, pois a ZP não contempla os territórios de caça, pesca, coleta, extrativismo, e outros.



Mapa 1: Mapa do Zoneamento da Floresta Nacional Saracá-Taquera. Fonte: Plano de Manejo da Floresta Nacional Saracá-Taquera, Ibama, 2002, p. 67.

Como podemos observar, a Flona foi criada sobre os platôs de mineração que já vinham sendo explorados pela MRN. A área denominada Almeidas, concedida à empresa, teve a sua exploração iniciada no ano de 2009, desmatando cerca de 180 ha de castanhais. Essa área corresponde a grande parte do Castanhal Almeidas com o qual a comunidade Boa Nova mantém relação direta por meio do extrativismo da castanha, garantindo parte da renda familiar daquela comunidade⁴.

No ano de 2010, por meio da Portaria Iterpa n. 729, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Pará a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Sapucuá-Trombetas, que por sua vez abrange áreas contíguas à Flona, também ocupadas por comunidades ribeirinhas residentes do lago do Sapucuá. Contudo, os territórios de caça, pesca, coleta e extrativismo das comunidades ribeirinhas estudadas não são contemplados no PAE, e desde 1989 são parte da Flona.

1.1 Breve histórico das ocupações ribeirinhas do Araticum e Saracá

Com base na memória social dos ribeirinhos das comunidades Boa Nova e Saracá, as ocupações dos igarapés Araticum e Saracá remetem aos tempos "dos avós", nos remontando ao início do século XX. As famílias "Lopes", "Sarmiento", "da Luz", ocupam os igarapés Araticum e Saracá há, no mínimo, seis gerações. Outras famílias chegadas do Ceará, como "da Silva", "Valente", vindas no contexto da economia dos bens extraídos da floresta (borracha, resinas, peles de animais, madeira e outros), comercializados com os

⁴ Ver documento "Informações complementares ao Estudo de Impacto Ambiental - Platô Almeidas", publicado em 2002 pela MRN, p.3 - 8.



regatões da região, lá permanecem, completando assim quatro gerações de ocupação, no mínimo.

A partir da memória dos moradores do lago do Sapucuá, ocupantes das microbacias dos igarapés Araticum e Saracá, até 1984, as famílias tinham como referência a sede comunitária do São Brás, que por sua vez encontra-se há aproximadamente três quilômetros de distância de onde hoje se situa o barracão da comunidade Boa Nova – a jusante do igarapé Araticum. Naquele tempo era mais comum que as famílias residissem no *centro*, nas palavras de Ederson Santino, 32 anos, ribeirinho da comunidade Saracá: "a gente fala *centro*, é o *centro* do mato". Para se chegar ao *centro* basta subir os igarapés Araticum e Saracá que começam a surgir pequenos portos que servem para encostar a canoa para denunciar as ocupações das famílias ribeirinhas. Naquela época se subia somente no remo, e se descia de *varejão*, como é até hoje, que por sua vez é um cabo de madeira comprido que se usa para amparar a canoa que desce na correnteza dos igarapés. Os *pontos de morada* – assim chamada pelos ribeirinhos às localidades aonde as famílias residem; situavam-se basicamente no *centro*, aonde eram e são até hoje realizados os trabalhos das famílias – atividades de pesca, caça, agricultura, extrativismos de madeira, palha, cipós, frutos, sementes e outros. Longas distâncias eram percorridas a remo quando se tinha necessidade de ir à cidade, intenção de visitar algum parente, ou simplesmente ir à igreja – que só havia na comunidade São Brás.

A comunidade São Brás era frequentada pelas famílias ocupantes dos igarapés Araticum e Saracá principalmente por conta da igreja, da escola e das relações de parentescos existentes entre as famílias. Segundo Beto, morador do São Brás, a Boa Nova é filha de sua comunidade. No ano de 1984, os moradores do Araticum e Saracá organizaram-se em trabalhos coletivos conhecidos como "puxirum", aonde juntos, homens e mulheres construíram a comunidade Boa Nova da Santa Luzia. A fundação da nova comunidade aconteceu devido a desentendimentos gerados entre algumas famílias por conta da ocupação de terras e acesso a recursos. O ato de "fundar" uma nova comunidade implicou contar com uma igreja, uma escola e um barracão comunitário, atendendo aos moradores dos igarapés Araticum e Saracá, situando-se a jusante do igarapé Araticum.

Em 2003 é fundada a associação comunitária Saracá a partir de uma demanda pela construção de um microssistema de água por parte das famílias ocupantes do igarapé Saracá e proximidades devido à contaminação dos canais de drenagem do igarapé Saracá pela "lama vermelha" oriunda do rejeito da mineração de bauxita, conta-nos Seu Daca, liderança da comunidade. A MRN, responsável pela contaminação das águas só poderia construir um microssistema se a demanda viesse de uma associação comunitária, e não

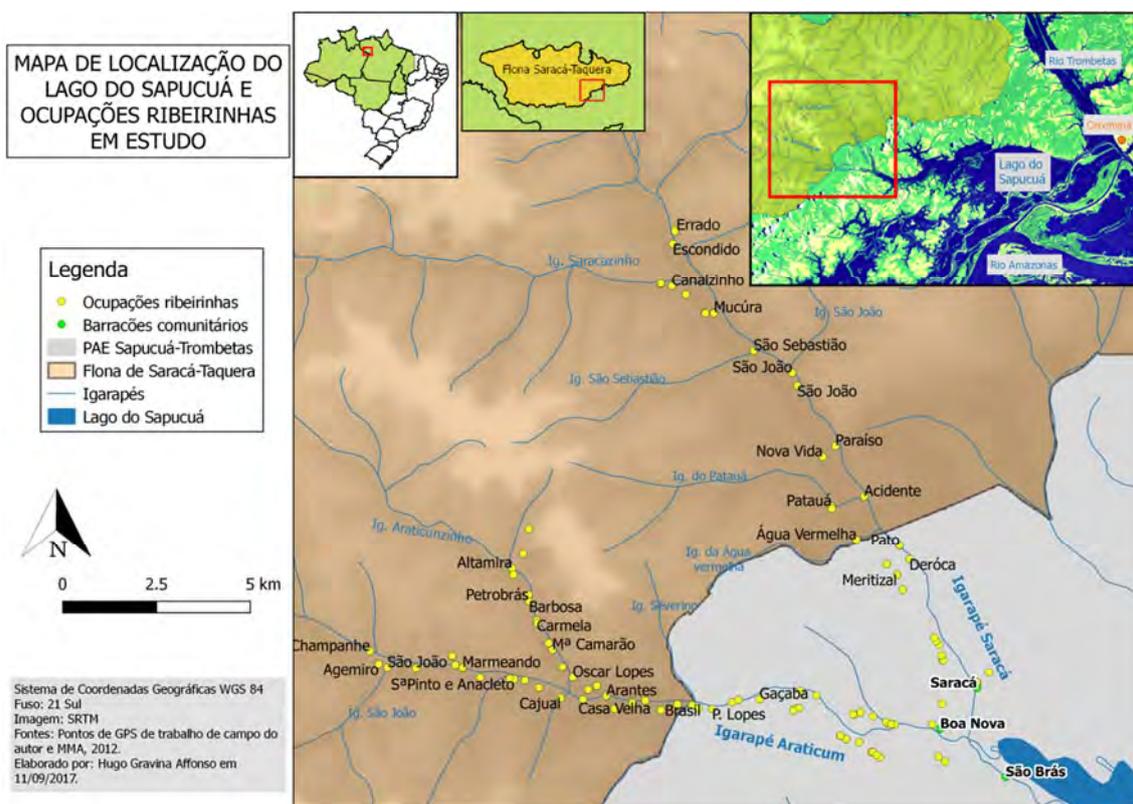


somente de algumas famílias. Assim, com a organização dos interessados, fundou-se uma nova sede comunitária – a jusante do igarapé Saracá, e a demanda das famílias fora atendida com a construção do microsistema. Novamente, o marco fundante da comunidade consistiu na instalação de um campo de futebol, um barracão comunitário e uma igreja; a escola continua sendo na comunidade Boa Nova.

Hoje é mais comum que as famílias tanto da comunidade Boa Nova como da comunidade Saracá residam próximas ao lago do Sapucúá, deixando de ser o *centro* o local de suas moradas. Para muitas famílias o *centro* deixou de ser morada para se tornar somente local de trabalho – caça, pesca, agricultura, extrativismo e outros.

Alguns ribeirinhos afirmam que esse deslocamento se deu devido às restrições da ocupação que começaram a ocorrer quando a Flona fora decretada, dificultando, inclusive, os trabalhos agrícolas daquelas famílias. Outros moradores dizem que esse deslocamento se deu também pela vontade das famílias de estarem mais próximas da escola para que seus filhos estudassem, ou da igreja, sem desconsiderar a importância que a restrição de uso teve nesse processo.

A seguir, o mapa de localização do lago do Sapucúá e as ocupações ribeirinhas estudadas em relação à Flona:



Mapa 2: Mapa de localização do Lago do Sapucúá e ocupações ribeirinhas em estudo.



1.2 Os pontos de trabalho

Os locais onde são exercidos os trabalhos de roça, plantio, fabrico de farinha, caça, pesca, coleta de castanha, extrativismos de resinas (breus e jutaí), frutos, cipós, palhas, sementes, fibras, madeiras, entre outros, são conhecidos pelos moradores locais como *pontos de trabalho*.

Como podemos observar, os pontos de trabalho podem ser denominados pelos nomes de seus antigos ocupantes – quem anteriormente trabalhava naquela localidade, como por exemplo Oscar Lopes e Maria Camarão. Os nomes também fazem referências a afluentes que deságuam no igarapé grande, como por exemplo São João e São Sebastião, ou até mesmo são batizados devido a algum acontecimento histórico, como é o caso do Nova Vida, localidade onde um incêndio acidental queimou todos os pertences da família de Seu Camarão, que teve que recomeçar "do zero". Petrobrás, localidade onde a empresa de petróleo há anos atrás fez um estudo para avaliar o potencial da área, também ganhou, assim, seu respectivo nome.

A forma como o grupo denomina os pontos de trabalho já diz um pouco como funcionam as normas e regras de usos.

1.3 As normas e regras de usos

As localidades que levam os nomes de seus antigos 'donos', não raro, apresentam seus netos ou filhos trabalhando atualmente na área. Como é o caso do ponto Mariquinha da Luz, localidade que Jones da Luz, 44 anos, neto de Dona Mariquinha, cultiva roça de mandioca, bata doce, pratica caça etc. As relações de parentesco muitas vezes dizem quem vai trabalhar aonde. O ponto Água Vermelha, antigo local de trabalho de Seu Raimundo Ares, é hoje de seu neto, Maneco Luiz. O Patauá antigamente era ponto de trabalho de Seu Gito Maduro, e hoje, Jesus Monteiro (Juca), seu filho, trabalha na área.

Segundo Seu Daca, é de bom tom que se peça sempre permissão ao dono, ou a quem trabalhe frequentemente no local. É importante que ocorra essa conversa para que não haja desentendimentos, diz ele. Como podemos observar na seguinte passagem:

Se tu quiser tirar uma madeira, tu tem, que aqui é uma comunidade né. Vamos dizer, o Guilherme trabalha lá, tu tem que vim aqui com ele, conversar né. 'Vou tirar uma madeira lá, tu me dá uma árvore pra eu tirar', bom aí nós entrava num acordo. [...] Iguamente como o Guilherme quer tirar uma madeira lá no Patauá, aí ele conversa com o Juca. 'Juca, tem um tipo de madeira lá que eu to precisando de uma madeira lá pra mim tirar. Tá, a gente entra num acordo vamos lá tirar.' Ai ele precisa de uma madeira lá no Acidente com o Guilherme. 'Guilherme eu queria uma madeira lá que tem lá no teu terreno lá aonde tu trabalha. Tá, vamos tirar.' E é assim.



No entendimento da maioria dos ribeirinhos deve-se pedir permissão para extrair madeira quando se tem alguém frequentemente trabalhando no local, mas para caçar não é necessário. Eles explicam que geralmente o responsável pelo local já deixa alguma madeira derrubada para que posteriormente corte-se em tábuas ou esteios em outro dia, o que já seria metade do trabalho. Ou até mesmo já se tenha "mapeado" alguma árvore no local para um trabalho futuro. Por esses motivos destaca-se a importância da conversa entre os interessados. Mas para caçar é diferente, os animais circulam livremente pela floresta buscando as flores do pequiá, as sementes do amapá, do tucumã, do inajá, da castanha – espécies que produzem frutos que os atraem, conta-nos Jones da Luz. O uso do mutá é compartilhado entre os caçadores. Compartilhada também é a carne quando terminada a caçada entre todos aqueles que naquela ocasião caçaram juntos.

2. AS PROIBIÇÕES DE USO

Quando a Flona foi criada, em 1989, essa modalidade de UC vedava possibilidades de ocupação humana em seu interior, entretanto, permitia a exploração de recursos naturais em escala industrial. No caso da Flona de Saracá-Taquera, seu decreto de criação já cuidava de resguardar esses préstimos:

Art. 2º As atividades de pesquisa e lavra minerais autorizadas já em curso ou consideradas reservas técnicas na área da Flona, ora criada, não sofrerão solução de continuidade. [...] Art. 4º Fica excluída do presente Decreto, a área de 1.884ha, denominada Almeidas, de propriedade da Mineração Rio do Norte.

Seu Brasilino Lopes lembra-se de quando foi morar com a sua mãe na comunidade vizinha chamada Castanhal, e não pode voltar para o lugar que tinha sido nascido e criado:

Aqui, eu nasci aqui, aqui eu me criei, daqui eu fui pra lá com a mamãe, morava lá. [...] de lá eu voltei, ela foi pra Oriximiná eu vim pra cá pra nossa terra. Já quando eu cheguei aí, eu não pode mais tá lá naquele lugar por que já tinha esse impasse, né, da Flona, quem entrasse de recente de 95 pra cá ia ser punido lá, que esse rapaz que ta lá foi multado, era meu aquilo lá com meu pai, aí eu saí por que sabia o que ia acontecer.

O rapaz a quem seu Brasilino se refere é o Roberto. A multa foi emitida pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio) devido a um **roçado** que ele havia feito na localidade conhecida como Casa Velha, que se situa dentro dos limites da Flona, onde mora com sua família até hoje. Sobre esse caso não temos mais informações, porém, um outro muito semelhante a este aconteceu com Seu Domingos Gomes.



No ano de 2011, Seu Domingos Gomes, 50 anos, ribeirinho da comunidade Boa Nova, por meio de um puxirum⁵, convocou dois parentes para abrirem uma nova área de roçado. Eles abriram aproximadamente nove hectares de roça para os três. Quando notificados pela fiscalização, Seu Domingos Gomes assumiu a culpa sozinho. Sua multa foi contabilizada em R\$ 108.000,00 reais, ou seja, aproximadamente nove hectares foram abertos por familiares com o intuito de produzirem farinha e isso lhe gerou a maior dívida da vida. Ao ser notificado pelo ICMBio, a resposta que o seu Domingos Gomes deu ao fiscal surpreendeu de tão óbvia, “Se eu tivesse esse dinheiro não precisava fazer farinha”. A multa foi arquivada provisoriamente até 2021 e ele continua com a dívida até hoje.

Não houve expulsão forçada dos comunitários que residem nos igarapés e proximidades que agora se encontram nos limites da UC, contudo, a proibição de uso mediante emissão de multas caso não fossem respeitados os limites da Flona afastam alguns moradores de seus trabalhos no *centro*.

Desde 1989, o governo federal por meio do órgão ambiental competente controla grande parte das florestas, que são territórios ocupados há no mínimo cem anos pelas comunidades ribeirinhas, sem que essas tenham direito reconhecido algum.

A ocupação por comunidades tradicionais passou a ser regulamentada apenas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), em 2000, devendo reconhecer as áreas de uso e ocupação de comunidades no PM. Apesar das mudanças na legislação, o PM da Flona não reconheceu zona populacional para as comunidades ribeirinhas do Sapucá, privilegiando áreas para exploração mineral e madeireira.

O território que lhes é destinado corresponde aos limites do PAE Sapucá-Trombetas, onde se encontram os centros comunitários, as moradias familiares e alguns trabalhos, a saber, criações de animais, plantios de frutíferas e alguns roçados. A partir desse limite, as florestas são abrangidas pela Flona de Saracá-Taquera. Dever-se-ia por lei⁶ respeitar as práticas espaciais das comunidades ribeirinhas, as territorialidades que essas famílias estabelecem em seus territórios de caça, pesca e extrativismo, que por sua vez não são contempladas no PAE e ainda hoje são parte da Flona.

3. A CONCESSÃO FLORESTAL E O MAPA DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

⁵Trabalho coletivo, nesse caso agrícola, realizado entre familiares e amigos.

⁶A lei 9.985/00 “admite” comunidades locais no interior da UC que já habitavam desde sua criação.



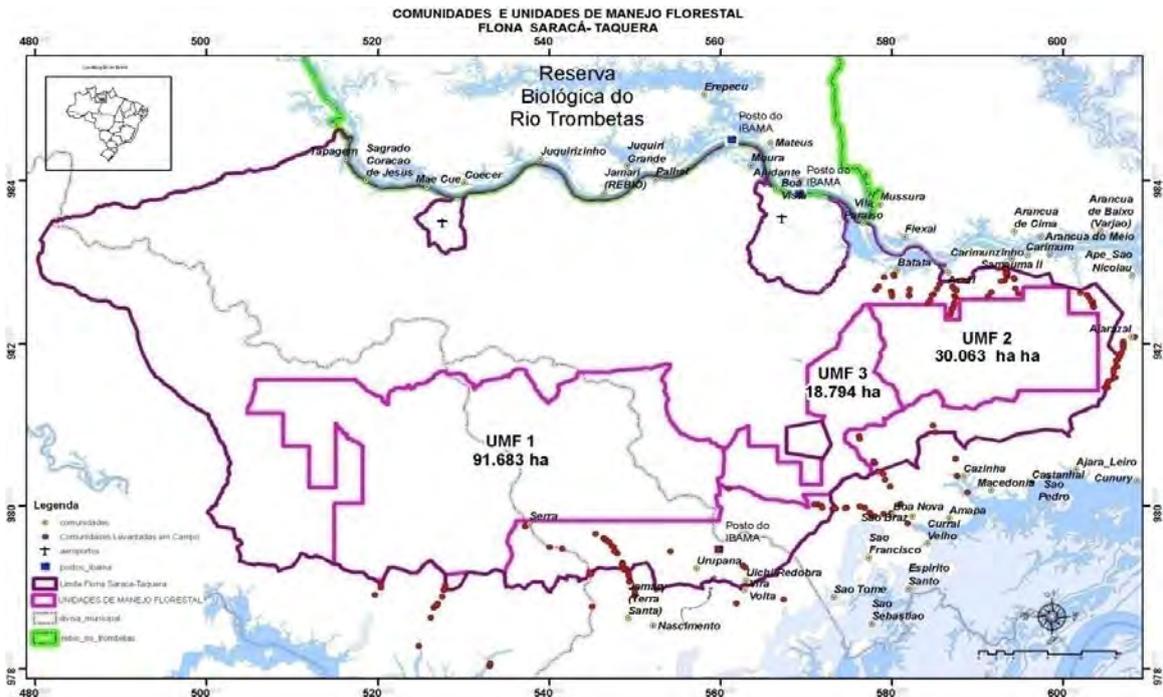
O não reconhecimento dos territórios ribeirinhos no interior da Flona desdobrou-se em consequências ainda mais graves com a implementação da LGFP, que por sua vez trouxe um novo marco regulatório para a exploração madeireira em escala industrial por meio de concessões de grandes áreas em florestas públicas.

Mediante a concessão florestal, o governo concede a um particular o direito de explorar os produtos de uma determinada floresta pública de forma supostamente "sustentável". Essa autorização é obtida por meio de licitação. O vencedor da licitação (chamado concessionário) tem o direito de explorar a área por até 40 anos, e é obrigado a pagar ao governo determinada quantia para usar a floresta distribuída da seguinte maneira: 40% destinada ao ICMBio, 20% ao Estado, 20% ao município, e 20% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)⁷.

No ano de 2009, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) tornou público o edital de licitação para concessão florestal (Concorrência n.º 01/2009) na Flona, do tipo técnica e preço de acordo com a Lei nº 8.666/93. Em 2010, o SFB e o ICMBio concederam grandes áreas de florestas/territórios à empresa Golf Indústria e Comércio de Madeiras. Uma dessas grandes áreas correspondem à unidade de manejo florestal (UMF) 3, que sobrepõem-se em grande parte aos territórios de caça, pesca, cultivo, extrativismos, e outros dos ribeirinhos em estudo.

Como podemos observar no mapa a seguir que consta no edital (Concorrência n.º 01/2009) publicado pelo SFB, a UMF 3, em parte, apresenta-se contínua aos limite da Flona, logo, contínua aos limites do PAE Sapucaá-Trombetas, e curiosamente, os pontos no mapa que correspondem as "comunidades levantadas em campo" terminam justamente aonde começam os limites da UMF 3, isso não é fato isolado, acontece com todas as UMF da Flona, como podemos ver adiante:

⁷Informações retiradas do site do SFB, disponível em <http://www.florestal.gov.br/participacao-popular> – acessado em 23/12/16 às 21h:31min.



Mapa 3: Comunidades identificadas na Flona Saracá-Taquera e entorno (Elaboração: Serviço Florestal Brasileiro) (Edital de 2009 do SFB).

Torres, afirma que a LGFP “estabelece um aparato político e jurídico para ordenar o território de modo à – novamente – viabilizar a grandes grupos econômicos o acesso aos recursos florestais” sob o axioma do “desenvolvimento sustentável” (2008, p.22).

Ainda de acordo com o autor, “o modelo adotado privatizará o uso da terra e os recursos florestais. Isso, necessariamente, impede o acesso à floresta às populações que dela vivem”.

3.1 O "Contra mapa"

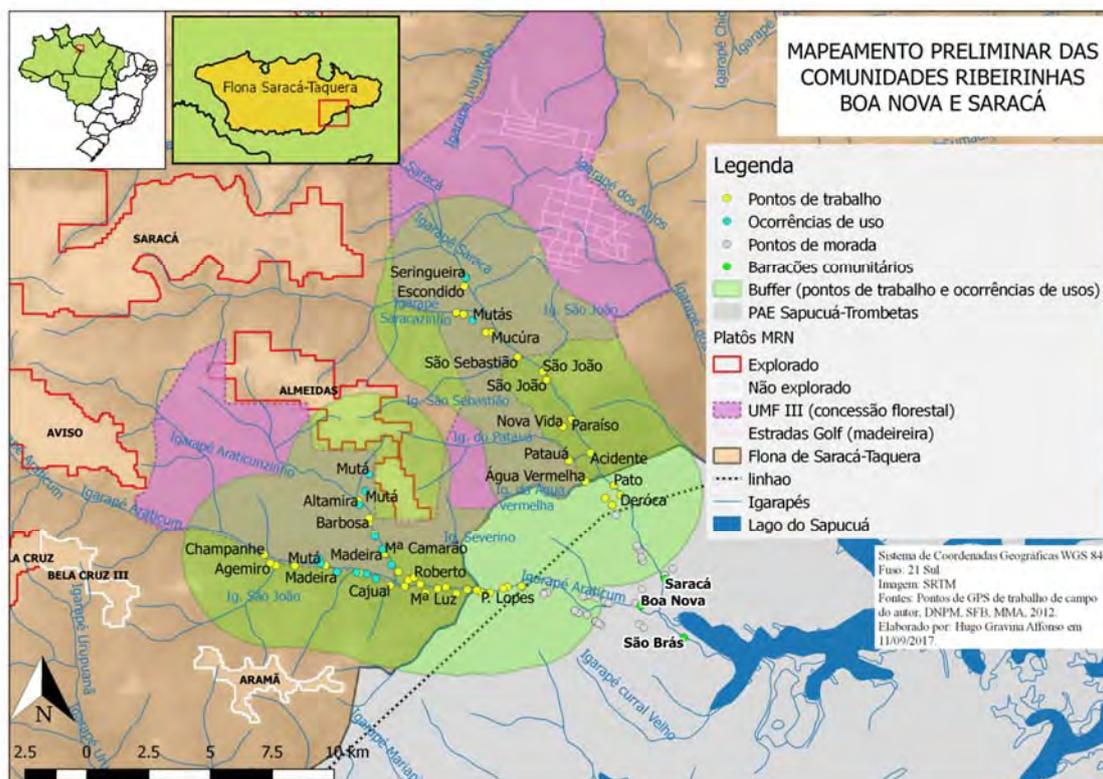
A partir da demanda dos ribeirinhos das comunidades Boa Nova e Saracá por reconhecimento e da luta por fazer valer seus direitos territoriais frente aos grandes empreendimentos em curso, as comunidades, junto ao pesquisador, mapearam os territórios ribeirinhos a fim de evidenciar as sobreposições existentes dando foco à espoliação territorial a que essas comunidades estão sendo submetidas, e contrapondo-o à representação das comunidades segundo o mapa oficial do governo, elaborado pelo SFB. Esse mapeamento encontra-se, ainda, em fase preliminar, entretanto, já contendo informações suficientes, pode demonstrar as sobreposições territoriais foco das reivindicações do grupo em estudo.

O "Contra mapa", como o batizamos por ser feito a partir das comunidades, considera que as ocupações ribeirinhas não deveriam ser unidimensionais, representadas apenas por um ponto – como assim considerou o SFB; e sim, considera que as ocupações representam toda uma área de uso. Dessa maneira, extrapolamos os pontos de ocupações



ribeirinhas obtidos em campo a fim de representar a área de uso, já que esses foram coletados nos portos à beira do igarapé, aonde se encostam as canoas, correspondendo somente aos locais de partida para o trabalho, e não de chegada.

Ao extrapolar os pontos de trabalho, criamos um *buffer* em cor verde, que representa preliminarmente a área que é usada pelas comunidades. Cada ponto transformou-se em um círculo com raio de aproximadamente 3,3 quilômetros a fim de demonstrar as áreas que conformam o território ribeirinho. O mapa a seguir organiza as ocupações ribeirinhas em quatro categorias: pontos de trabalho, ocorrências de uso, pontos de morada e barracões comunitários. As ocorrências de uso são representadas pelos mutás, acampamentos temporários para extração de madeira, seringueira cortada pelos antigos moradores, e localidades que apresentam usos diversos – caça, pesca, extrativismos em geral, entre outros. A UMF 3 está representada em cor roxa com borda tracejada, como podemos observar a seguir:



Mapa 4: "Contra mapa". Mapeamento preliminar das comunidades Boa Nova e Saracá evidenciando as sobreposições territoriais existentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, o avanço de grandes empreendimentos sobre os territórios ribeirinhos é vário. A começar pelos platôs de bauxita que a MRN já explorou e que eram fortemente dotados de significados para aquelas famílias que trabalhavam há décadas, sobretudo o platô Almeidas, castanhal que hoje não existe mais. Com a chegada



da concessão florestal a expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados é ainda maior. Podemos ver que as estradas construídas pela empresa madeireira já ultrapassam o *buffer* que representa preliminarmente a porção de uso direto das comunidades ribeirinhas, fazendo com que já se escute o barulho do maquinário da empresa próximo ao Escondido, e ao São João, segundo Seu Daca. Esses são só alguns dos pontos que a concessão florestal sobrepôs-se de um total de aproximadamente trinta.

Sob a legalidade do processo licitatório promovido pelo Estado – as concessões florestais; geram-se novas formas de perda de voz aos trabalhadores, fazendo com que estes sejam "engolidos pelos interesses dos grandes capitais privados na extração madeireira (e de outros recursos naturais) [...] A Lei 11284/06 expressa de forma lapidar o modo com se processa a retomada do território pelo capital" (Paula, 2008, p. 96).

As expropriações territoriais a que estão submetidas as comunidades tradicionais resultantes desses processos já foram alertadas brevemente aqui por Torres (2008) e Paula (2008), e ao observarmos o mapa acima, vemos que essas contribuições não se distanciam da realidade engendrada aos moradores das comunidades ribeirinhas Boa Nova e Saracá.

REFERÊNCIAS

IORIS, E. M. Natrilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v.3, n.3, p.289-309, set.-dez. 2008.

LEVEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos. p. 411, 1986.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, n. 322, p. 11, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de manejo da Floresta Nacional de Saracá-Taquera**. Ibama, Estado do Pará - Brasil. Curitiba, Dezembro de 2002.

_____. **Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Volume I – Diagnóstico**. ICMBio, 2014. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/514052/RESPONSTA_RECURSO_1_Volume%20%20Diagnostico%20Saraca-Taquera-Versao_PFE.pdf>. Acessado em 15/02/2016 às 17h:40.

_____. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais**. ICMBio, 2009. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteiroflona.pdf>>. Acessado em 15/02/2016 às 17h:30.

MUNIZ, I. M. **Ecologia Política: O campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais**. Revista Pós Ciências Sociais v.6, n.12, p. 193, 2009.

PAULA, E. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Revista NERA, São Paulo, ano 11, n. 12, p. 96, 2008.



SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Edital n.º 01/2009 na Flona Nacional de Saracá-Taquera.** Disponível em <<http://www.florestal.gov.br/fndf/100-saraca-taquera>>. Acessado em 17/10/2017.

_____. **O que é concessão.** Disponível em <<http://www.florestal.gov.br/o-que-e-concessao-florestal>>. Acessado em 21/07/2016 às 14h:50.

TORRES, M. **O discurso ecotecnocrata.** São Paulo: FGV, n. 17, p. 22, 2008.

_____. **O escriba e o narrador: A memória e a luta pela terra dos ribeirinhos do Alto Tapajós.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n.1, p. 237, 2014.



GT 10 - Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

A FUNÇÃO AMBIENTAL DA GRILAGEM COMO FRUTO DA COERÊNCIA NEOLIBERAL: O CADASTRO AMBIENTAL RURAL COMO INSTRUMENTO DE GRILAGEM E DE FOMENTO AO DESMATAMENTO

Mauricio Torres (Ufopa)¹
mautorre@gmail.com

RESUMO

A obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi instituída pelo Novo Código Florestal de 2012 (Lei nº 12.651). Trata-se de registro público eletrônico compulsório aos imóveis rurais. O cadastro teria a intenção de integrar as informações referentes aos parâmetros ambientais ao imóvel, “zoneando” as reservas legais, áreas de preservação permanente e outras. Entretanto, o ato do cadastro tornou-se instrumento de apropriação ilegal de terras. A partir de um documento meramente declaratório, valorizou-se seu uso indevido como instrumento de comprovação de posse e das respectivas consequências fundiárias, beneficiando e potencializando a grilagem de terras públicas. Grilagem, por sua vez, não se conjuga sozinha e seu fomento decorre em aumento do desmatamento, algo que o CAR pretendia deter. A ideologia liberal coaduna-se aos processos de privatização das terras públicas, transportando ocupações ilegais ao caráter de irregulares e, portanto, passíveis de regularização. Paradoxalmente, o pensamento ambientalista hegemônico aposta nessa premissa liberal. Nesse mesmo bojo de propostas ao timbre da “modernização ecológica”, está o trato à questão ambiental via mercado. São implementadas como conquistas ambientais modelos como as concessões de florestas públicas para exploração madeireira, os pactos corporativos (como a Moratória da Soja e o acordo Carne Legal) e, até, grandes obras de hidrelétricas e mineração, vindas sempre acompanhadas do inequívoco sufixo “sustentável”. Além da eficácia em termos de conservação bastante questionável, essas iniciativas atropelam direitos de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e camponeses.

Palavras-chave: Cadastro Ambiental Rural (CAR), grilagem, Amazônia, conflitos territoriais.

1. INTRODUÇÃO

Assim como a acepção do termo “grilagem”, seus protocolos se transformam e ganham peculiaridades no tempo e no espaço. Este artigo espera apresentar a grilagem hoje, no oeste paraense, mas calcando-se em seu processo de transformação, de modo que sempre que necessário, retroage-se no tempo para explicar o que hoje importa.

A grilagem na Amazônia alimenta-se, nos primeiros três quartos do século XX, de títulos de posse emitidos pelo estado do Pará. Instrumentos precários e, em sua grande maioria, já inválidos.

¹ Doutor em geografia humana pela USP e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia – PPGRNA/Ufopa, Brasil.



A partir de 2009, o Programa Terra Legal instituiu novos protocolos para apropriação das terras públicas e, após 2012, com a aprovação do Novo Código Florestal, abre-se uma nova brecha para um instrumento declaratório que, na prática, vem mostrando efeitos fundiários.

2. A PLURALIDADE DA GRILAGEM NA AMAZÔNIA

A expressão grilagem vem da antiga prática de se trancar documentos forjados em uma caixa com grilos. Os excrementos dos insetos oxidavam rapidamente o papel, conferindo-lhes o tom amarelado que ganhariam naturalmente em décadas. A “evidente” antiguidade seria importante elemento para que o documento falsificado se passasse por verdadeiro.

Mas, se o termo nasce em menção àquele que falsifica documentos, não tarda a ganhar generalidade, e referir-se a diversos modos de apropriação de terras alheias. Aqui, entendemos o conceito de grilagem com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ao explicar que “Genericamente, toda a ação que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo, que tem seu início em escritórios e se consolida em campo mediante a imissão na posse da terra” (Incra/MDA, [s.d.], p. 12s). Entretanto, a apropriação de terras públicas é ainda mais plural em seus protocolos, valendo-se hoje da própria legislação agrária e ambiental para se efetivar.

A cotidiana situação em que registros imobiliários somam áreas maiores de propriedades do que os próprios municípios, indicam que, na Amazônia, o acesso à propriedade tornou-se sinônimo de rapinagem, num processo que possibilitou a formação dos maiores latifúndios da história da humanidade (Oliveira, 2005), por conseguinte, de um dos maiores índices de violência no campo.

A misteriosa química dos cartórios de registro imobiliário responde por boa parte das terras griladas na Amazônia. As formas como foram (e são) abertas matrículas de imóveis fraudadas são inúmeras e, aqui, nos restringiremos às mais comuns. Importa, antes, lembrar que todas as terras são públicas, restando ao pretense proprietário o ônus de provar o destacamento do imóvel do patrimônio público, seja da Coroa, seja da União, dos estados ou dos municípios (Stefanini, 1978). O momento mais frequente da prática da grilagem via registros imobiliários é justamente no ato da alienação do imóvel público a um ente privado.

Por desconhecimento ou má-fé, são muitos os títulos derivados de matrículas abertas sem origem, ou seja, sem que seja apontada de onde veio esse imóvel. Muitos limitam-se à declaração do pretense proprietário, o que é de todo descabido. Outros surgem por meio das partilhas, em inventários, dissoluções de empresas e separações



matrimoniais, de bens que, embora arrolados, não apresentavam os correspondentes títulos de domínio.

No oeste paraense, a mais corriqueira forma de registro de imóveis públicos em nome de particulares passa pelo registro de Títulos de Posse, um instrumento jurídico inédito no direito brasileiro, criado pelo estado do Pará no final do século XIX (Torres, 2012).

Sucedem, entretanto, que tais títulos não representavam propriedade, havendo uma série de requisitos para que se convertessem em domínio privado, notadamente, o processo de legitimação: “Para que essa posse, como todas as demais, fosse considerada domínio, era necessário, desde os meados do século passado [isto é, século XIX], que ela fosse legitimada. Isso implicava, sobretudo, que ela fosse demarcada, ocupada, e seu detentor pagasse os emolumentos da tabela em vigor no momento da legitimação” (Lamarão, [s.d.], p. 98).

Entretanto diversos desses títulos foram levados a registro como se propriedade fossem. Ao menos em dois casos, imóveis que não poderiam ser considerados propriedades, não só o foram, como ainda tiveram a confirmação da presunção absoluta do domínio por meio da abertura de registros Torrens. Tratam-se dos imóveis da empresa de grilagens Indussolo (Torres, 2008) e do imóvel Cachoeira Santo Antonio, grilagem efetivada pelo Grupo Orsa (Camargo, 2015).

Além dos Títulos de Posse, restaram outros tipos de documentos provisórios de terras que, muitas vezes, não tiveram qualquer ocupação ou cumprimento dos requisitos mínimos para que passassem a constituir domínio privado. Alienações de aforamento, concessão ou alienação de castanhais e seringais, emitidos em favor de antigos seringalistas e empresários da castanha, foram uma porta aberta à grilagem.

Entretanto, o grande golpe da grilagem ainda está em curso. Em processo e em vias de se converter em propriedades. E o faz por meios de programas estatais, como veremos a seguir centrando a análise no oeste paraense, região da atual “fronteira” do avanço do capital, e por conseguinte, da pressão por grilagem, na Amazônia (Torres, Doblas; Alarcon, 2017).

3. A GRILAGEM DE TERRAS NO OESTE DO PARÁ: DOS “PROTÓCOLOS” AO TERRA LEGAL

Até 2009, a pilhagem de terra na Amazônia cumpria o protocolo a seguir. Em primeiro lugar, a área grilada era ficticiamente parcelada em frações de, no máximo, 2.500 hectares, respeitando-se o limite determinado pela Constituição Federal para a aquisição privada de terras públicas. Cada parcela era atribuída a um nome diferente – os famosos “laranjas”, que, segundo a versão da fraude, ocuparia a respectiva fração e a requeria ao



Incra, em caráter de regularização fundiária. Para cada lote dava-se entrada em um processo independente, como se de fato cada um fosse um imóvel independente, pleiteado por uma pessoa diferente.

Apesar de não termos encontrado títulos expedidos no oeste do Pará por meio dos processos de regularização fundiária, ao menos, desde 1998, o Incra expedia uma ilegal “certidão de posse”, aceita pelo órgão ambiental (à época, o Ibama) para licenciar exploração madeireira. Ou seja, em alguma medida, o Estado aquiescia com a grilagem (Torres, 2005).

Os protocolos nada mais eram do que um recibo de que o requerimento havia sido entregue ao Incra, nada garantindo do que se decidiria acerca dele, ainda assim, eram usados como documentos fundiários para a comercialização de terras griladas.

Os processos de regularização fundiária, inexplicavelmente, não são indeferidos, mesmo quando se tratavam de escandalosos casos de grilagem denunciados na mídia nacional e internacional (ver, por exemplo, Torres; Branford, 2017).

A partir de 2008, começava-se a discutir um *upgrade* aos protocolos de pilhagem de terras públicas. Sob o consenso em torno da real necessidade de regularização fundiária na Amazônia, o governo federal instituiu parâmetros para a facilitação da alienação de terras públicas na Amazônia Legal, como se isso fosse sinônimo de regularização fundiária.

Em 2009, por meio da Medida Provisória (MP) 458, sancionada na forma da lei ordinária 11.952, instituiu-se o Programa Terra Legal. Anunciada como instrumento em benefício dos pequenos e da “questão social”, a MP foi elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de onde também emanavam os dados que revelam seus verdadeiros beneficiados: embora os minifúndios e as pequenas posses, com até quatro módulos fiscais (400 hectares, no máximo), representassem 85% do total das demandas por regularização, eles ocupavam menos de 20% da área a ser regularizada. Por sua vez, as médias e as grandes detenções de terras, que representavam apenas 15% do total de imóveis com intenção de serem regularizados, ocupavam mais de 80% da área que seria regularizada, segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), de outubro de 2003 (Campbell, 2015a; Cunha; Torres; Guerrero, 2011).

Como principais medidas, o Programa instituiu: 1. a regularização fundiária de todos os imóveis com até 15 módulos fiscais ou 1,5 mil hectares em terras da União na Amazônia Legal, com ocupações anteriores a 1º de dezembro de 2004, sem licitações; 2. a possibilidade de venda da terra a partir do terceiro ano após sua regularização, em imóveis acima de quatro módulos fiscais; 3. redução significativa no valor a ser cobrado pela terra, com gratuidade para áreas de até 100 hectares e, 4. a possibilidade de regularização de imóveis com ocupação indireta (aceitando-se que a ocupação fosse feita por um preposto).



De acordo com o MDA, aproximadamente 67 milhões de hectares seriam passíveis de “regularização”.

Os promotores desse novo corolário legal da regularização fundiária da Amazônia tinham como seu principal escudo a “regularização” da situação dos pequenos ocupantes de terras públicas, conforme o então coordenador-geral do Programa Terra Legal, Carlos Guedes, quando se dirigiu ao Senado, em abril de 2009, afirmando que

o compromisso do Terra Legal é acompanhar o cumprimento da função social da propriedade não só na dimensão produtiva, mas também na dimensão ambiental e social. [...] A regularização fundiária é absolutamente necessária para podermos imputar responsabilidade aos desmatadores e à grilagem. [...] o Terra Legal representa também a porta de entrada para a cidadania na região da Amazônia Legal. (Terra Legal, 2009)

Além da incoerência do efeito social propalado em relação às estatísticas apresentadas, que revelam a concentração das terras públicas na Amazônia, também um aspecto legal revelava a fragilidade do argumento do governo, carente de fundamentos e fracassado no intuito de escamotear a energia com que se punha a favor dos interesses da grilagem na Amazônia. Não havia qualquer fundamentação no discurso oficial de que seria necessária uma nova legislação para assegurar a “regularização” fundiária em benefício do pequeno. Às ocupações legítimas, não cabe falar em “regularização”, mas sim legitimação. E esta última prescinde de qualquer nova normativa. As ocupações camponesas, inferiores a 100 hectares, que atendessem a determinados quesitos já tinham garantias legais, ao contrário da grilagem em terras públicas. O Decreto-lei nº 9.769/1946 (em postura ratificada pelo Estatuto da Terra de 1964) era taxativo ao vedar posse em terras da União, porém, registrava: “Excetua-se dessa disposição os ocupantes de boa-fé, com cultura efetiva e moradia habitual, com direitos assegurados por este decreto-lei”.

Para haver a posse legitimável haveria que se ter a posse agrária, cumprindo a exigência de *cultura efetiva e moradia habitual* por seu possuidor. Além disso, é indispensável que “esse binômio encontre sustentáculo no pedestal absolutamente indispensável da **exploração direta e pessoal, por si e seus familiares**, tal como expressa o Estatuto da Terra” (Falcão, 1995, p. 81).

Os dados do cadastro do Incra apontam às expectativas geradas pelas ações (ou promessas) federais de regularização fundiária na região como responsáveis por uma verdadeira “corrida pela terra e pelos bens ambientais no Brasil e, mais especificamente, na Amazônia” (Teixeira, 2011). Entretanto, a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e publicada em janeiro de 2015 fez das graves projeções algo modesto. Os trabalhos do TCU junto à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal apontaram indícios de que quase metade dos beneficiários do programa teriam perfil



incompatível com as exigências legais para serem titulados. Dessa metade, 11% com certeza haviam recebido títulos de terras ilegalmente (Riechel, 2015). Chegou-se ao ponto de conceder títulos a 46 pessoas mortas (Cunha, 2015).

A auditoria acusou o programa de faltar com rigor no controle de fraudes e de agir em prol da reconcentração fundiária, da grilagem, da promoção de latifúndios e de minifúndios, da especulação imobiliária e da expansão desordenada da fronteira agrícola na Amazônia, justificando a alcunha da MP 458, na época de sua promulgação, como a “MP da Grilagem” (Cunha, 2015).

Por fim, ilegais detenções de terras públicas, ao longo da BR-163 que até há poucos anos eram grilagens, hoje são “posses” e, como tal, passíveis de regularização. Mais uma vez, consagrou-se a “legitimidade” do “fato consumado” e grileiros podem seguir apoderando-se de terras públicas com a tranquilidade de saber que tudo será legalizado com instrumentos legais surgidos oportunamente para legitimar *a posteriori* suas detenções. Nada inédito, aliás. No século XIX já se registrava como a grilagem se valia da estratégia de tornar o roubo de terras algo irreversível. Holston comenta que grileiro atravancaria

[...] alegações legítimas com tantas relações sociais ao longo do tempo que se torn[aria] impossível dismantelá-las, e por isso a legalização do ilegal por decreto executivo, ato legislativo ou decisão judicial se torn[aria] inevitável. Nesse tipo de complicação, a fraude conta com a lei como cúmplice. (Holston, 2013, p. 189)

O programa permite, na prática, “legalizar” a pilhagem praticada por grileiros de terras públicas nos estados amazônicos (Cunha; Torres; Guerrero, 2011; Torres; Doblaz; Alarcon, 2017). O Programa Terra Legal é, hoje, o caminho mais fácil para a grilagem de terras.

4. CADASTRO AMBIENTAL RURAL E A FUNÇÃO AMBIENTAL DA GRILAGEM

A obrigatoriedade do CAR foi instituída pelo polêmico Novo Código Florestal de 2012 (Lei nº 12.651). Trata-se de um registro público eletrônico compulsório a todos os imóveis rurais. O cadastro teria a intenção de integrar as informações referentes aos parâmetros ambientais ao imóvel, “zoneando” as áreas de preservação permanente, reservas legais e outras. Entretanto, o ato do cadastro tornou-se um instrumento de apropriação ilegal de terras. A partir de um documento meramente declaratório, a prática vem valorizando o cadastro como instrumento de comprovação de posse e, até, das



respectivas consequências fundiárias (Martins, 2015), agindo como ferramenta à “nova face da grilagem na Amazônia” (Moreira, 2016):

O CAR jamais fora concebido como mecanismo fundiário, mas sim como mecanismo de regularização ambiental. Todavia, sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posse válidas sobre as quais incidiria o cadastro. Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR passa paulatinamente a servir-se de instrumento para grilagem. (Moreira, 2016)

O cruzamento de dados de desmatamento, Terra Legal e CAR, somados a dados de campo, apontam a falência desses mecanismos, também, na questão ambiental, de modo a permitir apontar que o desmatamento na Amazônia não se dissocia da grilagem. Torres *et al.* (2017) demonstram que os principais desmatadores, nos últimos três anos, em regiões de alto índice de degradação, não são produtores de nada, além de especulação imobiliária. Não têm um só boi registrado em seus nomes, como também não colhem sequer um grão de nada.

O mecanismo anula a si próprio. Se a principal causa do desmatamento é a grilagem (Torres, Doblaz, Alarcon, 2017), o CAR potencializa a grilagem.

Moreira comenta “haver uma correlação direta entre CAR e propriedade ou posse”, uma vez que o art. 5º, do Decreto 7.830/2012, que regulamenta o cadastro, “menciona que o CAR deve contemplar ‘dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural’. De repente, surge um terceiro não previsto na Lei, e desta forma, o Decreto estendeu, indevidamente, os sujeitos ativos do CAR” (Moreira, 2016).

Moreira, ao analisar o conjunto normativo que institui o funcionamento do cadastro, constata ser

[...] requisito prévio à inscrição no CAR a comprovação de propriedade e posse. Todavia, na prática a flexibilização e indefinição dos documentos aptos a fazer prova destes institutos jurídicos é um grande problema. Juridicamente não existe posse em terra pública e só há posse válida em terra particular, logo os documentos aceitos para o CAR devem aportar esta comprovação. (Moreira, 2016)

Novamente, percebemos atos legislativos que permitem ao grileiro revestir-se de posseiro e migrar do ilegal ao irregular.

Na prática, são vários os exemplos de uso do CAR pela grilagem.

Por ocasião da Operação Castanheira – coordenada pelo Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ibama e Receita Federal – foi divulgada pela imprensa um áudio



derivado de interceptação telefônica autorizada judicialmente. No diálogo entre o grileiro e um interessado na compra de terras, o CAR aparece em resposta à demanda de documentação da terra:

E a documentação lá, como funciona? Tem escritura ou é tudo na base do contrato?

A maioria ainda não é escritura. Tem uma sequência de documentos. Tem lá o CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, pra você poder por gado pra dentro, pra você ter guia de trânsito de animais e tal. Aí você pode pedir o título da terra. Aguardar um tempo que o documento sai. (Amazônia S.A., 2015)

A Operação Castanheira foi um marco no sentido de evidenciar o uso do CAR como instrumento de grilagem. O Procurador da República, Daniel Azeredo, apesar de entender o CAR como uma ferramenta de controle eficaz, não deixa de entrever o uso às avessas do cadastro. Referindo-se à Operação Castanheira, comenta:

Em um diálogo gravado pela Polícia Federal, um dos principais acusados [de grilagem e desmatamento] fala a um comparsa: “Aquele terra lá do Patrocínio, em que nome foi colocado aquele CAR?” A pergunta desnuda a prática da quadrilha de fazer cadastros em série, em nome de laranjas, para vender terras griladas.

Nenhum sistema é à prova de fraudes. Criminosos como o que foi flagrado na escuta telefônica já encontraram mais de uma receita para burlar o CAR. Uma modalidade detectada é: o sujeito desmata hoje e faz o cadastro logo em seguida que informaria a ilegalidade tanto do desmatamento quanto da ocupação. É uma fraude relativamente simples para coibir, já que as áreas desmatadas ilegalmente são identificadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). (Azeredo, 2015)

Uma síntese do uso do CAR – e do parcelamento e do uso de laranjas e do Terra Legal – para a grilagem foi encontrada em um anúncio de 2016, de uma fazenda de 100 mil hectares no município paraense de Jacareacanga. O vendedor, por meio do sitio OLX, oferta sem constrangimento a detenção de terras públicas de dimensão 50 vezes maior do que o limite constitucional para aquisição de terras da União sem autorização do Congresso Nacional:

É uma área de posse mansa e pacífica e está sendo feito o Geo [georreferenciamento] para na sequência fazer o CAR, requerer o título definitivo e conseqüente escritura definitiva. Está sendo feito o



desmembramento da área de até 1.500 ha no projeto [Programa] Terra Legal. (Fazenda, 2016, apud Torres; Doblas; Alarcon, 2017)

Publicamente, assume-se o parcelamento da imensa grilagem em frações menores, que mediriam 15 módulos fiscais², o limite de atuação do Programa Terra Legal. E, note-se, novamente, coloca-se o CAR como etapa do processo de titulação fraudulenta da terra.

Segundo Azeredo (2015), o CAR é ainda passível de fraude por meio de sua adulteração “pela manipulação dos limites do mapa, omitindo a invasão de áreas ilegais”. Neste caso, “O infrator teria um documento público que acaba por emprestar legitimidade a um crime” (Idem).

A existência de fraudes por meio de se forjar documentos legítimos para encobrir uma ocupação ilegal, como é prática desde 1854 (Holston, 2013), fica explícita no próprio boletim com os números do cadastro de março de 2017. No caso do Pará, a área passível de ser apropriada privadamente é de 56.836.278 hectares, entretanto, a somatória dos cadastros supera esse número, atingindo 57.205.478 hectares. No Acre, a situação é ainda mais gritante: a área total cadastrada é de 10.901.650 hectares, mais de três vezes o que seria possível, 3.528.543 hectares (Serviço Florestal Brasileiro, 2017).

O uso do CAR pela grilagem segue a tradição da expropriação e as comunidades tradicionais são as principais vítimas, como explica o agrarista Girolamo Treccani, o CAR se desvirtua, de modo a se tornar “algo que dá direito ao acesso à terra. Isso está absolutamente errado. A maior vítima disso, evidentemente, são as populações tradicionais” (apud Campelo, 2017).

Moreira (2016), chama atenção ao fato de proprietários, posseiros e grileiros serem cadastrados no mesmo status e nos remete a pensar o CAR como um artifício para encobrir de legitimidade as terras griladas, como já ocorria, aliás, desde 1854, com os instrumentos da época:

Para envolver a terra numa teia de transações legítimas, um grileiro [do século XIX] ou proprietário poderia pagar impostos sobre sua posse³ [na verdade, detenção], vender um pedaço dela, doar parte para uma organização religiosa, fazer levantamento da propriedade, usá-la como garantia para um empréstimo, deixar de herança ou concedê-la como dote” (Holston, 2013: 188)

² Neste caso, o grileiro parece mal informado, uma vez que o módulo fiscal em Jacareacanga é de 75 e não 100 hectares, de modo que a área precisaria ser fracionada em parcelas de 1.125 hectares.

³ Holston, na obra aqui estudada, toma conceitos de *posse* e *propriedade* de forma bastante pouco precisa. Eventualmente, por problemas de tradução, grafa-se, por exemplo, posse quando se fala em detenção e, propriedade ao referir posse.



Uma decisão liminar deferida, em 12 de junho de 2017, pela Vara Agrária de Santarém-PA, materializa essa reciclagem histórica da política do fato consumado em favor da grilagem e da eficiência de envolver a ilegalidade em teias de relações sociais legítimas. O juiz se posiciona a favor dos impetrantes de ação de manutenção e reintegração de posse em face de um movimento camponês de luta por terra (Torres; Branford, 2017b). Em sua decisão, expressa:

Observando a prova documental trazida com a inicial, constato que o autor apresentou indícios de prova suficientes que indicam o exercício da posse de fato legítima, justa e pacífica e de boa fé, anterior ao esbulho praticado pelos réus, pelo menos nesta análise prefacial, vêm demonstrando o exercício da posse agrária na área em questão, conforme se observa do Cadastro Ambiental Rural [...], da Autorização de Funcionamento de Atividade Rural [...], que indicam o exercício da posse no bem, bem como a gerência e administração das atividades na referida área em regime de condomínio pelos autores.⁴

Em que pese o próprio documento do cadastro trazer uma tarja preta ao rodapé, em que explicita que o CAR não “se constitui em prova de posse ou propriedade para fins de regularização fundiária”, a aceção prática do CAR como ferramenta da legitimação da grilagem faz da sua constituição formal um detalhe de somenos. A Autorização de Funcionamento de Atividade Rural é outro instrumento declaratório, que se presta aos mesmos fins do CAR em prol da grilagem de terras.

Como curiosidade, registre-se que os autores da ação são membros ligados a uma quadrilha de grilagem de terras internacionalmente conhecida, comandada por Antonio José Junqueira Vilela Filho (Torres; Branford, 2017a; Torres *et al.*, 2017; Tinoco, 2016). A terra em questão, onde as famílias ocupantes demandam a criação de um assentamento do Incra, trata-se de gleba arrecadada pelo Incra, justamente, para fins de reforma agrária.

E esse sistema de “registro fundiário” a partir da declaração do pretendente, parece frutificar na Amazônia. Em 2015, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) apresenta o Cadastro Rural Fundiário (CARF), que se prestava à composição de uma base de cadastros autodeclaratórios ante o órgão fundiário estadual, tomando por base de apoio o CAR. Segundo Recomendação do Ministério Público do Estado do Pará (MPE), “a utilização do CAR como base para o Cadastro Rural Fundiário perverte a finalidade do CAR e atua *contra legem* considerando não ter esta natureza fundiária, além de criar grande insegurança à gestão do patrimônio público fundiário e agrário do Estado do Pará” (Ministério Público do

⁴ Decisão proferida nos autos do Processo nº 0005321-03.2017.8.14.0051, da Vara Agrária de Santarém-PA, em 12 de junho de 2017.



Estado do Pará, 2017). O MPE recomendou ao Iterpa que interrompesse o sistema, entretanto, resta evidente a iniciativa do órgão que deveria gerir as terras do estado em abrir os braços à grilagem.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da grilagem é permeada de anistias, em que a apropriação ilegal de terras torna-se passível de se tornar legal. A Amazônia vive hoje mais um processo de anistia e, por conseguinte, do início de um novo movimento de grilagem, pois, convictos estão todos de que em algum tempo novamente poderão contar com nova anistia.

O Programa Terra Legal não apresenta forma coerente com sua proposta de prioridade em atender o pequeno camponês. Como mostrado, o programa volta-se ao grande e assim foi recebido. As relatadas irregularidades levantadas pelo TCU evidenciam a fragilidade isonômica do programa.

O CAR reproduz os vícios da política fundiária nacional, em que se estabeleciam possibilidade de formalizar vínculos legítimos a partir de uma apropriação ilegal. O cadastro, apesar de não ter essa a intenção formal em sua gênese, na prática, vem sendo usado como instrumento de grilagem e levando, por isso mesmo, a efeitos ambientalmente negativos.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA S.A. Direção de Estevão Ciavatta e Fernando Acquarone. Rio de Janeiro:

Pindorama Filmes: Rede Globo de Televisão, 2015. 12 min. [Exibido no programa **Fantástico**, em 29 mar.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4071598/>. Acesso em: abr. 2017.

AZEREDO, D. 2015. "O Cadastro Ambiental Rural: o raio-X do Brasil. **Época**. 1 jun.

Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/amazonia/noticia/2015/06/cadastro-ambiental-rural-o-raio-x-do-brasil.html>. Acesso em: 22 maio 2017.

CAMARGO, M.L.G. 2015. **O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH-USP.

CAMPBELL, J.M. 2015a. "The Land Question in Amazonia: Cadastral Knowledge and Ignorance in the Brazilian Amazon". **PolAR: Political and Legal Anthropology Review**. n. 38(1), p.147-167.



- _____. 2015b. **Conjuring Property**: Speculation and Environmental Futures in the Brazilian Amazon. Seattle: University of Washington Press.
- CAMPELO, L. 2017. "Cadastro Ambiental é usado para legalizar grilagem na Ilha de Marajó". **Brasil de Fato**. 12 abr. disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/12/cadastro-ambiental-e-usado-para-legalizar-grilagem-na-ilha-de-marajo/>. Acesso em: 22 maio 2017.
- CUNHA, C.N. 2009. "Pintou uma chance legal": o programa "Terra Legal" no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira, no Pará". **Agrária**, n. 10-11. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo, p.20-56.
- _____. 2015. "46 falecidos beneficiados: auditoria do TCU revela graves problemas no programa Terra Legal". **Língua Ferina**. Santarém, 14 jan. Disponível em:
<http://www.candidoneto.blogspot.com.br/2015/01/46-falecidos-beneficiados-auditoria-do_14.html>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- _____.; TORRES, M.; GUERRERO, N.R. 2011. "Ri por último quem grila melhor: a MP 458 e as últimas artimanhas da grilagem na Amazônia". **Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária / VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Belém: Universidade Federal do Pará.
- FALCÃO, I.M. 1995. **Direito agrário brasileiro**: doutrina, jurisprudência, legislação prática. Bauru: Edipro.
- INCRA/MDA. **O livro branco da grilagem**. Brasília: MDA, [s.d.]. p.12s.
- HOLSTON, J. 2013. **Cidades insurgentes**. São Paulo: Companhia das Letras.
- LAMARÃO, P. [s.d.]. **Comentários à legislação de terras do estado**: outros Ensaios. Belém: Grafisa.
- MARTINS, P. 2015. "A corrida pelo Cadastro Ambiental Rural: mais tempo e mais questionamentos". **Terra de Direitos**. 5 maio. Disponível em:
<<http://terradedireitos.org.br/2015/05/05/artigo-a-corrida-pelo-cadastro-ambiental-rural-mais-tempo-e-mais-questionamentos/>>. Acesso em: 3 dez. 2016.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. 2017. **Recomendação. Inquérito Civil 001/2013-8ªPJ Agrária**. Belém, 27 abr.



- MOREIRA, E. 2016. "Cadastro Ambiental Rural: a nova face da grilagem na Amazônia?" **Sítio da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente**. Belo Horizonte, 7 jul. Disponível em: <<http://www.abrampa.org.br/site/?ct=noticia&id=230>>. Acesso em: 3 dez. 2016.
- OLIVEIRA, A.U. 2005. "BR-163: Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização". In: TORRES, M. (org.). **Amazônia revelada**. Brasília: CNPq, p.67-183.
- RIEHEL, A. 2015. "Quase metade dos títulos de terras entregues pelo programa Terra Legal podem conter irregularidades". **Língua Ferina**. Santarém, 20 mar. Disponível em: <<http://candidoneto.blogspot.com.br/2015/03/quase-metade-dos-titulos-de-terras.html>>. Acesso em: mar. 2015.
- SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2017. **CAR**: boletim informativo. Dados até 31 de março de 2017. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/car/boletim-do-car/2649-boletim-informativo-car-marco-2017/file>. Acesso em: 22 maio 2017.
- STEFANINI, L.L. 1978. **A propriedade no direito agrário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- TEIXEIRA, G. 2011. "Agravamento do quadro de concentração da terra no Brasil?". **Boletim Dataluta**, São Paulo: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista, jul. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- TERRA LEGAL unirá combate à grilagem e preservação da sociobiodiversidade. 2009. **Sipam na mídia**. Brasília, 29 abr. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/terra-legal-unira-combate-a-grilagem-e-preservacao-da-sociobiodiversidade>>. Acesso em: 2 dez. 2016.
- TINOCO, J. 2016. "O grileiro dos Jardins: a história do pecuarista acusado de comandar, em São Paulo, esquema de desmatamento da Amazônia". **El País**. São Paulo, 22 out. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/21/politica/1477083654_412438.html>. Acesso em: 1º dez. 2016.
- TORRES, M. 2005. "Fronteira, um eco sem fim". In: **Amazônia Revelada**. Brasília: CNPq.
- _____. 2008. **A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito do oeste do Pará**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH-USP.



- _____. **Terra privada, vida devoluta**: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH-USP, São Paulo.
- _____; DOBLAS, J.; ALARCON, D.F. 2017. “**Dono é quem desmata**”: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo; Altamira: Urutu-branco/IAA.
- _____; BRANFORD, S. 2017. “A máfia do desmatamento”. **The Intercept Brasil**. 22 mar. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/03/22/a-saga-da-familia-vilela-os-maiores-pecuaristas-e-des-truidores-de-florestas-do-brasil/>. Acessado em: 22 maio 2017.
- _____. 2017b. “Justiça decide que agricultores devem deixar terras reclamadas por desmatadores”. **The Intercept Brasil**. 20 jun. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/06/20/justica-decide-que-agricultores-devem-deixar-terras-reclamadas-por-desmatadores/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

**GT 10 - Campesinato e conflitos fundiários na América Latina****CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ**
NA AMAZÔNIA PARAENSERafael Benevides de Sousa (UFF)¹
benevidessousa@gmail.comCátia Oliveira Macedo (UEPA)²
catiamacedo@yahoo.com**RESUMO**

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada em comunidades rurais entre a interseção dos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, nos últimos cinco anos. Como objetivo, nos propomos compreender quais as relações de resistências do campesinato frente ao agronegócio do dendê nessa região paraense. Mais especificamente, buscamos entender as relações que se forjam nas comunidades a partir do contato entre a agricultura camponesa e agricultura capitalista com a introdução do cultivo da oleaginosa. Como metodologia, utilizamos a pesquisa de campo e a técnica da entrevista. Através da história de vida, podemos entender a rotina das pessoas, as dificuldades do trabalho na terra e as estratégias para continuarem a viver no campo. Como resultado, temos observado que mesmo com a forte influência da monocultura da palma, muitos camponeses continuam a construir roças e a viver exclusiva ou parcialmente da produção da farinha. Assim, a partir da vivência de campo e dos pressupostos teóricos, esboça-se no artigo algumas questões pertinentes a expansão do dendê e como tem se constituindo as resistências frente a mais este avanço capitalista no campo amazônico.

Palavras-chave: Campesinato. Agronegócio do dendê. Roça. Amazônia

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio do dendê tem engendrado novos mecanismos no processo de subordinação do campesinato do nordeste paraense o que tem implicado em intensas transformações nesse modo de vida. A disputa territorial que se estabelece com a chegada do dendê, encontra-se na centralidade desses conflitos de territorialidade. Em certa medida, essa disputa se edifica a partir das relações simbólico-imateriais e materiais reproduzidas a partir do cercamento do dendê nessas comunidades camponesas. Ao longo de gerações

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, integrante do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPETCA/UEPA).

² Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará e do Instituto Federal do Pará, líder do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPETCA/UEPA).



essas comunidades se criam e recriam através de uma territorialidade alicerçada na família, trabalho, terra e religiosidade.

A questão central que permeia este trabalho, se assenta no esforço de compreender o processo de reprodução do modo de vida camponês por entre o agronegócio do dendê, entendendo o modo de vida camponês como um mecanismo de resistência à cidade, ao assalariamento e à cadeia produtiva da oleaginosa.

O dialogo teórico proposto aqui, se alicerça no entendimento do campesinato enquanto uma classe social de dentro da sociedade capitalista. Martins (1980) nos chama atenção para a reprodução camponesa após a sua expropriação frente o capital, neste caso, o camponês expropriado tende se reterritorializar em outro lugar no/do campo, na busca da manutenção de seu modo de vida.

O agronegócio do dendê como sendo o reflexo da acumulação via espoliação, anunciada por Harvey (2012), tende a expropriar e subordinar o campesinato paraense. Contudo, em meio a expropriação e subordinação, o campesinato tende a criar resistências que se alicerçam por meio das relações constituídas no seu território.

Para este estudo, a compreensão do território se faz de suma importância, sendo a base espacial e temporal para a reprodução dos sujeitos sociais. Para Haesbaert (2009, p. 18) “não há como definir o individuo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”. Partindo desta perspectiva, a investigação sobre o modo de vida camponês dar-se a partir da conformação dos territórios de resistência, seja uma resistência do cotidiano (SCOTT, 2002; 2011), organizada (HÉBETTE, 2004) e/ou do próprio movimento camponês (FABRINI, 2006; 2007).

Parte das reflexões trazidas neste trabalho resulta das atividades de campo realizada na microrregião de Tomé-Açu³, ao longo de 2016 e 2017. Por meio da observação e de conversas com camponeses e trabalhadores do dendê, fomos introduzidos na discussão acerca das transformações ocorridas na dinâmica socioeconômica dessa parte da Amazônia com a introdução da palma africana e seu slogan de sustentabilidade.

2. OS IMPASSES ENTRE A AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO NORDESTE DO PARÁ

A expansão do agronegócio do dendê no nordeste paraense tem gerado desdobramentos adversos ao modo de vida da população camponesa territorializada nesta região. As interferências são inúmeras, dentre elas: a comercialização de terras, a corrida

³ A microrregião de Tomé-Açu faz parte da mesorregião do Nordeste Paraense, composta por cinco municípios: Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu.



pelo assalariamento, soterramento e barragem de igarapés, intensificação da violência, precarização dos ramais, quintais, espaços de uso comum e proliferação de insetos e serpentes.

Em resistência à expansão da oleaginosa, os camponeses têm arquitetado em seus territórios ações coletivas e individuais que possibilitam um movimento camponês contrário a mercantilização da terra, construindo por meio do sistema de roças consorciadas, uma agricultura que sustenta o núcleo familiar e ao mesmo tempo possibilita a comercialização do excedente.

As comunidades pesquisadas nos mostram uma diversificação da renda familiar, que tem sido realizada a partir da mesclagem do trabalho na roça e outras formas de renda complementar, como provida dos programas sociais do governo federal (aposentadoria e Bolsa Família) e recentemente com o trabalho assalariado nos canteiros do dendê e do funcionalismo público rural.

Os produtos da roça são diversos, caracterizado pelas lavouras temporárias como a mandioca, o feijão, o arroz e o milho. Esta produção parte é destinada para a dieta familiar e parte para a comercialização, sendo a farinha de mandioca o principal produto nas trocas comerciais.

Contrário ao sistema de roça, ressurgiu nesse início de século XXI, o plantio da palma de dendê no nordeste paraense. Com a chegada da empresa Biopalma⁴ nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, camponeses têm buscado no assalariamento, uma complementação da renda familiar. Neste processo, apontamos algumas questões que tem levado esses camponeses a deixarem a roça e buscarem o trabalho assalariado. Destaca-se:

- 1- A desvalorização da produção, uma vez que os camponeses não têm o poder de decisão sobre o preço de sua produção, estando sempre vulnerável aos atravessadores;
- 2- O fator ambiental, levando a aterra a não dar os resultados almejados, devido ao baixo teor de nutrientes, ocasionando na baixa fertilidade do solo;

⁴ “A Biopalma da Amazônia foi criada em 2007 pela empresa MSP. Em 2009, foi criado o consórcio Vale (41%) e MSP (59%), mas, em 2011, a Vale aumentou a sua participação para 70%, passando a controlar a Biopalma, definir suas diretrizes e todas as suas políticas, inclusive aquelas relacionadas às questões trabalhistas. Os trabalhadores assalariados são contratados pela Biopalma. Importante esclarecer que o consórcio Biopalma/Vale se limita apenas a produção do óleo de dendê, ou seja, o biodiesel é produzido apenas pela Vale para consumo próprio; pretende abastecer 216 locomotivas que transportam minério de ferro até São Luís, percorrendo 890 km, com o denominado B20 (80% de diesel comum com adição de 20% de biodiesel)” (Drouvot & Drouvot, 2011, p. 380).



- 3- A alienação do trabalho assalariado provendo uma melhor renda do que a renda advinda da roça;
- 4- O fator cultural devido muitos trabalhadores não possuírem histórico de vida com a roça, apesar de viveram no campo, ou parte de suas vidas.

Notamos que são vários os elementos que tem levado ao assalariamento. Contudo, o caminho da empresa não tem tirado as famílias do trabalho na roça, coexistindo nos núcleos familiares as duas modalidades de trabalho.

A permanência da roça se dá pela estreita ligação entre produzir e comer, ou seja, grande parte da dieta alimentar desses sujeitos é oriunda da produção da própria família e dos vizinhos. Assim, percebemos que o assalariamento parcial ou integral de membros da família constitui em um reordenamento do núcleo doméstico e não desestruturação do mesmo. E nesse processo o trabalho na roça se altera para que se mantenha existindo. Basicamente o trabalho na unidade doméstico se organiza a partir de três situações:

1) A mulher chama para si a responsabilidade de gerenciar a roça e a produção da farinha. Neste caso, as esposas com os filhos assumem o manejo com a roça, desde o processo de capinação até a confecção e comercialização da farinha.

2) O homem dividi seu tempo entre a roça e o trabalho assalariado. Nessa relação é visto o trabalho duplo, no qual o trato na roça dar-se nas horas livres, nos finais de semana e no período de férias.

3) Através de pagamento a diaristas para a confecção e manutenção da roça. Esta relação muito corriqueira nas comunidades permite as famílias que não possuem terra a trabalharem na terra de quem tem, com isso garantem o sustento familiar.

Os assalariados são homens e mulheres na faixa etária de 18 à 35 anos que, deslocam-se cotidianamente para as plantações de dendê. Segundo os entrevistados tal deslocamento se deve pela certeza do salário certo no final do mês e pela pouca perspectiva de sucesso na roça. Observamos na comunidade do Cravo que o número de assalariados é tão significativo, que a empresa disponibilizou um ônibus para o transporte dos moradores até os canteiros de dendê.

Normalmente, os trabalhadores do dendê se deslocam de suas respectivas comunidades até a PA-140, onde o ônibus faz o trafego das sedes municipais até a empresa. Geralmente as residências desses trabalhadores se localizam em torno de 3 à 6 quilômetros da estrada, o que acarreta aos assalariados o acordar mais cedo que o habitual das atividades da roça.

Uma das principais diferenças entre o trabalho da roça com relação a oleaginosa, é o tempo de trabalho. Seguindo o tempo natural, do trabalho na roça, o camponês estabelece o seu próprio horário, organizando as tarefas e a divisão do trabalho familiar. Ao contrário, o



operário do dendê segue o tempo estipulado pelo relógio da empresa, estando subordinado a organização interna de seus patrões.

A pesquisa tem nos apontado que, famílias com integrantes assalariados, tem constituído roça apenas para o provimento alimentar familiar. Nesse caso, a produção não é comercializada, ela é direcionada para o consumo doméstico. Isto nos sugere uma reorganização na vida camponesa nas comunidades. Deste modo, mesmo aquelas famílias que têm o assalariado não deixam de ser camponesa, apenas a família se reconstitui, o homem divide seu tempo trabalhando assalariado na sua propriedade, e a esposa e os filhos continuam desenvolvendo o trabalho na roça, e assim garantem grande parte da dieta alimentar familiar.

Contudo, ainda assim, é grande o número de famílias que sobrevivem apenas do trabalho da roça. A negação ao assalariamento dá-se por esses camponeses entenderem que é possível garantir o próprio sustento através do trabalho autônomo, gerenciando seu tempo e suas etapas.

Entendemos que a agricultura camponesa encontrada na sociedade capitalista contemporânea é dividida entre a necessidade e a liberdade, a primeira marcada pela subordinação do camponês ao mercado capitalista e a segunda expondo a autonomia⁵ na gerencia da vida sobre a terra.

A subordinação camponesa está na necessidade da família em ter que vender parte da sua produção para o mercado. Nesta relação, o mercado tende a reordenar parte da sua agricultura, determinando o que produzir, a quantidade (levando em consideração o valor de mercado) e a qualidade.

Nas comunidades pesquisadas, notamos que a farinha de mandioca é o principal produto a reger a economia desses camponeses. Outros produtos como, o arroz, o feijão e o milho, não possuem espaço na comercialização local, estando na prateleira dos supermercados produtos exportados de outros municípios e por vezes outras regiões brasileiras.

Em Acará, Bujaru e Concórdia do Pará encontramos quatro formas de comercialização da produção camponesa: 1) para os marreteiros que passam pelas comunidades; 2) para os comerciantes da comunidade e da cidade; 3) nas feiras de Marituba ou Vigia; 4) e nas feiras das sedes municipais dos municípios pesquisados, sendo

⁵ O entendimento de autonomia neste trabalho “não significa, de forma alguma, uma espécie de fechamento do lugar com relação ao restante do mundo. Ao contrário, significa a capacidade de controle e gestão de determinados processos políticos, econômicos, culturais e ambientais, de maneira que os sujeitos envolvidos diretamente em cada processo possam definir os planos e projetos em consonância com atores e processos de outros lugares” (SAQUET & SPOSITO, 2008, p. 28).



vendido diretamente para o mercado consumidor. Esta última relação comercial é onde o camponês se apresenta livre, ao vender diretamente ao mercado consumidor, apresenta-se à sociedade capitalista a autonomia total da sua produção, não estando subordinado aos agentes capitalistas.

No caso da farinha, encontramos a sujeição camponesa ao mercado local (e por vezes regionais). De certa forma trata-se da monopolização da farinha quando os camponeses vendem a sua produção para os marreteiros ou comerciantes locais, na qual estes últimos seriam os capitalistas que se apropriam da produção camponesa. Nesse caso, seria uma monopolização, que se dá através da informalidade na comercialização da farinha.

Esta sujeição camponesa, tem se dado para o provimento de produtos que não são produzidos na roça, como: roupa, calçado, remédio, material de trabalho, e também demais mantimentos como sal, óleo, sabão, querosene, comida salgada, etc. O dinheiro também é revestido para o pagamento de talão de energia e compra de eletrodomésticos. Desde modo, entendemos que a subordinação camponesa se dá primordialmente pela necessidade familiar.

Por outro lado, a roça constitui-se como um espaço de liberdade da família camponesa, ao passo que parte da produção é voltada para a dieta familiar. Para além da mandioca, encontramos na roça o arroz, o feijão, o milho e uma variedade de legumes, verduras e frutos. Esta diversificação produtiva marca a liberdade que estes agricultores possuem em constituir espaços de roças que vise alimentação de imediato da família. Desde modo, notamos certa autonomia na gerencia da produção, mesmo que parcialmente.

Atualmente temos notado algumas famílias introduzindo o dendê em suas propriedades. De certa forma, seria o reflexo da inserção da agricultura familiar no programa do biodiesel⁶. Ao produzir o dendê, o camponês se integra ao mercado capitalista num formato diferente de quando se insere com os produtos da roça, em virtude dos acordos contratuais com a empresa produtora da oleaginosa, que impõe à agricultura camponesa os ditames capitalistas, constituindo assim a sua subordinação.

Sob o slogan do desenvolvimento regional e da potencialidade do dendê como geração de renda para os pequenos produtores, o Estado do Pará se torna o epicentro da palmácea na região amazônica. Rapidamente a área de cultivo se expandiu e a produção se consolidou. Em 2010, o lançamento do Polo de Tomé- Açu evidencia a importância da produção estadual.

⁶ O biodiesel é um combustível baseado na exploração de fontes de energias renováveis, que no Brasil sendo desenvolvido, principalmente, a partir de espécies vegetais, sendo as mais utilizadas: soja, milho, mamona, girassol, dendê, entre outras.



O lançamento pelo Presidente Lula do Plano Palma Verde em Tomé-Açu (Pará) em maio do corrente ano (2010), de estímulo ao plantio e à produção do óleo de palma, desencadeou grande procura pela atividade. Porta vozes do governo informaram que se hoje há apenas 66.800 ha plantados com dendê no país, pelo menos 15 empresas já planejam aumentar a área plantada para 235,5 mil ha nos estados do Pará, Bahia, Roraima e Rondônia (BECKER, 2010 p. 33).

De acordo com Becker (2010, p. 34), em meio aos alardes das propagandas do Governo Federal, “empresas já instaladas investem na ampliação da área cultivada e novos investidores estrangeiros indicam intenção de investir, movimentando fortemente o mercado imobiliário de aquisição de áreas rurais nos polos de produção tradicional”.

Ao entramos em campo, nos deparamos com uma fraca inserção da agricultura familiar camponesa na produção do dendê. Até 2014, entre as comunidades pesquisadas, apenas uma delas (Arapiranga Vila) oficializou o contrato para a produção de dendê com o montante de três famílias. Outras famílias que também se interessaram em produzir o dendê, não foram contemplados com o projeto sob a alegação do difícil acesso de suas propriedades, que se localizam distantes da PA-140. Já em 2017, observamos novas famílias produzindo o dendê em Arapiranga Rodovia (três famílias) e na comunidade Timboteua (duas famílias).

No caso de Arapiranga Vila, as famílias contempladas iniciaram o processo de plantio do dendê em 2012. Por meio de financiamento no Banco da Amazônia, as famílias tiveram como limpar a terra, compraram mudas e os adubos da própria Biopalma. Uma das famílias, (de Jonas Belém), empreitou para a empresa plantar as mudas, que segundo ele, não conseguiria fazer tudo com sua família. Em outra família (de Mauro Ferreira) foram contratadas pessoas da comunidade para ajudá-lo a plantar a oleaginosa. Em meio a implantação do dendê nessas unidades doméstica, a família de Jonas Belém não fez roça para 2013, no mesmo ano teve que comprar roça de vizinhos para garantir parte da alimentação da família, já em 2014 confeccionou quatro tarefas de roça, com mandioca, arroz e milho. O mesmo acontece com Mauro Ferreira que também diminuiu o tamanho da roça, antes do cultivo do dendê, fazia em torno de seis tarefas de roça, atualmente fez apenas duas.

As famílias dispuseram de 10 hectares da propriedade para o cultivo do dendê. Nessa área foram plantadas 1.430 árvores de dendê, com estimativa da primeira colheita para daqui a três anos.

Toda a produção oriunda das unidades camponesas será vendida a Biopalma, estando estes presos a acordos e financiamentos. Além disso, todo o dendê colhido será vendido pelo preço de mercado do período da colheita. Estando o preço alto ou baixo, os camponeses tornam-se sujeitos às amarras do capital.



Se quando produzem a farinha, os camponeses têm o poder de decisão em vender a sua produção na sede municipal de Concórdia, ou nas feiras de Vigia, Marituba ou Belém, ou mesmo trocar por mercadoria na comunidade, com o dendê isso não acontece, tendo a Biopalma a exclusividade da produção. Desta forma, a pequena agricultura entra subordinada nesse processo produtivo do Agrocombustível, não tendo o poder de decisão sobre o que produz.

A inserção da pequena agricultura na produção de agroenergia está colocada como se fosse possível obter vantagens na produção em cadeia controlada por corporações nacionais e estrangeiras globalizadas. Contudo, a participação dos camponeses na produção de Agrocombustível implica numa inclusão subordinada, [...] em que o trabalho e renda da terra são transferidos ao capital no processo de circulação (comercialização) da produção, principalmente (FABRINI, 2010, p. 56).

Partindo desta perspectiva, entende-se que a introdução da agricultura camponesa no processo produtivo dos agrocombustíveis, passa necessariamente pela sua subordinação, já que a base produtiva em sua maioria fica a cargo das empresas capitalistas. Neste sentido, a participação camponesa na produção de matéria prima para a produção de agrocombustíveis se apresenta primordialmente sob a sua condição da subordinação, uma vez que o protagonista na produção do biodiesel é o grande agronegócio” (LASCHEFSKI & ZHOURI, 2010, p. 270).

A inserção desses pequenos agricultores no processo produtivo dos agrocombustíveis tende a transferir um modo de produção tipicamente camponesa para outro modo produção mais voltado para a comercialização. Isso fica claro se formos comparar a importância da roça e a importância do cultivo do dendê na vida camponesa. Da roça o camponês tira tanto o alimento para sua mesa quanto para comprar mercadoria. Já com o dendê isso não acontece, pois, o destino da produção é de uso exclusivo do mercado, além de não inviabilizar o plantio de outras culturas agrícolas na área plantada.

O cultivo do dendê quebra em seu processo produtivo os mutirões, que é característica marcante no trabalho e na vida camponesa. Em Arapiranga as famílias que plantaram a palma, tem usado o sistema de preitear os serviços do monocultivo, tanto para a Biopalma como para pessoas da comunidade, não participando mais do sistema de mutirão ou ajuda mutua. Assim, a composição da agricultura camponesa como produtores de matéria prima para os agrocombustíveis abala as relações de solidariedade, de sociabilidade e a socialização da criança com o trabalho dos pais, já que esses não têm função no cultivo do dendê.

Para além das comunidades pesquisadas, encontramos grandes extensões de terra, tanto as margens da PA 140 quanto ao interior da estrada, com um continuo da



oleaginosa, desencadeando em relações estritamente ligadas ao modo de produção capitalista.

Assim, a Biopalma materializa nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará as marcas do agronegócio, na qual se caracteriza com “a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências”, por outro lado o sistema agrícola camponês, como se viu anteriormente, caracteriza-se pela “biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala” (FERNANDES & WELCH, 2008, p.49). Porém,

O campesinato pode produzir a partir do sistema agrícola do agronegócio, contudo, dentro dos limites próprios das propriedades camponesas, no que se refere à área e escala de produção. Evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital (FERNANDES & WELCH, 2008, p.49).

Fernandes e Welch (2008) nos dá pista para entender como o campesinato tem se inserido ao sistema do agronegócio. Isto fica claramente exposto, com o Programa nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, no qual o governo federal estipula metas de integrar a agricultura familiar camponesa nos projetos de agrocombustíveis, porém, tal participação é secundária, na medida em que a produção vinda da pequena propriedade é muito inferior, da que é produzida pelas empresas produtoras do Biodiesel.

Harvey (2014), ao pensar a acumulação por espoliação, revisita a clássica descrição marxista da acumulação primitiva diante de um processo de mercadificação e monopolização da terra e, conseqüentemente, a expropriação camponesa. A introdução do dendê nas políticas públicas anunciadas pelo PNPB em 2005, criou-se uma maior concentração de terras no nordeste paraense, ao passo que gerou uma suposta mão de obra ociosa no campo. A territorialização da palma nos anos seguintes se deu juntamente com o cercamento das propriedades privadas e na utilização da mão de obra disponível via a espoliação camponesa.

O processo de acumulação por espoliação gera mecanismos antigos de recriação do campesinato, dentro de um processo de desterritorialização e reterritorialização que, ocasionalmente, gera territórios de resistência camponesa. O camponês expropriado/desterritorializado de sua terra, busca mecanismos em outro lugar ou/e em comunidades vizinhas, próximo de parentes e amigos, resistindo à cidade e se reterritorializando novamente no campo, mesmo que de forma precária.

Compreendemos que a desterritorialização e reterritorialização camponesa dá-se mesmo sem sua expropriação da terra, mas de forma simbólica-imaterial, gerando no território outros mecanismos e estratégias de resistência para a manutenção da unidade familiar.



De modo particular, o campesinato amazônico tem sido ameaçado pelo avanço da fronteira agrícola desde o processo de integração nacional, porém, tem ficado resiliente frente a expansão capitalista no campo, orquestrando uma resistência que permite a sua recriação nas frestas do capital. No nordeste paraense, a expansão do dendê tem de certa forma reestruturado as relações produtivas nas comunidades camponesas, colocando em questão a produção de alimentos, principalmente da farinha de mandioca.

O trabalho proletário complementar (TAUSSING, 2010) alude uma estratégia camponesa de manter parte dos seus recursos indispensáveis para a manutenção da família na terra. Tais recursos são vistos em Bujaru e Concórdia do Pará na manutenção do retiro, na compra de fornos para assar a farinha, compra de moto e eletrodoméstico, pagamento de diárias para o manejo da roça, a casa de alvenaria, entre outros. O investimento do salário na roça, mostra a resistência camponesa ao trabalho assalariado integral, mantendo parte da sua renda proveniente do trabalho familiar camponês. Assim, “o complemento camponês ao trabalho assalariado é, portanto, necessário tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores assalariados, uma vez que o salário capitalista raramente é suficiente para um indivíduo sobreviver” (TAUSSING, 2010, p. 139).

Em nossa pesquisa em Acará, Bujaru e Concordia do Pará, notamos que os camponeses expressam formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002; 2011) ao dendê, que pode ser visualizada na rotina de vida familiar e comunitária. Um exemplo seria o camponês que sai de manhã para trabalhar na Biopalma, mas quando volta à tarde vai para a roça, cuida do quintal, da horta medicinal, vai tomar banho de igarapé e nos finais de semana ainda faz farinha no retiro. Além disso, ajuda um parente que está doente, participa do culto dominical e dos jogos de futebol na comunidade. Mesmo trabalhando na colheita da oleaginosa, o camponês guarda na sua convivialidade a sua resistência ao modo de vida do proletariado.

As formas cotidianas de resistência definidas por Scott (2011), nos ajudam a entender a resiliência camponesa frente a expansão capitalista na fronteira amazônica, principalmente porque parte desse campesinato não segue totalmente a racionalização produtiva imposta pelo Estado e o Capital. Assim, mesmo entrando na cadeia produtiva do dendê, encontramos no cotidiano campesino relações simbólicas que estão naturalizadas na vida em comunidade, organizando o território na contramão do processo de descampesinização e da metamorfose do camponês em agricultor familiar capitalizado (NAHUM & SANTOS, 2014), que seria a sistematização da vida camponesa aos olhos do Estado desenvolvimentista e do capital.

O território de resistência camponesa se dá sempre contra uma ordem que tenta dominá-lo e apropriá-lo e, conseqüentemente, transformar a rotina de vida na lógica do que



seja modernidade. Involuntariamente, o camponês orchestra em seu cotidiano formas de luta contra a racionalização da sua vida. Essa luta nem sempre se dá na confrontação coletiva, mas também de forma individual, por isso que Scott (2011, p, 227) nos alerta que “formas cotidianas de resistência não proporcionam manchetes jornalísticas”.

Em outra perspectiva de pensar a resistência camponesa, Hébette (2004) nos chama atenção para um movimento camponês nas linhas das organizações sociais no campo, por meio de associações, cooperativas e segmentos da igreja católica. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) é um exemplo importante para pensar a resistência camponesa no nordeste paraense. Por meio das CEBs, há um intenso movimento político que, extrapola o induto religioso da igreja, havendo uma ação territorial de conscientização, cidadania e de resistência nos territórios camponeses.

Nos encontros religiosos, há o ato de rezar e de oração, mas também é um momento de encontro, de relatos sobre vivência da comunidade, limpeza do ramal e igarapé, ajuda às famílias com dificuldades, problemas sociais e ambientais e na busca de soluções para tais adversidades.

A formação de associações agrícolas também tem sido uma forma de resistência e a busca de melhores condições para o processo de comercialização da produção. Sendo uma alternativa aos preços pré-fixados por marreteiros e atravessadores. Além de possibilitar uma maior garantia de escoamento da produção.

Em outra perspectiva, Fabrini (2007) faz uma proposta de pensar o território de resistência camponesa para além dos movimentos sociais no campo. Para o autor, “A produção para o autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos de processos” de resistência camponesa (2007, p. 9).

As relações que giram em torno da vida em comunidade edificam um território de resistência camponesa frente ao processo de acumulação por espoliação. Assim, alguns vendem a terra e migram, outros continuam a re-insistir a viver no campo. Aos que resistem, criam e recriam mecanismos e estratégias por meio de laços de solidariedade, do trato com a roça, da diversidade agrícola, das festas de santo, das relações de vizinhança, ajuda mutua, mutirões e ações comunitárias.

Mesmo quando o camponês ingressa na cadeia produtiva do dendê, pode-se encontrar resistências embutidas em relações de trabalho alternativo que, complementem a renda familiar. As estratégias de sobrevivência também são táticas de resistências que têm feito a sociedade camponesa estar viva desde o advento do capitalismo, quando teóricos clássicos da questão agrária já anunciavam sua terminalidade.



Em meio ao pensamento homogeneizante da globalização neoliberal, Taussing (2010) nos aponta uma corrente de pensamento que concebe a contradição do capitalismo, quando este não enquadra em todos os lugares a sua receita de acumulação, mas tenta extrair da renda não capitalista o lucro desejado. Com isso, a comunidade camponesa se estrutura a partir do seu cotidiano e, não exclusivamente a partir da racionalidade do capital.

Deste modo, delineamos até aqui, que a expansão do capitalismo na Amazônia toma faces de desenvolvimento, mostrando o caminho a ser trilhado para a modernização da região. Em contraponto, as populações camponesas vão constituindo territórios de resistência, ganhando visibilidade e legitimando sua reprodução social e cultural pelas brechas do capital.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio do dendê tem ressignificado o modo de vida camponês no nordeste paraense, inserindo novas relações e atribuindo o trabalho complementar nas unidades domésticas como meio de sobrevivência desse campesinato. A inserção das famílias na cadeia produtiva do dendê, é fruto da esperança de uma melhor inclusão no mercado, algo pouco valorizado com o cultivo de roças itinerante.

O cultivo da oleaginosa é o reflexo do processo de acumulação via espoliação, que incide ao território um processo de expropriação e subordinação camponesa ao capital. O dendê, enquanto gerador de um óleo para a produção de combustível e alimento tem se territorializado pelo nordeste paraense, homogeneizando a paisagem e fazendo uso capitalista do território.

Contraditoriamente a este percurso, os camponeses têm se mobilizado, edificando por meio das relações em comunidade um território que resiste ao avanço da palma, disputando o território e lutando pelo direito de viver no campo. O campesinato orchestra em seus territórios uma convivialidade alicerçada em relações que se opõem ao modo de produção capitalista, sem, contudo, estar de fora desse sistema.

4. REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)?** », Confins [Online], 10 | 2010, posto online em 14 Janeiro 2011, Consultado o 02 Outubro 2012.

DROUVOT, C. M. & DROUVOT, H. **O Programa de Produção Sustentável do Dendê na Amazônia: a mobilização dos grupos de interesse no reflorestamento das áreas degradadas.** 6º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas. Inovação, Cooperação Internacional e Desenvolvimento Regional. IFBAE, Franca, 2011.



FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A. & SANTOS, R. A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 55-88.

_____. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Revista NERA (UNESP), v. 1, p. 5-22, 2007.

_____. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul (UFSC), Florianópolis/SC, v. 21, n.42, p. 63-92, 2006.

FERNANDES, B. M. & WELCH, C. A. Campesinato do e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-69.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade** (4ª ed.). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 8 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HÉBETTE, J. A resistência dos posseiros. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. II.

HOMMA, A. K. O. & VIEIRA, I. C. G. **Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 8, n. 15, jul./dez. 2012.

LASCHEFSKI, K. & ZHOURI, A. Conflitos ambientais Norte-Sul: agrocombustíveis para quem?. In: ALMEIDA, A. W. R. [et al.] (ORGs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

MACEDO. C. O. & SOUSA, R. B. **Produzir para viver: trabalho e produção camponesa na comunidade de São Judas – PA**. Revista Cadernos do CEOM - Ano 24, n. 35 – Identidades. 2011.

_____. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. In: MACEDO, C. O. et. al (Orgs). **Os "nós" da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açai, 2016.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

NAHUM, J. S. & BASTOS, G. S. **"Dendêcultura e descampesinização na Amazônia paraense"**. CAMPO-TERRITÓRIO: *Revista de Geografia Agrária*. V.9, N. 17, 2014, p. 469-485.

SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R. & CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

SCOTT, J. C. **Formas de cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, Jan/Jun, 2002, p. 10-31.

_____. **Exploração normal, resistência normal**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

SOUSA, R. B. **Pelas margens do Igarapé Arapiranga: o processo de territorialização camponesa no Município de Concórdia do Pará**. Niterói: 2014.



TAUSSING, M. T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul.** Tradução Priscila Santos da Costa – São Paulo: Ed. Unesp, 2010.



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA

CAMPONESES BEIRADEIROS E A LUTA PELO TERRITÓRIO EM FACE DO HIDRONEGÓCIO NO XINGU¹

José Antônio Magalhães Marinho (USP)²
josemarinho@usp.br

RESUMO

No trabalho, abordam-se preliminarmente alguns aspectos do processo de desapropriação/desapossamentos de camponeses beiradeiros no médio rio Xingu, no Pará, em decorrência da construção da hidrelétrica de Belo Monte, bem como a emergência da luta desses camponeses para reconquistar territórios de onde foram expulsos. Partindo da perspectiva de que esse processo contraditório é inerente ao desenvolvimento capitalista desigual e combinado, entende-se a luta desses camponeses como um movimento no sentido de retomar frações do território capitalista desapropriadas pelo governo federal para a exploração energética no Xingu, onde possam reconstruir suas formas de territorialização. Nesse embate, referida luta, potencializada pelo envolvimento de outros sujeitos sociais, vem lançando contradições no programa de ação do consórcio empreendedor, permitindo antever um processo de recriação camponesa em torno do lago da hidrelétrica de Belo Monte no Xingu.

Palavras-chave: Camponeses beiradeiros, Luta pelo território, Norte Energia S/A; Xingu;

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária na Amazônia, no início do século XXI, envolve não apenas a luta pela terra e pelos recursos florestais e minerais, mas, também, cada vez mais, a disputa pelo controle dos grandes rios da região. Nesse trabalho, que é parte de um projeto de pesquisa mais amplo, que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), essa temática é tratada a partir do avanço do hidronegócio no rio Xingu, no Pará, e da luta de centenas de famílias camponesas atingidas pela hidrelétrica de Belo Monte. Partindo da avaliação de documentos, assim como do acompanhamento de audiências públicas e reuniões

¹ Este trabalho resulta de projeto em andamento que conta com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Estudante de pós-graduação na Universidade de São Paulo - USP, mestre em geografia pela Universidade Federal do Pará.



envolvendo camponeses, movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (Ongs), Ministério Público Federal (MPF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Norte Energia S/A (Nesa), apresentam-se algumas considerações iniciais acerca da luta de camponeses beiradeiros que vem contribuindo decisivamente para desencadear um conjunto de ações que tem lançado contradições no processo de limpeza territorial operacionalizado pela Nesa no médio Xingu, abrindo a possibilidade de reconquista do território e da recriação camponesa em torno do rio do qual foram apressadamente arrancados. Com esse intuito, apresenta-se inicialmente uma breve caracterização dos camponeses beiradeiros atingidos por Belo Monte. E em seguida, algumas notas acerca do contraditório processo de desapropriados/desapossados desses camponeses, bem como a emergência da luta desses sujeitos para retomar seus territórios, são apresentadas.

2. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPESINATO BEIRADEIRO NO MÉDIO XINGU ANTES DE BELO MONTE

A formação do campesinato no médio rio Xingu remonta a primeira metade do século passado e se vincula, intrinsecamente, à dinâmica de desenvolvimento capitalista na região amazônica, mais especificamente no sudoeste do Pará, no qual o processo de produção do capital vem criando e subjugando relações de produção não-capitalistas, como as relações camponesas ou, em determinados casos, relações profundamente marcadas pela superexploração e mesmo pela imobilização da força de trabalho.

Trata-se, nesse sentido, de um campesinato constituído de sujeitos sociais que não devem ser compreendidos como sujeitos isolados, apesar de se re-criarem em rincões por vezes distantes, do ponto de vista físico, de centros mais dinâmicos da região. Nem como restos de um modo de produção pretérito ou como sujeitos fadados ao desaparecimento mediante ao avanço das relações capitalistas no campo como levam a crer, aliás, tanto a perspectiva clássica (GUIMARÃES, 1974) como a perspectiva da diferenciação interna do campesinato (LENIN, 1982), ainda muito presentes nas interpretações sobre essa classe social no Brasil.

Ao contrário, a formação desses camponeses ocorre no interior do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (OLIVEIRA, 2007; SHANIN, 1993) na Amazônia, processo em que o Estado tem exercido papel estratégico, quer do ponto de vista dos recursos materiais, quer do pondo das políticas territoriais, mobilizando trabalhadores de outras partes do Brasil, mormente camponeses, para dissuadir conflitos sociais gerados pelo latifúndio e, ao mesmo tempo, disponibilizar braços para os empreendimentos capitalistas na região (OLIVEIRA, 2002).



Os camponeses beiradeiros do médio Xingu, por aquilo que já se observou em trabalhos de campo exploratórios e na literatura já consultada (ALMEIDA; MARIN, 2014, E. MAGALHÃES; CUNHA, 2017; MAIA, 2013), eram constituídos de famílias que trabalhavam, antes da chegada de Belo Monte, em unidades produtivas próprias ou em posses, tanto na faixa ribeirinha, como nas numerosas ilhas que existiam ao longo do rio antes da hidroelétrica. Tais famílias desenvolviam suas atividades usando, basicamente, a mão de obra familiar ou, em determinados momentos, envolvendo ralações de ajuda mútua, como a “disjunta” (troca de dias de trabalho entre os membros das famílias), sobretudo na realização de trabalhos mais árduos.

Esses camponeses sempre mantiveram relações com os agentes de mercado. Quando a economia da borracha declinou, a partir da segunda metade do século passado, esses camponeses continuaram negociando com comerciantes da cidade de Altamira, produtos variados resultantes da pequena agricultura, da caça do gato, da coleta de castanha e da pesca. E adquirindo também bens industrializados que não eram produzidos nas unidades familiares, como roupas, utensílios de limpeza, ferramentas de trabalho e mesmo aparelhos eletroeletrônicos.

Nesse processo, muitos beiradeiros do Xingu, com o passar do tempo, acabaram conseguindo também moradias na cidade de Altamira, onde ficavam quando vinham à cidade negociar seus produtos, buscar tratamento de saúde ou mesmo onde colocavam filhos para continuar os estudos. Como explica seu Antônio a um Grupo Interinstitucional, conduzido pelo MPF em 2015, “É. Porque você passa oito dias aqui, pescando, às vezes passa sete, seis, lá, para vender. Aí então você fica ocupando os dois lugares ao mesmo tempo, a vida toda...” (MPF, 2015, p. 7).

Para essas famílias,

O rio seria o lugar mais próximo da floresta, mais silencioso, de mais trabalho e também mais dadivoso. Já a rua [cidade] é o lugar do comércio, da escola, da saúde, do ruído e de mais dificuldades. No rio tiram seu sustento, seja pelo peixe, seja pela coleta do que plantam e do que recebem da natureza. Na cidade vendem o que produzem, e acessam hospitais e escolas. E nesse ir e vir, nesse fluxo constante a subir e descer o rio, em que tanto o rio como a cidade são fundamentais à sua vida, podem ser encontradas casas, tanto na beira do rio quanto na rua, fechadas, aparentemente desabitadas (MPF, 2015, p. 4).

Dessa maneira, observa-se que esses camponeses territorializavam o espaço (RAFFESTIN, 1993) do médio Xingu de maneira fluida e dinâmica, através de uma complexa forma de apropriação que envolvia não apenas as estratégias de usos dos recursos naturais, mas também o conhecimento prático dos ciclos da natureza e, sobretudo, um sentimento de pertencimento territorial.

Como explicita dona Rita Cavalcante:



O ribeirinho é aquele que vê uma chuva vindo ali, mas ele sabe que essa chuva vai passar. E ela passa... só aquele ventão e a chuva passa... Aquele banzeiro, vai na beira do rio e diz: eita o rio vai encher e no dia seguinte o rio enche... Você entra no Igapó e você sente o cheiro. Você sente que o rio vai baixar. Você sente. Tudo isso caracteriza um ribeirinho. Eu sou ribeirinha. Sou filha de ribeirinho. É uma coisa que tá dentro de mim. Tá na minha natureza. Se me coloca na cidade, eu vou saber me dirigir. Mas isso não sai...(CONSELHO RIBEIRINHO, 2017, p. 3).

Este pertencimento territorial, por aquilo que se tem observado em audiências públicas, por exemplo, é um dos elementos que marca fortemente a relação dos beiradeiros com o rio Xingu e que, construído no processo de reprodução camponesa e apropriação das frações do território capilatista no “beiradão”, parece constituir, atualmente, um dos importantes elementos que potencializa a luta desses sujeitos sociais pela reconquista do pedaço de mundo longe do qual não conseguem viver e nem se reproduzir.

3. REPRESENTAÇÃO ESTANQUE DA NESA E A LUTA DOS CAMPONESES PELA DUPLA MORADIA

À primeira vista, o Tomo 24 do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, que trata especificamente da situação socioeconômico dos grupos sociais na Área Diretamente Atingida (ADA) rural, parece considerar a diversidade territorial dos grupos camponeses atingidos pela referida hidrelétrica.

Nesse documento, observa-se que a ADA rural é dividida em quatro setores: Margem Direita – Reservatório do Xingu; Margem Esquerda – Reservatório do Xingu; Ilhas e Reservatório dos Canais. Metodologia que remete, em princípio, a uma provável preocupação em reconhecer a diversidade territorial dos grupos camponeses considerados impactados pela hidrelétrica, ou seja, aqueles situados em áreas inferiores a cota de inundação.

Mas essa expectativa esmaece quando se depara, no corpo do documento, com uma descrição que, apesar de bastante rica em termos de gráficos, tabelas e imagens, não avança efetivamente no sentido de construir uma representação mais concreta da territorialização e do modo de vida dos grupos estudados.

Tal limitação associa-se ao fato de o estudo pautar-se em uma abordagem homogêneo de todos os setores estudados, seguindo, para isso, uma abordagem constituída dos seguintes tópicos: Caracterização dos Imóveis Rurais; Caracterização do Estabelecimento Produtivo; Caracterização dos Grupos Domésticos e da População Residente; Condições de Vida da População Residente; Localidades Rurais e; Expectativas da População Residente Sobre o Empreendimento.

Essa perspectiva, apesar de possibilitar subsídios para o empreendedor acerca de subseqüentes gastos com indenizações, na prática, limitou-se, apenas, a identificar e a



quantificar famílias e dados sobre a situação dos imóveis, a quantidade de trabalhadores envolvidos na agricultura, na pesca, no extrativismo e na pecuária. Ou seja, trata-se de um procedimento esquemático que simplesmente buscou traduzir o modo de vida, a territorialização dos grupos estudados, em números.

Com isso, referido estudo é portador de uma representação estanque desses grupos sociais, particularmente no que se refere a suas relações de apropriação do espaço. Consequentemente, não permite visualizar as formas de relação dessas pessoas com seu ambiente e muito menos como reproduziam suas condições de vida. Assim, essencialmente, os grupos sociais camponeses representados no Tomo 24 do EIA de Belo Monte, são formados por pessoas abstratas, retiradas arbitrariamente de seu substrato material para tabelas e quadros.

E tal abstração persistiu, mesmo em face dos recadastramentos socioeconômicos conduzidos pela Nesa a partir de 2011, objetivando efetivar desapropriações e desapossamentos. A perspectiva patrimonialista e, por vezes evolucionista, continuou intacta nesse levantamento das condições de vida dos atingidos. Tanto que nos dois cadernos de preços usados para aferir indenizações, nem se faz referência a aspectos simbólicos e culturais, apesar de haver no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de Belo Monte, um Projeto de Reparação, que previa recompensas materiais a perdas não materiais sofridas pelos grupos atingidos, referentes à cultura e ao sentimento das pessoas com a região a ser afetada (ELETROBRAS, 2009).

Uma das consequências desse tipo de abordagem foi a invisibilização das condições concretas em que esses grupos sociais historicamente se reproduziam, o que resultou, por extensão, na invisibilização formal do próprio grupo para a Nesa que continuou a trata-los a partir de representações fragmentadas e deformadas. Com isso, as reivindicações dos beiradeiros tendiam a ser vistas pela empresa como oportunismo, como estratégia para obter alguma vantagem no contexto das indenizações.

Diante desse quadro, os camponeses beiradeiros individualmente e de maneira, em princípio, espontânea, sucessivas vezes foram denunciar a Nesa ao MPF até que finalmente em meados de 2015, a Procuradoria da República em Altamira, diante da intensificação das denúncias, resolve convocar várias instituições, inclusive o IBAMA, órgão licenciador e que teoricamente deveria estar monitorando o cumprimento das premissas asseguradas no PBA, para realizar uma inspeção interinstitucional em campo, a fim de verificar, para além dos relatórios oficiais da Nesa, em que condições se desenrolava o processo de desapropriação/desapossamento dos camponeses beiradeiros.



Um dos principais problemas diagnosticado nessa inspeção foi que a Nesa não reconhecia a situação de dupla moradia de muitas famílias camponesas. No relatório produzido pelo MPF, consta que:

A empresa Norte Energia nega-se a reconhecer a realidade peculiar do ribeirinho, que se faz num trânsito constante entre o rio Xingu e a cidade, com moradias lá e cá, ambas imprescindíveis à manutenção do seu modo de vida, ao sustento de sua família (pesca e venda do peixe e demais produtos) e ao acesso aos aparelhos públicos essenciais, como educação e saúde. (Constatação n.07 - Equipe Interinstitucional de Inspeção) (MPF, 2015, p. 8).

Verificou-se que ao exigir-se do pescador que opte entre ser rural ou ser urbano, está-se lhe impondo a necessidade de abrir mão de uma parte de um todo indivisível, indispensável ao seu modo de vida e à sua subsistência. (Constatação n.09 - Equipe Interinstitucional de Inspeção) (MPF, 2015, p. 8).

Tal forma de territorialização, impossível de ser reconhecida pela abordagem simplista adotada no EIA e nos levantamentos socioeconômicos realizados pela Nesa, só em 2015, pouco antes da Inspeção Interinstitucional, é reconhecida formalmente pelo IBAMA (IBAMA, 2015), recomendando a empresa empreendedora, subsequentemente, que revisse sua proposta de compensação no processo de desapropriação/desapossamento dos camponeses beiradeiros.

Porém, grande parte desses camponeses já havia sido forçada a se enquadrar na categoria de “atingido urbano”, que assegurava uma pequena casa em um dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), na cidade de Altamira, ou na categoria de “atingido rural”, com a possibilidade de obter alguma indenização em dinheiro pelas benfeitorias, quantia, porém, muito baixa e que não lhes permitia adquirir, no contexto de especulação da barragem, uma terra para morar, tanto na cidade quanto no campo.

Nessa situação, enfrentando até mesmo sérias privações materiais, esse grupo de camponeses beiradeiros, a partir de 2016, vai fortalecer a lutar pelo retorno ao rio, denunciando nas audiências públicas, as precárias condições em que se encontravam, sobretudo na cidade de Altamira, exigindo que fossem reassentados nos espaços que territorializavam antes da instalação de Belo Monte. No contexto dessa luta, a Nesa é progressivamente forçada a fornecer espécies de auxílio para várias dessas famílias até que sejam efetivamente reassentadas.

4. A LUTA DOS CAMPONESES BEIRADEIROS PELO RETORNO AO TERRITÓRIO

Os camponeses beiradeiros, concretamente, foram expulsos de seus territórios sem as mínimas condições materiais para reconstituir seu modo de vida, tal como preconizado no Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte. Em consequência, esses camponeses não tardaram a se mobilizar para voltar ao “beiradão” do Xingu na tentativa de retomar o



processo de reprodução social brusca e violentamente interrompido no processo de construção de Belo Monte.

Essa mobilização, porém, parece não ter resultado de nenhuma organização que faça lembrar a estrutura dos movimentos sociais tradicionais. Pelo contrário, esse movimento foi tomando forma através de um conjunto de ações quase individuais de famílias que foram descartadas pela política compensatória da Nesa e que sem perspectiva de continuar sua reprodução social onde se encontravam (tanto na cidade de Altamira, quanto ao longo de travessões em áreas de terra firme distantes do rio), intensificaram suas idas ao MPF e também a DPU em Altamira, para denunciar o descompromisso da empresa empreendedora e reivindicar, principalmente a partir de 2016, à volta a seus territórios.

É importante lembrar, contudo, que antes mesmo desse processo tomar forma mais explícita, já existiam informações de que famílias camponesas estavam voltando para o lago de Belo Monte, mesmo que em condições precárias de moradia (Figura 01) como, inclusive, foi constatado pela inspeção interinstitucional organizada pelo MPF em julho de 2015.

Figura 01: Moradia de beiradeiro que retornou às margens do rio Xingu



Fonte: MPF, 2015.

Cabe destacar ainda, que após essa inspeção do MPF em 2015, deflagrada em função das denúncias feitas pelos beiradeiros que estavam sendo objeto de violento processo de remoção compulsória pela Nesa, essa empresa foi notificada pelo IBAMA e passou a realizar o reassentamento de algumas famílias em determinadas áreas da franja ribeirinha do lago de Belo Monte no Xingu, mas de forma aleatória, sem considerar a antiga “região” de moradia das famílias, e sem o devido conhecimento da territorialização dos camponeses beiradeiros.

Em face desses acontecimentos, a maioria das famílias camponesas, que já havia sido retirada violentamente do território, recorre a instituições como o MPF, a DPU e ao próprio IBAMA, exigindo o direito de voltar ao Xingu. Isso com a participação do MXVPS e



também do ISA, sujeitos que, embora de perspectivas diferentes, também atuaram na mediação desse processo, particularmente na orientação e no encaminhamento de camponeses ao MFP e a DPU.

Com isso, o IBAMA é levado a intervir no reassentamento promovido pela NESA, embargando-o até que fossem definidos novos termos para organizar a volta dos camponeses e de famílias indígenas não aldeadas para o beiradão do Xingu. Todavia, a forma de assentar da Nesa simplesmente marcada pela distribuição aleatória de pedaços de Áreas de Proteção Permanente (APP) às famílias atingidas gerou a situação descrita por seu Arenô, um dos beiradeiros veteranos que luta para voltar para próximo de onde morava:

O que vimos ali é o que sempre se reclama. Realmente pessoas diferentes, que não são da área. Morando no que era dos outros. A área do menino aí, do Cléo, cheia de gente. Essa área já está cheia de outras pessoas. A área do Paratizão... De pessoas diferentes da nossa convivência. Nós moremos toda nossa vida nesse rio e nunca teve problema com ninguém. Fulano chegava botar sua isca lá e a gente sabia que era do vizinho. E parente, pegando sua isca, mariscando. Agora, os novatos que estão indo para lá estão empatando os próprios ribeirinhos que nasceram e se criaram naquela terra. Mesmo aqueles que já voltaram. Duas crianças foram tirar açaí na área que era do pai delas e foram postas para correr. Nós queria e quer cada qual na sua região. Eu tenho 57 anos de idade, nasci e me criei ali no Paratizão. Minha família toda mora ali e agora temos 9 ou 10 da família, aonde só tem 4 colocados e, próximo de onde a gente morava, está cheio de gente que a Norte Energia colocou. Outras pessoas diferentes. Tem pessoas que até a gente conhece. Mas que não eram de lá. E outros que nós nunca tínhamos visto e que ainda nem vimos a cara. É isso que vimos. Tem muita reclamação de pessoas assim. Além disso, muitos dos que estão colocados aí, nem pescar ele pescava mais. Outros não vão nem trabalhar na área. Tem sujeito que está trazendo duas três caixas de peixe por semana, de onde o pescador está respeitando o seguro defeso. Isso prejudica a gente por que se o parente é pescador e voltou para a terra vai continuar a pescar. Mas muita gente não pescava, não vivia do rio e agora está voltando. Outros já venderam a terra. Outros estão chegando com madeira Quem está sendo prejudicado somos nós. Os ribeirinhos que viviam do rio. Conselho verificou isso e será preciso que providências sejam tomadas. Vimos que a Norte Energia não parou nada. Que tudo continua como se o IBAMA não tivesse mandado parar. (conselho ribeirinho, p 19-20, 2017).

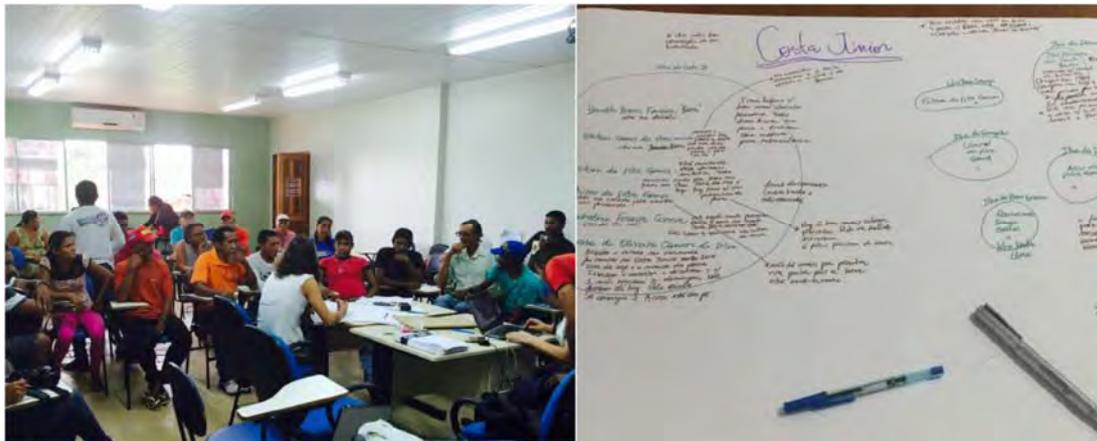
Ou seja, desprovida de referenciais seguros e sem nenhuma preocupação em possibilitar o reestabelecimento de laços sociais e de pertencimento, a Nesa simplesmente passou a eleger a partir de seus critérios quem era ribeirinho e merecia ser reassentado e quem não era. Com isso, além de eleger quem não tinha uma história no rio para reassentar, produziu também um quadro espacial confuso, marcado pelo reassentamento de famílias efetivamente beiradeiras distantes de onde moravam e de seus antigos vizinhos, gerando com isso grande descontentamento principalmente naqueles que veem seus antigos sítios sendo ocupados por outras famílias.



É nesse contexto que foi criado, em Audiência Pública de 11 de novembro de 2016, um Conselho Ribeirinho, constituído por representantes de antigas famílias de cada localidade do “beiradão” do Xingu (“região”, na linguagem das instituições), cujo primeiro objetivo foi indicar os vizinhos que foram removidos e que teriam direito de voltar, senão para o local onde moravam, pelo menos para as proximidades.

Para isso, o Conselho realizou várias reuniões nos primeiros meses de 2017 (Figura 02), acompanhado por um grupo interinstitucional formado pelas seguintes instituições: Ministério Público Federal; Universidade Federal do Pará; Universidade Estadual de Campinas; Instituto Socioambiental e Mov. Xingu Vivo para Sempre. Nessa primeira fase de reconhecimento social, o Conselho Ribeirinho indicou cerca de 240 famílias que deveriam ser reassentadas em suas respectivas “regiões”.

Figura 02: Reunião do Conselho Ribeirinho e esquema usado no reconhecimento social



Fonte: Conselho Ribeirinho, 2017.

O pertencimento territorial parece constituir elemento central nesse processo de reconhecimento, visto que a intenção expressa é recolocar as famílias desapropriadas/desapossadas novamente às proximidades de onde foram retiradas, inclusive com a possibilidade de reestabelecimento de velhos laços sociais de vizinhança, ainda que o espaço efetivamente já não seja mais o mesmo. O rio, os peixes, os locais de pesca, as ilhas, a mata ciliar, tudo esta profundamente alterado.

Logo, o retorno dos beiradeiros ao “beiradão” do Xingu envolve não apenas a luta contra a Nesa, mas também o desafio de reconstruir um modo de vida destruído. Como isso vai ocorrer, tendo em vista que até o momento, as áreas que estão sendo disponibilizada para reassentamento, são, basicamente, APP que, além de estreitas, tem nos fundos geralmente pastos e pressupõem restrições na forma de uso. Esse parece ser, daqui para a frente, mais um desafio a ser enfrentado pelos beiradeiros do médio Xingu.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A partir dessa breve exposição, observa-se que a construção dos territórios marcados pela produção camponesa não está dissociada do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista. Ao contrário, é no interior desse desenvolvimento que os camponeses, contraditoriamente, apropriam-se de frações do território capitalista, quer seja pelas lutas sociais (que podem permitir sonhar com outra realidade diferente da capitalista, ou, simplesmente, manter a reprodução das condições materiais de existência), quer seja pela ação do Estado ou de agentes privados, através de políticas de colonização e de reassentamento, por exemplo. É dessa maneira que os camponeses reproduzem-se, não como grupos isolados, mas como sujeitos que participam, em menor ou maior escala, do processo de produção do capital.

Nessa perspectiva, a luta pelo território encampada pelo camponeses beiradeiros do médio Xingu deve ser entendida como expressão contraditória do desenvolvimento capitalista na Amazônia, particularmente no Oeste do Pará, onde nessas primeiras décadas do século XXI, o barramento de grandes rios para a geração de energia elétrica vem sendo marcado por lutas e, ao mesmo tempo, por processos de coerção, de violência e de desmobilização social.

No médio rio Xingu, onde camponeses (e também nações indígenas) são confrontados a agentes capitalistas historicamente associados ao Estado na construção de grandes obras de infraestrutura, a dimensão violenta desse processo tende a sobressair. Mas, apesar do quadro de relações de poder absolutamente assimétricas, a luta dos camponeses beiradeiros indica que esse processo não tem sentido único, mesmo porque, como assinala Martins (1993, p. 64), “os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões e desafios”. Ou seja, não se trata de uma ação unilateral, mas de um processo onde a ação da vítima, de alguma forma, por menor que seja, incide também sobre o projeto do agente empreendedor, podendo redimensioná-lo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do rio Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. In. OLIVEIRA, J. P. de; COHN, C. (orgs.). **Belo Monte e a Questão Indígena**. Brasília - DF: ABA, 2014. p. 143-169.

CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE DE BELO MONTE. **RELATÓRIO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL**. Altamira, 2017.

ELETROBRAS *et. Al.* **Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte**. Volume 24. Diagnóstico da área diretamente afetada – Meio Socioeconômicos e Cultural – ADA Rural. Fevereiro de 2009.



ELETROBRÁS. **Relatório de Impacto Ambiental – Rima. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.** Maio de 2009.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Análise da solicitação de Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo nº 02001.001848/2006-75. 2015.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M, C. da. (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC.** São Paulo: SBPC, 2017.

MAIA, R. E. F. **Resistência e expropriação de famílias na Volta Grande Do Xingu: o caso de duas áreas atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil.** Belém, 113f. **Dissertação** (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) NCADR - Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, 2013.

MALVEZZE, R. O avanço do hidronegócio e os conflitos pela água. In. CANUTO, A. LUZ, C. R. S.; WICHINIESKI, I (Orgs). **Conflitos no Campo Brasil 2011.** Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. p. 86-88.

MARQUES, M. I. M. **Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 2004.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho.** São Paulo: Editora Hicitec, 1993.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte.** 2015.

NORTE ENERGIA. **Projeto Básico Ambiental.** Volume II. Plano de Atendimento a População Atingida. Versão Final, set. 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: Papyrus, 2002.

_____. **Território: de quem?** 2008.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SHANIN, T. **La classe incomoda.** Madrid: Alianza ed., 1993.



GT 10 – Campesinato e Conflitos Fundiários na América Latina

A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA ILHA DE TENTÉM, MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA, A PARTIR DA PRODUÇÃO DE SABERES DO TRABALHO DA PESCA NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA UHE DE TUCURUÍ-PA

José Carlos Vanzeler Pompeu (UFPA)¹

jcvanzeler@ufpa.br

Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA)²

doriedson@ufpa.br

Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno (UFPA)³

albertod@ufpa.br

RESUMO

O trabalho em questão analisa processos de formação de identidade de pescadores artesanais da ilha de Tentém, no município de Cametá-PA, a partir das condições materiais de produção de saberes do trabalho da pesca, no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE). Metodologicamente a pesquisa embasou-se no materialismo histórico-dialético, e valeu-se de uma abordagem qualitativa, utilizando com instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a observação participante. Os resultados da pesquisa demonstram que a construção da UHE de Tucuruí causou impactos negativos na materialidade produtiva dos pescadores artesanais da ilha de Tentém, e nesse cenário os pescadores passaram a criar mecanismos de enfrentamento dessas condições a partir da produção de saberes. No entanto, os pescadores também estabeleceram processos de alinhamento à lógica do capital, como a mercantilização da produção e o estabelecimento de relações patronais no interior da ilha.

Palavras-chave: Identidade, Pescadores, Saberes, Trabalho, Usina Hidrelétrica.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa processos de *formação de identidade*⁴ em interlocução com a produção de *saberes do trabalho da pesca artesanal*⁵. O objeto de investigação é a

¹ Mestre em Educação (UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal do Pará – GEPE/UFPA.

² Doutor em Educação (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará. Professor Adjunto do Campus Universitário do Tocantins/Cametá – UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal do Pará – GEPE/UFPA.

³ Doutor em Educação (PUC-SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará. Professor Titular da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Estudos em Educação no Pará na Primeira República (GEPRE) e Laboratório de Planejamento da Educação Municipal (LAPEM) e vice-coordenador do Grupo de Estudos em Educação em Direitos Humanos (GEEDH).

⁴ A formação de identidade, nesta pesquisa, é analisada na perspectiva materialista-histórica na qual consideramos os processos de produção dos saberes do trabalho da pesca artesanal como elementos por meio



formação da identidade dos *pescadores artesanais*⁶ da ilha de *Tentém*⁷, município de Cametá-PA, a partir das condições materiais de produção de saberes do trabalho da pesca no contexto da construção da *Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE)*⁸.

Segundo Silva (2003, p. 1) a construção da UHE de Tucuruí causou inúmeros impactos⁹ nas ilhas dos municípios que ficam à jusante da barragem, entre eles Cametá. Consideramos que esses impactos corroboraram para processos de *mudança*¹⁰ na produção de saberes do trabalho da pesca, uma vez que esses saberes são produzidos de acordo com as condições materiais dos pescadores. Sendo assim, havendo mudanças nas condições materiais de produção dos saberes do trabalho da pesca, entendemos que houve, também, mudanças na identidade do pescador artesanal.

A análise da identidade é feita por meio da corrente materialista-histórica, por meio da qual a identidade é entendida enquanto resultado das sínteses materiais humanas ao longo do tempo, uma vez que os pescadores artesanais materializam identidades não enquanto condição de expressão do seu modo tradicional e peculiar de vida, mas sim como sendo o resultado de múltiplas determinações que são forjadas no interior societário das relações de contradição e negação vividas por esses sujeitos.

Nessa perspectiva a identidade é entendida como resultado de “processos que modificam os modos de identificação dos indivíduos em consequência de transformações

dos quais os sujeitos vão, historicamente, construindo suas singularidades. Consideramos que é por meio do trabalho da pesca, desenvolvido por saberes, que os pescadores formam sua subjetividade.

⁵ Consideramos saberes do trabalho como aqueles produzidos, mobilizados e modificados em situação de trabalho (FRANZOI; FISHER, 2015, p. 148); São técnicas que os pescadores usam “para modificar, comparar, diluir e reatualizar seus conhecimentos a fim de obter êxito nas pescarias” (MORAES, 2007, p. 20); Em termos de formação identitária são “modos de identificação historicamente variáveis” (DUBAR, 2009, p. 13).

⁶ No âmbito da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência República - SEAP/PR (2004), *pescador profissional na pesca artesanal* é “aquele que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício”.

⁷ Tentém é uma ilha localizada na zona rural do município de Cametá-PA e compõe um arquipélago de ilhas do município. É formada por área de várzea onde se constroem casas de madeira, geralmente às margens dos rios.

⁸ “A usina hidrelétrica de Tucuruí é a maior hidrelétrica genuinamente nacional, localizada no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, sudeste do Pará, a 310 quilômetros de Belém. A obra começou a ser projetada no ano de 1973, em plena ditadura militar, e só foi concluída em 1984, durante o governo Figueiredo. A área encoberta pode ser comparado há 304 campos de futebol, equivalente a 3.007 km². Como foi construída antes da lei que exige a realização de Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) como pré-requisito para o início da obra, o mesmo foi elaborado simultaneamente à sua construção, sem quase nenhuma influência. Assim, o alcance do lago foi imprevisível e, na época, milhares de pessoas tiveram que sair às pressas de suas casas, pois a água já estava próxima. A barragem deslocou cerca de 32.000 pessoas e há 31 anos elas lutam para garantir direitos”. Fonte: Ecoagência (Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br>>. Acesso em: 29 mar. 2016).

⁹ [...] os impactos causados com a construção da barragem da UHE de Tucuruí, sentidos pela população na baixa produtividade dos solos de várzea, implicando na queda da produção de frutos como o cacau e o açaí; no desaparecimento de várias espécies de peixes e a diminuição acentuada dos cardumes de mapará; na poluição da água e no assoreamento do rio Tocantins, aumentando consideravelmente as doenças (BARRA; FURTADO, 2004, p. 64).

¹⁰ O conceito de “*mudança*” na produção de saberes do trabalho da pesca volta-se, neste trabalho, para processos históricos e relações interpessoais que determinaram novos direcionamentos técnicos, produtivos, organizativos e político-ideológicos no modo de vida dos pescadores artesanais da ilha de Tentém, município de Cametá.



maiores na organização econômica, política e simbólica das relações sociais” (DUBAR, 2009, p. 26).

Para melhor compreensão do objeto em estudo e sua relação dialética com os demais elementos apresentados, esta pesquisa foi pautada na abordagem qualitativa. Entendemos que o sujeito e o objeto desta pesquisa estão em inteira atuação, nessa situação busca-se a compreensão e não a visão terminalista da explicação. Assim “é necessário empreender rigorosamente a análise dos aspectos ideológicos, teóricos, metodológicos e técnicos visto que estão todos inter-relacionados no conjunto dos fatos históricos próprios de cada cenário a ser pesquisado” (MARQUES, 1997, p. 22).

Como instrumento de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada, que segundo Bogdan; Biklen (1994) é uma técnica que permite relacionar teoria aos conhecimentos investigados daquela realidade, além disso, proporciona uma interação entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Essa interação é mediada pelo dialogismo de tal forma que se aproximem de uma “conversação”, podendo assim contribuir para criar um clima de confiança e propiciar a geração de informações importantes.

As entrevistas, de acordo com Alves-Mazzotti; Gewandszajder (2000, p. 168), assemelham-se muito a uma conversa “[...] o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana”. Isso garante maior interação no momento das conversas, o que faz com que os pescadores fiquem bem mais à vontade para relatar um conjunto de experiências que possuem, bem como falar sobre os saberes que produzem para o trabalho com a pesca artesanal e para os enfrentamentos da vida cotidiana.

Sendo assim, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com pescadores artesanais da ilha de Tentém, município de Cametá, como forma de coleta de dados que se aproximem da realidade em uma perspectiva interacionista, isto é, a partir de um diálogo aberto com os pescadores. As perguntas foram lidas de forma espontânea e as respostas dos pescadores foram gravadas em equipamento específico de gravação. Foram feitas perguntas abertas, que permitiam aos pescadores se expressarem de forma livre, sem sugestões do entrevistador que induzissem às respostas, porém, havendo sempre a mediação e/ou repetição das perguntas.

Para isso foram entrevistados 07 (sete) pescadores que praticam ou já praticaram atividade de pesca artesanal na ilha do Tentém, sendo 02 (dois) com idade superior a 60 (sessenta) anos e 05 (cinco) com idades entre 21 (vinte e um) e 48 (quarenta e oito) anos.

Fizemos uso, também, da Observação Participante (BOGDAN; BIKLEN, 1994), como técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista semiestruturada. A observação participante requer um contato direto do pesquisador com os



atores sociais investigados que no contexto desta pesquisa são os pescadores artesanais da ilha de Tentém. Esse contato permitiu uma visão mais ampla do objeto investigado e uma análise mais realista das entrevistas realizadas.

Ao fim do percurso metodológico foi feita a análise dos dados e como procedimento utilizamos a Análise do Conteúdo (AC), na perspectiva de Franco (2012), por ser um método de pesquisa que, entre outros aspectos, conta com o tratamento e análise de entrevistas e relatos orais dos entrevistados.

Busquei, neste estudo, problematizar as mudanças ocorridas nos modos de vida dos pescadores artesanais da ilha de Tentém, Cametá-PA, no contexto da construção da UHE de Tucuruí. Essas mudanças estão relacionadas às condições materiais de existência desses sujeitos a partir das quais se dá a produção de saberes do trabalho da pesca. Nesse sentido, busquei problematizar as mudanças nas condições materiais dos pescadores da ilha de Tentém com a construção da UHE, as quais determinam processos de produção de saberes que, por conseguinte, corroboram para processos de formação da identidade do pescador artesanal.

É importante frisar que as condições materiais de existência dos pescadores são forjadas por meio do trabalho da pesca artesanal (realizado por meio dos saberes), sendo assim é por meio do trabalho que o pescador constitui sua subjetividade, que forja sua identidade.

Marx (2008a) destaca que o trabalho é o elemento fundante das relações humanas e, por meio dele, o homem forja as condições materiais para a existência. Concomitantemente, o trabalho também vai constituindo a subjetividade, que vai permitindo uma construção de identidade, ou seja, de um conjunto de representações sociais em comum que possibilitam aos homens se integrarem em uma esfera coletiva, porque se percebem como sujeitos envolvidos por atividades similares, tanto no campo do trabalho, em sua manifestação concreta, quanto em sua expressão abstrata. Em sua expressão concreta, pelo trabalho o homem encontra as condições para sua humanização, produzindo cultura, saberes, condições materiais para sua existência física, independentemente do modo de produção que lhe constitua a história. Em sua faceta abstrata, objetivado pelo modo de produção capitalista, encontra razões para a organização política, para o envolvimento social enquanto classe que busca a superação de um modo de produção excludente (RODRIGUES, 2012, p. 140).

Atualmente, percebemos a incidência de uma desestruturação do trabalho da pesca artesanal causada, muitas vezes, pela própria dinâmica do avanço do capital de outros setores de produção industrial capitalista (avanço das indústrias poluentes e consequentemente empobrecimento biológico do ambiente, das empresas madeireiras, da expansão turística etc.). Em Cametá, um dos mais fortes aspectos que impulsionou a desorganização do trabalho da pesca nas comunidades de pescadores artesanais foi a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada em 1973, que forçou o pescado a



migrar para outras áreas, causando mudanças significativas na forma como os pescadores desenvolviam seu trabalho a fim de buscar condições materiais de existência.

Do ponto de vista da organização socioeconômica preexistente à construção da barragem, isso significou a desestruturação das atividades de pesca e da agricultura praticada em várzeas e ilhas, sobretudo no trecho do rio que se estende desde Baião - atravessa Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru - até Cametá (MAGALHÃES, 2012, p. 13).

A construção da UHE de Tucuruí, obra que começou a ser projetada no ano de 1973 e só foi concluída em 1984, teve impacto direto na zona ribeirinha de Cametá, uma vez que a mesma se encontra no rio Tocantins, o qual faz parte da área de jusante da barragem. Entre os impactos estavam as constantes inundações que ocorriam fora do período de “inverno” regional, que causavam alagamentos de áreas de criação de animais para consumo próprio e de cultivo de pequenas “hortas” familiares, ou seja, as culturas de várzea, causando assim a desorganização dos espaços em que viviam os moradores das ilhas fluviais do Baixo Tocantins (Cf. SILVA, 2003. p. 3).

A construção da UHE de Tucuruí, como já mencionado, causou inúmeros impactos nos modos produção e reprodução dos meios de vida dos pescadores artesanais do município de Cametá. Esses impactos causaram mudanças na produção de saberes do trabalho da pesca artesanal que por sua vez corroboraram para processos de formação de identidade dos pescadores artesanais, uma vez que os saberes são elementos definidores de identidade.

Neste trabalho trazemos a descrição e análise da observação e das entrevistas semiestruturadas feitas na ilha de Tentém com relação à formação de identidade dos pescadores a partir da produção de saberes. Com esses dados, foi possível analisar quais elementos formadores da identidade do pescador artesanal de Cametá sofreram mudanças, voltando-se para processos resistência frente ao capital, e quais elementos voltaram-se para o conformismo e manutenção da ordem do capital.

2. O LOCUS DA PESQUISA: A ILHA DE TENTÉM, MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA

Em meio às singularidades do cenário amazônico, mais precisamente na região do *Baixo Tocantins*¹¹, escolhemos como *locus* da pesquisa a ilha do *Tentém*,¹² localizada no *distrito de Juaba*¹³, no Município de Cametá-PA.

¹¹ O território Baixo Tocantins-PA abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto por onze municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, dez comunidades quilombolas e duas terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68. Fonte: *Sistema de Informações Territoriais* (Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2017).



A constituição histórica da ilha do Tentém teve como base a criação de uma comunidade cristã no ano de 1976. Segundo as informações prestadas pelos pescadores da ilha, durante as entrevistas, a comunidade do Tentém congrega outras comunidades cristãs como a de Pacovatuba, Muruacá, Mutuacá, Caripí, Fazenda, Ilha Grande de Juaba, Turema, Acará e Furtado, sendo ilhas próximas a Tentém.

Os dados coletados sobre a ilha Tentém, durante a pesquisa de campo, partiram dos relatos dos pescadores, do líder da comunidade cristã e do agente de saúde local, por meio das entrevistas, e de documentos fornecidos pelos mesmos, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Prefeitura Municipal de Cametá não puderam informar dados detalhados da ilha com a justificativa que os dados são filtrados apenas por distritos.

Segundo os pescadores, a comunidade teve início no ano de 1976 e possuía em torno de 30 famílias. A ilha foi nomeada Tentém em homenagem a um pássaro de coloração preta e peito amarelo, chamado tem-tém, abundante na localidade.

Hoje a comunidade do Tentém é composta em média por 413 famílias, segundo dados do agente de saúde local, que acompanha a maioria das famílias na ilha. Segundo o agente, as 413 famílias possuem o total de 1.731 pessoas, sendo 980 mulheres e 751 homens. Do total de habitantes, 867 são filiados ou associados a entidades representativas, associações e sindicatos, seja como pescadores ou trabalhadores rurais, conforme a tabela abaixo:

Tabela 01 – Número de filiados/associados por organização representativa

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE PESCADORES	Nº DE FILIADOS
Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá	700
ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES	Nº DE FILIADOS
APAMUC- Cametá	38
PADIC - Cametá	49
SENPAPAC - Cametá	27
SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS	Nº DE FILIADOS
STR - Cametá	53

¹² Rio e ilha localizados no distrito de Juaba, município de Cametá-PA. O topônimo deriva de um passarinho canoro, de coloração preta e peito amarelo, chamado tem-tém, abundante na localidade. No dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, a palavra é um substantivo masculino que tem a designação comum *erva-de-passarinho*. Em Cascudo (1972, p. 861) encontra-se o nome de um pássaro chamado Tem-Tenzinho, conhecido por cauré, caurê, coleirinha, caburé e cauaré. Cauré = *Caá* – mato; *buré* por *poré* – morador. Morador do mato, porque procura habitualmente as selvas, fugindo da vizinhança dos centros populosos, bem como os índios que habitavam tal região, os caamutá (*Caá* – mato; *muta* – escada, degrau).

¹³ Os distritos, no contexto do município de Cametá-PA, são considerados subdivisões da zona rural, são constituídos de ilhas e áreas de terra firme.



Pescadores filiados/associados	814
Trabalhadores rurais associados	53
Pescadores e trabalhadores rurais filiados/associados	867

Os dados da Tabela 01 apresentam 814 moradores, quase a metade dos moradores da ilha Tentém, na situação de filiados/associados a organizações representativas de pescadores. Isso demonstra que os moradores comunidade são afeitos ao trabalho da pesca artesanal, uma vez que o domínio de saberes da pesca é condição necessária para filiação/associação em organização representativa de pescadores.

Considerando que a idade mínima para filiação/associação é 18 anos e que, segundo os pescadores, o ofício da pesca é passado dos pais para os filhos ainda jovens, podemos dizer que a maioria dos habitantes da ilha Tentém desenvolve atividade de pesca artesanal, fator que justifica a importância dessa ilha para o estudo em questão.

Outro fato que torna a ilha Tentém importante para esta pesquisa é que esta ilha, entre outras pertencentes ao município de Cametá, foi afetada pela construção da UHE de Tucuruí, conforme relatam os entrevistados:

Depois da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí veio a seca do rio. Vocês podem observar que agora por aqui há apenas praia, antes aqui o rio era fundo. Lá onde eu moro você atravessa de um lado para o outro do rio a pé, em maré baixa.

(Pescador 1).

[...] hoje, se fosse só da pesca você não conseguiria sobreviver [...] depois da construção da hidrelétrica o pescado só dá longe daqui e a maioria dos pescadores não tem condições de manter geleiras pra ir buscar o pescado; já no passado, antes da construção da hidrelétrica você conseguia sobreviver só da pesca.

(Pescador 4).

A vida dos pescadores artesanais, moradores da comunidade de Tentém, nem sempre foi fácil, como vimos. Mesmo antes da construção da UHE estes sujeitos já viviam em situação de negação de necessidades básicas. Hoje os pescadores artesanais não apenas da ilha Tentém, mas de todo Brasil, contam com leis e programas do governo federal que os ajudam a superar essa situação de negação, como a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, que concede o Benefício de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, durante o período de defeso (época de reprodução das espécies), ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.



2.1. A formação de identidade dos pescadores artesanais da ilha de Tentém, município de Cametá-PA: elementos voltados para resistência frente ao capital, materializado na construção da UHE de Tucuruí-PA

Entendemos por resistência, as atitudes dos pescadores relacionadas à busca do enfrentamento da realidade negativa imposta ao meio natural e às relações de trabalho, pela construção da UHE de Tucuruí. São atitudes que envolvem processos de transformação da natureza por meio de criação de saberes, organização individual e coletiva do trabalho da pesca, e outras que possam ser úteis para emancipação dos pescadores.

Com relação criação de saberes como forma de resistência ao capital, a fala do *Pescador 2*, de 54 anos, enfatiza essas mudanças, informando que as práticas de pesca mais comuns antes da construção da UHE eram a “rede e o “caniço” e que hoje é a “malhadeira e a “espingarda”.

Naquele tempo nós usávamos na maioria das vezes a “rede” para “bloquear” e o “caniço” para pescar. Aí você saía com o caniço de manhã e pouco tempo depois já voltava com o almoço. Agora o modo de pescar mudou, utilizamos a todo tempo a “malhadeira”, a “espingarda” para pescar no fundo, com a qual pescamos qualquer tipo de peixe.

A malhadeira era um saber já presente na cultura da pesca artesanal na ilha de Tentém, mas que passou a ser usada com intensidade após a construção da UHE. Já a “espingarda” foi um saber criado para se adaptar à nova realidade da pesca que agora necessitava aparatos que permitissem pescar variadas espécies de peixes em locais de difícil acesso.

Outro elemento de resistência evidenciado na pesquisa é a filiação dos pescadores artesanais em entidades representativas de trabalhadores. Na ilha de Tentém, os pescadores artesanais são filiados em colônias e associações de pescadores, na Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá são ao todo 700 filiados, as associações como APAMUC, PADIC e SENPAPAC somam 114 filiados, segundo os pescadores. Ao todo são 814 pescadores filiados em entidades representativas de um total de 1.731 habitantes que residem na ilha, ou seja, quase a metade dos moradores.

A filiação dos pescadores em colônias, associações e sindicatos é a manifestação da práxis social na dimensão política, que pressupõe “[...] organização sociopolítica real de seus membros [...]” (VÁZQUEZ, 1968, p. 200), desempenhando, nesse sentido, importante papel os saberes do trabalho da pesca, como elementos estruturantes dessa organização. Em termos empíricos, por exemplo, trabalhadores de pesca artesanal da Amazônia, envolvidos em sua realidade político-social, produzem saberes sociais em seu meio político,



que são responsáveis pela implementação e fortalecimento de sua formação enquanto movimento social, enquanto organizações dos tipos “colônia”, “associações”, “sindicatos”, possuindo tais saberes uma dupla configuração: elementos estruturantes da organização e por ela também estruturados, elaborados (RODRIGUES, 2012, p. 64). Ainda segundo Rodrigues (2012):

[...] pressupomos que trabalhadores de pesca artesanal da Amazônia, envolvidos em sua realidade político-social, produzem saberes sociais dos tipos políticos, relacionais, organizacionais, conjunturais, atitudinais, por exemplo, responsáveis pela implementação e fortalecimento de sua formação enquanto movimento social — enquanto organização do tipo “Colônia” —, possuindo tais saberes uma dupla configuração: elementos estruturantes da organização e por ela também estruturados, elaborados, atuando como elementos constituidores de uma *consciência de classe para si* (RODRIGUES, 2012, p. 82).

Assim, consideramos que a filiação dos pescadores em entidades representativas constituem mecanismos de resistência frente às condições impostas a estes trabalhadores. Sendo assim, fazer parte de uma entidade representativa demonstra a formação da consciência de pertencimento a uma classe de trabalhadores, neste caso, a classe dos pescadores artesanais.

2.2 A formação de identidade dos pescadores artesanais da ilha de Tentém, município de Cametá-PA: elementos voltados para o conformismo frente ao capital, materializado na construção da UHE de Tucuruí-PA

Por conformismo, consideramos a aceitação da realidade negativa imposta aos pescadores pela construção da UHE, no sentido de alinharem-se ao sociometabolismo do modo de produção capitalista, ou seja, processos de realização do trabalho da pesca que promoveram a desorganização dos pescadores como classe, e processos que perpassaram a busca por valores de uso e buscaram a mercantilização da produção, assim como atitudes que mesmo indiretamente, concorreram para processos de exploração do trabalho no interior da ilha.

Um dos achados da pesquisa com relação aos elementos de conformismo reside na constatação de que a pesca, que antes era feita quase sempre de forma coletiva, após a UHE passou a ser feita de forma individual, sendo raras as exceções de pesca coletiva, conforme relata o *Pescador 1*:

“[...] antes na pesca da rede era um grupo de pessoas que se reuniam para pescar. Hoje é individual, cada um pesca pra si mesmo. É raro, mas às vezes quando decidimos ir pescar longe da ilha aí vão, dois, três pescadores juntos, mas é muito difícil acontecer isso”.



Essa perda da coletividade no trabalho da pesca artesanal isola os pescadores da troca de experiências, do compartilhamento dos saberes e conseqüentemente de uma organização enquanto classe, uma vez que segundo Rodrigues (2012), é por meio do trabalho (coletivo) que os trabalhadores agem sobre a natureza e mantém relação com a mesma e com os homens e dessa forma mantêm relações sociopolíticas enquanto luta de classes.

Em termos classistas, os trabalhadores, por meio de seu trabalho e de sua relação transformadora para com a natureza, vão forjando uma consciência da realidade em que vivem “[...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 2008a, p. 211). Trata-se de uma concepção de trabalho como princípio educativo (cf. GRAMSCI, 1968), à medida que vai moldando a natureza às suas necessidades, vai também o homem aprendendo as sutilezas de sua relação com aquela e com outros homens, vai adquirindo saberes, quer no campo das especificidades de cada tipo de trabalho, quer no campo das relações sociopolíticas enquanto luta de classes (RODRIGUES, 2012, p. 55-56).

Outro elemento de conformismo que destacamos é a aquisição de geleiras para a busca do pescado em longas distâncias e conservação do mesmo, as quais, por terem alto custo, são de propriedade de poucos pescadores e sendo assim, passou a haver relações patronais entre os pescadores na ilha de Tentém, isto é, relações de compra e venda de mão de obra para operar as geleiras.

“Hoje você não consegue mais sobreviver da pesca, antes sim. Por que muitos pescadores ‘pequenos’ não têm condições de fazer, de manter geleiras grandes pra ir buscar longe o pescado, que agora está muito longe. Antes o pescado era abundante, antes a gente conseguia viver da pesca” (*Pescador 4*).

Vemos, portanto, que os pescadores que possuem geleiras para pesca em longas distâncias passaram estabelecer relações patronais com outros pescadores, ou seja, passaram a pagar pelos serviços dos demais pescadores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a pesca artesanal na ilha de Tentém, município de Cametá, representa uma realidade de todo o Baixo Tocantins, em municípios como Limoeiro do Ajurú, Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará, os quais foram atingidos pela construção da UHE de Tucuruí.

Entre os desastres causados pela construção da UHE veio o desaparecimento de peixes, mudanças nos ciclos hidrológicos, entre outros que fizeram com a pesca já não



fosse mais uma profissão que garantisse o sustento dos pescadores. Vimos nas entrevistas e nas observações realizadas durante a pesquisa o quanto a construção desse projeto afetou de forma negativa o modo de vida dos pescadores artesanais da ilha de Tentém. Os pescadores artesanais dessa ilha viram-se obrigados a realizar mudanças nos seus modos de vida, principalmente na produção de saberes.

A construção da UHE de Tucuruí causou impactos negativos na materialidade produtiva dos pescadores artesanais da ilha do Tentém, fazendo com que os mesmos, a partir da produção de saberes, criassem mecanismos de enfrentamento dessas condições. No entanto percebemos que os pescadores, em determinadas situações, alinharam-se à lógica do capital, estabelecendo processos de mercantilização da produção e de relações patronais no interior da ilha. Podemos afirmar que a identidade do pescador artesanal da ilha do Tentém possui uma formação caracterizada pelo distanciamento do trabalho da pesca como atividade criadora de valores de uso e que garanta suas condições materiais de existência, tornando-o dependente de programas sociais do governo federal, como o seguro defeso, para custear suas necessidades vitais.

REFERÊNCIAS

ALVES- MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências Naturais e Sociais – Pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª. São Paulo: Pioneira, 2000.

BARRA, Jose Domingos Fernandes; FURTADO, Gislane Damasceno. **Pescadores artesanais de Cametá: Formação histórica, Movimento e construção de Novos Sujeitos**. Cametá, PA, 2004.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Tecnoprint S. A. , 1972.

DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades: A interpretação de uma mutação**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ECOAGÊNCIA. Usina Hidrelétrica de Tucuruí: 25 anos de descaso e omissão. Disponível em:
<http://www.ecoagencia.com.br/inc_imprimir_noticia.php?id===AUUJIVW5mTHNIRaVXTWJVU>. Acesso em: 29 mar. 2016.

FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Líber Livro, 2012.



FRANZOI, Naira Lisboa; Fischer, Maria Clara Bueno. **Saberes do trabalho: situando o tema no campo trabalho-educação**. In: Revista Trabalhonestessario. Rio de Janeiro, NEDDATE, 2015, ano, 13, número, 20.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organizacao da Cultura**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 1984.

MAGALHÃES, S. B. et al. **Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental**. Encontro Nacional da Anppas, 6. Anais. Belém: set. 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. V.1.

MARQUES, Waldemar. O quantitativo e o Qualitativo na Pesquisa Educacional. **Revista Avaliação**. V. 2, nº 3(5), 1997.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2007.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes Sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará**. Belém, PA, 2012.

SILVA, Maria das Graças da. O reordenamento sócio-territorial na área da UHE Tucuruí. O Caso da Pesca no Baixo Tocantins (Para/Brasil). **Sociedade Brasileira de Sociologia**, 2003. Disponível em:
<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1164&Itemid=171>. Acesso em: 21 out. 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. Instrução Normativa Nº 3, de 12 de maio de 2004. Disponível em:
<http://sinpesq.mpa.gov.br/rgp_cms/images/publico/CGRA/instrucao_normativa_03_de_12mai04-rgp.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
Williams: Raymond. **Cultura e Materialismo**. Sao Paulo, Editora UNESP, 2011.

**GT 10 - Campesinato e conflitos fundiários na América latina****SOBRE MODOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA: TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO
EM DISPUTA**

Luana Lazzeri Arantes (UFOPA) ¹
luana.larantes@gmail.com

RESUMO

O movimento indígena no Brasil elegeu como um dos seus projetos coletivos a formação de uma *intelligentsia* indígena. Alguns dos objetivos desse projeto são melhorar as condições de vida das comunidades, a partir da gestão qualificada de seus territórios e recursos naturais, promover a autonomia indígena e construir um diálogo menos desigual com a sociedade nacional (SOUZA LIMA, 2016). Nesse sentido, com a pressão dos movimentos sociais, no século XXI, começou no Brasil um movimento de democratização do acesso ao ensino superior com o debate e implementação de cotas raciais, étnicas e sociais, além de um conjunto de incentivos financeiros para viabilizar a entrada e permanência de grupos populacionais historicamente excluídos das universidades. Nesse contexto, ingressaram na Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, com sede no município de Santarém, de 2010 a 2017, mais de 350 indígenas, de 18 diferentes povos, por meio de processo seletivo especial, em todos os cursos de graduação regularmente ofertados. O Diretório Acadêmico Indígena – DAIN, fundado em 2013, protagoniza a Semana dos Povos Indígenas na Universidade. Os (as) discentes indígenas concebem, produzem e coordenam todo o evento. Em 2017, a Semana ocorreu entre 10 e 13 de abril. A partir da análise do conteúdo debatido na mesa “Cosmologia do Baixo Tapajós”, inspirada nos conceitos de interculturalidade crítica e pedagogia decolonial (WALSH, 2009), serão apresentadas estratégias do movimento indígena na Universidade para o combate ao racismo e preconceito e a garantia seus direitos constitucionais, sobretudo, ao território tradicional.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Baixo Tapajós, Ufopa, Racismo, Territórios Tradicionais.

1. INTRODUÇÃO²

A partir do século XXI, no Brasil, inicia-se um movimento de democratização do acesso ao ensino superior com o debate e implementação de cotas raciais, étnicas e sociais, além de um conjunto de incentivos legais e financeiros para viabilizar a entrada e permanência de grupos populacionais historicamente excluídos das universidades, principalmente, população negra e povos indígenas³. Complementarmente, ocorreu o

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (UFOPA), Mestre em Antropologia (UnB), Bacharel em Ciências Sociais (UFMG).

² Agradeço à Fabiana Borari e Paulo Borari por autorizarem o uso de seus depoimentos na Semana dos Povos Indígenas, 2017, para elaboração do presente artigo. Agradeço também as contribuições de Delma Pessanha Neves, Camila Pereira Jácome e Plínio Arantes.

³ Por exemplo, ver a Lei nº 10.558 de 13 de novembro de 2002 que cria o Programa Diversidade na Universidade, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e a Portaria do Ministério da Educação nº 389, de 9 de maio de 2013 que cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências.



processo de expansão e interiorização das universidades públicas no qual nasce a Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa⁴.

A Ufopa foi criada pela Lei nº 12.085, de 05 de novembro de 2009. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia, localizada no município de Santarém - a terceira maior cidade paraense. A escolha do Oeste do Pará para implementação desse projeto pioneiro se deu por um conjunto de motivos, entre eles destaca-se seu posicionamento geográfico estratégico na Amazônia Legal - por estar localizado na parte central, com grande proporção de área de florestas protegidas, tanto em Unidades de Conservação quanto em Terras Indígenas. Diante da relevância desses fatores constitutivos, uma das missões institucionais da Ufopa é o desenvolvimento regional e sustentável a partir dos conhecimentos locais.

A área de abrangência da Ufopa é composta de 20 municípios, desses, 06 têm campus universitário, são eles: Alenquer, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém, Itaituba (UFOPA, 2015). A Ufopa tem 44 cursos de graduação em funcionamento. Até 2015, havia 5.484 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro) alunos/as de graduação matriculados (UFOPA, 2015).

No que se refere à pós-graduação, até o momento, não há nenhum tipo de sistema de cotas étnico-raciais para as vagas disponibilizadas nos 06 cursos de mestrado, 02 cursos de especialização e 02 doutorados já ofertados. Já o sistema de cotas na graduação para indígenas, em Santarém, se iniciou ainda na vigência da UFPA, no ano de 2010. Nesse primeiro ano e no ano seguinte - 2011, a UFPA coordenou o Processo Seletivo Especial Indígena - PSE. Esses dois primeiros anos foram o período de transição entre UFPA e Ufopa. No total, até hoje, foram realizados 08 PSE Indígena. O Processo Seletivo Especial oferece de 01 (uma) a 03 (três) vagas em todos os cursos de graduação regulares da Ufopa e prevê a realização de 02 (duas) etapas – prova escrita e entrevista. Para se candidatar ao PSE a pessoa deve se reconhecer indígena e ser indicada pela liderança da comunidade da qual faz parte. Ademais, se aprovada, no momento da matrícula deverá comprovar a conclusão do ensino médio. Importante ressaltar que, para concorrer ao PSE, não é preciso prestar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Até 2017, ingressaram pelo PSE, em todos os cursos de graduação regularmente ofertados, 351 (trezentos e cinquenta e um) indígenas de 18 povos. Os dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA demonstram 67% dos

⁴ O REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.



(as) alunos (as) indígenas que ingressaram na Ufopa entre 2011 e 2015 é oriundo da região do Baixo Rio Tapajós⁵. A reflexão aqui apresentada será focalizada nos povos do Baixo Rio Tapajós que estudam em Santarém. Além de ser o maior contingente de discentes indígenas na Ufopa, os indígenas do Baixo Tapajós têm uma forte articulação política na perspectiva de luta por seus direitos, inclusive, no âmbito universitário.

No Baixo Rio Tapajós vivem, atualmente, 13 povos, em 16 territórios indígenas e 55 aldeias. Entre esses territórios, há 07 com processo aberto na FUNAI, sendo 02 em estudo, 03 delimitados, 01 declarado, 01 regularizado⁶. A população indígena na referida região é de aproximadamente 7.000 pessoas. Os 13 povos indígenas do Baixo Tapajós são: Tapajó, Tupaiú, Tapuia, Tupinambá, Arapium, Borari, Maytapu, Munduruku, Cara Preta, Apiaká, Kumaruara, Arara Vermelha e Jaraqui (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA, 2014). Essas informações são do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns - CITA, criado no ano 2000 para representar e articular indígenas que habitam o Baixo Rio Tapajós, o Rio Arapiuns e o Planalto Santareno. Importante explicitar que o processo de mobilização e (re) afirmação étnica dos povos do Baixo Tapajós se iniciou na década de 1990. A despeito da importância desse tema, ele não será aqui aprofundado, pois não é o foco da reflexão proposta⁷.

2. A SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS NA UFOPA, 2017

Em 2017, a Semana dos Povos Indígenas na Ufopa ocorreu entre os dias 10 e 13 de abril, com o tema "Povos Indígenas, Territórios e Biomas: Berços de Vida, Lutas e Esperança" sob coordenação do Diretório dos Acadêmicos Indígenas – Dain. A Ufopa apoiou através da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) e da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce).

A programação do evento contou com oficinas de grafismos indígenas, carimbó e contação de histórias, mini curso sobre pensamento decolonial e gênero e sexualidade. Nas mesas redondas os assuntos abordados foram: manobras do governo federal em relação à demarcação de terras indígenas, a importância do território para a mulher indígena, cosmologia dos povos indígenas do Baixo Tapajós, realidade das mulheres indígenas na universidade, grandes empreendimentos e evasão dos estudantes indígenas da Ufopa. Todas as mesas foram mediadas por indígenas e, na maioria, a composição era exclusivamente indígena. Para alguns dos debates foi convidada representação da Ufopa, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Ministério Público Federal - MPF. Ou seja, os debates foram protagonizados pelos (as) discentes indígenas.

⁵ Na área de abrangência da Ufopa há mais duas áreas etnográficas com presença indígena marcante e que demandam acesso ao ensino superior: o Médio/Alto Tapajós, principalmente o povo Munduruku (municípios de Itaituba e Jacareacanga) e Trombetas - Mapuera, principalmente os povos Waiwai e Katxuyana (municípios de Óbidos e Oriximiná).

⁶ Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>, acesso em 02/10/2017.

⁷ Para maiores informações sobre o tema consultar Ioris (2009); Peixoto, et al (2012); Projeto Nova Cartografia (2014); Vaz Filho (2010).



As atividades da Semana dos Povos Indígenas se concentraram na Unidade Marechal Rondon, da Ufopa, em Santarém. A estrutura física do local, até o momento, é considerada pelos (as) alunos (as) a mais adequada dentre as Unidades da Ufopa. Isso porque, comparativamente às outras sedes, reúne algumas características como, por exemplo, ser situada em área próxima ao centro da cidade, em rua asfaltada, com acesso relativamente fácil, além de possuir estrutura de campus universitário, ou seja, tem áreas de uso coletivo e é minimamente arborizada.

Os rituais realizados ao longo da semana foram todos nas áreas externas. As atividades como oficinas, mini-cursos aconteceram em salas de aula, o que permitia uma organização da sala em formato circular. Já a solenidade de abertura e as mesas redondas, que demandavam local com maior capacidade de receber pessoas, ocorreram no auditório Wilson Fonseca. O referido auditório é um modelo clássico desse tipo de construção. É em formato retangular, sem janelas e o chão possui pequenos degraus que formam um declive, tendo como referência a porta de entrada, que é localizada do lado oposto do palco. É um total de 120 (cento e vinte) cadeiras antigas e pouco confortáveis. O palco é situado a aproximadamente 1,5 metros do chão.

O palco foi decorado pelas (os) indígenas com palhas, panos, arcos, flechas, cuias, rede, cestaria, cerâmica. A produção estava muito bem feita e cada detalhe saltava aos olhos. O fundo do palco foi inteiramente coberto com um pano de chita florido com cores coloridas e fechadas, tipo verde, azul e vermelho. Havia um pedaço pequeno desse mesmo pano em frente ao palco onde em cima foram coladas peneiras, cuias, abanador. O restante da decoração era todo em tons pastéis. Olhando para o palco, no fundo à esquerda tinha dependurada uma rede de algodão cru e à direita estava dependurada uma grande rede de pesca. Paralelo à mesa, à direita tinha um grande jamaxim em palha verde não acabado usado de enfeite. À sua frente havia um pote de cerâmica e à esquerda estava localizado o púlpito que teve pregado em sua base um arco e uma flecha cruzados. A mesa bem como a beira do palco estava toda enfeitada com franjas de palha.

A ambientação promovida pelas (os) indígenas quebra um pouco a rigidez proporcionada pela estrutura do espaço. No entanto, o formato do espaço obriga um posicionamento das pessoas que quebra um princípio cosmológico ameríndio: a circularidade (PAZ, 2013). Esse tipo de auditório, tal como o Wilson Fonseca, reproduz formas de relações hierárquicas em que poucas pessoas estão no palco, em nível acima das outras e não possibilita que todas as pessoas presentes se vejam. Nesse sentido, realizar os debates dentro do auditório é por si só um modo de opressão aos princípios cosmológicos indígenas. Mas, a decoração no auditório é um modo de apropriação do



território universitário pelos (as) indígenas, de tentativa de transformar o ambiente estranho e frio em um espaço acolhedor e com referências materiais e simbólicas que remetem ao universo dos povos indígenas.

2.1. Performances à mesa: cosmologia, território e resistência

Ao longo da semana dos povos indígenas vários assuntos foram debatidos, sendo que alguns foram recorrentes. As atuais ameaças aos direitos constitucionais indígenas foram repetidamente enfatizadas como, por exemplo, (i) o Projeto de Emenda Constitucional 215, PEC 215, que propõe a transferência da responsabilidade de demarcação das terras indígenas do executivo para o legislativo e (ii) a chamada “tese do marco temporal” que prevê a restrição do direito constitucional ao território tradicional, pois exige a comprovação da ocupação das áreas reivindicadas na data da promulgação da Constituição de 1988. Isso, em resumo, desconsidera os processos de expulsão dos indígenas de seus territórios tradicionais ao longo dos séculos⁸ e possibilita, inclusive, rever processos de terras já demarcadas. Essas ações são estratégias da bancada ruralista do congresso nacional que, deliberadamente, é anti-indígena e compreende que as terras indígenas são um obstáculo para o desenvolvimento econômico do País. Essas ações em nível nacional têm como um dos seus objetivos viabilizar a implantação de grandes empreendimentos na Amazônia e, especificamente, na bacia do Rio Tapajós. Os povos indígenas do Baixo Tapajós têm como uma das principais bandeiras de luta do movimento a contraposição à construção de hidrelétricas, hidrovias e portos e, também, à expansão do agronegócio. Efetivamente, essa disputa se refere ao modelo de desenvolvimento do país e aos modos de uso, apropriação e gestão do território.

O tema do direito à terra, de diferentes maneiras, perpassou todos os debates promovidos na Semana dos Povos Indígenas 2017, na Ufopa. Mas, para refletir sobre o significado do território para os povos indígenas do Baixo Tapajós e as estratégias de atuação e resistência por eles utilizadas para ocupar o território universitário escolhi a mesa redonda “Cosmologia dos povos indígenas do Baixo Tapajós”. Ainda que algumas mesas tratassem explicitamente da questão do território como: “Manobras do Governo Federal em relação à demarcação de Terras Indígenas” e “A importância do território para a mulher indígena”, optei por destacar o debate que se propunha desvelar e articular conhecimento indígena e conhecimento científico através de testemunho de estudantes indígenas que são lideranças espirituais e políticas. Tal situação é relevante por buscar quebrar paradigmas, visto que a universidade, historicamente, tem seu principal produto - o conhecimento

⁸ Sobre o significado de territórios tradicionais e os processos de expulsão das populações ao longo dos séculos ver ALMEIDA (2008).



científico - usado como um instrumento de manutenção de poder pelas classes dominantes da sociedade ocidental e capitalista. Essa ideia será retomada adiante.

No debate sobre a “Cosmologia no Baixo Tapajós” alguns assuntos predominaram: território tradicional, pajelança, cuidado com a saúde e racismo e preconceito sofrido na universidade e na sociedade. O domínio de tais temas se deu pela escolha dos (as) indígenas. Ademais eles (as) optaram por abordar a temática através da trajetória de vida de pajés estudantes da Ufopa. A construção do discurso passa pela estratégia de dar nome, cara, voz, humanidade para pessoas que tem identidades sociais historicamente excluídas da universidade: indígenas, parteiras, pajés, mulheres, gays.

A mesa ocorreu no dia 11 de abril, no período da tarde, no auditório Wilson Fonseca. A maioria da platéia era formada por estudantes de graduação não indígenas, mas também havia discentes indígenas e da pós-graduação, técnicas e técnicos da universidade, pesquisadoras e pesquisadores externos. O auditório não estava ocupado em sua capacidade máxima, mas estava cheio. A coordenação da mesa foi de Abmael Munduruku, acadêmico de direito, ex-coordenador do Dain, oriundo da aldeia Taquara, localizada na Floresta Nacional do Tapajós. Taquara foi a primeira comunidade, em 1990, a se auto reconhecer indígena na região do Baixo Tapajós. Tal fato ocorreu logo após a morte do pajé Laurelino, um poderoso sacaca – um ser encantado que já nasce com o dom. Para dar depoimentos na mesa foram convidadas duas pessoas: Paulo Borari e Fabiana Borari⁹.

Paulo Borari tem 24 anos de idade e ingressou no curso de graduação em Antropologia na Ufopa, em 2013. Paulo Borari se apresenta como indígena, pajé e gay. Ele mora na comunidade Tabocal, no Planalto Santareno, no entanto sua família é nativa de Alter do Chão. Ele diz que o seu primeiro trabalho foi aos 09 anos de idade ao curar sua tia de pedras no rim. Porém, o processo de aceitação do dom de Paulo foi difícil. Ele nasceu em lar cristão e numa certa idade os povos do fundo, os mestres, começaram a aparecer para ele¹⁰. Nesse tempo, ele começou a ter convulsões constantes e ir sempre para o hospital. Porém, os médicos “não davam jeito”, pois o que estava acontecendo era que o dom estava sufocado no corpo de Paulo. Até que o levaram para uma rezadeira. Esta

⁹ Fabiana e Paulo são personagens do livro “Pajés, Benzedores, Puxadores e Parteiras: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia” (VAZ FILHO, 2016). O livro é organizado pelo único professor indígena da Ufopa. A efetivação de projetos como esse é importante para o processo de valorização e combate ao preconceito, tanto das práticas tradicionais de cura e cuidado com a saúde quanto do debate sobre a inserção e o modo de tratamento desses conhecimentos no mundo acadêmico. Fabiana, além de personagem, é uma das co-autoras do livro. O livro está disponível no link: https://issuu.com/publicacoesufopa/docs/paj_s-benzedores-miolo Acesso em 24/7/2017.

¹⁰ Para maiores informações sobre os povos do fundo e mestres ver tese de doutorado de Leandro Mahalem de Lima, especialmente, o capítulo 7 (MAHALEM DE LIMA, 2015).



afirmou que só trabalhando muito ele conseguiria satisfazer os espíritos da mata e da água. No entanto, essa informação não foi repassada pelos familiares a Paulo. Alguns anos depois, os karuana (seres encantados) se apresentam de novo para ele. Foi mais uma vez repreendido, disseram que era “coisa do demônio, do capeta”, então sua família o levou para a igreja evangélica. Mesmo nesse período ele afirma que os karuana estavam com ele.

Os meus encantados nunca me abandonaram, eles estavam sempre comigo, eu chegava a vê-los dentro da igreja. Eles estavam no meu lado. Eu até cheguei a pensar que eles eram aquele espírito maligno que me disseram, porque era aquilo que estavam me ensinando, era aquilo que a colonização estava me dizendo. Foi difícil, não é fácil a pessoa ter essa função de trabalhar com a cura, com o povo da encantaria e chegar na sociedade e dizer assim: eu trabalho, eu sou pajé. É difícil. Aqui na nossa região do Baixo Tapajós, dificilmente alguém vai dizer que é pajé, mesmo sendo, você vai perguntar e vão dizer não, eu não sou. Mas a gente sabe que ele é (Paulo Borari, Semana dos Povos Indígenas da Ufopa, 2017).

Já Fabiana Borari entrou na Ufopa em 2014, hoje tem 26 anos, e cursa licenciatura em Pedagogia. Fabiana Borari é pajé, parteira, secretária do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA e cacique da aldeia Curucuruí, próxima à Alter do Chão, região do Planalto Santareno. Segundo ela, em sua aldeia vivem 26 famílias, 79 pessoas, incluindo homens, mulheres e crianças. Fabiana vem de uma família de sacacas. Ela afirma que depois da sua geração já veio outra que “nasceu sacaca”, pois esse dom na família dela é muito forte. Ela relata que se lembra da sua prática de sacaca desde que tinha 03 anos. Fabiana é neta de pajé, filha de parteira. Assim, para Fabiana e sua família, ao contrário da de Paulo, o seu dom de pajé, que vem de nascença, foi rapidamente identificado. No entanto, ela revela que mesmo sendo de família de sacacas há dificuldades em saber como lidar, principalmente, com as crianças que tem o dom. Por isso, ela vai lançar um livro pedagógico sobre pajelança e sobre maneiras da família e da escola ajudar crianças que nascem com dom de sacaca. Ela expõe como é difícil lidar até hoje com seus próprios poderes, “principalmente dos humores, quando vêm os humores, as luas fortes, a gente fica muito mais sensível e, se a gente não tiver o controle espiritual, a gente acaba sendo massacrado pelos nossos guias”.

Paulo Borari ensina que os karuanas, os encantados, os mestres moram no fundo do rio, no fundo da terra. Moram no tauarizeiro, moram na embaubeira. Embaixo da terra está tudo vivo: a água, as raízes, as sementes, as cobras grandes que defendem os rios e guardam a sabedoria dos pajés. As cobras grandes são protetoras e símbolo de força. Paulo Borari diz:



Quando esse corpo aqui passar pelo que chamam de morte, não vai morrer, vai para a natureza e vai estar vivo de novo no meio da raiz, no meio do tapuru, no meio da terra. Isso não está morto. Se a mãe terra é viva, como é que eu estou morto lá dentro? Eu estou vivo também. Nossos pajés não morreram, nossos karuanas não estão mortos (Paulo Borari, Semana dos Povos Indígenas da Ufopa, 2017).

Portanto, os encantados são moradores dos territórios tradicionais e parte central na constituição da paisagem na perspectiva indígena. Fabiana e Paulo afirmam que os encantados são centrais para a existência deles e de seu povo. Os encantados, karuanas, mestres, guias vivem no território tradicional, nas águas, na terra, na floresta. Assim, defender o território para eles é o principal mecanismo de respeito ao seu povo e aos encantados que ali vivem.

Porque os mestres entendem tudo, eles conhecem os lugares. E eles sabem dizer para a gente aquilo o que a gente precisa fazer para que eles continuem ali com a gente, para que aquele lugar o branco não venha destruir porque os encantados moram ali. Isso é a nossa luta, contra as hidrelétricas no Rio Tapajós, contra essas mineradoras, contra esses madeireiros, contra o agronegócio na nossa região, porque tudo é encantado, em todos esses lugares os seres encantados moram (Paulo Borari, Semana dos Povos Indígenas da Ufopa, 2017).

O significado do território tradicional que Fabiana Borari e Paulo Borari elaboram interliga inúmeros elementos da vida social, simbólica e material que são, na cosmologia ameríndia, inseparáveis. O território é lugar de reprodução e produção da vida social, da memória, dos corpos, do alimento, dos artefatos, da moradia, das plantas, dos remédios, das águas, dos seres encantados. E o papel dos (as) pajés na defesa do território é central, pois é através deles (as) que os encantados mostram as ameaças e ensinam como proteger o território.

Tanto Fabiana quanto Paulo fazem referências às violências sofridas no passado e na atualidade pelos (as) pajés como consequência da estratégia “catequizar para colonizar”. A catequização teve como princípio negar a cultura dos povos indígenas, separando povos, famílias, proibindo a comunicação na língua nativa, a realização de rituais, práticas tradicionais de cura, obrigando a usar roupas ocidentais, promovendo casamentos interétnicos. Ao negar-lhes a cultura, no limite, negaram-lhes também a humanidade. A desumanização foi o alicerce da dominação colonial, validada pela Igreja Católica e pelos poderes estatais. Esse é o pilar da ideologia racista que há séculos age como um sistema de dominação e exploração ideológico e econômico (MOORE, 2007).



Todos (as) indígenas que se manifestaram na ocasião da mesa “Cosmologia do Baixo Tapajós”, tanto na mesa quanto na platéia, abordaram o tema da negação do dom das pessoas que nasceram pajés. Isso ocorre, segundo os depoimentos, por causa da violência e do preconceito sofridos, do medo da retaliação da sociedade. Fabiana narra sobre a experiência de ser aluna, indígena, pajé na Universidade:

Temos que tentar bloquear todo esse racismo e injúria racial que a gente sofre por exercer essas funções e essas práticas ritualísticas que, infelizmente, ainda é vista de forma preconceituosa e acaba fazendo com que a gente se sinta, muitas vezes, mal. Eu e Paulinho, às vezes, a gente se encontra pelo corredor e cada um está com uma cara mais triste que a outra, rindo forçado, porque o preconceito e o racismo sofridos acabam atingindo a nossa conduta de estar de bem com a vida. Mas é isso, o que temos de fazer é vim para a universidade, é resistir, é persistir. Para que a sociedade mude essa forma de como a gente é visto. (...) Eu percebi que enquanto aluna, acadêmica indígena, a gente pode mostrar para a sociedade que essa visão pode ser melhorada, esse racismo pode ser quebrado, essa injúria racial, que é forte, aos pajés, aos curadores, as feiticeiras, as parteiras, precisa ser mudada (Fabiana Borari, Semana dos Povos Indígenas da Ufopa, 2017).

Abmael Munduruku conta sobre questionamentos que já ouviu de colegas da Ufopa: “olha esse índio com celular moderno, ai?”. Então, Abmael pergunta: “Por que eu não posso ter? Vocês foram à minha terra e vocês levaram ouro, minério, vocês podem e a gente não?”. Segundo ele, “a maior prisão que sentimos é o preconceito”. Ele diz que, apesar do tema hoje ser abordado na sociedade e ter legislação que proíbe práticas preconceituosas e racistas, “quando ela ganha cara a gente se impressiona”. Ou seja, no momento em que os indígenas fazem denúncias de racismo na universidade, que descrevem as situações e dão nomes às pessoas, a reação recorrente das comunidades universitária é de negação do fato, de negação que no ambiente universitário exista atitudes racistas.”

A busca do movimento indígena do Baixo Tapajós na Ufopa, através da realização de atividades como a Semana dos Povos Indígenas, é transformar o sofrimento pessoal pelo qual cada um (a) deles (as) passa cotidianamente em um problema coletivo e social que precisa, necessariamente, ser enfrentado na universidade através de ações formativas, práticas pedagógicas interculturais, políticas de acompanhamento e permanência e promoção da igualdade étnico- racial e combate ao racismo.

A resistência desses povos passa pela sobrevivência física e, mais ainda, pela sobrevivência cultural, social e política. Nesse processo, o território tradicional tem um papel central. É no território que vivem os encantados, que a reprodução da vida social acontece,



que a memória dos antepassados se perpetua, onde se planta, se colhe, se pesca, se extrai remédios e alimentos. O território indígena é, eminentemente, lugar de produção de vida coletiva. Todos indígenas que se pronunciaram durante a Semana dos Povos Indígenas iniciaram suas falas dizendo de qual território eles vêm. Declarar o seu local de origem não é uma referência geográfica apenas, é, principalmente, uma referência cosmológica, dizer de onde vim é dizer quem eu sou. Ou melhor, é dizer quem nós somos.

O direito ao território tradicional é uma reivindicação antiga e ainda central para o movimento indígena. Nesse sentido, a busca pelo acesso ao ensino superior pelos povos indígenas no Brasil é um reconhecimento da necessidade de disputar no campo do simbólico e da construção conceitual ocidental o modelo de acesso, uso, ocupação, gestão e desenvolvimento dos seus territórios. Segundo Souza Lima (2016), o ensino superior tornou-se para os povos indígenas no Brasil uma alternativa para criar meios de melhorar as condições de vida das comunidades, a gestão qualificada de seus territórios e recursos naturais, registrar, sistematizar e salvaguardar os conhecimentos e saberes ditos tradicionais e acessar conhecimentos para o estabelecimento de um diálogo menos desigual com o Estado e, de modo mais amplo, com a sociedade brasileira.

Na introdução do texto, foi destacada como missão institucional da Ufopa a promoção do desenvolvimento regional e sustentável a partir dos conhecimentos locais. A princípio, essa missão dialoga com os anseios dos indígenas ao entrarem para o ensino superior. Porém, o que se percebe na Universidade, desde sua origem, considerando os projetos financiados, a fonte dos recursos oriundos de doação, os interesses da maioria do corpo docente e o tipo ideal de profissional que se almeja formar, é um alinhamento com o modelo de desenvolvimento de grandes projetos para a Amazônia, como portos, hidrelétricas, hidrovias, mineração, fortalecimento do agronegócio. Por exemplo, recentemente, em setembro de 2017, a Ufopa recebeu doação de um milhão de reais da empresa multinacional Alcoa, líder global da indústria de bauxita, alumina e alumínio, para aquisição de equipamentos para os cursos de engenharia de minas e agronomia em Juruti. Nesse município a Alcoa mantém operações de mineração¹¹. Outro exemplo foi a manifestação pública do diretor de pesquisa da Ufopa, em julho de 2017, em evento para debater a construção de portos em Santarém, que a universidade forma profissionais para trabalhar em grandes empresas e, assim, se os empreendimentos não forem implantados em Santarém, a juventude formada na Ufopa ficará desempregada e terá que buscar trabalho em outras cidades.

¹¹ Fonte: <http://www.ufopa.edu.br/noticias/2017/agosto-1/campus-juruti-da-ufopa-recebe-r-1-milhao-de-investimentos-da-alcoa> . Acesso em 05/10/2017.



Esses posicionamentos institucionais da Ufopa condizem com o fato da história do pensamento científico ser constituída por interesses políticos e econômicos que visam à manutenção de estruturas de poder vindas do período colonial. Há um imperialismo epistêmico que almeja produzir um conhecimento superior e universal a serviço do capitalismo. O conhecimento científico que se pretende neutro, objetivo e técnico é um instrumento de sustentação dos privilégios dos grupos dominantes (DA SILVA; BACKES, 2015, p. 122).

O argumento desenvolvido por Walsh (2009) ajuda a elucidar o que, superficialmente, pode parecer contraditório. Refiro-me aqui as opções institucionais da Ufopa de ao mesmo tempo incluir centenas de indígenas na Universidade por meio de ações afirmativas e fazer parcerias com multinacionais que visam à exploração e exportação de recursos naturais da Amazônia.

(...) o reconhecimento e respeito à diversidade cultural se convertem em uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém, ao mesmo tempo, a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual, a interculturalidade “funcional”, entendida de maneira integracionista. Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora “incluindo” os grupos historicamente excluídos (WALSH, 2009, p. 16).

A questão é que nesse jogo contraditório e de disputas acirradas, as relações de poder permanecem violentamente assimétricas. Os povos indígenas, a despeito da capacidade por eles desenvolvida de resistência e sobrevivência secular, são expostos a situações intimidadoras, constrangedoras no cotidiano universitário que afetam diretamente o aprendizado e a permanência nos cursos. Isso porque a Ufopa, como a grande maioria das universidades do país, tem um quadro de servidores (as) despreparados (as) para tratar a diversidade cultural. A lógica do pensamento monolítico, universal e inflexível domina as relações sociais cotidianas e geram preconceito, racismo e violência. As ações e reações dos povos indígenas dentro do território universitário são a única via possível de quebrar essa lógica que hierarquiza conhecimentos, povos e pessoas. A construção de uma interculturalidade crítica, nos termos de Walsh (2009), tem que necessariamente ser protagonizada pelos (as) indígenas.

Considerações Finais



As performances na mesa “Cosmologia dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós” explicitam duas principais estratégias do movimento indígena. A primeira é combater o racismo e o preconceito na universidade a partir de informação e sensibilização por meio de trajetórias individuais. As trajetórias individuais contribuem para dar suporte à existência do coletivo. Por exemplo, quando Fabiana – mulher, indígena, parteira, pajé, cacique – conta sua vida, ela conta também a vida de seu povo. A história dela proporciona ao público a certeza que o povo Borari existe. A narrativa das histórias de vida também sensibiliza e gera solidariedade. Mais ainda, produz restauração da humanidade, um dos pilares para a descolonização, de acordo com Frantz Fanon (apud WALSH, 2009, p. 36).

A segunda estratégia é apresentar o conhecimento indígena dentro da universidade, por acadêmicos (as) indígenas, a partir de um diálogo com o conhecimento científico, em evento concebido e organizado pelos povos indígenas. As universidades e escolas têm a prática de realizar atividades alusivas ao dia 19 de abril, dia do índio, que foi instituído em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas. É recorrente essa data ser o único momento de reflexão sobre a questão indígena nas instituições brasileiras de ensino e, na sua maioria, é concebida e protagonizada por pessoas não indígenas. Desse modo, o fato em si, da Semana dos Povos Indígenas na Ufopa ser, efetivamente, um evento produzido pelos discentes indígenas significa um rompimento na lógica de dominação. É um caminho para a interculturalidade crítica, visto que se trata de “uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização” (WALSH, 2009, p. 22)

O entendimento de mundo desses povos não é compartimentado tal como o pensamento ocidental e, especificamente, o pensamento científico. A super especialização do conhecimento é uma perspectiva de mundo que não dialoga com a cosmologia indígena. Inclusive, esse é um dos desafios da educação intercultural. Construir pontes entre lógicas distintas de pensar e vivenciar o mundo (LUCIANO, 2009). Mas, nesse caso, o desafio maior são as relações políticas e de dominação implicadas nesse processo. As assimetrias entre essas formas de conhecimentos geram hierarquias que são usadas para exploração de uma sociedade sobre a outra.

Outra reflexão conceitual trazida pelos (as) indígenas refere-se à narrativa sobre o processo de colonização. Paulo Borari faz a conexão, ao longo de toda sua fala, com a violência secular que os povos indígenas sofrem e suas implicações nas estratégias de luta do movimento. A história do Brasil contada a partir do ponto de vista indígena dentro da universidade é um modo de contestar as versões ainda hoje ensinadas nas salas de aula sobre a formação do país. Inclusive, uma das denúncias de racismo feita por estudantes indígenas na Ouvidoria da Ufopa foi direcionada a um professor de história que passou um



texto que falava sobre a imagem dos indígenas enquanto preguiçosos e vagabundos. A universidade não está preparada para o diálogo interepistêmico, na perspectiva de estabelecer uma interlocução entre diferentes paradigmas civilizatórios (INCTI, 2015), mas o embate está posto.

A existência de centenas de indígenas na Ufopa estudando e, parte deles, promovendo debates públicos para se afirmar coletivamente, lutarem por seus direitos e trazerem para dentro da universidade seus conhecimentos tradicionais contemporâneos é, sem dúvida, uma transgressão à negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual do poder da colonialidade (WALSH, 2009, p. 27). De todo modo, a correlação de forças permanece desigual, as assimetrias são gritantes e se materializam em violência física e simbólica contra os povos indígenas. Recorrentemente, em suas falas públicas na Ufopa, discentes indígenas afirmam que na atualidade os artefatos de guerra são o papel e a caneta. As conseqüências dessa guerra ainda são desconhecidas, mas tudo indica que algumas estruturas, no mínimo, serão abaladas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bueno de. **Terra de quilombo, terras indígenas “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA- UFAM. 2º edição. 2008.

DA SILVA, José Bonifácio Alves; BACKES, José Licínio. A presença da diferença negra e indígena na educação superior e o processo de ressignificação da universidade brasileira. In: **Revista de Estudos e Pesquisas em Educação Superior**. Unicamp, Campinas/SP: 2015, p. 120-135.

INCTI - INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E NA PESQUISA. **Encontro de saberes nas universidades bases para um diálogo interepistêmico**. UnB, 2015.

IORIS, Edviges Marta. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. In: **ILHA Revista de Antropologia, vol. 11, nº 2**. UFSC, Florianópolis: 2009, p. 219-264.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. In: NASCIMENTO et al. **Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades**. UCDB, Campo Grande: 2009, p. 32-39.



MAHALEN DE LIMA, Leandro. **No arapiuns, entre verdadeiros e –ranas: Sobre as lógicas, as organizações e os movimentos dos espaços do político.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2015. 439 p.

MOORE, Carlos. **Sociedade e Racismo: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições. 2007.

PAZ, Ana America Magalhães Ávila. **Indianizar para descolonizar a universidade: itinerâncias políticas, éticas e epistemológicas com os estudantes indígenas da Universidade de Brasília.** Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2013, 305 p.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA. **Caderno nova cartografia social: resistência e mobilização dos povos indígenas do baixo tapajós.** N° 1 (junho, 2014). Manaus: UEA Edições, 2014.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org). **A educação superior de indígenas no Brasil [recurso eletrônico]: balanços e perspectiva.** 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2016.** Santarém, 2015.

VAZ FILHO, Florêncio. **Pajés, Benzedores, Puxadores e Parteiras: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia.** Santarém, UFOPA, 2016. 138 p.

_____. **A emergência étnica de povos indígenas no baixo rio tapajós, Amazônia.** Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2010. 478 p.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7 letras. 2009, p. 12-42.

PEIXOTO; Rodrigo Corrêa. et al. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. In: **Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 2.** UFPA, Belém: 2012, p. 279-313.

**GT 10 - Campesinato e Conflitos Fundiários na América Latina****CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MARANHÃO: ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA DOS HABITANTES DE SACO DAS ALMAS FRENTE À EXPANSÃO
DO AGRONEGÓCIO**

Keliane da Silva Viana (Universidade Federal do Maranhão)¹
kelianepib@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo deriva de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Maranhão, sobre o processo de reconhecimento territorial de Saco das Almas, localizado no município de Brejo, na região Leste do Estado. Conhecida como nova fronteira agrícola do Brasil, onde ainda é possível comprar áreas nunca antes usadas para plantio, o desenvolvimento da região, vem impulsionando o desempenho econômico do Estado. Atualmente, Saco das Almas tem sido alvo de diversos conflitos socioambientais devido às transformações sociais, econômicas e ambientais em decorrência da expansão do agronegócio, como o referente à soja. Sua economia é caracterizada pela forte presença da produção agroextrativista e de uma agricultura camponesa instalada há séculos na região (ASSUNÇÃO, 1988; 2000). Essa agricultura familiar caracteriza-se pela combinação de atividades agrícolas, do extrativismo vegetal (babaçu, carnaúba, bacuri, pequi, dentre outros). O objetivo do trabalho é identificar as estratégias de resistência dos habitantes de Saco das Almas, frente a essa expansão, o quadro de extermínio de suas práticas culturais, caracterizados pelo contínuo ataque à economia e sobrevivência das famílias, à agressão às regras tradicionais das comunidades e o desaparecimento dos ecossistemas locais com os seus recursos.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais, Estratégias de Resistência, Soja.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo resulta do acompanhamento das lutas por reconhecimento e dos conflitos socioambientais envolvendo o território quilombola de Saco das Almas, historicamente denominado "Data Saco das Almas", conhecido como *terra de preto*². O território está situado no perímetro dos municípios de Brejo e Buriti, na região do Baixo Parnaíba, Leste do Maranhão, inscrito no imaginário da nação como um "estado preto".

¹ Estudante de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Especialista em História do Brasil, Integrante do Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA/UFMA.

² São consideradas como "terras de preto": aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros (ALMEIDA, 2008, p. 146). Sobre terras de preto, ver as seguintes referências: Celecina Veras Sales. Os descendentes de Timóteo: lutas camponesas e interferência do Estado em uma terra de preto em conflito no Baixo Parnaíba, Maranhão. In: Cadernos de Prática de Pesquisa. vol. 3, São Luís. Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1998; Benedito Souza Filho. Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.



O território Saco das Almas, comparece na história agrária recente como vítima de diversas violações quanto aos seus direitos tradicionais e humanos em decorrência do avanço da fronteira agrícola na região Leste Maranhense. Assim como outros existentes no Maranhão, a exemplo do território de Bom Sucesso, Saco das Almas é composto por seis povoados, que se articulam em torno de uma memória comum de luta e resistência pela conquista e manutenção da “terra livre” na qual hoje vivem. Compõe o território Saco das Almas às comunidades de Vila das Almas, Vila Criolis, Vila São José, Faveira, Pitombeira e São Raimundo³.

Para este estudo, optamos por concentrar a análise na primeira. Vila das Almas é a maior de todas e destaca-se entre as demais por ser onde reside o grupo de *pretos* – grupo que reivindica o território como herança baseada na descendência do ancestral “Timóteo” a quem coube à fundação do lugar. Vila das Almas é uma comunidade tradicional que se auto-reconhece como quilombola e está empenhada não apenas em se afirmar como portadora da identidade afrodescendente, como também em ter reconhecido pelo Governo Federal o seu direito de permanência na terra ocupada desde o passado pelos seus ancestrais, requerendo o título definitivo de propriedade da mesma.

Os habitantes de Vila das Almas lutam por reconhecimento territorial e titulação a partir da mobilização de agentes sociais diversos pelo acesso a recursos da natureza, frente aos conflitos socioambientais envolvendo esses sujeitos e seus antagonistas. Por meio da reconstrução histórica do lugar, é possível identificar e compreender as ressonâncias de uma história conflituosa, que se tornou presa fácil de espertalhões, fazendeiros e grileiros⁴, em muitos casos, devido ausência de documentação comprobatória da propriedade da terra e da força política do latifúndio e agronegócio.

O presente artigo apresenta resultados de pesquisas e reflexões realizadas no âmbito do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) sobre os conflitos ambientais no Maranhão. O objetivo central desse estudo consiste em analisar quais são as estratégias de resistência e de afirmação territorial dos habitantes de Vila das Almas frente aos novos empreendimentos econômicos na região, como o do agronegócio, referente ao plantio de soja.

Nos últimos anos, as atividades contemporâneas do agronegócio têm produzido efeitos que vão muito além do espaço geográfico e das relações sociais e econômicas

³ Além das seis descritas aqui, encontra-se também no território reivindicado a comunidade de Santa Cruz. Tal comunidade é entendida pelos moradores de Saco das Almas como pertencente a este território, entretanto, a mesma, reivindica território específico.

⁴ Grileiro é a pessoa que se apropria ilegalmente de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O nome deriva de um técnica de se colocar documentos novos em caixas com grilos. Após a morte dos insetos, o seu processo de decomposição gera produtos que escurecem os papéis, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro.



implicadas diretamente a elas, o que Eduardo Gudynas (2016) denomina de *efectos derrame* (efeitos derrame). No Leste maranhense, o conflito instalado é fruto do processo de modernização e expansão econômica capitalista via projetos de desenvolvimento e pode ser configurado como um efeito derrame do agronegócio. A visibilidade destes efeitos e dos conflitos produzidos é também fruto da percepção de grupos politicamente mobilizados (LEITE LOPES, 2004).

O processo de expansão do agronegócio na região Leste maranhense, que pode ser pensado como um dos efeitos derrame da soja, tem causado consequências expressivas comprometendo os modos de vida das comunidades rurais, especialmente àquelas localizadas nas proximidades das grandes plantações de soja e conflitos ambientais de caráter territorial, pelo uso da natureza e contra poluição dos empreendimentos ali instalados (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

As lideranças das comunidades afetadas buscam formas de enfrentamento e de constituição de uma rede de aliados, principalmente, através do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense, Movimento Negro e do Movimento Quilombola do Maranhão, Sindicatos e Associações locais, posicionando-se na arena pública através da reivindicação da titulação das terras tradicionalmente ocupadas.

2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS MARANHENSES

Embora os conflitos agrários seja uma realidade global, 60% das mortes no campo em 2016 foram registradas na América Latina. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra⁵ (CPT) o Brasil lidera pelo quarto ano consecutivo a lista, de assassinatos (49), seguido pela Colômbia (37), Filipinas (28), Índia (16), Honduras (14), Nicarágua (11), República Democrática do Congo (10), Bangladesh (7), Guatemala (6) e Irã (3). Os dados são do relatório “Defender la Tierra – Asesinados globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016”, compilado pela ONG internacional Global Witness, organização internacional que avalia vínculos entre conflitos e a exploração de recursos naturais, pobreza e direitos humanos. “Enquanto o relatório de 2015 apontou casos semelhantes em 16 países, em 2016 o número saltou para 24 nações”.

Segundo o documento, estes conflitos se dão, especialmente, a partir da luta pela terra e recursos da natureza, com destaque na atuação de grandes empresas – sendo a mineração o setor mais mencionado. “À medida em que mais projetos de extração foram impostos às comunidades, muitas das pessoas que se atreveram a levantar a voz e a

⁵ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2542-pelo-4-ano-seguido-brasil-lidera-ranking-de-violencia-no-campo-conforme-global-witness>> Acesso em: 07/08/2017.



defender seus direitos foram brutalmente silenciadas”, aponta o documento. No Brasil, está o maior número de ativistas ambientais e agrários assassinados.

Em se tratando do Maranhão, a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016) aponta como sendo um dos estados com maior número de conflitos e violências no campo. Há anos, o estado ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Foram registrados em 2016, 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas. Famílias que lutavam por direitos, pela Reforma Agrária e por seus territórios onde vivem e trabalham há várias gerações.

Nesse ambiente de barbárie que segue predominando no Maranhão, destaco o povo indígena Gamela, cujo território encontra-se localizado nos municípios maranhenses de Viana, Matinha e Penalva, e está em luta pela retomada de sua terra. A luta dos Gamela incomoda os fazendeiros da região, que encontram-se em uma área que, por direito, é dos indígenas.

O jornal “Vias de Fato” divulgou uma matéria em maio de 2017, onde relata um episódio ocorrido, no dia 30 de abril de 2017, em Viana, que expôs o caso para o Brasil e para o mundo. Neste dia houve massacre, com tentativa de linchamento, contra os indígenas. Diante dessa violência contra os indígenas Gamela, a Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou-se publicamente. Em comunicado que circulou na imprensa nacional e internacional, logo após o episódio, foi dito que “as Nações Unidas se solidarizam com as vítimas e manifestam a sua disposição em apoiar o Estado brasileiro na condução de medidas para a eliminação do racismo, discriminações étnicas, expressões de ódio, violências e violações de direitos dos povos indígenas”.

Em Brasília, a violência contra os Gamela no Maranhão contribuiu, inclusive, para a queda do presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Antônio Fernandes Toninho Costa. Há um processo de nº 08620.098509/201-83) que trata da demarcação do território do povo Gamela e que não avança no sentido de garantir a terra dos indígenas. Questionado pela mídia sobre a morosidade da demarcação e pela violência ocorrida no dia 30 de abril, no Maranhão, Antônio Carlos falou que a FUNAI não tinha condições de acompanhar todos os pedidos de demarcação de terras indígenas em razão de “mão de obra escassa” e do corte de 44% no orçamento do órgão. Após a declaração, ele foi demitido pelo presidente Michel Temer.

Na incitação à violência contra os Gamela é falado ainda de “supostos indígenas” e “supostos territórios indígenas”. Um discurso que deixou os indígenas indignados. No processo que tramita na FUNAI consta a ata de auto definição Gamela, reconhecida pelo



Estado Brasileiro. A própria Convenção 169⁶ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece que a identidade coletiva de um povo indígena se dá através de sua auto declaração, fato que já ocorreu entre os Gamela.

Irmanados nas mesmas práticas, a recíproca é verdadeira e campeia à situação do território quilombola “Saco das Almas”, em Brejo. Outros exemplos podem ser encontrados como o caso de Colniza, no Estado do Mato Grosso, que também tinha a disputa fundiária como o elemento central da luta. O massacre de Pau D’Arco também demonstra uma disputa territorial e um conjunto de outras violações que acontecem com os indígenas e os camponeses no Brasil. Demonstam também o avanço da fronteira agrícola promovido pelo grande capital, pelo agronegócio, patrocinado pelo Estado brasileiro.

A situação de instabilidade política que o país vive em 2017, com o atual governo do Presidente Michel Temer, contribuiu para latifundiários, grileiros de terras e empresas multinacionais cometerem um conjunto de crimes e violações por conta da ausência de um poder efetivo do Estado no Brasil no atual cenário. Tal governo escanteou em definitivo qualquer possibilidade de execução de ações envolvendo as comunidades quilombolas.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e outras organizações, como o Instituto Socioambiental (ISA), lançaram uma campanha pedindo que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha a titulação de territórios quilombolas no Brasil: O Brasil é Quilombola! Nenhum Quilombo a menos!.

A região Leste maranhense vem sendo marcada, desde a década de 1970, por profundas transformações. A partir de 1980, instalaram-se empresas nacionais e estrangeiras voltadas à produção de carvão vegetal, proveniente da queima de algumas espécies de madeiras nativas; à plantação de eucalipto e também de soja. Somado a esse processo de expansão da fronteira agrícola da soja na região, encontramos um notável avanço de projetos e modelos de modernização com a implantação de grandes estruturas.

Na década de 1990, a MARGUSA⁷ – Maranhão Gusa S/A, a MARFLORA – Maranhão Reflorestadora Ltda., a Suzano Papel e Celulose S/A de São Paulo e a ITAPAGÉ Papéis, Celulose e Artefatos, pertencente ao Grupo Industrial João Santos, de Pernambuco, instalaram-se na região com o objetivo de dar suporte à cadeia produtiva do carvão-aço e celulose no estado. Este modelo atraiu para a região outras formas de investimento, como do Complexo Agro-Industrial (CAI) da soja, que nesta fase já se encontrava bem

⁶ A C 169 OIT é uma lei internacional muito importante e com validade no Brasil. Ela se aplica a comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

⁷ A MARGUSA foi fundada em 1985 por empresários maranhenses, com incentivos da SUDENE e vendida, posteriormente ao grupo japonês Yanmar do Brasil S/A. No ano de 2003, a MARGUSA foi comprada pelo grupo siderúrgico GERDAU.



consolidado na região sul do Estado. Além disso, houve, mais recentemente, políticas federais de expansão do agronegócio (soja, milho, eucalipto) nas regiões contíguas de cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia⁸ que crismou o nome de MATOPIBA. Este projeto que chega ao Leste maranhense e por consequência, ao Baixo Parnaíba, região de vastos cerrados, trás uma perspectiva neodesenvolvimentista baseada na exploração intensa dos recursos naturais que favorece a concentração de terras e riquezas.

Destaca-se que todas essas empresas necessitam de grandes extensões de terras para a viabilização de suas atividades e, com isso, geram grandes conflitos e, consequentemente os efeitos derrame. No tocante aos impactos ambientais, o avanço da soja e do eucalipto não significaria apenas a emergência de uma luta pela terra e direito ao trabalho na região, pois a destruição das chapadas, a morte dos rios e da terra potencializaria a devastação da diversidade sociocultural e do saber local das comunidades atingidas por esses empreendimentos. Como afirma Mesquita (2008, p. 15-16), o modelo econômico vigente tem afetado de maneira direta a maioria da população, especialmente a rural, e, dentre esta, os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agroextrativistas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais.

Além dos conflitos por terra e daqueles em torno da questão ambiental, atualmente, tem, ainda, àquele referente à contradição existente entre o que os governos e empreendedores (público e privado) proclamam como *desenvolvimento* (em última instância, reduzido a crescimento econômico expresso no aumento do PIB) – e as *questões sociais*, que se materializam, de modo agudo, em graves violações de direitos humanos, como no caso do reconhecimento territorial de Vila das Almas.

Na perspectiva dos movimentos sociais, os investimentos econômicos feitos na área não se convertem em um desenvolvimento social equivalente, mas em um processo de exploração econômica da região, que provoca situações de permanente ameaça de convivência no interior da comunidade e consequências socioambientais e/ou de deslocamento compulsório dos moradores⁹.

É nesse contexto, que se dá a relevância de trazer a superfície os desdobramentos dessas ameaças quanto à mobilização de importantes segmentos da sociedade civil maranhense e de moradores e seus processos de organização local que, incorporados a

⁸ Programa MATOPIBA, criado pelo Decreto Presidencial nº 8.447, de 6 de maio de 2015, da presidenta Dilma Rousseff (SILVA JUNIOR; WICHINIESKI; COSTA, 2016).

⁹ Trabalhamos, aqui, com a definição de *deslocamento compulsório* formulada por Almeida (1996, p. 30): “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.



outros fóruns de discussão, ganham repercussão na esfera pública e fortalecem as lutas sociais, exigindo a atuação governamental como agente mediador de suas demandas. Além disso, perceber o jogo de forças entrecrocadas como promotor dos conflitos e como os agentes sociais em questão criam instrumentos de resistência e de construção de autonomia, relutando diante da subserviência e do enquadramento forçado à lógica do macro-capital (ALMEIDA, 2008; SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2010).

A ação social impulsionada pelos diferentes movimentos ou aliados que apoiam às lutas das comunidades da Data Saco das Almas (Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense, Sindicatos, Associações Comunitárias, dentre outros) para a regularização e emissão final do título da terra, resultou, no fortalecimento da luta pela terra.

Segundo o ITERMA, Órgão responsável pela execução da política agrária no Estado do Maranhão e, com base na memória oral, Saco das Almas, possui uma área total de 23.103 hectares de terra. Sua Desapropriação ocorreu através do Decreto Administrativo número 76896, de 23 de dezembro de 1975, emitido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Foi publicado no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1976 (um ano depois). A época, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MA), desapropriou toda a Data, indenizando todos os proprietários que lá residiam. Foram distribuídos 672 lotes urbanos e 272 lotes rurais entre todos os envolvidos na questão. No entanto, o critério para a distribuição das terras feita pelo INCRA, favoreceu aos autodenominados *brancos*, em sua maioria, latifundiários da família Castelo Branco e vistos pelos *pretos* como antagonistas. Aos *brancos*, foi cedida a maior parte do território, ficando os *pretos*, com a parte mais parca da área em produtos nativos.

Na ocasião da demarcação da área, foram medidos somente onze mil, setecentos e vinte e um hectares. Embora tenha havido a desapropriação, os quilombolas atribuem à usurpação efetiva pelos fazendeiros e fraudes permitindo a inclusão de particulares como proprietários, o fato do INCRA, haver desapropriado menos de uma parte dos hectares da Data, destinados às várias famílias do lugar. Além disso, alguns ex-proprietários insistiram em permanecer na área, causando conflitos com os quilombolas locais.

Os fazendeiros possuíam benfeitorias, então, além de terem sido desapropriados, também receberam terras consoantes às benfeitorias possuídas. Foi a partir desse ato que, iniciou-se um processo de grilagem e loteamento pondo fim ao uso comum da terra em Saco das Almas. A área torna-se então palco de conflitos pela posse das terras, entre os legítimos proprietários (*pretos*, e, portanto, herdeiros) e os ex-proprietários e as pessoas que invadiram as terras ou as compraram indevidamente, a partir da desapropriação feita pelo INCRA.



Nos termos desta investigação, os processos político-administrativos que a ela se relacionam traz em seus seguimentos a marca da mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra e sua importância política, mas, também, mostra a ausência de um planejamento prévio governamental e insuficiência de mecanismos de apoio aos quilombolas. As diretrizes estratégicas e operacionais, os instrumentos e procedimentos de ação correspondentes, estiveram subjugadas às condições sociopolíticas nas diversas fases de execução da política de regularização que, mais constrangeram do que favoreceram a promoção do desenvolvimento sustentável dos habitantes, como também analisou Monte (2013) sobre a política de assentamentos rurais no País.

Sob as circunstâncias dos contextos e a acuidade necessária em que os habitantes de Almas perceberam essa questão, fazem apreciações dos fatores e disfunções que marcaram a cultura administrativa da Autarquia nas suas responsabilidades institucionais, enfatizando o desenvolvimento insatisfatório da política de regularização fundiária.

3 A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E A LUTA PELA TERRA

No Baixo Parnaíba, desde 2004, aumentaram os conflitos agrários. Por meio das organizações da sociedade civil (movimentos sociais, populações tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu), Pastoral Afro-brasileira, Núcleo de Conflitos Agrários, Ministério Público, Movimento Quilombola, representado pelos Sindicatos, Associações das comunidades negras rurais quilombolas e o Movimento Negro, representado por instituições, criou-se uma rede de aliados e de interações. Essa rede se interage por meio de suas respectivas instituições provocando um discurso singular sobre os direitos dos negros e dessas comunidades. Por meio dessas interações, essa rede se mobilizou na defesa dos direitos quilombolas, como consequência, várias reuniões foram realizadas para discutir os conflitos por terra na região.

Algumas dessas reuniões, ocorridas, principalmente, entre outubro de 2016 e novembro de 2017, constatou-se denúncias às ameaças e agressões aos territórios dos povos e comunidades tradicionais, causadas pelo modelo de desenvolvimento baseado nos projetos do capital, especialmente àqueles destinados aos municípios de Chapadinha, Mata Roma, Buriti e Brejo.

Em novembro de 2014, o Ministério Público promoveu uma reunião no município de Brejo que envolveu a Fundação Palmares, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Promotoria de Conflitos Agrários, Câmara Municipal, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Pastoral Familiar, Proprietários das Terras e Quilombolas. A reunião foi para



discutir os problemas provocados pelos conflitos agrários na região da Comarca de mesmo nome, uma vez que várias denúncias já haviam sido feitas na Promotoria do município por causa da violência, ocasionada, principalmente, em função da disputa pela terra. Na ocasião, a Promotora de Justiça Ilma Paiva que coordenou a reunião, explicou que o processo administrativo já havia sido instaurado para apurar e investigar os conflitos. Outros processos administrativos, já haviam sido instaurados e enviados ao INCRA. Além disso, destacou que o Ministério Público pretendia fazer o acompanhamento dessa questão, e fiscalizar ainda mais a atuação da Autarquia em relação aos conflitos agrários que aconteciam no município de Brejo.

O Ministério Público, “pretende fazer uma interferência chamando as organizações da sociedade civil, órgãos públicos e entidades para que possamos minimizar a polêmica e a divergência que foi criada, não somente na questão fundiária, mais na demora do Estado em dá uma resposta aos proprietários e posseiros”, destacou a Promotora. A Promotora, também questionou o não comparecimento do representante do Inbra na reunião. “No dia 16 de outubro foi realizado uma reunião em São Luís com a participação do Inbra. Durante a reunião, ficou acordado entre as instituições a vinda de um ouvidor para este encontro, o que acabou não acontecendo, infelizmente”, afirmou a representante do Ministério Público. A polícia civil, outra instituição convidada, também não mandou representante.

O coordenador do Núcleo de Conflitos Agrários e também titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários, Haroldo Paiva de Brito, que acompanha a situação, falou sobre a busca de diálogos entre lideranças rurais e comunidades para evitar a violência no campo. “Esta reunião foi muito importante, trata-se de um diálogo para tomarmos diretrizes e dirimir conflitos e assim, buscar acordos”, esclareceu. Haroldo Paiva destacou que, a demora nos processos de titulação era o motivo principal que resultava os conflitos e que todo processo de negociação, mediação de conflito agrário e regularização fundiária era complexo, pois, não dependia somente do Ministério público, era um amplo processo que envolvia diretamente o INCRA, ITERMA, Governos Federal, estadual e Câmara Municipal. O Ministério Público “tem o papel de encaminhar e cobrar dos órgãos públicos a regularização fundiária das áreas, seja quilombola, desapropriação ou respeitando os direitos de posseiros ou dos proprietários das terras”, afirmou Haroldo Paiva.

O Presidente da Câmara Municipal Daniel Filho, expôs durante a reunião, um relatório aprovado pelos vereadores no ano de 2011 que denunciava os conflitos. Ressaltou ter mostrado o documento ao Ministério Público, o que gerou um ofício, delatando aos órgãos do judiciário – inclusive, à Polícia Federal, os conflitos agrários na região.



4 RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS EM SACO DAS ALMAS: VISÕES PRELIMINARES

A pesquisa, ainda em andamento, já demonstra seus primeiros avanços: a vivência na comunidade revelou algumas estratégias de resistência dos moradores, nas quais, de maneira preliminar, adiantaremos neste item, e por isso, ainda não devidamente sistematizada.

Mais do que um confronto direto ao território da soja, supõe-se que é a partir do uso do território, visível na agricultura e nas dinâmicas comunitárias por ela implicadas, que a comunidade resiste. Cabe destacar que, ao utilizar a ideia de “resistência territorial” não remete-se, necessariamente, a defesa do território, mas sim aos mecanismos de sobrevivência de um modo de vida deste grupo social referenciado em um recorte espacial.

O primeiro ponto que nos chama atenção são as relações que envolvem o trabalho camponês e as interações intra-comunitárias em Vila das Almas. Um morador trabalha na propriedade do outro por um dia e é pago com um dia de trabalho na sua propriedade. Neste contexto, não há conflitos entre as próprias famílias quilombolas pela produção ou áreas de contato entre os territórios. Como forma e espaço de resistência e de organização política, os moradores acionam a memória dos conflitos étnicos e territoriais para manter a unidade entre seus integrantes.

Nesse processo, mesmo não sendo obrigatório, muitas vezes, é estabelecido alianças matrimoniais entre grupos familiares e regras em torno dos modos de apropriação e de uso da terra, que configuram socialmente o espaço. O principal projeto político de Saco das Almas, é a garantia do direito de reconhecimento étnico e a titulação definitiva de suas terras. A luta dessa população para manter o controle e permanecer nas terras ocupadas tem sido dificultada pelo avanço das frentes econômicas de exploração capitalista. No confronto e sob a ameaça de expulsão, o grupo portador de direitos têm acionado suas particularidades culturais, étnicas e de uso dos recursos naturais como forma de garantir a continuidade e a reprodução sociocultural de seus modos de vida.

Nesse cenário, o recurso à cultura e a cultura como recurso aparecem como estratégias de disputa, que através da politização das diferenças procuram fazer valer as conquistas já asseguradas na constituinte. A constituição desses novos sujeitos políticos, novos sujeitos de direito e suas implicações na redefinição das táticas e estratégias de luta pela terra no Maranhão, vem redefinindo o padrão de conflitualidade o que tem complexificado as lutas sociais. .

O novo papel assumido a partir da história do lugar e de suas demandas, evocou um interesse renovado por parte de seus habitantes. As sucessivas espoliações



fragmentaram e diminuíram consideravelmente a extensão das terras de Saco das Almas, sendo que algumas áreas foram apropriadas de maneira ilícita.

A diminuta área que restou às famílias quilombolas impossibilita o desenvolvimento de uma agricultura em larga escala, e os recursos provenientes da exploração da terra por si só, não garantem a reprodução do grupo. Diante dessa situação, as famílias situadas historicamente no território se organizaram e estabeleceram estratégias de resistência, frente à expansão do agronegócio e ao conseqüente quadro de extermínio de suas práticas culturais e desaparecimento dos ecossistemas locais, assumindo discursos de um enfrentamento declarado. De um lado, a sobrevivência das famílias que historicamente vivem naquela área e que dependem das terras para assegurar a reprodução material de seus membros; de outro o pretense proprietário, especialmente o gaúcho, que deseja continuar explorando a terra mediante os interesses do mercado e de uma elite externa minoritária, sobrepondo-se aos interesses das comunidades locais e seus modos de vida.

Em Vila das Almas, a migração sazonal é uma das principais estratégias de resistência acionada pelos moradores. Uma parcela da renda familiar provém do trabalho desses homens que, em levadas semanais, deixam suas casas e cruzam o país em busca de trabalho. Eles cumprem jornadas de trabalho temporário e depois voltam. Em geral, os homens que partem, trabalham na construção civil e na cana-de-açúcar, em outras regiões como Sudeste e Centro-Oeste do país. Como afirmou a Agente comunitária de saúde local, Edna Cássio Gonçalves Dias “A compra de uma motocicleta é motivo de atração e realização do sonho de nove entre dez jovens que migram em busca de trabalho. Além disso, a construção de uma casa é outro motivo que leva a migração”.

Cabe destacar que, em muitos casos, a migração para centros urbanos, pautou-se não só pela busca de empregos, mas também para mitigar os efeitos negativos dos potenciais econômicos e produtivos do espaço ocupado em suas regiões de origem.

Como o dinheiro enviado é insuficiente para atender a demanda da família, o *Bolsa Família*¹⁰ constitui uma importante complementação na renda. O Agente comunitário Carlos José Alves Feitosa, que trabalha na comunidade Vila das Almas há mais de dez anos, afirma que a chegada do Programa Bolsa Família melhorou a realidade das famílias e é a principal renda da comunidade junto com a aposentadoria rural (em quase 70% das casas), política pública que está ameaçada com a proposta de reforma da previdência, do atual governo. Os idosos desempenham papel fundamental não só pela aposentadoria, mas também porque alguns deles *seguram* a terra, isto é, asseguram a posse da terra permanecendo no local enquanto outros parentes vivem em centros urbanos.

¹⁰ O Bolsa Família é um programa de distribuição de renda do Governo Federal destinado às famílias de baixa renda do Brasil. Esse programa garante o acesso a serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação.



Embora muitas pessoas nunca tenham retornado a Saco das Almas, o deslocamento para outras cidades não implicou, necessariamente, um desmembramento das famílias, mas sim a ampliação das redes comunitárias. Localmente, as relações de parentesco ocupam posição importante nas estratégias de manutenção, seja por meio dos casamentos endogâmicos, seja pelo deslocamento do cônjuge que reside numa comunidade próxima.

As mulheres, por sua vez, especialmente as mais velhas, desempenham um papel de destaque. Em muitos domicílios, são elas às responsáveis pelo provimento, pela manutenção e pelo sustento da família. Além disso, as idosas costumam cuidar dos netos enquanto seus filhos trabalham fora. Em outros casos, enquanto aguardam o retorno dos maridos, as jovens recém casadas, recebem deles uma ajuda mensal para suas despesas.

Geralmente, antes de formar uma unidade familiar, o casal divide o mesmo espaço de moradia com os sogros. Posteriormente, cabe ao sogro paterno ceder um pedaço de terra para a construção da casa do novo casal. Em geral, cada unidade familiar possui pequenas hortas e plantas medicinais no quintal. A criação de porco e galinha é comum; a de animais vacuns, nem tanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de resistência aqui analisadas despertam para a necessidade de ampliar o leque de análise sobre os processos de expansão capitalista no Maranhão. Sobretudo, com relação às áreas rurais onde vivem diversos povos e grupos tradicionais que subsistem dos recursos da terra e da natureza.

A análise dos processos de resistência, tais como, reuniões, manifestações, protestos, audiências populares e audiências públicas, permitem sintetizar a reivindicação territorial e a garantia do modo de vida, tendo como base o que as lideranças têm designado de “sentimento de pertencimento”. São esses sentimentos que fortalecem a luta pela afirmação territorial e identitária dos diversos povos indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras tradicionais que enfrentam o grande capital. Estes sujeitos reinventam as formas de enfrentamento aos projetos hegemônicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: AUTOR. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupada. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, p. 192.



_____. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. Travessia. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.

_____. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: PROJETO Vida de Negro (org.). Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN, 1996.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig . Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1850. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 14, p. 32-71, 2000.

_____. A Guerra dos Bem-te-vis. A Balaiada na memória oral. 1. ed. Sao Luis: SIOGE, 1988. v. 1. 248. p.

FILHO, Benedito Souza. Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Anablume, 2016. pp. 23-43.

LOPES, José Sergio Leite (org.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ, 2004.

MESQUITA, B. A. de. A dinâmica recente do desenvolvimento do Maranhão: diagnóstico e perspectivas. 2008.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes & SILVA, Sislene da Costa. Taim: conflitos sócio-ambientais e estratégias de defesa do território. Revista Pós Ciências Sociais. São Luís, Ed. UFMA, v. 7, n. 13, 2010.

SALES. Celecina Veras. Os descendentes de Timóteo: lutas camponesas e interferência do Estado em uma terra de preto em conflito no Baixo Parnaíba, Maranhão. In: Cadernos de Prática de Pesquisa. v. 3, São Luís. Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1998.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

**GT 10 - Campesinato e Conflitos Fundiários na América Latina****ETNOGRAFIA DO CONFLITO FALADO: O DISCURSO DE AGENTES SOCIAIS
SOBRE O CONFLITO VIVIDO E FALADO EM CACHOEIRA DO ARARI,
ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, PA.**Edmir Amanajás Celestino (PPGA-UFPA)¹

amanajas@ufpa.br

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (NAEA-UFPA)²

ream30@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho resulta de pesquisa do mestrado em Antropologia - PPGA/UFPA, investigação que objetivou a compreensão das estruturas de dominação e resistência nas relações de poder, visibilizadas em situações de conflitos entre uma categoria dominante (fazendeiros) e grupos subalternizados (quilombolas), em torno de divergências quanto a concepção do território, destacando, de um lado, o uso privado da várzea para retirada de açaí e grilagem de terras para criação bubalina, e de outro, os sistemas de uso comum, para extrativismo de espécies vegetais (açaizais e florestas), manutenção de roças e pesca artesanal. Verificou-se o conflito em situações como: limitação de acesso dos quilombolas devido ação de pistoleiros e instalação de cercamentos com uso de eletricidade; efeitos da criação bubalina, provocando a destruição de plantações dentro das roças quilombolas; implementação de lavoura de arroz vizinha ao território quilombola, contaminando rios e igarapés pela utilização de agrotóxicos e estabelecendo área portuária dentro dos limites da comunidade. Estas situações são percebidas através de diferentes discursos de resistência, considerados como dissidências marginais ao discurso oficial do dominante nas relações de poder, a partir de formas de resistência silenciosa, do discurso oculto, que posteriormente sustentam discursos públicos embasados na afirmação étnica e organização social pela defesa de direitos territoriais. Neste contexto, realizou-se uma etnografia do conflito falado e vivido, supondo que os discursos públicos se apresentam como eventos, reunindo um universo de significações culturais distintas quanto às formas e normas do uso do território, tradicionalmente ocupado pelos quilombolas.

Palavras-chave: Conflito de terra, Quilombolas, Açaí, Várzea, Marajó.

1. INTRODUÇÃO

Este texto trata da investigação e compreensão de estruturas de dominação e resistência nas relações de poder, visibilizadas em situações de conflitos de terra entre

¹ Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA), UFPA, integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Território, Identidade, Gênero e Ambiente (GEPTIGAM-UFPA) e Grupo de Estudo e Pesquisa em Gerenciamento Costeiro Pós Colonial na Amazônia (GERPCAM-UFPA).

² Doutora em História e Civilização pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e professora Associada III, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), UFPA, Brasil. integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar sobre Ambiente, Território e Interculturalidade (GEPIATI-UFPA), Grupo de Estudos Amazônicos (GEAM-UFF) e Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais (UEA).



dominantes (fazendeiros) e subalternizados (quilombolas), através da análise dos discursos públicos orientados à busca de direitos, garantia de liberdade e mediação de interesses divergentes, em atenção aos quilombolas dos rios Arari e Gurupá em Cachoeira do Arari.

Os quilombolas ocuparam a margem esquerda do rio Arari, entre o igarapé Murutucu e as proximidades da foz do rio Gurupá³ até a década de 70 do século XX, antes de sofrerem a expropriação de terra por parte do fazendeiro Liberato Magno da Silva Castro, apresentando-se então como dono e beneficiário dos recursos da região. Após a retirada compulsória, o grupo migrou para as margens do rio Gurupá, que hoje representa um espaço social e historicamente construído⁴. A comunidade quilombola compreende atualmente 191 famílias⁵ assentadas nas margens do rio Gurupá, e na localidade de Bom Jesus do Tororomba, que permaneceram resistindo na ocupação à margem do rio Arari.

1.1 Área de Estudo

O arquipélago do Marajó corresponde a uma mesoregião formada por 16 municípios situados na foz do rio Amazonas, Pará. Relatos históricos apontam presença de mocambos de negros e indígenas no Marajó “Joanes, Soure, Chaves, Caviana, Mexiana, Maguari, Melgaço, Cachoeira, rio Prúucuba, Ariri e Muaná” (GOMES *apud* ACEVEDO - MARIN 2009:213). Atualmente a MALUNGU⁶ representa quilombolas em Bagre, Cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Ponta de Pedras, Portel e Salvaterra.

O trabalho de campo constitui-se de 3 momentos: apresentação da pesquisa, 15 a 18 de maio de 2015, e lançamento do fascículo 17 do Projeto Nova Cartografia Social, sobre o conflito vivido pela comunidade; 10 a 31 de julho de 2015, em visita aos 7 setores da comunidade, Tapera, Aracaju, Igarapé da Roça, Baixo Gurupá, Campinho, Cabeceira e Bom Jesus do Tororomba, e áreas de extrativismo de açaí na várzea do rio Arari; e de 22 a 31 de março de 2016, em visita para complementar informações após a safra de açaí.

³ Segundo Acevedo Marin (2009) e Rodrigues (2010), nesse território foram cartografados elementos que correspondem a ambientes ecológicos, pontes, cercas e outros vestígios, nomeados e identificados por eles como antigos marcos naturais e da própria intervenção humana que registram a época de sua ocupação na área.

⁴ Rodrigues (2010) pontua ações de manejo e extrativismo estabelecidas após o deslocamento, a fim de superar as limitações ocasionadas pela mudança, como a intensificação do cultivo de açaizais, cujo manejo tornou-se uma das principais relações sociais de troca e de mercado desenvolvida pelos quilombolas.

⁵ Senso realizado pelo quilombola Manoel Natividade Batista dos Santos, A.C.S. do Posto de Saúde da Tapera.

⁶ Organização das comunidades quilombolas do Pará.

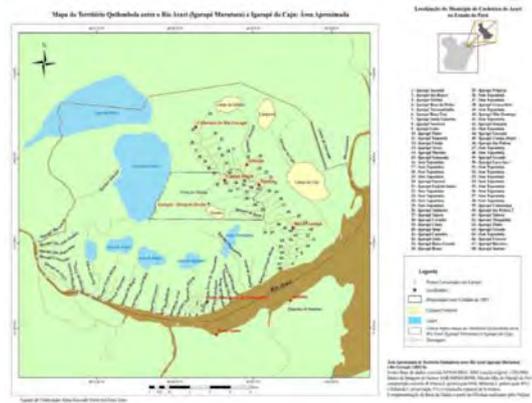


Figura 1: mapa da localização de comunidades quilombolas ao longo do rio Arari e afluentes, em Acevedo Marin e Rodrigues (2011).

1.2 Categoria Quilombola e o Estudo do Conflito

A categoria quilombola teve diferentes interpretações associadas a noção de lugar⁷, onde vivem descendentes de pessoas escravizadas e que mantiveram práticas de um estilo de vida tradicional, porém, esta noção não abrange aspectos da realidade contemporânea, devendo-se considerar pontos de vista diversos para representar a categoria em sua organização social, aspecto histórico-cultural e jurídico. Almeida (2002:47) aponta que interpretações da categoria quilombola pautadas no passado estariam “frigorificadas”, havendo necessidade de uma “ressignificação” teórica em que a categoria “remanescentes de quilombo” ou “quilombola”, referencie a diversidade e especificidade contemporânea⁸, “a partir do sistema de representações dos agentes referidos às situações sociais classificadas hoje” referenciando o passado histórico, arqueológico não como lugar, mas como origem.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde a década de 80 define quilombo como “extensão de terra cujo domínio fora doado, entregue ou adquirido, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos” (MALHEIRO apud COSTA 2004:29), não só quilombos históricos, abrangendo o uso e ocupação⁹ do território por descendentes de escravizados, sem o estabelecimento de partilha formal, mas de acordo coletivo. No entanto, essa interpretação inúmeras vezes é questionada juridicamente em casos de litígio.

O quilombo enquanto categoria histórica detém um significado relevante, localizado no tempo e na atualidade é objeto de uma reinterpretação jurídica

⁷ A palavra quilombo expressa em diferentes línguas nativas africanas a ideia de local de moradia e habitação, na língua quimbundo, significa “união, ajuntamento, povoação”, em banto reflete a ideia de “acampamento na floresta”, provavelmente onde guerreiros mantinham pontos de apoio durante caçadas (O'DWYER 2002, p.217).

⁸ Segundo Almeida “o quilombo já surge como sobrevivência, como ‘remanescente’” trabalhando-se o conceito de quilombo “considerando o que ele é no presente” e o deslocamento temporal em que se constrói historicamente a autonomia do grupo, e não “com uma categoria histórica acrítica”. (ALMEIDA 2002:53-54).

⁹ Costa (2004:29) cita o trabalho de Malheiros que menciona diferentes processos de ocupação territorial por comunidades negras e mestiças em contexto rural e urbano, sendo estas terras oriundas de doações e testamentos de antigos senhores, da compra por escravos alforriados, do pagamento de serviços prestados ao Estado, assim como ocupações de áreas abandonadas no período pós-abolição, reconhecendo um processo de formação de territorialidade diversificado ligado ao termo quilombo.



quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombos (ACEVEDO MARIM 2004:05).

Arruti (2003:09) considera o “quilombo” pela interpretação política do seu contexto histórico, como resistência que “nasce do próprio protesto político, ganhando espaço acadêmico na medida em que este também se reveste de crítica política”, representando autoafirmação na busca de direitos e de um Estado que reconheça as diferenças pelo viés da equidade, numa postura pluralista e não da igualdade que invisibiliza a exclusão, reconhecendo o quilombo como “expressão identitária contemporânea” de comunidades negras rurais e urbanas em busca de condições dignas para sobrevivência, descendentes de pessoas escravizadas cuja ligação com o território se associa à liberdade e a reprodução do contexto social e cultural a partir da organização social.

Ao ligar a interpretação da categoria quilombola à ideia de “nova etnicidade” de Barth (1998:194), o conceito de grupo étnico¹⁰ se torna de grande importância, pois dimensiona a categoria dentro da realidade jurídica, política e pública do quilombola como sujeito de direitos, a partir de “um processo de autoreconhecimento feito por grupos com características étnicas” mobilizados em torno da conquista pela posse definitiva de seu território ou “locus étnico” (MARQUES 2009:354), contrapondo-se ao etnicismo excludente.

Entender os grupos como unidades sociais mutáveis significa considerá-los um grupo identitário étnico, devendo-se romper com as idéias essencialistas do senso comum e entender que os grupos étnicos são coletivos relacionais (em um contexto contrastivo) e unidades políticas (MARQUES 2009:365).

Ate década de 70, a comunidade relatada neste estudo se reconhecia como ribeirinha, o que não oblitera o fato dela ser formada por negros descendentes de pessoas escravizadas, num contexto rural, fruto do processo histórico de dominação¹¹. Apesar da resistência contra o deslocamento compulsório e busca de direitos, em 70 ainda não se consolidava um processo de afirmação étnica e organização social que fizesse frente ao imenso desequilíbrio de poder em relação ao fazendeiro, num cenário político e de interpretação da norma jurídica desfavorável aos grupos subalternizados, contexto no qual se inicia a luta pela terra e o processo de autoreconhecimento.

¹⁰ O'Dwyer cita a noção de “grupo étnico” formulada a partir dos trabalhos de Barth, que nos estudos antropológicos brasileiros passou a incorporar a ideia de “categorias de adscrição e identificação utilizadas pelos próprios atores sociais para classificar a si mesmos e os outros, de acordo com uma identidade básica e mais geral, supostamente determinada por sua origem e formação” (O'DWYER 2002:84), dando aporte antropológico para a legitimação do autoreconhecimento como ferramenta jurídica na garantia de direitos.

¹¹ Acevedo Marin (2008) cita que o arquipélago do Marajó havia sido ocupado até meados do século XVIII por diversas fazendas “o que significou que os indígenas e ex escravos homens livres, ficariam sem terra e essa restrição seria o mecanismo que em alguns casos, os tornaria dependentes e submissos aos fazendeiros”, ficando essa população assentada as margens das grandes fazendas, em pequenas vilas e povoados dispersos nas margens dos rios (ACEVEDO MARIN 2008:213).



Dispositivos como o artigo 231 da Constituição, Artigo 68 da ADCT, Decreto 4887 de 2003 e Decreto 6040 de fevereiro de 2007 e acima de tudo a Convenção 169 da OIT são marcos legais na garantia de direitos de comunidades quilombolas, povos indígenas e tradicionais. A fundação Palmares pautada nestes dispositivos atua na regularização do autoreconhecimento de novas comunidades. Diversos grupos étnicos fazem desses dispositivos instrumentos de luta, aliados ao estudo antropológico e etnográfico como arcabouço que contribui com a aceitação de seus discursos pela norma jurídica. Utilizou-se a análise do discurso nas relações de poder como base de investigação no estudo do conflito, tendo as teorias de James Scott, sobre negociações e conflitos nas relações de poder, como principal aporte à abordagem sobre dominação e resistência¹².

1.3 Discurso Público e Organização Social

Entende-se que os espaços situacionais em que se faz possível o discurso público, representam eventos que reúnem um universo de significações culturais distintas, quanto às formas e normas do uso e ocupação da terra e seus recursos naturais, para os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente nas situações de conflito. Entre estes eventos, considera-se a importância das audiências públicas realizadas no Marajó desde 2005, sobre questões conflituosas entre fazendeiros, que exercem o uso privado da várzea para retirada de açaí e a grilagem de terra para criação de gado; e comunidades tradicionais, que mantêm sistemas de uso comum para o extrativismo de espécies vegetais, roçados e pesca artesanal.

As audiências analisadas neste trabalho foram mediadas pelo Ministério Público Federal (2005¹³, relacionada a conflitos de terra envolvendo quilombolas e pescadores em todo o Marajó) e Estadual (2013, em conjunto com o MPF, sobre a questão da plantação de arroz), utilizando-se das mesmas para reflexões sobre o discurso público documentado. É importante frisar as dificuldades de acessar esses registros, devido demora na liberação do acesso ou mesmo pela não identificação do paradeiro em meio aos autos de processos.

Consideram-se ainda outros eventos que refletem o registro de discursos públicos, tais como atas das reuniões realizadas pela organização comunitária (a exemplo das Mesas Quilombolas e reuniões da ARQUIG); relatos reunidos pelo Projeto Nova Cartografia Social em torno dos conflitos; processos judiciais, como ações e inquéritos; e reportagens veiculadas em jornais eletrônicos, sites oficiais e sites públicos de ONG's, relacionadas aos assuntos discutidos nas assembleias públicas. Da audiência de 2013 se encontrou fotos

¹² Scott (2004) expõe que os “dominados” exercem uma “dissidência marginal” ao discurso oficial da relação de poder, elaborando formas de “resistência silenciosa” e “discurso oculto”, como insubordinação à dominação.

¹³ Sobre essa audiência existe uma informação parcial no site <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=5758> - acesso em 30 de janeiro de 2015.



divulgadas nos jornais do líder quilombola Teodoro Lalor de Lima, que se manifestou no evento contra o uso de agrotóxicos na lavoura de arroz. Seis dias depois foi assassinado¹⁴.



Figura 2: Teodoro Lalor de Lima, presidente da ARQUIG, fez seu último discurso público em 13/08/2013.

Revisitando os discursos documentados, aliado às entrevistas coletadas em campo, foi possível uma reflexão atual sobre o conflito vivido e falado, a fim de entender como este repercute na vida da comunidade, através da narrativa de pessoas que o viveram no passado ou em confrontos recentes, e segundo aqueles que não vivenciaram diretamente situações de violência, mas se envolveram indiretamente no conflito ou o ouviram de quem as passou, como amigos, parentes e vizinhos, tecendo discurso público de resistência.

...ela saiu daquela área que foi expulsa, essa parte aí eu acho que o pessoal já contou bem, porque eu conto por ouvir contar, assim como eu contei pra você hoje a questão aqui do pessoal que botou o outro pra correr, então eu conto do ouvir contar, algumas coisas eu até sei, eu conto do ouvir contar não porque eu tenha presenciado né, o que eu mais presenciei era o que eu acho de mais propriedade dessas questões, das pessoas que eu convivi, que sabiam, isso é uma parte que eu domino. Do outro que eu ouvi contar e quando eu vou no ouvir contar eu reproduzo o que eles falaram, a grosso modo, não assim vivido, mas falado... (Ana Lú Batista dos Santos, Campinho, 21/07/2015).

2. CONFLITO EM CACHOEIRA DO ARARI

O conflito se inicia devido aos interesses na exploração do açaí e palmito na várzea do rio Arari e grilagem das áreas de campos para criação extensiva de gado, por parte da família do fazendeiro Liberato Magno da Silva Castro; no Gurupá a família de Mauro Condurú, que também criava gado de forma extensiva, protagonizava outro lado do conflito devido a falta de cercas que delimitassem a pastagem do gado; e recentemente, a implantação da lavoura de arroz do político e empresário Paulo Cezar Quartieiro também motivaria conflitos com os quilombolas. Estes são considerados os dominantes, que exercem autoridade sobre as agências públicas, nas representações do poder municipal, estadual e federal, como o caso dos fóruns e cartórios, da polícia civil e militar e do INCRA.

Verificou-se como situações de conflito: limitação de acesso a áreas de uso comum devido ação de pistoleiros e instalação de cercas elétricas; destruição de plantações e roças

¹⁴ Ver notícia sobre a audiência e o assassinato em: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/08/Teodoro.jpg> Acesso em 20 de janeiro de 2015.

<http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/08/Teodoro.jpg>



de subsistência pela pastagem do gado; e contaminação do ar e igarapés por agrotóxicos da lavoura de arroz vizinha, que também estabeleceu um porto em área da comunidade.

Os conflitos se intensificam no período de safra do açaí, principal fonte de renda da comunidade, pois apesar do extrativismo nos bosques cultivados nos quintais às várzeas do Gurupá, famílias assentadas em áreas altas, de campo, ou famílias numerosas que dividem bosques pequenos, buscavam meio de subsistência pela pesca e renda extraíndo açaí da nos bosques do Arari, plantados pelos ancestrais, motivo do sentimento de pertença e de insubordinação, levando a enfrentamentos violentos com pistoleiros a serviço do fazendeiro, que monitoravam as áreas onde os quilombolas realizavam essas atividades.

2.1 Histórico do Conflito

O contexto histórico da ocupação das margens do rio Arari e Gurupá se inicia com a formação de quilombo¹⁵ ainda num período escravista, e pelo assentamento de descendentes de escravizados numa situação de submissão às relações de trabalho com os fazendeiros locais pós-escravatura. Estes assentamentos configuraram pequenos sítios familiares situados nas cabeceiras de igarapés, na transição entre a várzea e terra firme, alguns inclusive documentados em escrituras de compra de terreno por parte de ex-escravos alforriados¹⁶, e perduram até os anos 70, quando ocorre a expropriação de 76 famílias no rio Arari, deslocadas compulsoriamente para as margens do rio Gurupá.

Situando historicamente o conflito é possível apontar a partir das narrativas presentes no trabalho de Acevedo Marin (2009) a memória da desapropriação em três fases: primeiro, pela grilagem através de um testamento constituindo dominialidade da família Lobato / Castro sobre a região ocupada pelos quilombolas; segundo, pelo ato dos fazendeiros de fincar marcos de apropriação do território; e terceiro, pela ação violenta de expulsão e queima das casas na década de 70. A autora conclui em seu artigo que:

Em Cachoeira do Arari os fazendeiros fortaleceram e continuam a defender posições e projetos, que se tornaram incompatíveis com a presença dos quilombolas dos rios Arari e Gurupá, foi o motivo pelo qual se procedeu ao despejo, foi realizada uma “negociação” desigual impondo o loteamento em estreito espaço do Rio Gurupá. Nestes atos, negou qualquer direito e estabeleceu-se um regime de proibição e de acusações de furto. As terras de matas e campinas tornaram-se uma fonte de riqueza... em posição reivindicativa, os fazendeiros têm utilizado os recursos institucionais e policiais para provocar a saída desse “sítio” e a negação do direito ao Território (ACEVEDO MARIN 2009:12).

¹⁵ Informações retiradas do Relatório Histórico-Antropológico de identificação de Comunidades Remanescentes de Quilombos no município de Cachoeira do Arari – Estado do Pará, elaborado no âmbito do convênio INCRA – UNAMAZ, nº 19000. (ACEVEDO MARIN 2008).

¹⁶ Ibidem.



O reassentamento de famílias, que antes viviam na margem do rio Arari, para o rio Gurupá foi gradual ao longo de mais de 40 anos. Sendo possível identificar na fala do senhor Francisco Cardoso, como “a comunidade já se torna um pouco pequena” (em ACEVEDO MARIN E ALMEIDA 2014) para acolher os que chegavam após as expropriações, considerando que os recursos disponíveis nas novas localidades, não eram fartos o suficiente para sustentar a demanda cada vez maior das famílias que chegavam.

Entende-se que a resistência poderia estar pautada numa oposição motivada pela indignação, ressentimento e hostilidade que os quilombolas supriam contra o fazendeiro, reflexo da opressão continua que após a expropriação, foi voltada para impedir o acesso de recursos do extrativismo nas áreas abandonadas, sem, no entanto, iniciar-se um confronto direto. A oposição se daria então como uma contramobilização à estrutura de dominação estabelecida pelo fazendeiro, em atos de resistência isolados, aspectos verificados nos relatos coligidos no Projeto Nova Cartografia Social (ACEVEDO MARIN E ALMEIDA 2014).

Pela recordação da expropriação que deu início ao conflito.

Sobre os igarapés, no Murucutu temos sete moradores, a plantação dessa região era o açaí, o coco e a manga era a plantação mais encontrada nessa região. No Comichão tínhamos três moradores e a plantação era mais o açaí, era a plantação mais encontrada nesta época. No Furo tínhamos dois moradores e a plantação era o açaí. No Cebola tínhamos um morador e a plantação também era o açaí. No Feitiço, um morador e a plantação era o açaí. No Acará tínhamos nove moradores e encontrávamos como plantação piquiá, manga, bacaba, laranja, café, bacuri, limão, açaí entre outros. Na Caroba tínhamos quatro moradores e a plantação era limão, era a plantação que digamos assim, não quero dizer que era a única plantação, mas, sim era a maior parte da plantação era o limão. No Acará Miri tínhamos nove moradores e podíamos encontrar mangueiras, limão, laranja e açaí, Nas Cantigas tínhamos sete moradores e a plantação, podia encontrar mangueira, bacaba, limão, laranja, açaí, tucumã e etcetera... No Saporará Miri tínhamos três moradores e a plantação que podíamos encontrar em maior parte era tangerina, lima, açaí, bacuri, pupunha entre outros. No Bom Jesus de Tororomba, tínhamos oito moradores, no sitio podia encontrar diversas arvores, principalmente o açaí. Saporará Grande tínhamos quatro moradores e como plantação tínhamos manga, banana, açaí entre outros. Piramanha tínhamos um morador e podíamos encontrar como plantação açaí, banana, manga e etcetera. Gurupá Miri e a Boca do Gurupá na margem direita tínhamos doze moradores e a maior plantação era de açaí... Temos também uma observação: em todas essas áreas é importante destacar que temos muitos recursos como ervas medicinais, nos lagos podíamos encontrar peixe que serve para o nosso alimento” LETICIA BATISTA DA CONCEIÇÃO (em ACEVEDO MARIN E ALMEIDA 2014).

Pela destruição de plantações e roças causadas pela pastagem de gado.

Este aqui, o campo do Caju, aqui era onde tinha a chamada Santa Luzia, lá tinha um sitio muito grande, muita laranjeira, muita tangerina, piquizeiro e foi destruído pelo gado, hoje, só existe um mangal... E daqui sobe, vem, na parte da beirada também, aqui é um outro sitio que tinha lá próximo de casa e que também tinha muita fruteira lá, piquizeiro inclusive, hoje só tem dois, mas o sitio lá era muito grande, o gado também destruiu. Aqui é o lago, aqui era um plantação que nós tínhamos de abacaxi com trinta mil pés de



abacaxi que o gado destruiu também tudo isso aqui... pode se preparar que esse ano vai ser mais um ano que a gente tem a produção nossa consumida por eles porque não tem jeito... Nós temos mais de 30 anos sofrendo prejuízo com esse gado” FRANCISCO CARDOSO

O problema que deu prejuízo o gado, deu prejuízo no milharal e aí eu fui me queixar. Aí o delegado falou o seguinte, que eu deveria fazer uma cerca pra defender minha roça. Bom, eu disse pra ele, ‘olha delegado eu vim saber do prejuízo do gado, não sei se a minha roça anda. Agora, eu vou lhe explicar uma coisa, eu tô há dez anos com prejuízo deste homem e nunca ele veio se manifestar, mas como senhor está dizendo que eu tenho que fazer a cerca, eu vou cercar’. Aí no ano retrasado eu fiz a cerca e fui lá comunicar. Eu disse: ‘agora delegado é o seguinte, já está presa a minha roça, se o gado entrar, o senhor sabe, eu não venho mais dá parte, eu vou comer o gado dele, que aí ele vem que eu quero ver a cara dele, certo?’ Porque a justiça procura fazer a coisa bonita pra dá parte, mas se não tiver um telefone, uma coisa gravada! Porque aí já passava dias que o gado tinha comido e não aparecia mais nada, e aí foi só andar. Tá na justiça, tá, mas a hora que o gado entrar eu vou comer uma vaca dele. PEDRO LOURENÇO DA SILVA (em ACEVEDO MARIN E ALMEIDA 2014).

Pela insistência no extrativismo em áreas reconhecidas historicamente como de manejo dos antepassados mesmo sobre o risco de sofrerem violência.

...o açai que é a fonte de renda da comunidade dos quilombolas, tem os lagos que tem os peixes que é uma fonte de alimento dos quilombolas, tem o rio Arari que aparece aqui um barquinho que conduziu os soldados quando vinham fazer injustiça com o pessoal que fazia o extrativismo na área, e tem a área de floresta que é a nossa mata nativa, aliás, nativa não, que isso com certeza foi plantado por nossos antepassados... a área dos lagos, o pistoleiro está aqui com a arma na mão e aqui o destaque de Bom Jesus do Tororomba, onde a gente perdeu um companheiro que resistiu, aqui é um símbolo de resistência, né, que resistiu até a morte, mas não recuou do fazendeiro, brigou até o fim. MARILDA OLIVEIRA, LUCIENE BATISTA OLIVEIRA E LETÍCIA DA CONCEIÇÃO.

Aqui, o lago da Estiva e o das Carobas, sendo que ambos possuem peixes e muitas famílias tiram seu sustento através daí para, digamos, não passarmos fome. Há casos em que o pistoleiro fica vigiando, como dá pra vocês olharem aqui, ele tá pensando aqui dentro desse balão ‘não te aproxima, se não eu te mato’, e aí muitas das vezes a pessoa se sente com medo e volta, porque às vezes, nós não temos acesso, vocês que foram lá sabem da dificuldade. DULCIVAL BATISTA OLIVEIRA. (em ACEVEDO MARIN E ALMEIDA 2014).

O processo de empoderamento e consciência política na comunidade teve avanço com a formação de lideranças pela igreja e impulsionamento pelos movimentos sociais na década de 80 e 90, com estabelecimento de leis que deveriam garantir direitos territoriais às comunidades tradicionais, sendo criada uma associação em 2002, regularizada em 2003, com o nome de Associação dos Remanescentes Quilombolas do rio Gurupá – ARQUIG.

Bem aqui, o campo de futebol do Santos... foi onde nasceu a ARQUIG, na sede do Santos Futebol Clube, no dia 5 de janeiro de 2002... é muito importante pra nós simbolizar aqui. Aí nós fizemos esse símbolo aqui pra representar onde aconteceu nossa primeira reunião. ROSIVALDO MORAES CORREA. (em ACEVEDO MARIN E ALMEIDA 2014).



Reconhece-se uma modificação na forma de resistência, neste período, além de uma resistência cotidiana tida como protesto, a oposição passa a ter caráter de pressão. Acevedo Marin (2010:209) aponta uma grande atividade da ARQUIG que elabora entre 2006 e 2010 “as estratégias e ações que lhe conduzem a ‘garantir sua cidadania negra reconhecida’, frase dita pelo presidente da ARQUIG após ter introduzido no INCRA o pleito pela titulação coletiva do território entre os rios Gurupá e Arari”. O extrativismo no Arari é encarado como um marco de retomada da terra de onde foram expulsos. A comunidade não explorava coletivamente a área desde 2009, devido decisão judicial questionável favorecendo o fazendeiro, cuja posse não foi comprovada nos levantamentos do processo de reconhecimento do território quilombola, e mesmo que comprovada, não poderia ser sustentada, tratando-se as várzeas de terrenos de marinha, portanto, pertencentes a União.

Considera-se aqui como contexto atual do conflito a fase em que se consolida a organização social em torno do discurso público de resistência, ao mesmo tempo em que se acirraram os atos de violência contra a comunidade, estando as agências locais a serviço dos fazendeiros, buscando-se intervenção de agências externas, alheias a esta dominação, que intercedam por decisões jurídicas com equidade de forças em relação ao conflito.

2.2 Memórias do Conflito vivido e falado.

Em campo averiguou-se de forma mais aproximada a experiência de vida, memórias e narrativas sobre o conflito, coletando através de entrevistas os relatos sobre os acontecimentos do passado e recentes, referentes aos aspectos relacionados à resistência e à dominação imposta pelos fazendeiros, assim como a repercussão do conflito na vida de unidades sociais e indivíduos, e em torno da organização comunitária e do discurso público.

As entrevistas se deram por meio de gravações orientadas por perguntas e relatos livres, a fim de aprofundar questões contempladas ou não pelas perguntas dirigidas e que surgiam em meio a entrevista. Também foi realizado um trabalho de foto documentação das atas de reunião da ARQUIG e outros eventos em que se fez presente o discurso público em torno da defesa de direitos. Procura-se reunir neste tópico algumas características sobre o conflito levando em consideração a memória sobre o mesmo e como esta sustenta as bases simbólicas da resistência, da organização social e das lutas da comunidade.

O princípio de empoderamento da comunidade e manutenção de um discurso de embate contra a dominação do grupo dominante perpassa por um entendimento histórico sobre as questões que envolvem o conflito, sendo a memória quanto a coação e os atos de violência cometidos pelo fazendeiro em prol da manutenção do poder, lembranças que marcam a injustiça e os direitos negligenciados, formando assim uma base simbólica ligada



a memória do conflito, que impulsiona a convergência de discursos, antes ocultos, em torno da organização social, buscando liberdade e justiça pela sobrevivência da comunidade.

Nossos antecessores, depois que terminou a escravidão ainda ficaram sendo dominados de uma certa forma na época, pelo pessoal que o regime, o sistema era o coronelismo né, todo mundo tinha que respeitar as pessoas que se apareciam assim com essa hierarquia né, daí quando terminou o coronelismo sempre a comunidade viveu aqui submetida a uma pessoa que dominasse, e com isso há 30, 40 anos atrás apareceu o Liberato, com dinheiro e com poder né, e escravizou muito nosso pessoal, a gente sabe, já contamos muito a história do pessoal, que tiveram que fazer um acordo com ele, o pessoal que não fez o acordo foram expulsos mesmo, tiveram casa tombada, casa queimada, os sítios derrubados né, aí uma parte que a gente lembra ainda da grande violência que foi agida por parte do fazendeiro né (Oswaldo Batista dos Santos, 29/07/2015).

Ao apontar os meios com a qual o grupo dominante mantinha a legitimidade sobre seu discurso, percebe-se a consciência da comunidade em relação às estruturas de dominação sobre as agências de representação do Estado, que realizam a defesa dos interesses dos fazendeiros pelo reconhecimento do poder do grupo dominante, atribuindo imparcialidade a um juízo tendencioso ao lado mais forte nas relações de poder.

Hoje a gente ainda vê reflexo disso aí, pessoas que não querem aparecer ainda pra não serem vistos né, e com esse medo que tinha se deixaram dominar... até porque os três poderes do município, seja a polícia civil por acaso, a polícia militar, o fórum lá com a figura do promotor, dos juízes que passam por aí, todos eram a favor do fazendeiro né, e com isso a gente não tinha como se livrar da perseguição deles. Quando a gente começou a ter ideia de formar a associação e procurar os órgãos que poderiam estar nos ajudando a nos libertar, nos ensinar o caminho por onde a gente deveria caminhar pra se libertar disso aí ele muda a estratégia por acaso com a violência né. (Oswaldo Batista dos Santos, 29/07/2015).

A tomada de consciência, impulsionada pela organização social, confronta o medo da comunidade devido a coerção e aceitação da dominação imposta pelo fazendeiro.

Depois que a gente começou fortalecer a organização, depois que a gente começou a ter parceria com os órgãos no caso o INCRA, no caso o MPF, no caso a UNAMAZ, na pessoa da doutora Rosa e da Eliana, porque elas não vieram aqui somente fazer um trabalho histórico antropológico... foi assim uma parceira, até agora tem sido uma parceira, casou com a comunidade mesmo, se interessou com o nosso caso, e isso fez com que começasse a romper com esse medo que a gente tinha, que o pessoal tinha, e conquistar algumas vitórias e hoje a gente vê claramente que muita coisa mudou (Oswaldo Batista dos Santos, 29/07/2015).

O questionamento da dominação e busca por direitos dos quilombolas, leva o grupo dominante a tomar medidas de violência para consolidar o discurso oficial. Frente às conquistas jurídicas da comunidade, as estratégias dos fazendeiros também passam a envolver a difamação e criminalização daqueles envolvidos no conflito.

O conflito antes era mais na base da violência psicológica, fazendo uma cronologia dos fatos, anteriormente eles usavam da força, vinham, derrubavam a casa, tacavam fogo e tudo mais, depois já usavam da violência física, pegavam os materiais, tomavam tudo, batiam, colocavam



pistoleiro no lago, no mato, ai depois já usavam digamos de fazer casinha como diz aqui, de o camarada responder um processo, de ser criminalizado a situação, então de tempo em tempo vai mudando, digamos, a situação e a gente, digamos, os cidadãos de bem, as pessoas, tem que estar atentas pra isso e muito vigilante, foi essa a nossa preocupação. Ai nos fizemos uma reunião em cada setor, a direção da ARQUIG com cada setor, colocando as problemáticas que digamos eram anseio de toda a população ai então no momento que a gente fez a reunião a gente foi digamos, ter conhecimento aonde é que tava a maior violência, em qual setor a gente tinha mais fragilidade de cair na estratégia do fazendeiro (Rosivaldo Moraes Correa, Aracaju, 29/07/2015).

Ai os soldados subiram, viraram tudo o que o Teodoro tinha lá, largaram tudo virado, e não encontraram nada, ai eles descerram e disseram “olha delegado nos não encontramos nada” ai o delegado falou “vocês não sabem é procurar” ai subiu e com menos de três minutos ele desceu com a droga de lá, ai parece que foi uma montagem que ele fez, trazendo a droga, pra incriminar o Teodoro e isso ele levou um processo por tráfico de drogas, ele respondia esse processo. O Teodoro quando foi morto, ele tava respondendo oito processos na justiça e não tinha cometido nenhum crime, tudo montagem a mando do fazendeiro, quando não era o fórum que fazia a montagem era a polícia que fazia essa montagem (Osvaldo Batista dos Santos, 29/07/2015).

As manifestações públicas em audiências sobre as prisões arbitrárias também são consideradas como eventos, que marcam conquistas jurídicas contra as prisões indevidas. A união da comunidade figurava como principio tático¹⁷ para fazer frente contra as ações do fazendeiro. A estratégia¹⁸ dos fazendeiros visa a manutenção de poder e desarticulação da organização social da comunidade, através de enfrentamentos e prisões arbitrárias pela ação das polícias militar e civil, compondo lembranças fortemente marcadas pela violência na memória dos entrevistados, configurando fatos simbólicos nos relatos coletados em campo, relacionados com a perseguição e luta pela terra a partir da organização social.

No entanto, o medo de retaliação permanece como ferramenta de controle subliminar a serviço da dominação, associado à desesperança pela demora de mais de oito anos no processo de reconhecimento. O medo perdura mesmo após emissão pelo INCRA da portaria 664 de 17/12/14, de reconhecimento do território e da assinatura pela presidência da república do decreto de interesse social da terra, de 1º de Abril de 2016, percebendo-se um estado de “harmonia coercitiva”¹⁹, pela aceitação de condições que

¹⁷ As táticas segundo Certeau (1994:46) são ações que “desviam-se da ordem imposta” e possibilitam sutis vitórias dos fracos sobre os mais fortes, “através de pequenos sucessos ou golpes”.

¹⁸ Já a estratégia (CERTEAU 1994:46) corresponde a força empreendida pelo detentor de poder “capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” de forma tendenciosa.

¹⁹ Laura Nader (1994) aponta a harmonia coercitiva, como uma ideologia da harmonia que enfatiza a negociação sob uma perspectiva em que a aceitação dos termos como são postos, a partir dos interesses do lado dominante, é mais civilizada e coerente como alternativa ao conflito, cujas repercussões negativas são exacerbadas para que haja o convencimento e assim, sejam suprimidos os interesses dos dominados, a exemplo do processo histórico de pacificação e aldeamento indígena segundo os interesses do Estado brasileiro, ou mesmo as recentes negociações com povos tradicionais cujo território encontra-se em áreas de impacto de grandes projetos.



mantem as mesmas estruturas de dominação que beneficiam o grupo dominante enquanto se espera pelo processo de desintrusão do território, que se prolonga ano após ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando a análise do discurso e das teorias em torno da resistência, foi possível entender como os quilombolas lidam com a dominação imposta pelos fazendeiros. Quando a dominação extrapola o aceitável pela submissão, percebe-se aspectos de uma resistência marcada por táticas contra a dominação e pelo discurso oculto, que não modificam a realidade local e o tratamento desigual frente aos interesses dominantes. A comunidade passa então a refletir sobre o desequilíbrio de forças do dominante e elaborar contra estratégias, passando a se firmar como resistência organizada em busca de mudanças que equilibrem as relações de poder, desarticulando estratégias do dominante a partir do autoreconhecimento quilombola. Com a união do grupo, a organização social pelo benefício coletivo em busca de direitos se legitima como ferramenta de contestação, possibilitando um rompimento com a estrutura de dominação fixada pela ótica do poder do grupo dominante.

Na análise do discurso vivido e falado, identificou-se processos de resistência e politização no decorrer do conflito, podendo apontar como, a partir da resistência cotidiana, se dá o fortalecimento de uma organização social em torno da coesão do discurso público. A consolidação da organização social leva o grupo a convergir discursos individuais para um discurso coletivo, que busca reconhecimento fora da teia de representações locais, estas cristalizadas como os pilares de sustentação da estrutura de dominação. Ao se aproximar de agências como a universidade, com respaldo científico, e o Ministério Público, com respaldo jurídico da imparcialidade na garantia de direitos, a comunidade eleva o discurso público ao embate de competência e reconhecimento com o discurso oficial, alcançando legitimidade contra a o poder dos dominantes. Os eventos onde essa confrontação ocorre, são importantes campos de disputas de legitimidade nas arenas de representações.

A realização dos trabalhos que antecederam e que oportunizaram esta pesquisa reforçam a luta por direitos que antes eram invisibilizados, partindo do pressuposto que a pesquisa antropológica num viés de extensão, possibilita uma relativização nas experiências de contato com o outro. Desta forma, o papel do antropólogo tona-se mais ativista, como tradutor de aspectos culturais, proporcionando ferramentas para o empoderamento de comunidades tradicionais e de seus discursos dentro do entendimento da norma jurídica.

Com o acirramento do conflito, vitórias jurídicas que modificam as estruturas de dominação locais se mostram como fatores necessários para a sobrevivência do grupo, a exemplo das decisões judiciais que inibiram as prisões arbitrária dentro da comunidade, legitimando o discurso de pertencimento do grupo ao território frente a declaração de posse



dos fazendeiros. O andamento do processo de reconhecimento do território passa a ser garantido através da contribuição de dados técnicos levantados pela universidade e de cobranças do Ministério Público junto ao INCRA.

A portaria de reconhecimento do território emitida pelo INCRA em dezembro de 2014, resguardou a comunidade com um documento que representa o passo final e irrevogável para a posse definitiva da terra, impulsionando ações de acesso e usufruto do território pela comunidade. Porém, mesmo com a assinatura presidencial do decreto de reconhecimento da terra quilombola em abril de 2016, muitos da comunidade se sentem inibidos de acessar o território devido a presença de pessoas a serviço do fazendeiro, ainda realizando a vigilância dos locais de manejo. Percebe-se então um estado de harmonia coercitiva, pela aceitação de condições que mantem as mesmas estruturas de dominação que beneficiam o grupo dominante a partir de mudanças de estratégias de dominação, e negociações entre diferentes atores do conflito, frente a demora no processo de reconhecimento do território, ainda frágil por não estar implementado em seu caráter definitivo, enquanto se espera pelo processo de desintrusão do território.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIM, R. E. CASTRO, E. M. R. de. **Negros de Trombetas: no caminho das pedras do Abacatal** – Experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPa, 2ª ed. 2004.

ACEVEDO MARIM, R. E. **Território Quilombola nos rios Arari e Gurupá: sistemas de uso, conflituosidade e poder em Cachoeira do Arari – Pará**, UNAMAZ; INCRA, Belém, 2008.

_____. **“Terra Gurupá” e direitos territoriais de quilombolas do rio Gurupá e Arari**, ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

ACEVEDO MARIN, R. E. RODRIGUES, E. T. **Territorialidad y estrategias de uso de recursos de quilombolas en el Estuario Amazónico**. Ide@s CONCYTEG, 6 (69), 2011.

ACEVEDO MARIN, R. E.; ALMEIDA, A. W. B. **Comunidade remanescente de Quilombo dos Rios Arari e Gurupá em busca da liberdade** in: Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação : processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais, Fascículo 17. Manaus : UEA Edições, 2014.

ACEVEDO MARIN, R. E.; RODRIGUES, E. T.; ARAÚJO, M. A. T. **Quilombolas do Rio Gurupá e a Judicialização da Violência** in: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

ALMEIDA, A. W. B.; SPRANDEL, M. A. **Palafitas do Jenipapo na ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito**, Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro. v. XVI, 2002.

ARRUTI, J.M. P. A. **O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT**. In: Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA), 2003.

BARTH, F. **“Introduction”**, in Fredrik Barth (ed.) Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference, Prospect Heights, Illinois: Waveland Press. 1998.



CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Petrópolis, RJ Vozes, 1994.

COSTA, M. B. **Quilombos brasileiros. Aprendendo sobre a história e a cultura de comunidades negras.** Revista do professor, Rio Pardo, RS, a. XX, n.79. 2004.

MARQUES, C. E. **De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico.** Revista de Antropologia (USP. Impresso) , v. 52 n°1, p. 339-374, 2009.

NADER, L. **Harmonia Coercitiva: a economia política dos modelos jurídicos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.29, 1994.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RODRIGES, E. T. **Uso de recursos e economia de mercado dos quilombolas das margens rios Arari e Gurupá, ilha de Marajó – Pará,** Anais do V ENANPPAS – Florianópolis, 2010.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia.** Era, México, 2004.

**GT 10 – Campesinato e Conflitos Fundiários na América Latina****OS KALUNGA NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS-TO: TRADIÇÃO, SABER E RESISTÊNCIA**

Samuel Correa Duarte (UFT)¹
samuelcorrea@uft.edu.br

Adsson José Rodrigues Luz (IESA/UFG)²
adssonluz@hotmail.com

Mayára Araújo Torres (UFT)³
araujotorresmayara@gmail.com

Resumo:

No presente estudo iremos destacar a comunidade Kalunga residente na região de Arraias-TO. Em geral os quilombolas em questão são herdeiros de escravos que fugiram de garimpos no século XVIII. Além da extração mineral também praticavam a caça, pesca, roçado e criação de gado extensivo. Três grupos entraram em conflito com o quilombola nesse período: os bandeirantes, os capitães do mato nomeados pelo Estado e as nações indígenas (especialmente xavante e caiapó). Na comunidade Kalunga do Tocantins o acesso às políticas públicas é precário, levando seus moradores a seguirem para Arraias em busca de atendimento em saúde e assistência social (LOPES, 2009, p.105; 109). As principais questões que nortearam a pesquisa em tela foram: Qual a relação que estabelecem entre o modo de vida tradicional e a lógica do capital? Podemos contrapor a ontologia Kalunga à visão dominante da ontologia moderna? Como os Kalungas relacionam a ancestralidade e a terra em que vivem? Como se travam as relações de produção na comunidade? Como equacionam suas demandas alimentares? Qual o papel da etnobotânica na construção e manutenção de uma identidade que relaciona homem e natureza? As respostas obtidas indicam que a conjugação de saberes, tradição e organização política pode ser eficaz na luta local contra a desertificação neoliberal.

Palavras-chave: Quilombolas; campesinato; resistência.

INTRODUÇÃO

A cultura e a política palmilham o terreno das lutas sociais, no qual os diferentes projetos de sociedade se enfrentam – desde a visão neoliberal de sociedade, dominante no ocidente capitalista, até as formas comunitárias que resistem em experiências singulares. A cultura é política quando coloca em questão as definições que norteiam a inserção das pessoas na sociedade – mulher, raça, cidadão, etc. Como afirma Álvarez (2009, p.28) “[...] *la cultura no es una esfera sino una dimensión de todas las instituciones económicas, sociales*

1 Bacharel em Sociologia, Mestre em Ciência Política, Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Territorial, discente do Programa de Doutorado em Sociologia – UECE, Professor do quadro efetivo UFT Campus Arraias-TO, curso de Pedagogia.

2 Bacharel em Direito, Licenciado em Geografia, professor da Rede Básica de Goiânia-GO - Colégio Estadual Marechal Rondon e no Colégio Meta Brasil II – vinculado ao IESA/UFG.

3 Graduanda em Pedagogia pela UFT Campus Arraias-TO, orientanda de pesquisa e iniciação científica.



y políticas. La cultura es un conjunto de prácticas materiales que constituyen significados, valores y subjetividades”.

A derrocada dos projetos nacional-populistas deu lugar à ascensão do capitalismo global, mas também do seu duplo: a emergência das “tribos” urbanas e rurais reivindicando identidade, políticas e recursos. De acordo com Escobar, Álvarez e Dagnino (2001, p.26) *apud* Álvarez (2009, p.29) ao reconhecer o caráter político da cultura está implicado que

[...] significados y prácticas —especialmente aquellos que, en virtud de la teoría, se han considerado marginales, de oposición, minoritarios, residuales, emergentes, alternativos, disidentes y similares, todos en relación con un orden cultural predominante determinado— pueden originar procesos cuyo carácter político debe necesariamente ser aceptado.

Aqui cabe situar o conceito de “*guerras de interpretação*” de David Slater (*apud* ÁLVAREZ, 2009, p. 29-30) o qual permite desvelar o poder de produzir e interpretar códigos, signos e práticas que se tornam em ferramentas a serviço dos movimentos emergentes em busca de visibilidade e reconhecimento fora do discurso dominante.

Pensar nosso lugar no mundo exige situar no tempo/espaço latino americano e resgatar nossa formação histórica e social. As raízes profundas da América Latina residem

nas colonizações, na consolidação do latifúndio e do sistema escravocrata como matriz produtiva e política, uma tríade que exerceu influência na natureza dos Estados nacionais, nas relações sociais, nas diferentes fases das forças produtivas e das relações de produção correntes na região, até culminar no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo de cunho transnacional (Fals-Borda, 2009; Fernandes, 2008; González-Casanova, 2015, *apud* BARBOSA, 2016, p.3)

Na ótica de Barbosa (2016, p.3) os três fatores elencados (a colonização, o latifúndio e a escravidão) estão na origem das relações de classe uma vez que consubstancia a distribuição dos meios de produção e do status social reservando o lugar da elite aos invasores europeus e o papel subalterno aos nativos indígenas, os desterrados afrodescendentes e os espoliados camponeses. É aqui que se faz necessário trazer à luz a experiência dos povos tradicionais como forma de resistência ante o avanço do capitalismo predatório. O presente texto inclina seu olhar para as práticas da comunidade quilombola Kalunga, residente em Arraias, Estado do Tocantins.

DESENVOLVIMENTO

A resistência latino-americana deveria estar ancorada numa perspectiva epistêmica capaz de relacionar educação e práxis no escopo da ação dos movimentos sociais como expressão de agentes histórico-políticos capazes de ressignificar o passado e propor um novo *ethos* a partir do mundo da vida dos grupos subalternizados.



Na América Latina cada vez mais se reivindica a existência de outras *episteme*, reconhecidas como matrizes constitutivas de outras racionalidades, as quais definem formas próprias de interpretação da realidade social e de posicionamento político. Conforme mencionei anteriormente, os quatro elementos constitutivos dos movimentos sociais indígenas e camponeses herdaram referentes epistêmicos da cosmovisão, das línguas originárias, da memória histórica das lutas antepassadas, da identidade cultural, que em seu conjunto conforma uma polissemia epistêmica na sua *práxis* política (BARBOSA, 2016, p.17-18)

Essa perspectiva permite apreender os movimentos sociais dentro do processo dialético teoria/ação na condição de sujeitos que promovem uma formação/educação política. Recupera-se aqui a dimensão orgânica do papel dos intelectuais conforme proposto por Gramsci na medida que se “age pensando” e se “pensa o agir” de forma reflexiva incorporando o devir e as condições materiais de existência como constitutivo do saber e das práticas. Conhecimento e realidade não se descolam como no pensamento cartesiano pois a episteme revolucionária os apreende imbricados como aparecem aos sentidos. A cultura seria ao mesmo tempo o espaço/tempo social no qual se elaboram as práticas sociais que reintegram homem/natureza e homem/humanidade.

A efetividade desse modelo de socialização depende da supressão das “verdades ideológicas” derivadas da “gramática normativa” identificada por Gramsci na cultura hegemônica do capital e o questionamento aberto dos matizes culturais que evidenciam a colonização, o patriarcalismo, o racismo, o sexismo.

No enfrentamento da gramática normativa, os movimentos sociais indígenas e camponeses elaboram um léxico particular, uma gramática vivencial, consolidando seu papel histórico de movimentos educativo-políticos, de intelectuais orgânicos coletivos, no permanente desafio de disputar o terreno da linguagem (BARBOSA, 2016, p.22).

Hoetmer (2009, p. 93) resgata a percepção foucaultiana de prática social para situar o Estado como resultante de formações culturais em torno de relações de poder situadas no tempo e que se prolongam no devir gerando estruturas como o exército, a polícia, o fisco. Esse modelo cultural de poder tem sido nomeado por Quijano como “colonialidade do poder” no qual a história é transcrita como uma linha que se inicia pela matriz cultural europeia, se desdobra sobre o “*novo mundo*” através do processo colonial e que não se esgota com a emancipação política dos Estados latinos visto que, ao ter-se dado ao largo da população originária, esse processo consolida a hegemonia de uma classe invasora no aparelho Estado imposto àquela população. Na medida mesmo que os povos originários não divorciam seu modo de vida da natureza ou, dito de outra forma, não operam na lógica cartesiana homem/natureza, mas numa lógica *nativa* holística e integrada, formam uma



unidade. Desse modo no ato de colonização operado pelo elemento estrangeiro, subentende-se a subjugação do homem e através desse também da natureza.

La idea de que la dominación de la naturaleza implica su transformación en «civilización», revela una comprensión y práctica del poder colonial-moderno, en lo cual el polo dominante/activo tiene el deber de civilizar/formar/constituir/disciplinar al polo subordinado. Es decir, según esta lógica el hombre tiene que gobernar a la mujer, el blanco al indígena, el rico al pobre, el adulto al niño, el hombre a la naturaleza, la razón a las emociones y la ciencia a los saberes prácticos, efectivamente, produciendo la colonización de lo segundo por lo primero (HOETMER, 2009, p.94).

De acordo com Escobar (2015, p.89) os povos tradicionais e sua luta pelo território deve ser analisada a partir de dois eixos: a problematização da identidade nacional quando contrastada com as matrizes culturais tradicionais; a problematização da vida em termos materiais tendo em vista a crescente degradação da biodiversidade. Para lidar com essas questões o autor propõe uma ontologia política do território, que permite perceber os povos tradicionais como ponto de ruptura com a lógica capitalista e neoliberal.

Na abordagem de Escobar (2015, p.91) a relação entre território (espaço) e ancestralidade (tempo) assume papel central na medida em que permite vislumbrar a dinâmica identitária dos povos tradicionais. Diante disso o autor questiona porque há tanto interesse nas terras habitadas pelos povos tradicionais? Um dos fatores consiste na lógica predatória do capital.

Nesse sentido, esse processo de consumo da natureza pelo homem na ordem capitalista pode ser analisado em perspectiva marxista. De acordo com Foster (2014, p.201) Marx emprega em sua obra o conceito de metabolismo para indicar o processo de trabalho como uma relação entre o homem e a natureza no qual se estabelece a mediação física entre ambos que permite a sobrevivência humana. Contudo uma “falha metabólica” teria surgido como efeito colateral da relação entre a produção capitalista de exploração predatória tanto do homem como da natureza e do antagonismo entre cidade e campo.

Tanto a agricultura quanto indústria capitalistas tem no seu cerne a prática da exploração crescente de solo e do trabalho. Marx entendia que a atividade laboral visa criar valor de uso a partir dos recursos naturais de modo que o fluxo circular econômico inclui por definição a interação metabólica entre seres humanos e natureza.

A crítica de Marx acerca da relação do capital com a terra é que o primeiro somente se importa com a segunda enquanto pode explorar suas qualidades naturais. A falha metabólica existente entre a cidade que explora o campo também poderia ser percebida na relação entre países produtores de produtos industrializados e produtores de commodities. A sustentabilidade residiria no uso consciente da terra em sua função social e inalienável



para a manutenção das condições de existência e reprodução da espécie humana. Nesse mesmo diapasão podemos dizer que o latifúndio pela dimensão ampliada da exploração do solo seria mais nocivo à natureza que os pequenos agricultores independentes.

A desertificação neoliberal degradou o modo de vida campesino com a expansão do agronegócio e a expulsão da população rural para as periferias urbanas para constituição de mão-de-obra. Mas isso não significa que o campesinato não resista, lute e se afirme na busca de reconhecimento e direito, em particular no que tange à terra e sua cultura (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET; 2012, p.22).

O quadro a seguir sintetiza as principais diferenças entre o modelo agroexportador e aquele baseado na soberania alimentar:



Quadro 1. Modelo agroexportador x modelo soberania alimentar

	<i>Modelo agroexportador</i>	<i>Modelo soberania alimentar</i>
<i>Problema da fome no mundo</i>	Considera aumentar as exportações das corporações transnacionais para gerar divisas suficientes para enviar alimentos baratos para combate à fome.	Argumenta que o modelo agroexportador é a força por detrás do crescimento da fome e da miséria nas áreas rurais.
<i>Modo produtivo</i>	Monocultura químico-intensiva em grande escala com uso de sementes transgênicas	Argumenta que a monocultura, a agroquímica e os transgênicos podem destruir o solo para as gerações futuras.

Adaptado de MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET; 2012, p.51

Os desafios para a soberania alimentar podem ser assim sumarizados:

- a) a perda dos conhecimentos tradicionais;
- b) a desmobilização gerada pela extensão rural verticalizada
- c) a política de financiamento agrícola ancorada na agricultura industrial

A estratégia para lidar com esses desafios passa pela metodologia “campesino a campesino” para difusão de inovações, intercâmbio e aprendizagem horizontal (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2016, p.33).

Tendo em perspectiva um sistema totalizante como o capital transnacional como se explica a capacidade dos povos tradicionais em sustentar a luta pelos seus territórios, produção e cultura? O argumento de Escobar (1995, p.92-93) é que a defesa da vida na ótica dos povos tradicionais opera no campo ontológico, elaborando narrativas que vinculam a existência imaterial à terra mediada pela sua cosmovisão.

Nesse sentido urge fazer a crítica e combate ao projeto moderno de transformação do espaço e da vida em mercadorias bem como a homogeneização das práticas culturais. A ontologia moderna separa homem e natureza bem como as formas de vida humana, abrindo espaço para a exploração predatória da natureza e do próprio humano. O que não se questiona é que esse mundo do “capitalismo selvagem” se erige contra as formas “selvagens” de cultura e torna insustentável a manutenção da diversidade cultural e degrada a biodiversidade. Para contrapor-se a essa ontologia o autor propõe pensar uma outra na qual nada, seja humano ou não-humano, preexiste às relações que o constituem como ser.

Pelo exposto, decorre que a visão ontológica da realidade implica em pelo menos quatro fatores centrais: um profundo entendimento da vida, uma estratégia de organização política da luta, uma forte consciência das interconexões globais e uma visão holística da relação homem-natureza (Escobar, 1995, p.95). Assim expressa o autor em tela

El territorio se concibe como más que una base material para la reproducción de la comunidad humana y sus prácticas. Para poder captar ese algo más, el atender a las diferencias ontológicas es crucial. Cuando se



está hablando de la montaña, o una laguna o rio, como ancestro o como entidad viva, se está referenciando una relación social, no una relación de sujeto a objeto (Escobar, 1995, p.96).

Rivera-Cusicanqui (2010, p.54-55) entende que para construir uma inserção autônoma no mundo globalizado os povos tradicionais do campo precisam retomar as práticas de mercado local, mas com perspectivas de circulação em larga distância, constituição de redes comunitárias de produção e distribuição vinculadas aos centros urbanos.

Pero el discurso multicultural escondía también una agenda oculta: negar la etnicidad de poblaciones abigarradas y aculturadas –las zonas de colonización, los centros mineros, las redes comerciales indígenas de mercado interno y de contrabando, las ciudades [...] (RIVERA-CUSICANQUI, 2010, p.59-60)

Rivera-Cusicanqui (2010, p.61-62) denuncia que as oligarquias surgidas no processo de descolonização relegaram a primazia das atividades comerciais locais e industriais de seus predecessores para investirem suas ações na usurpação de terras, especulação financeira e comércio exterior, com aporte do capital estrangeiro.

Nesse sentido podemos vislumbrar a organização social e modo de vida quilombola como expressão da resistência à lógica do capital e a incorporação de uma ontologia que liga o homem à terra e natureza, gerando um processo de “descolonização”.

A Ocupação das cercanias de Arraias-TO se iniciou com a inserção dos jesuítas oriundos do Maranhão na região entre Bahia e o Rio Tocantins, buscando colocar em prática o aldeamento de silvícolas – Acroás, Xacriabás, Javaés e Karajás. Com a descoberta de ouro na Chapada dos Negros por quilombolas, os jesuítas entenderam por bem agregar os silvícolas na exploração mineral. Com a divulgação do veeiro aurífero se aduziram à região também elementos egressos das bandeiras (CORDEIRO, 1989, p.11).

D. Luís de Mascarenhas, governante da Capitania de São Paulo, em viagem à região (1739-1740) com vistas à criação da Capitania de Goiás, chegou até Arraias, tendo ali decidido transferir o arraial da Chapada dos Negros para o local onde ainda hoje está o município de Arraias com o argumento de que ali havia melhor fornecimento de água. A população do arraial era formada em sua maioria por quilombolas e brancos oriundos das bandeiras. Com o declínio da mineração os proprietários de lavras substituíram a exploração aurífera pela pecuária extensiva, formando fazendas.

Por ato governamental de 16 de agosto de 1807, a povoação de Arraias foi elevada a JULGADO, e em vista do grande progresso conquistado, oriundo da produção de ouro, e elevada à categoria de Vila, com sede no município do mesmo nome. Isto por Resolução de 1º. de abril de 1883, tendo sido instalada em 3 de fevereiro de 1834, no Governo José Rodrigues Jardim. [...] Pela Lei Estadual 501, de 1º. de agosto de 1914, Arraias galgou a



categoria de cidade, instalada a 19 de setembro do mesmo ano (CORDEIRO, 1989, p.22-23)

A marca da população negra trazida na condição de escravidão é a resistência, primeiro com relação ao apresamento realizado pelo elemento europeu no continente africano, depois a efetivação da escravidão sob o comando daquele já em continente americano. A fuga das senzalas e a criação de quilombos testemunha essa luta pela sobrevivência e a resistência ante a um sistema opressor.

Por definição o quilombo é uma organização campesina, no caso formando um 'campesinato negro', que se coloca na luta entre senhores e escravos, entre proprietários de terras e lavradores. Esse contexto de luta evoluiu para a reivindicação do direito de posse e titulação da terra como espaço econômico, mas também como lugar de práticas culturais, saberes, memórias e relações com a natureza (SANTOS, *in*: CALDART et alli, 2012, p.654).

O modo de organização quilombola é baseado na vida campesina com a centralidade do labor familiar na lavoura, pauta diversificada de produção e a propriedade comunal, de modo que se coloca diametralmente oposto ao sistema latifundiário calcado na monocultura e na promoção da acumulação desigual de capital. Destacam-se ainda o papel da ancestralidade e o etnoconhecimento repassado entre as gerações, em particular acerca das propriedades da flora e fauna local.

Como o fim do sistema escravocrata, o primeiro retorno do termo quilombolas ao discurso oficial do Estado brasileiro ocorreu durante o processo constituinte de 1988. Baseando-se no significado da resistência e trazendo a questão da reparação dos danos provocados pela escravidão negra, o movimento negro encaminhou a discussão referente à necessidade de se reconhecerem direitos singulares aos afrodescendentes e de incorporá-los à Carta Magna (FERREIRA, *in*: CALDART et alli, 2012, p.647-648).

Podemos destacar no modo de vida do quilombo na atualidade a titulação e uso coletivo da terra bem como a valorização da relação homem-natureza. Nesse último tópico ganha relevo a prática da etnobotânica e da agroecologia, que procuram correlacionar as dimensões da religiosidade e ritualística com a produção com vistas à manutenção da existência - que inclui desde a alimentação até as práticas farmacológicas.

[Na etnobotânica] uma mesma planta pode cumprir várias [...] “funções”, evidenciando a indissociabilidade delas para a vida nessas matrizes de relações sociais. Isso não elimina valorizações mais específicas dentro de sistemas de saberes que vão definir algumas espécies mais como “plantas litúrgicas” – utilizadas em rituais ou integradas ao cotidiano [...], “plantas de cura/medicinais”, que podem estar num quintal, na rua ou numa área “vazia”, de uso coletivo, ou “plantas alimentares”, entre outras (SANTOS, *in*: CALDART et alli, 2012, p.655).



Aqui podemos ressaltar que o uso de plantas nativas para alimentação e produção de substâncias curativas é uma forma de resistência frente à alienação do homem com relação à natureza, se contrapondo ao modo capitalista de exploração das propriedades alimentícias e farmacêuticas proporcionados pela flora – primeiro a vida e não o mercado é o que se busca atender na comunidade quilombola, em contraposição à lógica do capital corporificado no agrobusiness e na indústria farmacêutica.

Vamos agora destacar aqui a comunidade Kalunga residente na região de Arraias-TO. No dizer de Lopes (2009, p.102-103)

Dentre os primeiros arraiais no norte goiano, está o atual município de Arraias, que teve suas primeiras minas descobertas, provavelmente, no ano de 1739. Segundo a tradição popular em Arraias, antes de ser povoada pelos mineradores brancos, essa chapada era núcleo de negros aquilombados. Esses negros eram escravos fugidos de áreas mineradoras de outros arraiais e por esse motivo ela ficou conhecida como Chapada de Negros [...] No início do século XIX, os africanos do norte de Goiás pertenciam às nações mina e angola e outras nações. Entre os mina, incluíam-se os nagôs e populações da atual Gana, como os achantis. Entre os angola, incluíam-se os bacongos e populações do sul de Angola, geralmente chamados benguelas.

Podemos mesmo que em breve linhas traçar uma caracterização dessa população. Em geral os quilombolas em questão são herdeiros de escravos que fugiram de garimpos no século XVIII. Além da extração mineral também praticavam a caça, pesca, roçado e criação de gado extensivo. Três grupos entraram em conflito com o quilombola nesse período: os bandeirantes, os capitães do mato nomeados pelos Estado e as nações indígenas (especialmente xavante e caiapó). Mas em meados do século XVII já se registrava a associação entre xavantes e quilombolas como forma de resistência ao inimigo comum, o bandeirante (Lopes, 2009, p.105).

Com a interação étnica entre colonos, indígenas e quilombolas emergiu significativa população de mestiços que atuavam na navegação, nas minas e roças no norte de Goiás, atual Tocantins. Na região de Arraias os escravos se dedicavam basicamente às atividades domésticas e urbanas (Lopes: 2009, 106).

A regularização fundiária de terras quilombolas é realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a colaboração dos Institutos de Terras Estaduais e o aval da Fundação Cultural Palmares e Ministério Público. O reconhecimento da territorialidade quilombola permite à população local pleitear acesso a políticas públicas no que tange à emissão dos títulos de posse da terra, realização de obras de infra-estrutura, incentivos para empreendedorismo nas áreas econômica e social, estímulo à participação política e inserção das representações locais nos fóruns regionais e nacionais.



É desse processo que irá surgir a comunidade Kalunga em Arraias, como descreve Lopes (2009, p.109):

Na atualidade, os agrupamentos negros denominados Kalungas estão espalhados num território dividido entre os municípios de Terezina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcanti. São 53 agrupamentos negros rurais, situados às margens do rio Paranã. No Tocantins, os agrupamentos dos Kalungas de Mimoso ocupam uma área de 58 mil hectares, distribuída entre os municípios de Arraias e Paranã, com 13 núcleos residenciais.

Essa comunidade atualmente se divide entre os Estados do Tocantins e Goiás, e o sistema de parentesco de baseia na solidariedade mais que na consanguinidade. Na comunidade Kalunga do Tocantins o acesso às políticas públicas é precário, levando seus moradores a seguirem para Arraias em busca de atendimento em saúde e assistência social (LOPES, 2009, p.109).

Uma das principais formas de resistência encontrada pelos Kalunga consiste no conhecimento etnobotânico, visto que

A extensa área territorial onde se localiza a comunidade Kalunga — do sudeste do Tocantins ao nordeste de Goiás — é considerada uma das mais preservadas em todo o bioma do Cerrado. Nas palavras de Coelho, a manutenção e a conservação da biodiversidade dos ecossistemas circundantes nesta área acarretaram uma íntima relação de sustentabilidade entre os Kalungas e os recursos naturais da região. Desse modo, o isolamento e a conservação de recursos naturais explicam as prováveis potencialidades acerca do conhecimento botânico dos Kalungas (LOPES, 2009, p.113).

A seguir temos cenas da comunidade quilombola Kalunga com a descrição sensível dos lugares e artefatos que cercam a vida cotidiana local.



Foto 1: Banheiro coletivo (TORRES, 2017)

Sinônimo de privacidade e conforto esta imagem mostra na definição tanto para os que moram e já vivem neste local, quanto e diria principalmente, para os visitantes que não se adaptam ao banho no rio. Este é o único banheiro com ducha encanada com a água do rio que abastece a escola e os demais moradores vizinhos. Construído pelos moradores vizinhos da escola, o banheiro de palha é sem dúvida uma tecnologia bem pensada, possui uma cadeira para que possamos apoiar nossos produtos de higiene pessoal, um lençol que nos serve de porta e as paredes de palha para o apoio de roupas e toalha.



Foto 2: Horta comunitária (TORRES, 2017)



Iniciativa de um professor da Escola local, construiu junto com os alunos a horta com produtos que serão consumidos por eles juntamente com a merenda escolar. Lá temos o plantio por exemplo de alface, cheiro verde, tomate, couve e outros. O professor além de ter pensado em uma forma de fornecer produtos para a Escola, usa como didática interdisciplinar de ensino para seus alunos.



Foto 3: Vista parcial de casa (TORRES, 2017)

Duas ironias nesta imagem, primeiro que a placa solar “escorada” na parede da escola foi doada por uma ONG não informada, por volta dos anos de 2004 e 2005, necessitando, segundo professores da escola, apenas de sua instalação que seria feita pela Prefeitura na época, procedimento este que até este ano não ocorreu e que infelizmente a escola necessita por não possuir nem um outro tipo de energia. Os equipamentos em sua maioria foram furtados não se sabe por quem e quando, impossibilitando ou usado como desculpa, para a possível instalação. Em segundo plano, a caixa fornecida pelo Governo Federal, fica ali, instalada e à espera, como todos os moradores da comunidade, pela chuva.

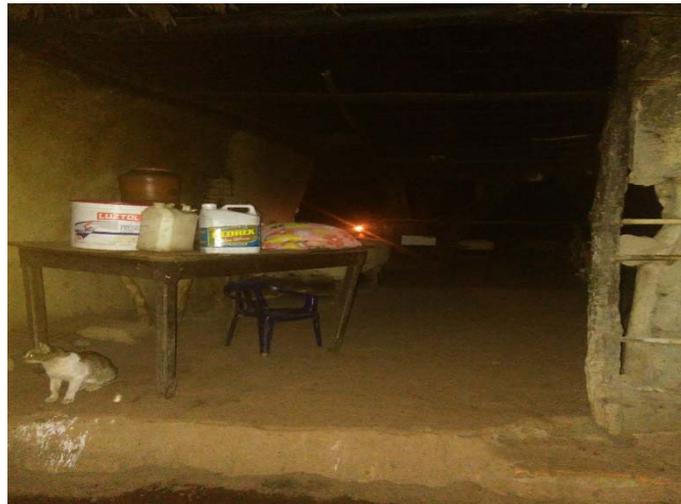


Foto 4: Interior de casa (TORRES, 2017)

A luz da câmera que “ilumina o que ilumina” a noite dos moradores além da lua, a velha e parceira lamparina. Na cozinha se contam histórias, “causos”, e se prepara uma comida feita no fogão à lenha ao som da incansável e rouca radiola, sem falar do gato doméstico que quando não fica na tocaia, fica debaixo da mesa.



Foto 5: Pátio da Escola (TORRES, 2017)

Imagem panorâmica do pátio da Escola local. Ali temos a casa do professor, o girau, o banheiro com ducha, os sanitários ou privadas como são conhecidas, a horta e todo o local de lazer para os alunos da pré-escola.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto podemos finalizar o presente texto refletindo sobre algumas questões que nortearam a pesquisa em tela: Qual a relação que estabelecem entre o modo de vida tradicional e a lógica do capital? Vimos que se trata de uma relação de força e contraposição, no qual a comunidade Kalunga ao mesmo tempo em que resiste, também se integra ao sistema do capital naquilo que percebem como necessidade ou fator de empoderamento – as técnicas e tecnologias são assimiladas e as relações com o mercado orientadas para os interesses da comunidade.

Podemos contrapor a ontologia Kalunga à visão dominante da ontologia moderna? De fato, a comunidade quilombola em questão percebe a realidade numa quadra diferente daquela que guia o homem ocidental na modernidade: enquanto este último pensa dominar a natureza explorando seus recursos numa lógica acumulativa e irracional, a primeira se coloca sob a égide dos ciclos naturais para extrair de forma equilibrada os recursos naturais de que necessita para viver.

Como os Kalungas relacionam a ancestralidade e a terra em que vivem? A constituição histórica da luta quilombola não pode ser compreendida sem a relação desta com a terra. Se trata de um campesinato negro e a ancestralidade está na base das vivências na terra e no direito à sua posse e usufruto no campo jurídico. Identidade e direito dialogam no sentido de permitir a manutenção do modo de vida social dos quilombolas.

Como se travam as relações de produção na comunidade e como equacionam suas demandas alimentares? Todos trabalham e assim produzem. Todos consomem do que produzem e revendem o excedente nas feiras em área urbana. A segurança alimentar é garantida pela transmissão dos saberes da terra e das práticas de plantio e colheita – arroz, feijão, mandioca, milho, melancia, banana e outros gêneros alimentícios constituem a diversificada pauta produtiva, de modo que se contrapõe à monocultura do agronegócio.

Qual o papel da etnobotânica na construção e manutenção de uma identidade que relaciona homem e natureza? Sendo uma comunidade formada por camponeses, a relação com a natureza consiste na percepção da integração do homem com seu meio, de maneira que sua indissociabilidade dita o ritmo de vida e também a construção identitária. Nesse sentido o saber etnobotânico, para além de uma finalidade utilitária, é uma forma de cosmogonia, um meio de interação do homem com suas origens, suas vivências e seu destino.



REFERENCIAS

ÁLVAREZ, S.E. Repensando la dimensión política y cultural desde los movimientos sociales: algunas aproximaciones teóricas. In: HOETMER, R. **Repensar la política desde América Latina**: cultura, Estado y movimientos sociales. Lima: Fondo Editorial de la UNMSM, 2009, p. 27-36.

BARBOSA, L. P. Movimentos Sociais na América Latina e a luta por uma nova hegemonia. Conferência apresentada na Mesa “Organizações sociais e a luta por uma nova hegemonia”. I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci (I JOINGG). Fortaleza, 2016.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CORDEIRO, Rosolinda Batista de Abreu. **Arraiais**: suas raízes e sua gente. Goiânia, 1989.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HOETMER, R. Después del fin de la historia. Reflexiones sobre los movimientos sociales latinoamericanos de hoy. In: Repensar la política desde América Latina: cultura, Estado y movimientos sociales. Lima: Fondo Editorial de la UNMSM, 2009, p. 85-108.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. *Revista patrimônio e memória*, v. 12, n. 2. julho a dezembro 2016.

MARTÍNEZ-TORRES, M.E; ROSSET, P.M. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge La Vía Campesina como movimiento social transnacional. *El Otro Derecho* 44, 2012, p. 21-58.

MARTÍNEZ-TORRES, M.E; ROSSET, P.M. Diálogo de Saberes en la Vía Campesina: soberanía alimentaria y agroecología. *Espacio Regional* 1(13):23-36, 2016.

RIVERA-CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Lemón, 2010.



GT 10 – Campesinato e Conflitos Fundiários na América Latina

O MITO DA DESCAPESINIZAÇÃO – A COMUNIDADE CAMPONESA E A RESISTÊNCIA PARA ALÉM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DA COMUNIDADE NOVA GALILÉIA

Laís Rodrigues Campos (UFG)¹
laisrufpa@gmail.com

Julian Islan Martins Rodrigues (UEPA)²
julian.mr13@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho almeja discutir a resistência cotidiana dos camponeses na comunidade Nova Galileia no município de Irituia, no nordeste paraense. A resistência camponesa pode ser elucidada a partir da permanência na terra, da perpetuação da agricultura camponesa, e do universo que compreende o modo de vida comunitário-religioso, como analisadas em Nova Galileia, formando territórios de resistência a partir da força local frente a dendeicultura industrial. Para tanto, sustentamo-nos em revisões bibliográficas, trabalho de campo e levantamento de dados para a realização desta pesquisa em andamento, nas propriedades do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA/UEPA).

Palavras-chave: Território; Dendeicultura, Campesinato; Recriação e Resistência.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vem destacar a resistência camponesa para além dos movimentos sociais (FABRINI, 2007). Este movimento de resistência esta alicerçado a uma *recriação subordinada* através dos projetos de agricultura familiar de dendê (TAVARES DOS SANTOS, 1981) e, ainda assim, intercalado a uma resistência cotidiana, no que diz respeito à permanência na terra e a perpetuação do modo de vida camponês comunitário-religioso (SOUSA & MACEDO, 2011).

O espaço agrário em estudo é o município de Irituia/PA, estabelecido no nordeste paraense e na microrregião do Guamá. O recorte espacial é a comunidade Nova Galileia, localizada em uma área de forte influência da dendeicultura no município supracitado.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Graduando em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA).



Mesmo diante dos monocultivos e da integração de camponeses ao plantio de dendê, foi possível perceber a campo o dinamismo da mandiocultura e de outras atividades agrícolas de cunho alimentar. Assim, veremos as estratégias de reprodução do campesinato ora inserido ao cultivo da palma de agronegócio ou perpetuando a agricultura de subsistência/comercialização não subordinada, criando o território da resistência campesina. Objetivamos dar ênfase no que Fabrini (2007) salienta de resistência fundamentada no *cotidiano* camponês. É nesse contexto que salientamos que o processo da *descampesinização*³ elencado no estudo de Nahum & Santos (2014) a partir da dinâmica territorial do agronegócio do dendê é um *mito*, visto que, no horizonte da agricultura capitalista, os camponeses criam estratégias de recriação como veremos ademais. Atentaremos para a dinâmica de recriação dos camponeses integrados e não integrados ao dendê.

2. DESENVOLVIMENTO

O regime de produção camponês é entendido por três elementos que permitem compreendê-lo, que são; terra, trabalho e família. A terra significa a existência do homem quando transformada em território, pois é onde manifesta o *poder* (SOUZA, 2013), a sua autonomia enquanto trabalhador livre, exercendo sua função social que é a camponesa. O trabalho, como manifestação de interação e apropriação do homem perante aos elementos naturais como o solo, evidencia ações humanas, de maneira coletiva, para satisfazer o grupo familiar e garantir a sua sobrevivência.

É deste modo que interpretamos as interações sociais em Nova Galileia, a partir de relações de produção familiares e de sociabilidade entre parentes, que evidenciam uma territorialização camponesa em face à expansão do capital no campo (FABRINI, 2007; PAULINO, 2003).

O capital se manifesta em Nova Galileia a partir dos projetos de agricultura familiar inclusos na cadeia produtiva do óleo de dendê (*Elaeis guineensis*, Jacq.), firmados com a empresa ADM⁴ do Brasil. Isto se concretiza a partir do movimento contraditório do capital em

³ “Nesta situação geográfica visualizamos nos lugares onde a dendeicultura aporta a tendência a descampesinização, isto é, formação de um campo sem camponeses, predominando moradores rurais, assalariados rurais ou mesmo produtores de dendê” (NAHUM & SANTOS, 2014, p. 476 – Grifos nossos). Isto é, na interpretação dos autores citados, ocorre um redirecionamento do camponês a um modo de vida que não é o seu, pois, abandona-se a produção de alimentos para a subsistência familiar como (pimenta e mandioca), posto que estes transformam-se em trabalhadores para o capital, hora se tornando assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de *agricultura familiar*. Hoje a reprodução da existência do agricultor está profundamente dependente da associação com a dendeicultura, de onde provem o dinheiro para aquisição de tudo o que antes na sua condição de camponês produzia como (feijão, arroz e farinha) (*Ibidem*).

⁴ Archer Daniels Midland Company (ADM). “A Archer Daniels Midland (ADM) é uma das maiores processadoras agrícolas do mundo, com atuação no ramo de alimentos, ingredientes para ração animal, combustíveis renováveis e alternativas de origem natural a produtos químicos industriais. Fundada em 1902, a ADM tem sede em Decatur, Illinois (EUA), com atuação em todo o mundo” (ADM, 2012 *Apud* REBELLO, 2012, p. 253-254).



se expandir recriando relações não capitalistas necessárias a sua reprodução (OLIVEIRA, 2007). Deste modo, a terra produz a renda em função do trabalho exercido nela, que está sob o domínio do capitalista, ou seja, a renda capitalizada da terra. Nesta vertente de pensamento a terra é compreendida como renda capitalizada e o processo aqui em foco constitui-se na sujeição da renda da terra ao capital, subordinando a produção camponesa e o trabalho⁵. Na fotografia abaixo, demonstra-se a expansão do capital sujeitando a renda da terra camponesa.

Imagem 01: Plantação de dendê em propriedade familiar em Nova Galileia



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Através do zoneamento agroecológico do dendezeiro (ZAE)⁶ reedita-se a fronteira agrícola e os planos de desenvolvimento propostos para a Amazônia na década de 1950/60, readequando os “espaços vazios” para expandir a dendeicultura de energia, possibilitada pelos planos de governo; PNPB (Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel)⁷ criado em 2004, o SCS (Selo Combustível Social)⁸ criado em 2005 e o PPSOP (Programa Federa

⁵ A renda da terra camponesa surge a partir do trabalho familiar que é direcionado a cultivar o solo. Quando esta renda é apropriada pelo capital, mediante a subordinação do campesinato a esse sistema, a renda da terra se ergue a partir da mais-valia, isto é, o *trabalho acumulado* pelo capital, através da extração de trabalho não pago ao sujeitar a força de trabalho do camponês, assim, essa renda se transforma em capital (MARTINS, 1995; MARX, 2010).

⁶ Ver BECKER, Bertha K. **Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da Palma de óleo (Dendê)?**. In: Confins 10/2010: número 10.

⁷ Ver ANDRADE, Lucia Cristina Gama de. **PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) - POSSIBILIDADES E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA INCLUSÃO SOCIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: o assentamento Calmaria II, Moju (PA)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

⁸ Ver ANDRADE, Lucia Cristina Gama de. **PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) - POSSIBILIDADES E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA INCLUSÃO SOCIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: o assentamento Calmaria II, Moju (PA)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.



de Produção Sustentável do Óleo de Palma)⁹ criado em 2010 (MACEDO, 2012). Em Irituia o dendê iniciou sua territorialização entre os anos de 2012 e 2013. Para a agricultura familiar, o valor de investimento foi de R\$ 5.130.000,00. Atualmente a área plantada da monocultura em projetos de agricultura familiar em Irituia totaliza 620,80 há, num total de 94 famílias (BASA, 2017; Trabalho de Campo, 2017¹⁰).

Atualmente são seis projetos de palma da agricultura familiar firmados entre 2012 e 2013 em Nova Galileia. Entretanto, a maioria dos camponeses residentes na comunidade supracitada e do município de Irituia não aderiu ao cultivo de dendê, que ocasionou a formação de territórios de resistência camponesa frente à presença do capital através dos projetos de agricultura familiar de dendê (FABRINI, 2007; FABRINI & ROOS, 2014).

Conforme entrevista realizada com o responsável local da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o Sr. Wildson Silva, foi possível entender que a dendeicultura não provocou impactos tão dinâmicos a agricultura de pequeno porte. Com base nos relatos deste sujeito, que assiste o desenvolvimento da agricultura de tipo familiar no município de Irituia, as culturas predominantes são; mandioca, criação de bovinos (corte, carne e leite), sistemas agroflorestais, manejo de açazais, produção de citros (laranja, limão e tangerina), horticultura, criação de galinhas, piscicultura e pimenta-do-reino. Ambas sem vínculo agroindustrial, realizadas em ambiente familiar. Entre estas práticas, as quais se sobressaem são a mandioca e a criação de gado.

Porém, o processo de arrendamento de terras em Irituia implicou consideravelmente na produção pecuária municipal. Conforme entrevista com Mauricio Medeiros, técnico agrícola da ADEPARÁ (Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará) de Irituia, o dendê impactou significativamente a produção animal, pois diminuiu acerca de 10% da produção em relação ao que se obtinha antes da presença da dendeicultura¹¹. Em observação sistemática foi possível avistar grandes fazendas arrendadas pela ADM ao longo da PA 253 (que conecta a sede municipal de Irituia a BR-010/Belém-Brasília), que antes se direcionavam a cultura pastoril.

Conforme Venturieri *et al.*, (2013), o Zondendê identificou 230.485 km² (23.048.510 ha) de áreas aptas ao cultivo de dendê no Pará, de onde avaliou-se uma região com áreas preferenciais e regulares para a implantação das lavouras de dendê. Esta região é

⁹ Ver DROUVOT, Hubert. DROUVOT, Cláudia Magalhães. **O programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de palma: a questão da participação dos atores em favor do desenvolvimento territorial.** 2.º e 3.º Congrès TRANSFORMARE 19-20 mars 2012, Paris.

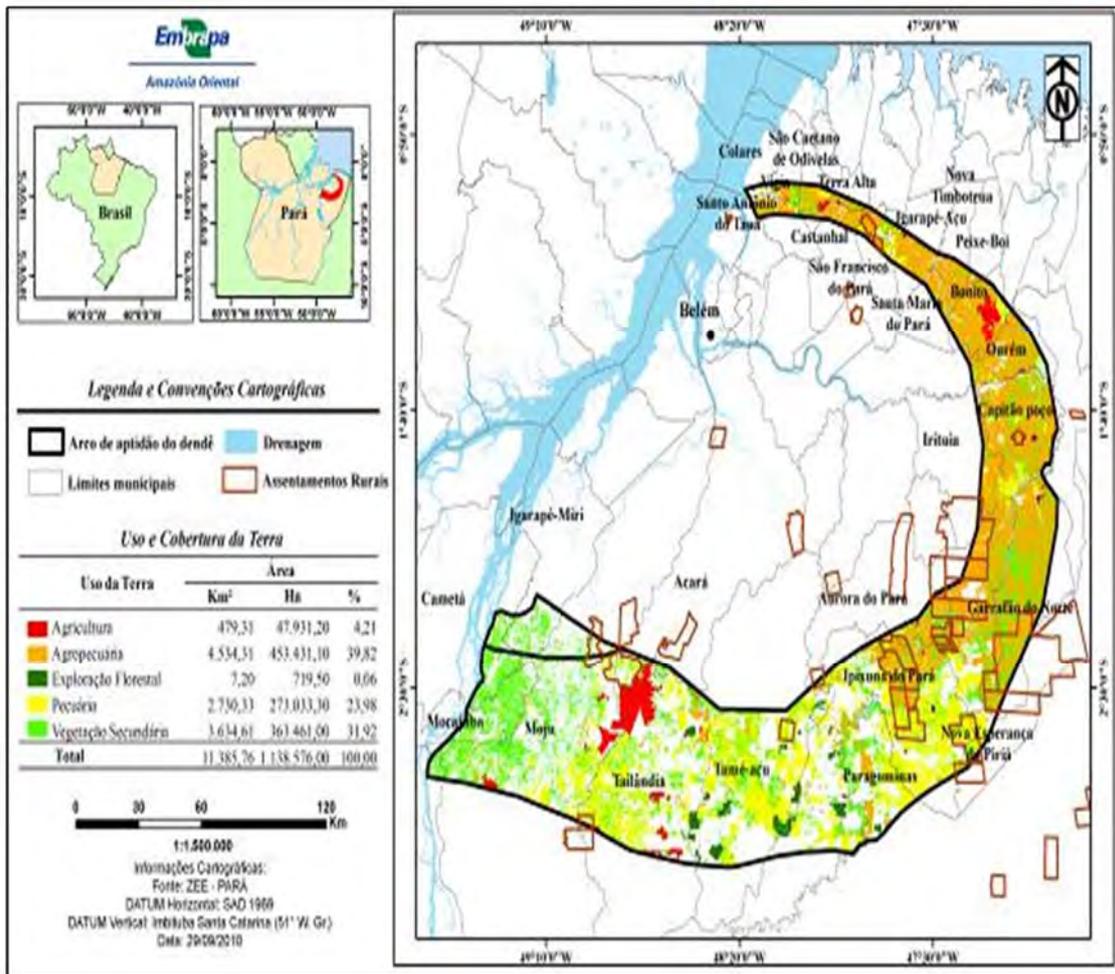
¹⁰ Dados obtidos em uma visita a agência do Banco da Amazônia S.A de São Miguel do Guamá, em 2017.

¹¹ Em entrevista realizada em Fevereiro de 2017, Mauricio Medeiros relatou sobre a vontade de alguns pecuaristas de investir em dendê. Isto é, o entrevistado contou que a criação de animais necessita de capital para manter e perpetuar a produção. Já com o dendê os produtores acham que terão menos gastos. Para tanto, o motivo de alguns pecuaristas abandonarem ou diminuírem a criação de animais para plantar dendê, está justamente relacionado com os gastos que a pecuária demanda (Trabalho de Campo, Fevereiro de 2017).



denominada de *Arco de aptidão do dendê e/ou da Produção de Palma com cultivares Tenera (APPT)*. Neste arco, seria viável o cultivo de *cultivares Tenera*¹² devido ao menor risco de incidência de Amarelecimento Fatal (AF), doença que assola os dendezeiros¹³. Já as espécies híbridas interespecíficas, que são mais resistentes ao AF, podem ser cultivadas em áreas onde mais se constatam a presença do (AF). Entre as áreas identificadas como aptas a implantação dos dendezais, as terras usadas para a agropecuária representou a maior porcentagem, 39,82% entre os municípios que formam o arco (*Ibidem*, 2013).

Mapa 02: O Arco de aptidão do dendê e/ou cultivares Tenera e os usos do solo



Fonte: ZEE-PARÁ, extraído de VENTURIERI *et al.*, 2013.

Em Irituia, município este que compõe o arco do dendê estabelecendo-se nas áreas regulares ao cultivo da palma, terras usadas para a agropecuária e somente para a pecuária representaram as maiores porcentagem de uso como demonstra à tabela (01), consideradas áreas antropizadas especiais para o cultivo da palma de óleo. Uma vez que a dendecultura

¹² Espécies suscetíveis ao Amarelecimento Fatal - AF (VENTURIERI *et al.*, 2013) .

¹³ A doença “[...] surgiu em experiências pioneiras com plantas exóticas africanas” (BECKER, 2010, p. 7).



é vista como um sistema produtivo sustentável, perene, com baixo impacto ambiental, ou seja, um modelo ideal (VENTURIERI *et al.*, 2013).

Tabela 01: Qualificação das áreas antropizadas do município de Irituia localizado no Arco de aptidão do dendê e/ou da Produção com cultivares Tenera (APPT)

MUNICÍPIO	USO DENDÊ ARCO	ÁREA (Km ²)	ÁREA (%)
IRITUIA	AGROPECUÁRIA	161,20	81,94
	PECUÁRIA	18,21	9,26
	VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA	17,31	8,80
TOTAL		196,73	100,00

Fonte: Adaptado de VENTURIERI *et al.*, 2013¹⁴. (Org. Julian Rodrigues).

Deste modo, observamos que um número considerável de terras inclusas nestas porcentagens que se direcionavam a agropecuária ou somente a pecuária, deram espaço para as extensas e monótonas lavouras de palma de dendê, ora estabelecidos pelos projetos de agricultura familiar ou através do arrendamento de fazendas pela multinacional ADM do Brasil no município. Contudo, a prática pecuária ainda predomina em Irituia, principalmente a bovinocultura entre os pequenos produtores como afirmou o técnico da EMATER.

Segundo Robenilson Alves em entrevista, técnico agrícola da SEMAGRI (Secretaria Municipal de Agricultura) de Irituia, o dendê da agricultura familiar se especializa no máximo para 10 ha de terras. Conforme este indivíduo, antes do dendê e atualmente a cultura que se destaca em produção no município de Irituia é a mandioca (para produzir farinha), e a dendeicultura posta em 3 há, por exemplo, não compromete o cultivo da mandioca, pois, os agricultores parceiros perpetuam esta cultura agrícola juntamente ao dendê, não consorciadas, mas partilhando a mesma propriedade.

Este evento ficou nítido ao observar a propriedade de Pedro Peniche¹⁵, que planta dendê em 3 ha desde 2012, um dos primeiros a se tornar parceiro em Nova galiléia. Este produtor de dendê divide sua a terra entre a palma africana e a lavoura branca (roça de mandioca e verduras). Ozenias Oliveira¹⁶, que também planta dendê desde 2012, perpetua a roça de mandioca e o manejo de açaiçais em outros sítios pertencentes à família. Neste contexto, também é válido considerar que a maioria dos camponeses residentes em Nova

¹⁴ Ver <https://www.ecodebate.com.br/2013/10/23/areas-prioritarias-para-a-expansao-da-dendeicultura-no-estado-do-para-uma-analise-do-zondende/>.

¹⁵ O investimento do Pronaf Eco dendê para implantar o projeto palma em sua propriedade custou R\$ 25.303,23, o total para se investir em 3 hectares (Trabalho de campo, 2016).

¹⁶ Seu projeto também totalizou R\$ 25.303,23 para investir em 3 hectares (Trabalho de campo, 2016).



Galileia recusou a proposta de parceria, criando territórios de resistência (FABRINI, 2007; FABRINI & ROOS, 2014).

Estes territórios podem ser compreendidos a partir da permanência na terra e da perpetuação da agricultura camponesa não subordinada, possível de ser observada na imagem (02), que retrata um plantio de mandioca em propriedade ao lado do palmar de Ozenias Oliveira, que evidencia o contraste entre os monocultivos do capital e a lavoura branca camponesa

Imagem 02: Plantio de mandioca ao lado do palmar de Ozenias



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Neste interim, conforme relatos da esposa de Ozenias, dona Maria, ficou nítido que o dendê não gerou impactos severos a comunidade, pois, a maioria recusou a proposta apresentada pela empresa Eco dendê em nome da multinacional ADM do Brasil, não alterando determinadas dinâmicas oriundas de um processo histórico de formação social. Em Trabalho de campo observou-se que entre os camponeses que recusaram a proposta de parceria, a mandioca (como ilustrada acima) e outras práticas como o milho e o açaí são atividades que gerem o grupo familiar. Atualmente a produção de farinha é realizada em cinco retiros ativos em Nova Galileia, localizados nos quintais das residências das famílias fixadas no núcleo da comunidade, que visitados entre 15 a 22 de Junho de 2016, avistamos a força de trabalho familiar e a complementar no ato da produção.

Alguns donos de retiro compram a mandioca de produtores das regiões próximas à comunidade, e produzem com o trabalho familiar e complementar para vender nas feiras de Belém/PA. Outros plantam e produzem apenas para a família e/ou para vender em uma escala local e sobreviver dos ganhos obtidos. Neste liame, entendemos que a família com base no trabalho familiar e/ou complementar, sendo equipada dos instrumentos de produção, utiliza-se da força de trabalho para cultivar o solo e produzir certa quantidade de



bens, que vendidos no mercado formam o bruto da família que dele se sustenta (CHAYANOV, 2014).

Deste modo, que evidenciamos a resistência camponesa, pois, a família se torna o principal fundamento que geri as práticas econômicas percebidas em Nova Galileia, e os projetos de agricultura familiar¹⁷ integrados a dendeicultura via sistema agroindustrial não fogem a esta lógica (FABRINI, 2007; WANDERLEY, 2003). Assim, a imagem abaixo retrata os trabalhos no retiro de farinha de mandioca, ativas em regime familiar e de trabalho complementar (entendidas como *ajuda*¹⁸) o que torna a agricultura mais autônoma e camponesa em face à dendeicultura.

Imagem 03: Produção em casa de farinha em Nova Galileia



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Uma vez avistadas as relações familiares e/ou de *ajuda* no ato da produção e a perpetuação da lavoura branca em Nova Galileia, salientemos a configuração de um de ritmo de vida camponês em comunidade, expressas por uma sociabilidade entre parentes, amigos sitiantes que visam à solidariedade e a sobrevivência das famílias camponesas (MACEDO & SOUZA, 2011; FABRINI, 2007).

¹⁷ “Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como conseqüência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês [...] na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão” (WANDERLEY, 2003, p, 48).

¹⁸ “[...] o próprio diarista também expressa a relação como ajuda [...] Ainda que se trate, objetivamente, de uma relação de compra e venda de força de trabalho (que, nem por isso, transforma o comprador em capitalista, ou o vendedor em proletário), ela é representada - significada, pode-se dizer - através de uma categoria que expressa a reciprocidade entre iguais [...] *ajuda* não pode significar a relação com o *outro*, mas apenas com o *vizinho*, um igual. Construindo-se o assalariamento como *ajuda*, elude-se a precisão daquele que se assalaria” (WOORTMANN, 1990, p, 29).



A reciprocidade analisada se traduz na solidariedade ou na mutualidade, expressas por trocas de alimentos, bens, serviços, ideias, palavras e simbolismos entre pessoas ou grupos, em particular nas sociedades camponesas. São “[...] relações nas quais não existe ou não predomina a noção de cálculo interessado e estratégico para acumular recursos e lucros, muitas vezes tirando proveito de fraquezas do parceiro” (*SABOURIN*, 2012, p, 56). Deste modo, que as comunidades camponesas são construídas por relações de reciprocidade.

Ali se trocam experiências e conhecimento com vistas à potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão “refinando”. Emprestando-se os melhores cachaços para a fertilização das fêmeas. Emprestando-se e trocando-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho (PAULINO, 2003, p. 377).

O território camponês é marcado pela mutualidade. Isto é possível de se observar nas dinâmicas que ocorrem na produção de farinha no retiro de seu Grigório Peniche, que também planta dendê. Em entrevista realizada com o filho deste, que se chama Adiel Peniche (40 anos), a família sempre trabalhou com roças de mandioca. Ele e os irmãos ajudam o pai nas lavouras e na produção de farinha, ou seja, “*um ajuda o outro, assim nós faz*” como afirmou o sujeito em entrevista. A mandioca advém de plantio próprio, que atualmente teve seu tamanho reduzido pelo fato da palma africana (dendê) se apropriar de 10 ha da propriedade, restando apenas 1 ha para a mandioca. Grigório não abriu mão da roça de mandioca, porém, talvez a abandone, se a partir de 2018 as colheitas de frutos frescos de dendê derem ganhos consideráveis à família¹⁹. Nas atividades de reparo de ambas as lavouras e de produção, a força de trabalho é inteiramente familiar, não se contratam diaristas.

Observando a dinâmica no retiro, percebeu-se uma relação de *parentesco* nos processos de produção da farinha. Adiel, juntamente a filha, o irmão e a esposa, descascavam mandioca para triturar e produzir a farinha, que cujos destinos além da própria família, são as feiras e os comerciantes da cidade de São Miguel do Guamá/PA, município vizinho, localizado ao norte de Irituia. Enquanto a família exercia atividades no retiro estabelecido no núcleo da comunidade, Grigório cumpria os cuidados com os dendezeiros (imagem 05), que se localizam em uma área afastada do núcleo da comunidade, exaltando os *múltiplos territórios* do campesinato (HAESBAERT, 2011).

Neste liame, elucida-se que os camponeses produtores de farinha de mandioca, incluindo os plantadores de dendê que também produzem a farinha como Grigório, vendem

¹⁹ As primeiras colheitas no dendezal de Grigório Peniche iniciaram em Agosto de 2016 (Trabalho de campo, 2016 e 2017).



apenas o fruto de seu trabalho, isto é, para adquirir produtos que não produzem e satisfazer a família. Deste modo, “[...] o camponês aparece diante do capital com a sua mercadoria pronta, vendendo apenas o fruto do seu trabalho, efetivando uma relação não capitalista de produção” (MACEDO & SOUZA, 2011, p, 297). Estas atividades externalizam a autonomia do camponês, que ao vender os produtos produzidos pela família, formam o valor monetário de seu trabalho, de sua articulação com a terra (WOORTMANN, 1990). E o trabalho da terra é permitido pela propriedade dos meios de produção e a organização do tempo e do uso da terra pelo camponês.

De antemão, entende-se que o controle da terra para o camponês viabiliza sua autonomia e sua produção, na geração de recursos econômicos necessários a sua reprodução (RAMOS FILHO, 2013). A força de trabalho familiar representa a força motriz da unidade camponesa, e a complementar, externalizada pela contratação de mão-de-obra é interpretada como *ajuda*, e acontece nos momentos em que a força de trabalho é inferior às demandas da produção ou em solidariedade, manifestada por mutirões em épocas de carência de trabalhadores ou por motivos de doença que afetam a família. A propriedade dos instrumentos de produção expressa à autonomia do camponês ao exercer a sua produção, ao seu tempo e organização, e é produzida artesanalmente ou é adquirida através da compra (WOORTMANN, 1990; FABRINI & ROOS, 2014).

Nas imagens abaixo, retiradas no retiro de Grigorio Peniche, é possível averiguar os elementos que permitem a reprodução do camponês e de seu modo de vida. A propriedade dos instrumentos de produção proporciona a autonomia do camponês na produção de meios de vida. Observa-se abaixo a prensa (imagem 06), que é um instrumento utilizado pelo camponês para a secagem da mandioca, isto é, prensá-la para poder retirar o líquido (tucupí) da massa da mandioca e deixá-la seca para os próximos processos (peneira e forno) e obter a farinha d’água. A mandioca ilustrada abaixo (imagem 07) advém de plantio próprio como já exposto, que expressa o camponês como um trabalhador autônomo, sendo que as horas de trabalho são regidas ao tempo e disposição da família. Assim, os meios de produção como a terra, o trabalho e a família, permitem a materialização de meios de vida e a reprodução do grupo doméstico²⁰ (CHAYANOV, 2014; WOORTMANN, 1990).

Imagem 04: A prensa

Imagem 05: A mandioca de molho

²⁰ “Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, certa quantidade de bens [...] que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da família [...] Este produto bruto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. Por isso que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. É, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro” (CHAYANOV, 2014, p, 105).



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

Deste modo, entendemos as dinâmicas que constroem o território camponês em Nova Galileia, evidenciados a partir da família e dos laços afetivos com a terra, vista como um patrimônio, as relações de parentesco, de ajuda, os aspectos culturais como a artesanidade e também o fator religioso como veremos adiante, que evidenciam uma campesinidade em comunidade (WOORTMANN, 1990; FABRINI, 2007).

O perfil religioso da comunidade é latente, pois, a maioria dos residentes – que totaliza acerca de 500 pessoas aproximadamente conforme o estudo de (CAMPOS, 2014) é cristã. Acerca de 90% (conforme seu Ozenias em entrevista) destes moradores da comunidade se comportam como evangélicos e frequentadores da igreja Assembleia de Deus. Todos os agricultores entrevistados são convertidos ao cristianismo, e frequentam a tal igreja. A religião cristã, materializada pela presença da igreja protestante faz parte de um contexto histórico de organização social da comunidade, manifestado a partir da década de 1950, conforme seu Alzier Peniche (81 anos) um dos moradores mais antigos de Nova Galileia.

Em relatos, percebemos que a igreja organiza manifestos em comunidade com os camponeses, um exemplo disto é a festa do açaí, evento proposto pela igreja e pelos residentes da agrovila, que externaliza músicas religiosas, crenças e comidas típicas oriundas do açaí, que é doado pelos produtores de açaí de Nova Galileia. Esta festividade ocorre anualmente, entre os dias 19, 20 e 21 do mês de Agosto. Para tanto, as festas podem ser elucidadas como exemplo da territorialização camponesa (FABRINI, 2007), ou seja, “[...] nas comunidades camponesas a combinação entre o sagrado e o festivo é indissociável” (PAULINO, 2003, p, 364).

Em observação a campo, avistou-se que todos os entrevistados frequentam o culto proposto pela igreja nas noites de Segunda, Quarta, Sexta, Sábado e Domingo, exceto dona



Maria, esposa de Ozenias, que é professora no turno da noite e só frequenta a igreja nos fins de semana. Isto é, “A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da socialização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro” (FABRINI, 2007, p, 28).

Após os cultos, familiares e amigos se reúnem ou em frente à igreja, em uma praça ou em residências de amigos ou parentes, para conversarem sobre a agricultura, sobre dificuldades na família ou até mesmo sobre os trabalhos que serão exercidos nos retiros de farinha. De tal modo, que se ilustram os espaços da dinâmica de sociabilidade camponesa na fotografia abaixo, que destaca a praça, que é palco de reuniões e socialização entre parentes e amigos e a materialização da religiosidade na comunidade, as estruturas da igreja Assembleia de Deus.

Imagem 08: A praça e aos fundos a igreja Assembléia de Deus



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

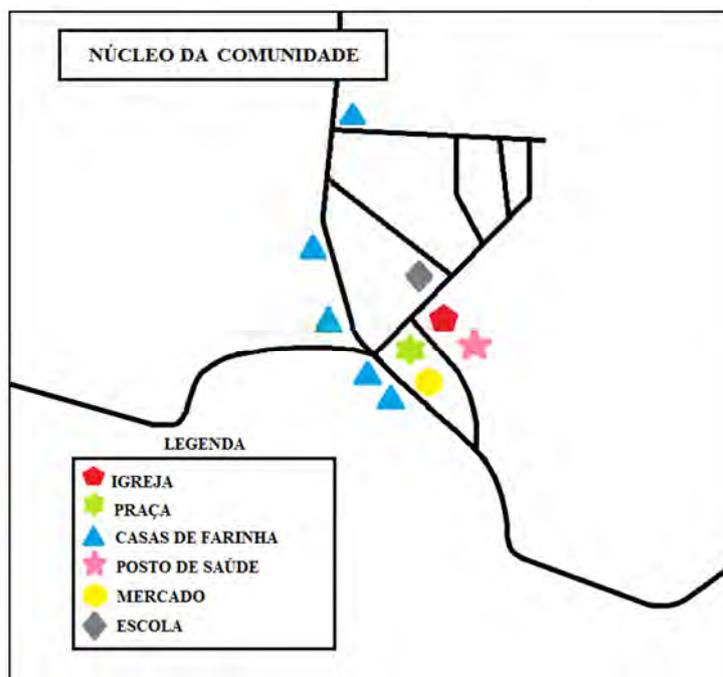
A religiosidade como crença e valor que sustenta os camponeses, evidencia ações comunitárias de lazer e companheirismos (FABRINI, 2007), na medida em que os camponeses sociabilizam-se entre si e se tratam como “irmãos” em uma reverência a Deus por ser o criador e estes serem os seus filhos. A “*paz do senhor*” também é um elemento de crença que integra a sociabilidade camponesa, manifestada em cumprimento seguido de “*bom dia*”, “*boa tarde*” e “*boa noite*”, nos momentos de visitas à residência de parentes e amigos ou encontros aleatórios.

Deste modo, dada a multidimensionalidade das relações comunitárias em Nova Galileia, faz com que entendamos que as interações entre parentes e amigos fogem aos limites das propriedades nas quais estabelecem as roças e/ou plantações de dendê, que



nos induz a refletir as multiescalas as quais as relações camponesas se desenvolvem e fluem. Assim, as unidades familiares, as complexas ações comunitárias e o papel central da igreja, assim como de outros objetos espaciais elucidam Nova Galileia na imagem do bairro rural como salientam (PAULINO, 2003; FABRINI, 2007). “[...] os bairros rurais são unidades de povoamento com um habitat disperso que dispõe de um núcleo que serve para fixação da população. O núcleo em geral é formado por uma igreja e uma praça e as famílias fixam residências em lotes e datas” (FABRINI, 2007, p, 28). Forja-se este território camponês no croqui (01) abaixo, que demonstra os pontos de sociabilidade camponesa no núcleo da comunidade em estudo.

Croqui 01: O bairro rural e os pontos de sociabilidade camponesa em Nova Galileia²¹



Fonte: Trabalho de campo, 2016. (Elaboração Julian Rodrigues)

Observa-se vias de locomoção, igreja, praça, casas onde se produz farinha, escola, posto de saúde e um pequeno mercado, como elementos que mais caracterizam os pontos de relações de vizinhança em Nova Galileia. Paulino (2003) interpreta o bairro rural como o *locus* destas combinações e diversidade de ações, que adquirem significado a partir da lógica de classe social imbricada ao cotidiano, e por essa razão, compreendido como uma unidade territorial de camponeses que vai além da reprodução material, no que diz respeito às multiescalas da ação que abarcam simbolismos e crenças. O bairro rural é aqui entendido como sinônimo de comunidade camponesa.

²¹ Pontos de sociabilidade camponesa que foram visitados em Trabalho de Campo entre 2016 e 2017. Não se limita apenas nestes, os pontos de sociabilidade comunitária em Nova Galiléia.



Por esta razão que as igrejas são consideradas os pontos extra-domésticos de maior importância para os bairros rurais, visto que é entorno dela que gira a vida comunitária, onde se manifestam atividades religiosas e simbólicas de cunho histórico-cultural (FABRINI, 2007). Escolas e comércios podem ser considerados como espaços centrais importantes, mas nem todo bairro rural os possui (PAULINO, 2003).

CONSIDERAÇÕES

A resistência camponesa para além dos movimentos sociais (FABRINI, 2007) se materializa em Nova Galileia a partir da permanência na terra, por meio da reprodução subordinada ao agronegócio, da perpetuação da lavoura branca não subordinada e também de maneira organizativa, na medida em que há na comunidade uma associação de agricultores. Deste modo, expomos que os camponeses de Nova Galileia ora subordinam-se (ao dendê) e se adaptam as exigências empresariais como estratégia de sustentação da unidade camponesa frente ao avanço do capital. Ou permanecem na terra produzindo “meios de vida” para suprir as necessidades da família e vendendo parte do excedente para formar o rendimento bruto da família que permitirá sua reprodução material (TAVARES DOS SANTOS, 1981).

Observamos que os camponeses de Nova Galiléia, integrados ou não ao dendê exercem sua função social de trabalhador livre e põem a família como fundamento principal de suas práticas econômicas (CHAYANOV, 2014). Assim, os camponeses criam o seu território de relações recíprocas, com alicerces nas estreitas relações familiares e de vizinhança, através de elementos materiais como a produção agrícola e imateriais como a religiosidade, que criam uma diversidade de interações entre a roça e o bairro rural/comunidade camponesa (WOORTMANN, 1990; PAULINO, 2003; SAUBORIN, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. VERGAPOULOS, K. **A Questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, L, C, G. **PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) - POSSIBILIDADES E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA INCLUSÃO SOCIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: o assentamento Calmaria II, Moju (PA)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.
- BECKER, B, K. **Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da Palma de óleo (Dendê)?**. *In*: Confins 10/2010: número 10.
- CHAYANOV, A, V. **TEORIA DOS SISTEMAS NÃO CAPITALISTAS**. *In*: CARVALHO, H, M. (Org.). *CHAYANOV E O CAMPESINATO*. –1.ed.---São Paulo : Expressão Popular, 2014. p, 99-137.



- CAMPOS, A, R, P. **A PRESENÇA DO NEGRO NA AMAZÔNIA: OS PENICHE NA COMUNIDADE NOVA GALILÉIA, EM IRITUIA/PA.** Ipiranga Pesquisa, Belém/Pará, v. 2, n. 2, p. 59 - 69, ago. /dez. 2014.
- DROUVOT, H. DROUVOT, C, M. **O programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de palma: a questão da participação dos atores em favor do desenvolvimento territorial.** 2^{ème} Congrès TRANSFORMARE 19-20 mars 2012, Paris. p, 1-24.
- FABRINI, J, E. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 10, nº. 11, pp. 8-32, Jul.-dez./2007.
- _____. ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário.** -1.ed. ----SÃO PAULO : Outras expressões, 2014.
- FELÍCIO, M, J. **OS CAMPONESES, OS AGRICULTORES FAMILIARES: PARADIGMAS EM QUESTÃO.** Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências - Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006. p, 205-219.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade.** – 6^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MACEDO, C, O. **Agrocombustível e agricultura camponesa no nordeste paraense: O caso de Nova esperança.** Artigo publicado em: XXI encontro nacional de geografia agrária, UFU, 2012. p, 1-12.
- _____. SOUZA. R, B. **Produzir para viver: trabalho e produção camponesa na comunidade de São Judas – PA.** Cadernos do CEOM - Ano 24, n. 35 - Identidades. 2011. p, 291-310.
- _____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro.**—2.ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2010.
- MARTINS, J, S. **OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL, As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5^a edição. Petrópolis: Vozes, 1995.
- NAHUM, J, S. SANTOS, C, B. **DENDEICULTURA E DESCAMPESINIZAÇÃO NA AMAZONIA PARAENSE.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.
- OLIVEIRA, A, U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PAULINO, E, T. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná.** Tese de Doutorado em Geografia, Unesp. Presidente Prudente, 2003.
- REBELLO, F, K. **Da lenha ao óleo de Palma: a transformação da agricultura no Nordeste Paraense.** Tese (Doutorado em Ciências Agrárias), Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA, Belém, 2012.
- SAUBORIN, E. **RECIPROCIDADE E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL.** RURIS. Volume 6, Número 2. Setembro 2012. p, 53-90.
- SOUZA, M, L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TAVARES DOS SANTOS, J, V. **A REPRODUÇÃO SUBORDINADA DO CAMPESINATO.** *Ensaio FEE, Porto Alegre, 2(2): 109-117, 1981.*
- VENTURIERI, A. *Et al.* **Áreas prioritárias para a expansão da dendeicultura no estado do Pará: uma análise do zondendê e a ocorrência do amarelecimento fatal do dendezeiro.** Publicado por Redação. *In:* Portal EcoDebate, 2013. Disponível: <<https://www.ecodebate.com.br/2013/10/23/areas-prioritarias-para-a-expansao-da-dendeicultura-no-estado-do-para-uma-analise-do-zondende/>>. Acesso em: Julho/2016.
- WANDERLEY, M, N, B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003. p, 42-61.
- WOORTMANN, K. **Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico nº. 87. DF: editora universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p, 11-73.



GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América latina

AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA POPULAR: O SAPO COMO MODELO DE ATUAÇÃO DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MST-PARÁ.

Luiz Felipe Nazaré Vilhena (UFPA)¹

felipe_vilhena17@hotmail.com

Laura Angélica Ferreira Darnet (UFPA)²

laurangelicaferr@hotmail.com.

RESUMO:

O início do século XXI é marcado pelo avanço do Agronegócio nas áreas rurais levando o MST a reavaliar sua forma de enfrentamento, lançando uma nova proposta de luta, a: “Reforma Agrária Popular”, encontrando na Agroecologia aspectos importantes para o fortalecimento de sua matriz tecnológica de produção, sendo: diversificada, orgânica, não utilizando agrotóxicos e/ou transgênicos, baseada em relações sociais equitativas. Faz-se necessário entender os principais aspectos agroecológicos da Reforma Agrária Popular proposta pelo MST, tomando o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO, no Assentamento João Batista II em Castanhal-PA, como modelo da ação prática do Setor de Produção aqui no Pará. Utilizamos uma abordagem metodológica interdisciplinar qualitativa, partindo dos referenciais teóricos de: campesinato e agroecologia e do uso das seguintes técnicas de pesquisa: análise documental, observação em campo e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam para estratégias de produção que resgatem as práticas tradicionais do campesinato amazônico visando o controle de material biológico de culturas a partir das sementes vivas e de conscientização dos militantes assentados para avançarem cada vez mais no processo agroecológico de produção, sendo este processo realizado através de reuniões; formações; parcerias institucionais e produtivas.

Palavras-chave: Campesinato, Agroecologia, MST, Reforma Agrária, Agronegócio.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira passou por um primeiro período de crescimento e modernização técnica entre os anos de 1965 e 1981 (interrompidos pela crise econômica de 1982 onde a economia nacional encontrava-se estagnada devido ao ajustamento à crise do endividamento externo). Tal período ficou conhecido como “modernização conservadora”, que era chamada assim por não resolver as contradições do meio rural, apenas alterando

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA, Brasil.

² Docente do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA, Brasil.



sua base técnica produtiva, tornando-a mais dependente de insumos químicos que recursos naturais, aumentando de um lado as áreas de monocultivo (soja, cana-de-açúcar, laranja etc.), e por outro o processo de assalariamento do campesinato, expulsando mais de 30 milhões de camponeses³ de suas áreas rurais (FERNANDES, 2000), o que levou ao contexto de surgimento do MST no final da década de 1980.

Atualmente o capitalismo financeiro tem ampliado seu leque de controle sobre a agricultura através de uma aliança entre grandes proprietários de terra, latifundiários, fazendeiros capitalistas e empresas multinacionais, dando ao agronegócio uma expressiva função econômica: a de criar saldos comerciais para gerar reservas cambiais, possibilitando a atração de capitais especulativos para o Brasil; impondo o modelo industrializado de agricultura de forma acelerada, gerando novos impactos a agricultura camponesa, aumentando da concentração fundiária e o bloqueio de obtenção de terras para a reforma agrária (STÉDILE, 2013).

Isso leva o MST a repensar suas ações de enfrentamento ao agronegócio, crescendo dentro do movimento a partir dos anos 2000 o número de experiências agroecológicas. Esse crescimento faz com que os princípios do modelo de produção agroecológico passem a integrar a “Proposta de Reforma Agrária Popular” lançado em 2012, onde se fazem presentes, diretrizes para formação e adoção da Agroecologia como matriz tecnológica de produção (MST, 2013).

Por tanto, discute-se neste artigo os principais aspectos agroecológicos da Reforma Agrária Popular proposta pelo MST, e como esta proposta tem sido absorvida e aplicada nos assentamentos rurais paraenses, tomando o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO, no Projeto de Assentamento João Batista II em Castanhal-PA, como modelo da ação prática e planejamento do Setor de Produção do MST no Pará. Para tal, utilizamos uma abordagem metodológica interdisciplinar e qualitativa, recorrendo as seguintes técnicas de pesquisa: documentação indireta, observação participante, entrevistas semiestruturadas, caminhadas transversais.

Enquanto referencial teórico, temos campesinato como uma categoria histórica e analítica, constituídos por poliprodutores que se encontram integrados ao jogo das forças sociais contemporâneas. Categoria esta reconhecida por sua produção se integrar de diferentes modos e graus com o mercado, e por se fundamentar na alocação ou recrutamento de mão de obra familiar (FERNANDES et. al. 2009). Movimentos sociais: “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de

³ As migrações foram fundamentais para a formação do MST, pois quando o ciclo econômico dos militares entraram em crise, os grandes centros urbanos não ofereciam condições para abrigar este contingente, que se tendo que resistir em seus campos, pensando em novas formas de lutar pelos mesmos (FERNANDES, 2000).



a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p.335), e agroecologia como um novo paradigma do meio rural que concilia princípios agrônômicos, ecológicos, socioeconômicos que avaliam o conhecimento sobre sistemas agrícolas e o desenvolvimento de agroecossistemas menos dependentes de insumos químicos e energéticos externos (ALTIERI, 2008).

Este artigo compõe os primeiros resultados da pesquisa de mestrado: “Da dendeicultura às alternativas (agro) ecológicas: estratégias de ocupação produtiva pelo MST, no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA.” do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS 2016, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA da Universidade Federal do Pará – UFPA, que tem como objetivo analisar e refletir sobre as estratégias de ocupação de áreas com dendê, a partir da atuação do MST no PA Abril Vermelho. Esta pesquisa possui financiamento da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa – FAPESPA, edital 006/2016 com bolsa de mestrado e auxílio para a mesma, registrando aqui o agradecimento a esta instituição.

2. O SETOR DE PRODUÇÃO DO MST E AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA DE LUTA

2.1. O capital no campo: a ofensiva do agronegócio

Na primeira década do século XXI se intensificam os investimentos no modelo de agricultura chamado agronegócio, onde capitalistas latifundiários, bancos, empresas nacionais e transnacionais, organizam a produção agrícola na forma de monocultivo (produção de um produto) em grandes hectares de terra, utilizando intensivamente: maquinários, venenos agrícolas e agrotóxicos que destroem o potencial fertilizante dos solos, contaminam lençóis freáticos e os alimentos produzidos, afetando a saúde de quem os consome, além de expulsar o campesinato do campo, praticando uma agricultura sem agricultores (STÉDILE, 2013).

Porém, esse avanço do agronegócio tem revelado um contexto contraditório. O capitalismo está unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. O capital desenvolveu formas de sujeitar o campesinato à sua produção industrial. Isto ocorre pelo fato do capitalista tornar-se proprietário das terras, ou seja, latifundiário, através de um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura e pela monopolização do território por esse capital monopolista (OLIVEIRA, 2013).



Oliveira (2013) explica que ao se territorializar, o Capital expulsa os camponeses de suas terras para as grandes cidades para trabalharem nas grandes indústrias, comércios, serviços ou torna-os assalariados no campo. Nesta etapa, o processo é estritamente capitalista, o capitalista/proprietário de terra obtém simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola, e a renda da terra gerada pela atividade agrícola. É instalada uma monocultura (soja, laranja, cana de açúcar, pastagem, etc.) que predomina sobre o campo, possibilitando o desenvolvimento da reprodução ampliada do capital (que não depende apenas das relações sociais capitalistas).

E ao monopolizar o território, o Capital abre espaço para a produção camponesa se desenvolver, redefinindo suas relações de produção, transformando-os em camponês proprietário, rendeiros, parceiros ou posseiros, criando condições para o campesinato produzir matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou consumirem seus produtos (como são os casos das rações na avicultura e suinocultura). Ou seja, mesmo a renda camponesa está sujeita à lógica capitalista; o que em outras palavras nada mais é que a transformação da renda da terra em capital. (OLIVEIRA, 2013).

Essa condição prejudica a nossa soberania alimentar, pois nos transformamos no país que produz e exporta a comida que falta no prato de muitos brasileiros:

Como as *commodities* (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o estado financia mais as “ditas cujas”. Então, mais agricultores capitalistas tentarão produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo (OLIVEIRA, 2013, p.133).

As contradições desse processo tem elevado o número de camponeses que estão lutando pela recuperação das terras, o que configura em uma reinvenção do campo no Brasil que se materializam nas lutas dos sem-terras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, faxinalenses, extrativistas e demais populações tradicionais, que levantam a necessidade de não se restringir a terra apenas a dimensão econômica e produtiva, e sim compreendê-la como um território e espaço onde se também produz existência, identidade, interpelações e pluralidades (ESTEVAM; STÉDILE, 2013).

Dois projetos de reforma agrária para a agricultura brasileira foram lançados nessa primeira década do século XX. O primeiro é a “Plataforma política que defendemos”⁴, síntese das propostas de diversos movimentos e organizações sociais ligados a Via Campesina. A segunda proposta, consolidada pelo MST em 2007, é a “Proposta de reforma agrária popular do MST”, foco de análise desse artigo (ESTEVAM; STÉDILE, 2013). Mas

⁴ Que pode ser lida no livro “Questão Agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000”, disponível em:
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/a%20questao%20agraria%208.pdf>



antes de nos aprofundarmos sobre a proposta do MST, cabe discutir primeiramente sua aproximação com a Agroecologia, fundamental em sua nova proposta, e uma das principais ferramentas contra a ofensiva do agronegócio no contexto campesino atual.

2.2. A agroecologia como ferramenta política e produtiva

A emergência da agroecologia enquanto nova e dinâmica ciência representa um grande salto na busca por uma agricultura realmente sustentável, através de uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas. Sua estrutura metodológica possibilita o entendimento tanto da natureza dos ecossistemas, quanto dos princípios que regem seu funcionamento, agregando em sua abordagem elementos agronômicos, ecológicos, socioeconômicos à avaliação dos efeitos de tecnologias nos sistemas agrícolas e a sociedade em geral (ALTIERI, 2008).

A agroecologia incentiva pesquisadores a se aprofundarem no conhecimento e nas técnicas dos agricultores em prol de um desenvolvimento de agroecossistemas com mínima dependência de insumos químicos e energéticos externos, com o objetivo de que em seus sistemas agrícolas se criem, a partir de suas próprias interações ecológicas e sinergismos de seus componentes biológicos, o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar e demais organismos coexistentes, que leva ao fortalecimento do solo, aumento da produtividade e proteção de suas culturas de pragas e degradações. Logo, tomemos a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas como princípio agroecológico em busca da autorregulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2008).

Para Caporal e Azevedo (2011) agroecologia não se propõe a resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas, seja pelos modos de produção e consumo dos adotados ou decisões ambientais equivocadas. É preciso também ter cuidado com os equívocos conceituais a respeito de agroecologia, principalmente as que tendem a reduzir seu significado e amplitude. Devemos compreendê-la como um novo enfoque científico, uma nova matriz disciplinar que está inserida em um novo paradigma, atualmente em desenvolvimento através de especialistas de diversos ramos do conhecimento e agricultores de todos os cantos do mundo. Portanto:

“A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística” (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, p.88).



Portanto, a agroecologia, entendida enquanto enfoque científico, transdisciplinar e holístico está destinada a apoiar a transição do atual modelo de agricultura convencional e para agriculturas mais sustentáveis, através de uma ação dialética transformadora, partindo do conhecimento local, incorporando-o ao científico, para construir e expandir novos saberes socioambientais. Trata-se, portanto, de uma mudança para além das práticas agrícolas, mas também política, econômica e cultural (CAPORAL; AZEVEDO, 2011).

O MST encontrou na agroecologia uma forma de combater tanto os avanços do agronegócio quanto à superação de suas próprias contradições e impasses internos como as críticas ao modelo de cooperação e reprodução das práticas agrícolas capitalistas que desconsiderava as características do campesinato (como autonomia e autossuficiência) (BORSATTO, CARMO, 2013).

Essas críticas, somadas ao avanço do agronegócio no final da década de 90 e as discussões desse período sobre a necessidade de uma agricultura de base ecológica começaram a abrir os espaços do MST para novas formas de organização e produção. O IV Congresso Nacional realizado em 2000 debateu a organização dos assentamentos⁵ e deferiu ações de fomento a agroecologia nos assentamentos rurais. O agricultor e seu conhecimento ganham mais destaque nas ações do movimento, sendo agora sujeito criador da sua própria existência. A terra passa a ganhar aspecto não apenas social (e político, acrescentamos), mas também ambiental (BORSATTO, CARMO, 2013).

Diversas experiências e ações agroecológicas foram realizadas pelo país. Algumas podem ser conferidas no caderno de estudos: “Sistematização de experiências agroecológicas do MST Volume 1”⁶. No Pará, podemos destacar: o Lote Agroecológico de Produção Orgânica – LAPO criado e idealizado pelo falecido Seu Mamede⁷ em 2005, localizado no Assentamento Mártires de Abril no Distrito de Mosqueiro, mantido até hoje por sua esposa Dona Téó; a atuação do Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico, conhecido por “IALA Amazônico”, fundado em 2009; o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO, localizado no assentamento João Batista II em Castanhal-PA, criado por lideranças do MST em 2007, mantido pelo seu Sabá como laboratório de formação e ação prática do Setor de Produção do MST no Pará (que também é foco desse artigo), e alguns lotes do PA Abril Vermelho localizado no município de Santa Bárbara.

A agroecologia se difundiu dentro do movimento, consolidando-se no discurso de soberania alimentar e luta contra o agronegócio e tem aproximado o movimento em si de

⁵ O MST percebeu que era necessário aprimorar os seus modelos de assentamento, antes centradas apenas na questão do trabalho e produção, e que relegava outros aspectos da vida (BORSATTO; CARMO, 2013).

⁶ Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/sistematiza%C3%A7%C3%A3o-de-experi%C3%Aancias-agroecol%C3%B3gicas-do-mst>

⁷ Que foi uma das principais lideranças camponesas do MST nesse período. Assassinado em 2012 dentro do seu lote por um jovem dependente químico da região.



seus agentes e suas demandas, pois têm propagado ideias que sempre estiveram de acordo com o modo de produção camponês. Não é atoa que se consolida como caminho para a Reforma Agrária no V Congresso Nacional do MST realizado em 2007, compondo sua nova proposta denominada “Reforma Agrária Popular” (BORSATTO, CARMO, 2013).

2.3. A reforma agrária popular do MST

As propostas e medidas apresentadas na Reforma Agrária Popular do MST estão disponíveis como capítulo do livro “A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000” e visam: um amplo processo de mudanças sociais, alteração da atual estrutura de organização produtiva e da forma como o ser humano se relaciona com a natureza, para que o processo de desenvolvimento no campo possibilite a superação da exploração, dominação política, alienação ideológica e degradação da natureza (MST, 2013).

A primeira sessão da proposta chamada “objetivos” (MST, 2013, p.150) apresenta além das intenções mencionadas acima sete metas a serem alcançadas, como: o fim da pobreza no campo; combate a desigualdade, exploração e degradação da natureza enraizada na concentração de terras; garantia de trabalho, educação e distribuição de renda no campo; soberania alimentar; igualdade de gênero em todas as atividades campesinas; preservação da biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do país; e melhorias nas condições de vida que estimule a permanência no campo, principalmente da sua juventude.

A segunda sessão chamada “As mudanças necessárias” (MST, 2013. p.150) é a que mais detalha as medidas e ações que são propostas através de dez temas⁸ abordados: o primeiro é sobre a terra, vista acima de tudo como “um patrimônio dos povos que habitam cada território”, (p.150.); o segundo diz respeito à água, como “um bem para todos” (p.152); no terceiro tema desta sessão, chamado “A organização da produção no campo brasileiro” (MST, 2013, p. 153), temos as medidas que buscam reorganizar a produção do MST; o quarto tema se direciona a questão tecnológica ao propor “Um novo modelo tecnológico” (MST, 2013, p.154), com enfoque ecológico e participativo (onde agroecologia também tem um importante papel).

Em “Manejo sustentável da água e irrigação” (MST, 2013, p. 156), quinto tema proposto, têm-se a água novamente como foco, combinando democratização da terra e a reorganização da produção agrícola com acesso e manejo sustentável da água; no sexto tema, “Política agrícola pública” (MST, 2013, p.157), têm-se medidas para que o Estado dê apoio (políticas, créditos, maquinários etc.) a essas mudanças; o sétimo tema “A educação

⁸ No entanto, para fins de análise desse artigo, só vamos nos aprofundar nos temas três e quatro.



no campo” (MST, 2013, p.158), traz propostas educativas próprias para pessoas que vivem no campo; o oitavo tema chamado “A industrialização” (MST, 2013, p.160) almeja que este seja um instrumento desenvolvimento equilibrado entre as regiões (ao que se entende: urbanas e rurais), para gerar mais emprego e renda.

No nono e penúltimo tema chamado “O desenvolvimento da infraestrutura social” (MST, 2013, p. 161) busca-se desenvolver um amplo programa de moradias no meio rural, com energia elétrica, fontes renováveis de energia, água potável, transporte público e acesso a informática, democratização dos meios de comunicação, e acesso à saúde pelo SUS; E o último tema retoma o Estado em: “A estrutura administrativa do Estado” (MST, 2013, p.163) onde seu o seu foco, tange principalmente no funcionamento das instituições públicas atuante na agricultura ou meio rural (como INCRA e CONAB).

A terceira e última sessão da proposta de Reforma Agrária Popular do MST (2013) é intitulada de “Condições necessárias para implantação do programa popular de agricultura” e como tal, faz uma reflexão de todos os fatores necessários para se por em prática todos os objetivos e medidas anteriormente propostos. O MST deixa bem claro que todas essas medidas só poderão ser efetivadas por duas vias: a primeira via é a mobilização popular, onde “o povo deve ser o sujeito de todo o processo de mudanças no campo” (MST, 2013, p.164); e segunda é a ação de um Estado democrático e popular, onde todos seus poderes sejam instrumentos fundamentais para a implementação dessas medidas.

Retornando ao terceiro “A organização da produção no campo brasileiro”, percebemos como a agroecologia cumpre importante papel neste projeto de nova agricultura camponesa. No terceiro tema temos quatro medidas fundamentais que buscam: a produção de alimentos saudáveis para todo país; organizar a produção com base em cooperação agrícola (mutirões, organizações comunitárias, associações, empresas públicas etc.), organizar agroindústrias em forma de cooperativas, sobre o controle dos trabalhadores das agroindústrias e romper com a monocultura promovendo “uma agricultura diversificada, sustentada em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis” (MST, 2013, p. 153).

As medidas complementares visam organização e garantias de direitos aos trabalhadores rurais cooperados, proibição de empresas estrangeiras na produção de alimentos e comércio de sementes, biotecnologias para melhorar a produtividade, que preserve a saúde dos camponeses e do consumidor e estímulo a feiras agroecológicas permanentes.

O quarto tema “um novo modelo tecnológico”, aprofunda a questão tecnológica brevemente apresentada acima, sugerindo uma nova matriz tecnológica, que como já dissemos, deve ser orientada por um enfoque ecológico e participativo, e além deste, ser



adequado à reforma agrária, às unidades de produção camponesas, ao aumento da produtividade e em estrito equilíbrio com o meio ambiente.

Para tal, são apresentadas sete medidas: programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis de ensino, com campos de experimentação e troca de experiências; disseminar a agroecologia; não criar propriedade intelectual privada de variedades, sementes, recursos naturais, animais ou sistema de produção; pesquisas tecnológicas agroecológicas (sustentáveis cultural, social, econômica e ambientalmente); garantia de que todos os serviços de assessoria tecnológica e de educação no campo sejam públicos e garantidos pelo Estado e enfoquem na reforma agrária e soberania alimentar; maquinário adequado à produção e realidade camponesa; e programa de reflorestamento das áreas degradadas pelo agronegócio.

Podemos observar após esta revisão da proposta de Reforma Agrária Popular do MST que a agroecologia ocupa dois principais temas desse projeto de nova agricultura para o campo: a organização da produção e a nova matriz tecnológica, sendo de vital importância para a superação das próprias contradições internas do movimento, tanto produtivas, quanto organizacionais e ideológicas. Mas resta-nos levar essa discussão para uma realidade concreta, observando como esta proposta está chegando aos assentamentos e absorvidas por sua militância. E para isso, foi realizada uma visita no Projeto de Assentamento João Batista II no município de Castanhal-PA, mais precisamente no Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO, para um diálogo com membros do Setor de Produção do MST.

2.4. O SAPO como laboratório de ideias e ações práticas

De acordo com Guilherme Junior e Nahum (2012) o Projeto de Assentamento João Batista II está localizado à margem direita do Rio Inhangapi e rodovia BR-316, ocupando uma área de 1.761,76 ha, com 1500 ha de pastagem, 119 ha de capoeira e mata, além de 64 ha para as agrovilas onde residem no entorno de 157 famílias. Este assentamento foi o primeiro da mesorregião do nordeste paraense a ser conquistado pelo MST. A ocupação da área da fazenda Tanari ocorreu em 1998, com o MST tendo realizado um trabalho de base nos municípios de Castanhal, Santa Izabel, Santo Antônio do Tauá, Ananindeua e Belém, cadastrando famílias de regiões periféricas desses municípios. A criação do assentamento aconteceu em 2000.

O SAPO por sua vez, é um agroecossistema familiar que possui 8,5 ha e foi pensado a partir da necessidade do MST de criar coletivos de resistências camponesas (as CRC) em 2007. Um dos objetivos era a construção de experiências agroecológicas ligadas a um projeto político de transformação social em sua totalidade e teve como inspiração o Lote de Agroecológico de Produção Orgânica – LAPO, localizado no Assentamento Mártires de



Abril, em Mosqueiro (distrito de Belém-PA). Apesar dessa área ter sido tomada por pasto, seu Sebastião e Dona Isabel (sua esposa) tem conseguido reverter os entraves deste monocultivo com Sistemas Agroflorestais e produções diversificadas (CRUZ et. al., 2016), transformando o SAPO num espaço de experiências agroecológicas, parcerias com universidades, local de formação política e resistência camponesa.

A visita ao SAPO foi realizada no dia quatro de junho de 2017, onde podemos fazer uma entrevista semiestruturada com dois militantes do MST que compõe o Setor de Produção do movimento na chamada regional cabanos⁹. Os militantes entrevistados foram Sebastião Lopes, conhecido como Seu Sabá e Raimundo Filho¹⁰, que atende por Filho. Seu Sabá mora e tem a responsabilidade de manter o SAPO, enquanto Filho é residente e coordenador do Projeto de Assentamento Abril Vermelho, que se localiza no município de Santa Bárbara-PA.

O setor de produção no Pará existe desde a chegada do movimento no início da década de 90 e com ele vieram os debates sobre associação e cooperação, originados no sul e adaptados a nossa região. Tanto seu Sabá, quanto Filho chegaram ao movimento quando o mesmo começou a atuar nos municípios da região metropolitana de Belém, organizando a ocupação que deu origem ao João Batista II, no final da década de 1990.

A entrevista semiestruturada tinha como objetivo caracterizar como o MST pensa e organiza a produção das famílias em áreas que eram exploradas com monocultivo para que se pudesse fazer um parâmetro com a proposta de reforma agrária popular do MST e entender como esta proposta vem se dando na prática. Para não nos alongarmos além do necessário, vamos dar o foco aqui nas partes que envolvem a temática da agroecologia.

Como analisamos a consolidação da agroecologia matriz tecnológica e produtiva do MST na proposta de Reforma Agrária Popular, questionamos o papel desta para este setor de produção da seguinte forma: “Como a agroecologia foi introduzida nas discussões/pautas do setor de produção?”. Seu Sabá explicou que a agroecologia foi ganhando espaço a partir de experiências realizadas pela militância e que incentivaram uma discussão nacional e posteriormente regional, sendo adaptada a realidade local. Para Filho, a agroecologia é um debate, um desafio a ser implementado de forma efetiva pelo MST, mas que:

Já existem experiências maravilhosas para se enaltecer e para se buscar implementar um sistema agroecológico completo. Inclusive essa é expressão clássica do último congresso nacional que caracteriza bem o que é a reforma agrária popular: sendo essa de produção limpa, sem veneno, de matriz tecnológica palpável para o camponês, que não tá embasado na grande indústria química europeia, norte americana, mas na técnica cultural dos nossos ancestrais camponeses. A produção diversificada é da característica do camponês. É da sua natureza local, regional, cultural. É disso que

⁹ Nomenclatura designada à região do Nordeste Paraense e em homenagem a cabanagem.

¹⁰ Todas as informações aqui relatadas foram dadas através de entrevista gravada e transcrita.



devemos nos apropriar com firmeza e buscar melhoramento técnico para a produção (Raimundo Filho, 2017).

Filho também afirma que o MST sempre vive em disputa com o modelo econômico hegemônico, por isso que afirma que a democratização da terra só pode ser garantida através de outro modelo econômico e que “a Agroecologia é a arma desse camponês de contra-produção ao modelo hegemônico” (Raimundo Filho, 2017). Portanto, para ele, não há mais nada popular que produzir alimentos de forma limpa para a sociedade brasileira, e o agronegócio, por sua natureza não pode fazer isso. Porém percebe também que não se pode romantizar a agroecologia ou fazer dela uma religião.

Ao questionarmos qual era a experiência produtiva dos entrevistados na linha agroecológica, Filho responde que em sua experiência a maior dificuldade é reverter os prejuízos causados pelo modelo hegemônico de produção agrícola:

Tu reverter 40 anos de pasto, a destruição da terra... O capitalismo se importa com a planta, mas é a terra quem determina a boa produção. Nós pegamos terras deterioradas. Tanto no João Batista com a pecuária, quanto o Abril Vermelho com o Dendê. Teve, têm e vai levar muito tempo até a gente reconstituir a terra, para manter um equilíbrio novamente. Por tanto esse custo ambiental acaba sendo nosso maior prejuízo. São terras extremamente deterioradas e temos a missão recupera-las, e em cima disso a missão de produzir para se alimentar e dar uma resposta pra sociedade, e fazer isso sem ser amparado por questões financeiras e de crédito, torna um grande desafio (Raimundo Filho, 2017).

Seu Sabá também descreve sua experiência na mesma linha que Filho, ao falar das dificuldades de se recuperar uma área como usada pelo latifúndio:

O latifúndio destruiu várias etapas históricas dessa área. Destruiu o que talvez tenha sido um habitat indígena, destruiu o que foi depois o habitat de quilombolas, e depois destruiu uma etapa de monocultivo de arroz, mandioca e feijão, então o latifúndio da pecuária destruiu todas essas etapas históricas que aconteceram aqui. E quando você reconquista uma área dessas, você precisa reconstruir uma área que já teve 3, 4 etapas históricas, e é esse o grande trabalho que a gente tem (Sebastião Lopes, 2017).

Na última pergunta debatida, buscou-se compreender deste setor de produção o que seria uma produção agroecológica? Para responder a essa pergunta Filho retoma a importância do SAPO como sendo um espaço mais amplo que um simples lote, onde se pode realizar de reuniões, trocas de experiências, aprendizagem e distribuição de sementes, um espaço de resistência camponesa onde os próprios agricultores podem enxergar a possibilidade de se trabalhar de forma ecológica, sem reproduzir a matriz tecnológica do agronegócio.

O SAPO é uma experiência clara, é possível modificar a técnica. Qual é a base da técnica? A base tradicional, um pouco da aprendizagem dos que já vivenciaram aqui uma matriz tecnologia palpável para os camponeses, a técnica é a dos camponeses, não precisamos seguir padronização de técnicas, nem da produção, a gente tá diversificando (Raimundo Filho, 2017).



Filho considera o controle e a troca das sementes o grande debate dessa proposta, pois é a partir desse domínio e circulação de sementes vivas, plantadas nas áreas dos assentados ou em ocupações, que possibilita a independência produtiva do camponês. Seu Sabá complementa a fala de Filho, chamando atenção para a necessidade não só de controlar as sementes, mas de também de avançar sobre a consciência do indivíduo:

Sem essas duas concepções dificilmente você avança, até porque o agronegócio quer que a gente se desfaça desse bem sublime ao camponês que é justamente o controle das sementes, para ficar mais inviabilizado de se progredir nessa transição da agricultura. Por isso que pra nós é imprescindível você olhar essa questão prática do lote. Porque se não, você não consegue fazer com que essa compreensão chegue ao camponês (Sebastião Lopes, 2017).

Para seu Sabá, o agronegócio tem poder de impacto muito maior na consciência do indivíduo, por isso há a necessidade de se mostrar na prática através do debate da agroecologia, que não utiliza insumos externos, reaproveita aquilo que se tem no lote e valoriza o saber camponês etc. Filho por sua vez, descreve as estratégias para superação dos modelos convencionais:

Primeiro a gente garante aquelas culturas de subsistências, que é muito do camponês: a questão da diversidade com as sementes de feijão, a mandioca, as macaxeira, que são os pratos alimentares básicos. Depois se implementam as culturas de nível médio, e posteriormente as de longo prazo, e assim segue consolidando. Geralmente é assim que ocorre nos assentamentos, com produções coletivas, diversificadas a curto-prazo (Raimundo Filho, 2017).

Filho diz que o MST tem muitas propostas de modelos de produção, e que a agroecologia não pode ser concebida como um único modelo e que se têm modelos e modelos agroecológicos de produção e que no Abril Vermelho, assentamento onde reside, já se avançou bastante nessa transição de agriculturas, podendo até dizer que o projeto de dendê foi derrotado no mesmo, mas sempre estando em alerta para a capacidade do capitalismo de reinventar suas estratégias de ação no campo. Por isso não se basta apenas produzir, é necessário realizar as formações para que se compreenda todo esse processo, ou seja, entender o significado político disso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A produção de commodities do agronegócio tem prejudicado a soberania alimentar nacional, o meio ambiente (através do uso de venenos, agrotóxicos), destruindo os solos, contaminando lençóis freáticos e alimentos produzidos nessa lógica, além de expulsar a população camponesa do campo, quando não assalariando a mesma no processo de territorialização do capital e monopolização do território. Para fazer frente a esse avanço, as



populações tradicionais do campo estão se reorganizando para lutarem contra essas atuais agroestratégias do capital.

É neste contexto que vimos o MST buscando na agroecologia, ciência esta que têm desenvolvido um novo paradigma na construção de uma agricultura sustentável, um caminho para superar suas próprias contradições internas e as geradas pelo agronegócio. As suas experiências agroecológicas ganharam espaço no movimento e se consolidaram em sua nova proposta de reforma agrária, qualificada como popular. E a partir da experiência no SAPO, podemos identificar como essas propostas estão sendo concebidas pela militância do MST e postas em prática.

E pela conversa com o Setor de Produção do MST da Regional Cabanos, compreendemos que nesse nível local a proposta agroecológica de produção tem sido compreendida como sendo: ecológica, pois não reproduz o pacote tecnológico hegemônico, nem depende do mercado e indústrias tecnicistas; diversificada, por essa ser uma característica produtiva do campesinato; política, já que contrapõe um modelo hegemônico de produção e a superação de um modo de produção (capitalista); coletiva, onde a troca de experiências no cotidiano e o controle das sementes possibilitam sua independência produtiva; e ideológica, uma vez que precisa trabalhar a consciência do indivíduo para não reproduzir mais os modelos produtivos convencionais.

A agroecologia tem dado suporte tanto ao MST enquanto movimento campesino contra-hegemônico para enfrentar os avanços do agronegócio, tornando terras degradadas por monocultivos novamente produtivas, quanto aos camponeses para poderem produzir dentro de uma matriz tecnológica mais próxima de sua realidade. A reforma agrária popular do MST tem se constituído na prática como um processo político-ideológico de conscientização do camponês e produtivo, através do controle e circulação de sementes nos lotes, possibilitando uma real superação dos modelos monocultivistas, como se pode observar no SAPO no assentamento João Batista II, onde se tinha pastagem em toda sua área, e mesmo no PA Abril Vermelho, que historicamente foi utilizada para monocultivo do Dendê.

4. REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 645-660, Out/Dez 2013.



- CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (org.). Princípios e perspectivas da Agroecologia. Paraná: IFPA-PR/EaD. 2011.
- CRUZ, B. L.; SILVA, L. M. S.; ASSIS, W. S.; PANTOJA, G. F.; SILVEIRA, G. S.; RODRIGUES, C. M. Construindo conhecimento agroecológico: experiência do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO), no Projeto de Assentamento PA João Batista II, no Município de Castanhal. Belém: UFPA/NCADR e Núcleo de Estudos Agroecológicos AJURI - 2016.
- ESTEVAM, D. STÉDILE, J. P. Introdução: A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.7).
- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, I. M. (org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (Coleção história Social do Campesinato no Brasil).
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- GUILHERME JUNIOR, J. A.; NAHUM, J. Reprodução social e permanência no campo-Um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal - Pará. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária; UBERLÂNDIA - MG, 2012.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST. A proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1ª ed. Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.8).
- OLIVEIRA, A. U. Barbaridade e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.7).
- STÉDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.7).

**GT 10 - CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA.****RIBEIRINHOS DO ARQUIPÉLAGO DE ABAETETUBA: MODOS DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS COMO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

Marinês de Maria Ribeiro Rodrigues¹
Willian José de Maria Ribeiro Rodrigues²
Eliana Teles Rodrigues³

Resumo:

Assiste-se nas últimas décadas na região Amazônica a imposição de um paradigma econômico que amplia seu campo de atuação com a instalação de projetos de desenvolvimento que produzem conflitos, na medida em que avançam sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais. Na região do Baixo Tocantins, no município de Abaetetuba, verificam-se impactos significativos sobre o território ribeirinho através da expansão extrativista e agrícola que tem aumentado o crescimento daquilo que Acselrad (2012) chama de “monopólio do agro”, o qual influencia no processo de organização e gestão da produção em estabelecimentos agrícolas familiares e nas formas de uso dos recursos nesse espaço social. Essas problemáticas foram analisadas neste trabalho a partir do caso dos ribeirinhos da Ilha Quianduba no município de Abaetetuba, abordando as formas sociais das atividades extrativistas enquanto estratégias de enfrentamento em prol da permanência de seus modos de vida e uso dos recursos naturais. Os estabelecimentos agrícolas foram analisados tendo como foco a Abordagem Sistêmica a qual preconiza que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do contexto onde operam e se articulam. (BOURGEOIS, 1983). Utilizamos como estratégia metodológica o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), entrevistas e a observação participante. Os resultados revelam que mesmo sendo pressionados pela lógica econômica vigente, os ribeirinhos da Ilha Quianduba por meio do seu arcabouço cultural e político continuam a produção de suas formas de vida, criando e recriando estratégias para satisfazer suas necessidades materiais e sociais.

Palavras-chave: Ribeirinhos. Modos de Vida. Resistência

1. INTRODUÇÃO

A Ilha Quianduba está localizada no município de Abaetetuba, pertencente à Região de Integração Tocantins, no nordeste paraense. A referida Ilha compõe o arquipélago que forma a chamada “região das ilhas de Abaetetuba”, que ocupa grande parte da porção territorial do município, situada na confluência entre rios, furos e igarapés que definem os modos de viver e estar no espaço tempo.

Geograficamente ligada ao município de Barcarena, a Ilha Quianduba e seus moradores tem recebido influência direta dos impactos resultantes do crescimento do Polo

¹ Mestre em Educação, Universidade Estadual do Pará (UEPA), Brasil. E-mail: marinesdemaria@hotmail.com

² Graduando em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: willianribeirorodrigues@gmail.com

³ Doutora em Antropologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: elianatelles@gmail.com



industrial desse município, que não foi acompanhado por medidas de controle e fiscalização por parte dos órgãos ambientais, tanto estadual como municipal, por falta de infraestrutura física e de recursos humanos apropriados e qualificados, fato este, que tem permitido, aos seus empreendimentos minerais, logístico-portuários e hidrelétricos, certa liberdade e despreocupação com os efeitos ambientais, provocados pelos rejeitos e resíduos gerados nos diferentes processos produtivos, que tornam esse Polo industrial, do ponto de vista ambiental, um efetivo poder poluidor (TELES, 2015).

Tais empreendimentos afetam diretamente essas comunidades e seus territórios que compõem o universo de povos e comunidades tradicionais, conforme conceituação definida pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, Art. 3º, que considera povos e comunidades tradicionais como:

I [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Esta mesma política considera os territórios como sendo “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, Art. 3º).

Essas formulações buscam respeitar a diversidade sociocultural e étnica reivindicada pelos diferentes povos e comunidades. No entanto, com demasiada frequência, as comunidades tradicionais não gozam dos direitos garantidos sobre suas terras ancestrais, mesmo sendo estes garantidos na Constituição Federal. Brechas jurídicas permitem a terceiros apropriarem-se dessas terras, ou ao Estado explorá-las em atividades diversas tais como agricultura, mineração, agronegócio, petróleo, dentre outros. Em consequência, as comunidades podem tornar-se vítimas de violência, deslocamentos forçados, perda de seu meio de subsistência ou outras violações. A Ilha Quianduba e seus moradores inserem-se nesse contexto.

Caminhando numa perspectiva contrária as investidas desses grandes empreendimentos na região, as estratégias e modos de reprodução dos ribeirinhos que residem nessa Ilha, expressas no sistema de uso comum, terminam por confrontar-se a essa forma de apropriação dos recursos que se baseia na propriedade privada, no individualismo, fruto de uma racionalidade hegemônica que desconsidera a diversidade cultural e ecológica desse espaço social.



Desse modo, tais estratégias e práticas configuram-se com base em uma racionalidade onde o território e as territorialidades são construídos a partir das práticas sociais em condições ambientais específicas, onde a relação sociedade-natureza se baseia em formas sustentáveis de utilização dos recursos naturais e da luta cotidiana por acesso a direitos de auto reconhecimento e território.

As estratégias de resistência desses agentes em prol da permanência de seus modos de vida e uso dos recursos naturais são analisadas neste trabalho a partir das formas sociais das atividades extrativistas que realizam, as quais permitem o enfrentamento às estruturas de mercado e de poder em que estão envolvidos.

As formas sociais e extrativistas de que trata o texto, foram analisadas tendo como foco a Abordagem Sistêmica que permite a compreensão das relações e elementos que influenciam no processo de organização e gestão da produção em estabelecimentos agrícolas familiares, seus principais aspectos, considerando as relações sociais no ambiente de várzea e o sistema de uso comum dos recursos sob pressão de mercado.

Não se trata apenas de caracterizar tais relações e elementos, nem tão pouco de traduzi-los na linguagem científica, mas compreender as dificuldades que os ribeirinhos vivenciam para satisfazer melhor os seus interesses respectivos a partir dos recursos disponíveis. Ou seja, compreender as estratégias que esses agentes utilizam e que lhes são indispensáveis para assegurar suas condições materiais de existência.

Para compreender melhor as relações e elementos que influenciam nesse processo, utilizamos como estratégia metodológica o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), entrevistas e a observação participante. O diagnóstico foi dividido em três grandes momentos: 1º) Levantamento dos dados, no qual as famílias envolvidas participaram ativamente do processo; 2º) Elaboração do diagnóstico, em forma de texto, com base na coleta, sistematização e discussão dos dados secundários disponíveis com os sujeitos e 3º) Partilha de saberes com a comunidade pesquisada, para apresentação, discussão e encaminhamento de propostas capazes de gerar desenvolvimento sustentável.

2. ABORDAGEM SISTÊMICA E SUA APLICAÇÃO NA AGRICULTURA

Segundo Capra (1996), a Abordagem Sistêmica é uma metodologia que busca conjugar conceitos de diversas ciências a respeito de determinado objeto de pesquisa. É baseada na ideia de que um determinado objeto de estudo possui diversas dimensões e facetas que podem ser estudadas e entendidas por diversas ciências e que conceitos e princípios emanados de diferentes ciências podem ser empregados no estudo e compreensão de determinado fenômeno por determinada ciência.



Essa abordagem começou a tomar forma a partir dos anos 1950, com o fenômeno conhecido como *Crise da Ciência*, momento em que a dificuldade de comunicação entre as várias áreas da ciência, causou inquietação entre os cientistas, os quais começaram a perceber que o modelo convencional de interpretação e análise da realidade, fundamentado no método cartesiano, baseado nas filosofias de cientistas como Aristóteles, Galileu, Descartes e Newton não estava dando conta de responder a verdade dos fatos.

Nesse contexto, emergiu a necessidade de mudança da visão disciplinar e reducionista para a holística e multidisciplinar, que ficou conhecida como “visão sistêmica”, ou seja, uma visão que tem como fundamento o enfoque multidisciplinar para resolução das problemáticas existentes, que toma o conhecimento acumulado no conjunto das diferentes disciplinas, inter-relacionando-os e organizando-os dentro de uma estrutura autônoma, de modo que possam operar de acordo com objetivos determinados (CAPRA, 1996).

Desde então, a evolução na direção da visão sistêmica tem acontecido em várias áreas da ciência, como por exemplo, na física, na biologia, na comunicação, na informática, na psicologia, na medicina, no estruturalismo linguístico, na cibernética, na eletrônica e, inclusive, na agricultura. Nesta área, o enfoque sistêmico tem se tornado cada vez mais necessário, devido à crescente complexidade de sistemas organizados e manejados pelo homem e da emergência do conceito de sustentabilidade, o qual lançou novos desafios na área rural, sobretudo em relação à questão socioambiental, que tem requerido uma abordagem holística e multidisciplinar, a fim de melhor ser entendida e analisada.

A aplicação dessa abordagem na agricultura preconiza que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam as sociedades agrárias.

Capra (1996), explica que a apreensão dessas particularidades é imprescindível, em razão das transformações que vem ocorrendo na agricultura, as quais incidem diretamente no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas diferentes partes do mundo. Segundo esse autor, torna-se indispensável dispor de um corpo de conhecimentos que possa ao mesmo tempo integrar-se à cultura geral e constituir uma base conceitual, teórica e metodológica.

Nesse sentido, a Abordagem Sistêmica na agricultura nega a visão reducionista e disciplinar que analisa as questões agrárias de forma isolada, que não considera o contexto que envolve tais questões, que geralmente sugere a combinação de uma série de variáveis entre as quais se destacam o meio cultivado; os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho); o modo de artificialização do meio; a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; os excedentes agrícolas e as relações de troca com



outros agentes sociais; as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; o conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social.

3. RELAÇÕES SOCIAIS E ALTERAÇÕES NA PAISAGEM NO AMBIENTE DE VÁRZEA

De acordo com Loureiro (2011), o processo histórico de ocupação das áreas de várzea na Amazônia é de longa data, a princípio esta ocupação foi feita pelas populações indígenas que mantinham um notável equilíbrio na utilização dos recursos naturais disponíveis, pois utilizavam somente os recursos necessários para sua subsistência, por meio da prática da pesca, da caça, da agricultura e do extrativismo. Posteriormente com a chegada dos colonizadores, houve a introdução do cultivo de produtos agrícolas como a cana de açúcar e a pecuária, a partir de 1644.

A origem da Ilha Quianduba está diretamente ligada aos indígenas, primeiros habitantes da região. Como conhecedores e detentores de uma rica herança sociocultural, estes povos foram e são incorporados aos novos grupos sociais que se estabelecem por meio do processo de ocupação da Amazônia. Segundo Parker (1985), o ponto alto do processo de migração na região do Baixo Tocantins ocorreu quando nordestinos se mudaram para a região, durante o ciclo da borracha, no século XIX. Com a crise da borracha, por volta de 1920, parte dos seringueiros, caboclos herdeiros de várias etnias, migraram para a beira dos rios, tornando-se agricultores e pescadores, constituindo assim as chamadas populações ribeirinhas, que geração após geração vem produzindo a existência por meio de atividades extrativistas como, por exemplo, a atividade aguardenteira nos engenhos de cachaça, a oleiro cerâmica nas olarias, a pesca e a mais atual, a do açaí.

Loureiro (2011), falando sobre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, afirma que estas são compostas em sua grande maioria por moradores que dividem o tempo entre a agricultura e a pesca artesanal, sendo essa a sua maior fonte de proteína animal. Essa pesca é de subsistência, mas eventualmente, a produção excedente é comercializada. Esse pescador é usualmente classificado como pescador lavrador ou polivalente, termo empregado a quem realiza diversas atividades ao mesmo tempo (GONÇALVES, 2001).

Ribeirinho é uma categoria integrante do campesinato, que apresenta características sociológicas especiais resultantes da relação que mantêm com a natureza, marcadamente o rio (MAGALHÃES, 2017; GARCIA JR, 1983). Ser ribeirinho não é "só" morar na beira do rio e dali tirar seu sustento. Ser ribeirinho é uma identidade.

Estudos como os de Rodrigues (2016) e Amaral (2017) revelam que a região das Ilhas de Abaetetuba é adversa do ponto de vista ecológico. Os modos e ser e de viver na Ilha são marcados pela dinâmica dos rios, furos, igarapés e florestas que definem a



identidade ribeirinha. As chuvas torrenciais e inundações no inverno, e intensas secas no verão, não limitam a sobrevivência desses agentes, que vêm se adaptando historicamente às dinâmicas ecológicas do ambiente de várzea. É na enchente e na vazante das marés que a vida nesse espaço se organiza, posto que a subida e descida da água determina o trabalho na pesca, nas olarias, na agricultura, bem como o ir e vir nos rios, furos e igarapés.

Essa dinâmica controlada pela água levou a população ribeirinha dessa ilha a manejar e controlar de forma consciente a ecologia dos diversos ambientes, construindo embarcações apropriadas para navegar nos diferentes espaços aquáticos; organizando o trabalho na agricultura de acordo com as principais estações (inverno e verão), isto é, no inverno pescam e no verão limpam o terreno e colhem o açaí.

A dinâmica da paisagem na Ilha Quianduba é fruto de uma interação homem-natureza, que se desenvolve ao longo de um processo histórico não apenas na Ilha, mas em toda a Amazônia. Estudos científicos que tratam das grandes obras e da atividade mineradora na Amazônia (Barcarena/Abaetetuba) em diferentes dimensões têm constatado inúmeros impactos que provocaram alterações na paisagem, dentre os quais destacamos:

O processo de **erosão fluvial** (fenômeno de terras caídas). Esse processo é comum na Região de Integração Tocantins (RI TOCANTINS) da qual faz parte o município de Abaetetuba, ocasionado principalmente pela interrupção do fluxo do Rio Tocantins pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PARÁ, 2011). A nível local, os moradores também contribuem com esse fenômeno, por meio da derrubada desordenada de açazeiros para a retirada do palmito de açaí e da argila para a produção oleiro cerâmica que é um dos processos de trabalho ainda desenvolvido pelos ribeirinhos na produção da existência.

A antropização da floresta. A cobertura vegetal na Ilha Quianduba encontra-se intensamente antropizada, causada, principalmente, pela retirada desordenada das árvores que oferecem madeira de lei, que, junto com a construção da barragem de Tucuruí, se transformaram na principal ameaça a biodiversidade, tanto terrestre quanto aquática (VILHENA, 2011).

A dificuldade de navegabilidade nos rios que banham a Ilha Quianduba. O processo erosivo desencadeado pelo barramento do rio Tocantins para a construção da UHE Tucuruí representa um importante aporte de sedimentos que contribui para o surgimento de “barrancos” de terra que dificultam a navegação, de forma que o transporte fluvial em alguns rios só é possível em embarcações de médio e pequeno porte.

A diminuição da cobertura da mata ciliar. Causada, principalmente, pela falta de informação, pois os moradores, na intenção de tornar suas casas visíveis, retiram a vegetação da margem dos rios, ocasionando um impacto direto na manutenção dos estoques pesqueiros do camarão e demais espécies aquáticas.



A diminuição da população de pescado. Que tem como causa local, principalmente a falta de saneamento básico, pois o assentamento não possui coleta coletiva e nem seletiva de lixo, de forma que cada família dá ao lixo que produz o fim que acha correto, depositam no mato ou simplesmente jogam nos rios, além disso, os moradores também contribuem para a poluição dos rios com o uso de plantas venenosas para a pesca, plantas que possuem princípios ativos nocivos aos animais (veneno), principalmente o “timbó”, o que ocasiona uma diminuição drástica dos recursos pesqueiros. Enfim, mesmo com todo o conhecimento de utilização dos recursos naturais que os moradores do assentamento possuem, observamos que em dados momentos, de maneira inocente, acabam utilizando técnicas de manejo predatórias que inicialmente satisfazem suas necessidades, mas em pouco tempo, proliferam a miséria e a pobreza.

Teles (2015) sinaliza que as problemáticas socioambientais no ambiente de várzea vêm sendo tratadas de modo “natural”, afinal, ninguém é capaz de se opor ao discurso do capital agro extrativo que tem como predicado a preservação de recursos, a proteção e defesa do meio ambiente. Esse discurso apresenta o paradigma econômico que vem se afirmando na Amazônia como a solução para o desenvolvimento e crescimento econômico. Por certo, essas problemáticas têm provocado a precarização territorial dos ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba, pois interferem na vida desses agentes reorganizando o seu território em termos de acesso e controle sobre as áreas de uso comunal.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE USO COMUM NA VÁRZEA DA ILHA QUIANDUBA

No arquipélago de Abaetetuba, nos rios⁴ que compõem a Ilha Quianduba, unidades familiares ligadas pelos laços de compadrio e parentesco, construíram uma territorialidade específica. Na trajetória deste grupo étnico, a territorialidade é reafirmada em situações de conflitos sociais de lutas por direitos frente ao Estado por melhorias para a população das Ilhas no município (RODRIGUES, 2016).

A particularidade histórica que singulariza estes ribeirinhos é sua relação com o meio onde vivem, onde os modos de viver e estar no espaço-tempo são marcados pela dinâmica dos rios, furos, igarapés e florestas que também definem sua identidade e que se consubstanciam nos termos referenciam sua identidade: “somos gente, somos ilha, somos água, somos vegetação”.

⁴ Maracapucu – sendo este o mais volumoso – Jupariquara, Tucumã, Efigênia, Maracapucu Miri, Quianduba, Piramanha, Cariá, Acaputeua e Lariandeuca.



Os cuidados com a terra, as plantas, os animais e os rios são apreendidos e entendidos a partir da experiência concreta, que se baseia em uma relação homem-natureza, a partir de uma interação permanente entre a vida humana social e a vida biológica da natureza. Esta relação é denominada por Carvalho (2004, p. 37) de “relação socioambiental” e é orientada:

Por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora (“câncer do planeta”), aparece como um agente que pertence a teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela.

Para dar sustentação a essa relação, eles acionam vínculos históricos e um modo de vida particular, que se materializa nessa região da Ilha Quianduba onde construíram uma cultura. Nesse local, a várzea é cultivada, manejada conforme suas necessidades físicas e sociais, e por essas características, ela representa o processo de construção de sua identidade étnica e territorializada.

Em seu conjunto, a várzea corresponde a um território material e simbólico, e representa o lugar da existência desses ribeirinhos, cujo foco é o conhecimento, os saberes e as práticas no manejo desse território, de modo que ela é concebida como produto de relações sociais e também como antagonista dos recursos que ele oferece. Por isso, pode-se dizer que ela torna-se elemento emblemático na sua territorialidade.

Na Ilha Quianduba até os anos 1970, a coleta de oleaginosas como andiroba, ucuúba, veronico, bem como do látex da seringueira ajudavam na renda familiar. O trabalho nas olarias, no artesanato, completavam o conjunto das atividades econômicas realizadas pelas famílias. A partir da decadência da produção oleiro cerâmica no local, a produção agroextrativista do açaí cresceu significativamente, impulsionada pela crescente demanda por suco de açaí nos grandes centros consumidores, o que demandou um aumento pela procura de terra para o cultivo do fruto, a qual se tornou objeto de especulação (RODRIGUES, 2016).

Desse modo, os interesses do capital passaram a desenhar uma nova dinâmica nesse espaço, produzindo a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliando a desigualdade na região, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem/apropriem de mais terras e de mais riqueza em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarianização e a pauperização.



Antes, a gente vendia lenha, seringa, veronico, ucuúba, para o Velho Egídio. Era ele que comprava. A gente saía na maré juntando... no inverno às vezes amanhecia chovendo e a gente pegava chuva a manhã inteira, mas era muito bom. Quando a gente chegava, vendia tudo pra ele. A lenha, a gente vendia por metro: era pacapuá, andorinha, só lenha boa e seca. Em troca, eles davam peixe seco, farinha e outras coisas (Seu Martinho Ribeiro, morador do rio Quianduba).

Esse período descrito pelo entrevistado se deu até na metade da década de 1970, quando ainda residiam no rio Quianduba, antigos donos de engenho (já extintos na época) que ainda mantinham grandes casas comerciais. É importante sinalizar que essa troca de produtos nessas comunidades se deu tanto no período do ciclo canavieiro, quanto em parte do período do ciclo oleiro cerâmico. Inclusive no período do ciclo canavieiro, as unidades domésticas se viam obrigadas a entregar metade do que produziam para os donos dos engenhos (LIRA, 1998; SOUZA, 2009).

Anterior a esse momento os ribeirinhos trazem à memória o tempo em que seus antepassados trabalhavam plantando cana nos roçados e cortando lenha para manter o funcionamento dos engenhos. Mas a partir dos anos 1980, o açaí passou a ser o principal produto, juntamente com a produção oleiro cerâmica que ainda estava em pleno vapor. Durante essa década, os rios Quianduba, Tucumanduba e Maracapucu eram os mais dinâmicos do ponto de vista econômico, pois contavam com a maioria das olarias existentes nessa região. Por esse motivo, os mesmos representam para os ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba um importante espaço social e histórico (RODRIGUES, 2016).

Com a decadência da cultura oleiro cerâmica, nesses rios, foram desmontadas quase todas as olarias, cerca de 98%. As marombas e prensas hoje estão abandonadas, destruídas, nos locais onde funcionavam as olarias. Os galpões onde funcionavam as olarias foram desmontados e as madeiras reaproveitadas em outras construções. A várzea agora, passou a ser controlada pelos latifundiários, produtores de açaí.

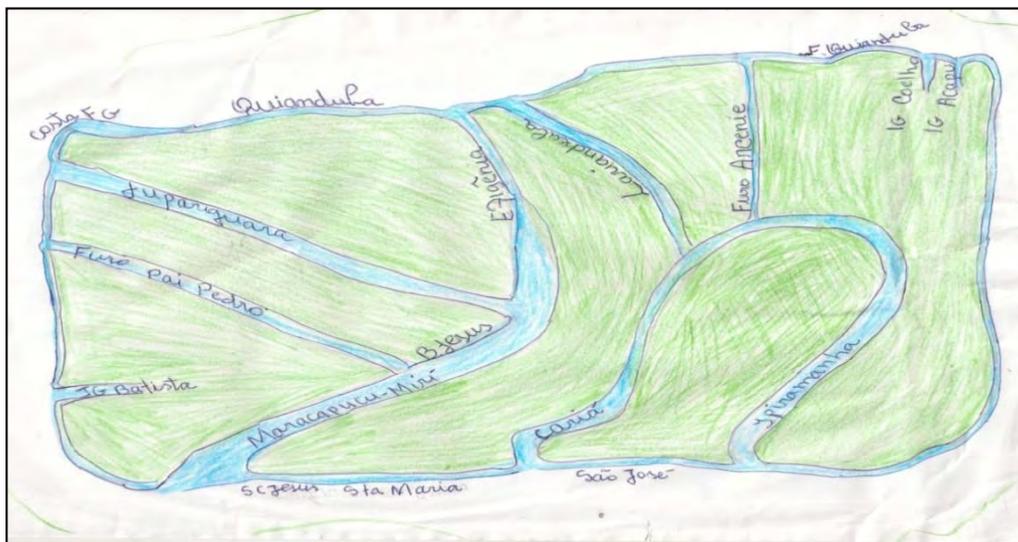
O território etnicamente configurado representa uma evidência etnográfica de formas de ocupação e dos sistemas de organização econômica e social na várzea dos rios que compõem a Ilha Quianduba. Nesses rios, as famílias estão distribuídas desde o baixo, médio e alto curso dos rios até as cabeceiras, ocupando tanto as margens direitas quanto esquerdas. Para dar um sentido de unidade a essa distribuição, O MORIVA – Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba organizou as comunidades em uma única Ilha, incluindo seus furos e igarapés.

O mapa abaixo, produzido por um morador local, representa a visão geográfica dos ribeirinhos sobre a sua várzea, e foi feito durante um curso em Manejo de Açaizal Nativo realizado pelo MORIVA em 2007. Na ocasião, os ribeirinhos questionavam sobre o tipo de manejo que deveriam realizar em seus açaizais, visto que o Plano de Uso das comunidades



proíbe os moradores de realizarem manejo intensivo, que em curto prazo aumenta a produção.

Figura 1 – Mapa da Ilha Quianduba produzido por um morador local.



A partir dos anos 1990, quando o açaí se tornou produto de exportação regional e posteriormente nacional, a várzea assumiu mais um significado para eles, pois é nela que estão os açazais que os ribeirinhos manejam. Trata-se de extensos açazais cultivados juntamente com outros produtos pelas unidades domésticas. A procura por açaí fez os ribeirinhos intensificarem a plantação do fruto, utilizando estratégias de manejo, dentre as quais se destaca o manejo intensivo, no qual se elimina toda a vegetação, deixando-se apenas o açaí (GROSSMANN ET AL. 2004).

Assim, os produtores que optaram por esse tipo de manejo estão enfrentando mudanças no calendário social e ecológico da várzea. A entrevista realizada com o senhor Moisés Ribeiro enuncia esse novo momento. Nela, revela-se o processo de mudança sócio ecológica que se opera em alguns lotes de unidades familiares da Ilha Quianduba.

Eu nasci e me criei no rio Quianduba. Antes, tinha pouco açazal. Hoje têm muito, os terrenos é só açazal. No meu açazal, desde de quando eu comecei a fazer manejo a gente foi tendo uma colheita maior. O manejo que eu faço é um manejo muito bom pra dar açaí. Eu só tiro aquelas árvores que não prestam mesmo, por exemplo: murumuruzeiro, aquelas árvores que não tem serventia, que dá raiz encima da terra, As árvores folhudas eu não tiro, miritizeiro nem pensar, é uma árvore que deixa a terra molhada, fértil pra açaí. Esse manejo eu só faço no início do inverno, porque corta um pouco das raízes dos açazeiros. A árvore é igual a pessoa, se a gente cortar um dedo, leva um tempo pra sarar não é verdade? Assim também a raiz da árvore, se a gente cortar um pedacinho que seja, leva um bom tempo pra ela se desenvolver de novo, ela fica doente. Por isso que eu só faço no início do inverno, porque quando chega o verão, elas já estão bem saudias (Seu Moisés Ribeiro, morador do rio Quianduba).



Tecnicamente, o manejo feito por esse morador chama-se “Manejo Intermediário”: é aquele em que se deixam em média 3 a 4 estipes/touceira e elimina-se a vegetação representada pelas espécies sem valor econômico, e preserva-se no meio do açcaizal as que apresentam algum valor monetário e/ou utilidade para as famílias (GROSSMANN ET AL. 2004).

Anderson e Ioris (2001) explicam que essa forma de manejo realizada pelos ribeirinhos, onde são eliminadas espécies indesejáveis, através do corte seletivo, e realizada a introdução de espécies desejáveis, resulta em ganhos econômicos, porque ocorre a redução da concorrência entre elas por água, luz e nutrientes e, além disso, eles conciliam a extração do açcaí fruto e do palmito, posto que a extração racional de palmitos não prejudica a produção de açcaí frutos.

Hoje, o açcaí faz parte das práticas cotidianas e junto com as outras frutíferas é cultivado segundo suas experiências e percepções ambientais. Castro (2000) sinaliza que os saberes que esses sujeitos possuem sobre manejo vêm sendo construídos ao longo dos anos, e são de extrema importância para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos que conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução cultural.

Os recursos da várzea da Ilha Quianduba são controlados por regras próprias, que têm contribuído para afirmá-los como sustentáveis e produtivos. Dessa forma, pode-se dizer que a várzea dos rios que compõem a Ilha Quianduba são importantes espaços de uso comum, onde antes cultivavam apenas cana de açúcar e, hoje, predominam açcaizais.

O açcaí é cultivado nos quintais e nas margens dos rios. A valorização econômica do fruto tem estimulado alguns moradores a comprarem terrenos tanto nas comunidades onde residem quanto em outras comunidades para cultivarem o fruto em larga escala. Essa situação tem acarretado uma tendência ascensional dos preços da terra. Registra-se um impulso no valor de áreas agrícolas nas Ilhas de Abaetetuba como um todo, a partir da valorização econômica do açcaí. As transações atingem preços recordes e exercem pressão sobre as terras agricultáveis de pequenos produtores rurais e sobre o estoque de terras públicas (RODRIGUES, 2016).

A pressão fundiária nesse espaço social repercute para além das dinâmicas mercantis, corresponde a processos de reorganização da cultura no espaço ameaçando a continuidade de usos, práticas e lógicas tradicionais.

O sistema de exploração dos açcaizais elaborado pelos ribeirinhos assume um caráter empresarial através de acordos feitos com aqueles que trabalham no açcaizal (peconheiros, roçadores, operadores de motosserra). O mecanismo de ação que se manifesta, caracteriza



o moderno sistema de trabalho nas Ilhas de Abaetetuba, onde os agentes envolvidos possuem uma relação empregado-patrão sem compromisso legal, ou seja, é uma relação que se dá na base de prestação de serviço. O dono do açazal contrata esses trabalhadores para realizarem o trabalho somente quando está precisando.

Dessa forma, o dono do açazal detém além do controle do uso da terra também o excedente gerado pelo trabalho dos peconheiros, roçadores e operadores de motosserra. Isto ocorre porque, nesse moderno sistema de trabalho, principalmente no período do inverno quando a produção está na entressafra, este agente oferece trabalho a esses sujeitos por um preço abaixo da diária normal. Dependendo da quantidade de diárias, o valor chega a custar um terço a menos da diária normal. Além disso, se o dono do açazal não quiser e/ou não tiver dinheiro em espécie, negocia as diárias com alimentos e instrumentos de trabalho.

O marreteiro é o agente responsável pela comercialização do fruto. Nas Ilhas de Abaetetuba, há dos tipos de marreteiro: 1) o “cambista” que é aquele que sai de casa em casa, colhendo rasas de açai. Eles possuem embarcações pequenas que comportam até 50 rasas e podem se deslocar por furos e igarapés. Eles compram esse açai e vendem para o segundo tipo de marreteiro, que são aqueles que comercializam o fruto em Abaetetuba com as fábricas e maquineiros. As embarcações desses marreteiros podem comportar até mil rasas de açai. Há marreteiros que migraram dessas comunidades para Abaetetuba, mas mantêm a marretagem comprando açai dos produtores ou intermediando a venda para terceiros.

O agente mais atuante nessa cadeia hierárquica é o peconheiro, cujo esforço físico é mais intenso. Suas condições de trabalho são evidenciadas, tanto em suas falas quanto nos registros fotográficos:

Apanhar açai não é fácil. Tem gente que diz que o peconheiro é vadio (ocioso), porque só trabalha de manhã. Mas não é isso. É que o serviço é muito pesado! Não é qualquer um que dá conta de apanhar dez, vinte rasas de açai e debulhar. A gente começa bem cedo, seis horas tem que começar a apanhar, porque depois que o sol esquentar fica mais difícil. Quando dá onze horas, a gente tá quase morto, aí de tarde a gente não tem como fazer outro serviço, é só apanhar açai mesmo (Seu Gildo, peconheiro, morador do Rio Quianduba).

Figura 2 – Peconheiro colhendo açai na Comunidade Rio Quianduba, Ilha de Abaetetuba – Pará.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3 – Trabalhadores na coleta do açai na Comunidade Rio Quianduba, Ilha de Abaetetuba – Para



Fonte: Arquivo pessoal

A lógica de remuneração estimula esse agente a subir no maior número de açazeiros que puder, pois quanto mais cachos ele apanhar, mais rasas serão preenchidas, aumentando a possibilidade de maiores ganhos. Entretanto, essa prática aumenta ainda mais a chance de acidentes, fato corriqueiro nos açazais das Ilhas de Abaetetuba.

Com a intenção de aumentar o número de rasas coletadas, os peconheiros envolvem no processo de coleta mulheres e filhos para ajudar. Contudo, no sistema de coleta elaborado pelos ribeirinhos, apenas os homens jovens e adultos tem permissão para subir



nos açaizeiros. Essa regra visa a garantia da vida, visto que crianças e mulheres, por falta de experiência, ficam mais expostas ao perigo. As mulheres ajudam apenas no processo de debulha.

Essas normas e regras não são criadas apenas pelo fator segurança, mas envolvem suas experiências cotidianas culturais, as ideias, as tradições e os valores das pessoas (THOMPSON, 2010). Assim, o sentido prático de construção das suas regras se dá com base no contexto onde estão inseridos, de onde provém sua sobrevivência material e simbólica. Nesse sentido, Bourdieu (2004) assinala que a atividade de produção é produto de estratégias, e estas, produto do sentido prático adquirido pela experiência.

Podemos concluir então, que por trás dessas estratégias dos ribeirinhos, há uma reflexividade e consciência, pois por meio delas se desenvolve uma forma de reciprocidade construída no processo da relação social provenientes das relações de parentesco, de amizade, de compadrio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi possível identificar neste trabalho, mesmo sob pressão do capital agro extrativo, as práticas dos ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba seguem na contramão desse novo modelo de desenvolvimento que se instaura no arquipélago.

Para continuar a produção das suas formas de vida, eles criam e recriam estratégias para satisfazer suas necessidades materiais e sociais. Essas estratégias representam o palco de uma intensa luta pela sobrevivência o que denota uma atitude de resistência (SCOTT, 1990), que se coloca em antagonismo a processos que se fazem sentir cotidianamente no lugar. O sentido prático que esses agentes dão a essas estratégias difere daquele visto pelos órgãos públicos no processo de gestão e manejo dos recursos naturais.

Além disso, eles acionam essas estratégias para reivindicar sua “ancestralidade” e o direito de uso dos recursos existentes no território. O significado que eles atribuem a esse território, remete a um patrimônio territorial, que não está, necessariamente, vinculado a terra, ou a um bem material particular, mas a sua apropriação enquanto um espaço social onde natureza e cultura se inter-relacionam, fazendo emergir o sentido simbólico por meio do qual a identidade é acionada e associada as suas estratégias, que são produto de suas plantações, criações e ações materiais, espirituais no lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. **Projetos agrícolas alternativas e de diversificação: em direção ao fim de um modelo de desenvolvimento?** Paris: Mémoire de D.E.A. set. 1990.

BRANDÃO, C. **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984.



BOURGEOIS, Alain. Une application de la notion de système: l'exploitation agricole. **Agriscop**, nº 1. Vol. I, Group E.S.A., Angers, 1983, p. 15-31.

CAPRA, F., 1996. "A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos". Editora Cultrix, São Paulo, Brasil.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.) **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2000.

Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Política de Educação do campo e o PRONERA**. Disponível em: WWW.planalto.gov.br (acessado em 09/10/2011).

DUFUMIER, Marc. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**. Manual para Especialistas. 2ª edição. EDUFBA. Salvador – Bahia, 2010.

FILGUEIRAS, G. C.; HOMMA, A. K. O.; SANTANA, A. C. de.; IGREJA, A. C. M.; HERREROS, M. M. A. G. **Fontes de crescimento do setor agrícola no Estado do Pará: avaliação pelo método Shift-Share**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Brasília: SOBER, 2003.

FRAXI, T. J. P. **Cultura cabloca / ribeirinha: mito, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annblume, 2004.

GONÇALVES, Paulo.W.P. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: meio ambiente**. 4 ed. Ver. E atualiz. / Violeta Refkalefsky Loureiro. – Belém: Cejup, 2011.

MIRANDA, Henrique Rodrigues de. **Diagnóstico Participativo: a experiência de Igarapé Miri-Pará**. Belém: UEPA/POEMAR, 2000. 84p. – (Desenvolvimento Municipal na Amazônia, nº 1).

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA NETO, M. J. da. **A opção agroambiental; dependência alimentar e exploração da miséria, do caos e paradoxo do progresso**. Belém-Pa, CEJUP, 1996. 216 P.

MARTINS, R. N.O. **Conservação do solo; práticas e manejo**. Belém, 1996. (Monografia de Especialização)

PINHEIRO, Sérgio L.G. In: *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Emater, Porto Alegre, v. 1, nº 2, abr./jun. 2000, p. 27-37.

RODRIGUES, Marinês de Maria Ribeiro. **Práticas educativas e saberes ambientais em ações do movimento dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba e sua relação com a sustentabilidade dos recursos naturais da Ilha Quianduba**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

**GT 10 - Campesinato e conflitos fundiários na América Latina**

(RE)ENCONTROS ÀS MARGENS DO RIO CAPIM: entre Santos, bons católicos e memórias cabanas

Agnaldo Aires Rabelo (UFPA)¹
agnaldoaires@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo corresponde à síntese de um dos capítulos apresentados na tese de doutorado intitulada: Memórias em Movimento: histórias de luta e resiliência, faces cabanas da identidade amazônica, que resultou, em parte, do retorno ao vale do rio Capim, no Nordeste do Estado do Pará. Espaço geográfico em que promovi um encontro entre as minhas memórias de infância e a memória de velhos, Bosi (1995), antigos moradores da região conhecida como *velhos das antigas* e que narravam histórias sobre os três elementos que para Maués (2006), nos permitem compreender a constituição de uma identidade amazônica: a Festa de Santo; o Encantado, na figura do boto encantado e a Memória da Cabanagem, com destaque para o terceiro elemento, por enfatizar o movimento revolucionário que se espalhou pela Amazônia de ocupação antiga e que está associado, contemporaneamente, a um processo de resignificação, com base na Revolta do Capim, levante armado ocorrido em 1891. Fazendo parte, portanto, de uma unidade de mobilização social, em contraposição à fronteira de expansão agropecuária, constituindo um contra espaço de reivindicação, de *resistência mimética* (Albert 1995 p. 240), que se corporifica através de *territorialidades específicas* (Almeida 2006, p.25) dos povos tradicionais *que se fundamentam em séculos de ocupação efetiva*, (Little 2002, p. 11), e lutam não somente pela regularização de suas terras, mas também pela mudança social, que o fim do regime escravista, a que estivera submetido a sua parentela passada, não conseguiu promover. Batalham, portanto, pela superação concreta da (in)visibilidade histórico-social a que estiveram condicionados por séculos.

Palavras-chave: memória, resiliência, cabanagem

1. INTRODUÇÃO

O Círio de Nazaré, como ensina a memória consagrada sobre o evento, se origina do gesto simples do achado da imagem da Santa, no igarapé Murucutu e do retorno permanente da *Nazica*, ao local de origem, resignificando o imaginário regional, sobre a *Cobra Grande* que vive e caminha entre a Basílica de Nazaré e a Catedral da Sé e apesar das polêmicas, que envolvem o *Carnaval Devoto* (Alves 1980), o evento profano-religioso, conseguiu ao longo de mais de dois séculos de história, agregar um número cada vez maior de romeiros, devotos e expressões de fé, que se reproduz em diferentes escalas e em calendários próprios, levados pelas águas dos rios, (hoje também pelas estradas), nas vilas

¹Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA da Universidade Federal do Pará – UFPA. Professor da Secretaria Executiva Estadual de Educação do Estado do Pará – SEDUC e do Centro de Referência em Educação Ambiental “Escola Bosque” Professor Eidorfe Moreira – FUNBOSQUE.



e cidades da região², em um ciclo de Círios pelo interior amazônico, que potencializa a participação popular no Círio da capital.

A Cabanagem, movimento revolucionário que explode em Belém, em janeiro de 1835, em comparação com o elemento identitário anterior, também foi levada de *bubuia*, pelos rios sinuosos da Amazônia: “Populações inteiras de índios e quilombolas foram chamadas à luta armada, em um movimento tão vasto e complexo, que só pode ser entendido dentro de uma perspectiva internacional” Ricci (2006, p.28), e após anos de perseguição empreendida, pelo governo provinciano, a memória subterrânea do movimento, não foi destruída pela repressão, apesar de parcialmente esquecida pela história oficial.

Indo repousar nas margens meandrantas, memoriais em diferentes espaços geográficos, como entre os *velhos das antigas* (Rabelo 2010), do vale do rio Capim, com os quais mantive contato, para a elaboração minha dissertação de mestrado, dentro de um projeto de compreensão da *identidade amazônica* (Maués 2006). Memória que, contemporaneamente, está atrelada aos rumos de um movimento, de reconfiguração e valorização relativo “A Memória Coletiva” (Halbwachs 1990), agregada a uma identidade *Quilombola*, na qual, a noção de *populações tradicionais*, “o sentido de “terras tradicionalmente ocupadas” e suas implicações encontra-se, entretanto, implícito”. (Almeida 2004, p. 27). E que, por ora, procuro reinterpretar, em um (re)encontro, com o vale do rio Capim, sua gente e suas memórias, como parte de uma circularidade hermenêutica de compreensão infinita (Gadamer 2002). Espaço onde há pouco tempo havíamos encontrado, narrativas de festas de santo, *botos encantados* e uma *Cabanagem* ocorrida em 1891.

1.1- O Retorno ao Vale do Rio Capim: a infinitude do círculo hermenêutico dos *trapiches* memoriais

De fato, Georg Gadamer, em sua obra fundante - *Verdade e Método: Elementos de uma Hermenêutica Filosófica* (2002), proporcionou à corrente de pensamento chamada hermenêutica, um projeto primordial, o que poderia explicar, em parte, uma confusão recorrente quanto à identificação do filósofo, como precursor no uso deste termo. Entretanto, “o termo já era muito conhecido no âmbito acadêmico alemão”. (CASANOVA 2010, p. 66).

Neste contexto, Casanova refere-se ao que Gadamer conceitua de *milagre da compreensão*, fundamentado em uma abertura para requisições soberanas do texto que se

² O Círio como representação da identidade amazônica, cada vez mais se reproduz em diferentes pontos da Amazônia e para fora da região, conforme registrou ISIDORO ALVES (2005 p. 72). “O Círio de Nazaré é realizado em diversas cidades do Brasil. Onde houver paraenses pode-se ter certeza de que ali vai haver uma reprodução do Círio, em maior ou menor escala. É um momento de reprodução do formas identitárias só percebidas nesses momentos especiais. E os paraenses lá fora não deixam de comer o pato no tucupi ou a maniçoba”.



desenvolve em meio a uma correspondência de significação, e ganha sentido quando o texto começa a falar por nós, produzindo uma inserção do intérprete no horizonte de realização do compreender. Uma hermenêutica verdadeiramente filosófica, que leva-nos ao abandono de nossas concepções prévias, que podem se mostrar como incompletas, dentro de um movimento contínuo de compreensão do mundo a nossa volta, e de si mesmo como ser do mundo, num jogo envolvente entre as tessituras memoriais.

No contexto de circularidade compreensiva como ponto de ancoragem teórico-metodológica, a revisitação de uma *experiência etnográfica* (Peirano 1995), (permeada pela oralidade), permitiu-me a releitura desta, vivenciada às margens do rio Capim. Este é ponto fundante, da retomada da pesquisa etnográfica, ocorrida a partir do final do primeiro semestre de 2012.

Neste retorno ao Capim, o primeiro passo era tentar verificar até que ponto, as condições para permanência na vila de Santa'Ana, no município de Aurora do Pará na região Nordeste do Estado, foram modificadas, pois, no tempo primeiro de pesquisa, entre 2008 e 2010, a ancoragem era a casa apelidada de *Cai N'Água*³, alcunha que lhe fora dada pelos moradores da vila, por ter sido em outra época, um grande comércio à beira do rio, onde se realizavam concorridos bailes, em que as desavenças eram resolvidas no braço, e aqueles que não suportassem a peleja tinham com alternativa *cair na água*, saltando da *cabeça do trapiche* para empreender fuga a nado.

A saída para retomar os contatos com a gente da beira do rio, foi buscar refúgio na "casa do *Batata*", localizada na margem direita do rio Capim, contígua a localidade de Benevides, em área de antigo castanhal livre, cujo uso coletivo em tempo distante era mediado pela permissão de acesso, concedida, em linhas gerais, pelos *velhos das antigas*, e que, atualmente, com a instalação de grandes fazendas pecuárias, e conflitos familiares pelo uso dos espaços restantes impõe um estado de forte tensão fundiária⁴.

³ Casa que pertencia a um dos filhos, da terceira mulher, de meu avô materno, nascido e criado no rio Capim, que se tornou figura conhecida nesta beirada, por ter sido picado duas vezes por cobras venenosas, o que lhe rendeu uma alcunha, que complementava o nome principal, o Domingos Ivo, virou *Domingos Cobra*. D. Figênia faleceu ainda em 2008 e a casa ficou sob a tutela de outro filho, *Alumínio*, um dos meus fiéis *escudeiros*, durante as incursões etnográficas. Pouco depois de encerramos a pesquisa de campo, no final de 2009, a casa foi vendida. Apesar disso, o fato de ter vários tios residindo na região, facilitou o retorno. Passei então, a hospedar-me na casa de uma tia, construída em alvenaria, na beira da Rodovia PA-252, próximo à ponte recém inaugurada, pelo Governo do Estado.

⁴ Em razão da redução das terras de uso coletivo na região do Capim, processo relacionado a ampliação da fronteira agrária e a ausência do Estado, os casos envolvendo disputas de terra foram falas recorrentes durante a pesquisa de campo e parte do cotidiano do lugar, tanto que, na visita a campo seguinte, o *Tio Batata*, após sucessivas ameaças quanto a sua permanência em faixa de terra, que esteve sob a posse do pai, o velho Domingos Cobra, por mais de quatro décadas, acabou se vendo obrigado a adquirir em prestações a perder de vista, um outro terreno, também na margem do rio, mais próximo em relação a ponte e a PA-252, onde construiu uma pequena casa de madeira, para onde transferi meu espaço de contato. Quanto as ameaças relacionadas a posse do terreno inicial, se estenderam para outros membros do grupo familiar em diferentes momentos da pesquisa. Situação que pude observar também em outros pontos do vale do rio Capim.



A moradia do *Batata* retratava o título de *Três Casas e um Rio* (Dalcídio Jurandir 1994), correspondendo, de fato, a três pequenas estruturas, posicionadas na beira do rio Capim, cada uma com funções bem definidas, a primeira, um quarto de madeira, com chão batido, coberta com telha de um lado e *cavaco* (lasca de madeira) do outro e partes de lona, onde se destaca um jirau, para preparo do peixe, lavagem da louça e a garrafa de café, que é reabastecida durante todo o dia, para bem receber os visitantes, ao centro, um fogaréu de pedras para assar ou cozinhar o alimento diário e o aquecimento contínuo da água do café. O local funcionava como uma cozinha.

A segunda é feita de *taipa* (enchimento de barro), protegida a frente com uma lona e coberta com palha de *najazeiro*, sendo a única que dispõe de um *bico* de energia, até porque é onde ficam reservados uns poucos eletrodomésticos, é o espaço dormitório de *Batata*, Maria e do filho caçula dela, o menino chamado por todos de *Parente*. Finalmente, a terceira estrutura é uma *casa de farinha* tradicional, local da labuta, complementada por um pequeno *chiqueiro*, com meia dúzia de porcos, espécie de poupança para qualquer necessidade, posto que, com a carência de terra, não tem sido fácil ter um roçado. Daí a criação de pequenos animais, suínos, galinhas, entre outros e a busca por áreas onde se consegue apanhar açaí, ou se arriscam, por sob as cercas das fazendas, para juntar ouriços de castanha-do-Pará. Além da pesca desenvolvida em *camboas* (pequeno curral de pesca) posicionadas na beira do rio, ou subindo e descendo o Capim, fazendo uso de anzol, *zagaias* (arpões), redes de pesca e *tarrafas*.

A casa, para além das atividades cotidianas e a função inerente a cada estrutura, era acima de tudo um espaço de (re)encontros com a gente do lugar, o que permitia que a toda hora pudéssemos relembrar histórias. No início da noite, as conversas tornam-se mais concorridas, entre um cafezinho, um peixe assado na brasa com farinha de mandioca. E as lembranças do primeiro período de pesquisas no Capim, acabavam *cambando*, sempre para as notícias sobre as festas religiosas da região, especialmente, a Festa de Nossa Senhora de Sant'Ana, que mobiliza o rio Capim, em torno de um ciclo de festas católicas que se complementam, cena profano-religiosa, que por hora, busquei redescrever, para pensar nas mudanças e permanências na festividade, com uma ênfase comparativa, entre o tempo presente e um tempo de dantes do evento e da vila, processo em que também aparecem pressupostos cabanos e a figura sempre presente de um *bom católico* e sua condição de *boto encantado*.

“Com a chegada de alguns parentes que atravessaram o rio em suas pequenas canoas, dispendo-se a me acompanhar na procissão de Nossa Senhora de Sant'Ana, depois do café simples, dirigimo-nos para a DER⁵,

⁵ O DER, citado na narrativa anterior, corresponde a uma continuidade da vila de Sant'Ana do Capim, de ocupação mais recente que se formou a partir de 1971, com a abertura de uma estrada vicinal, a atual PA-252, o



por uma estrada de terra, a época recém aterrada e intercalada por buracos e lama, motivo de desconforto para os que foram seguir o cortejo, e alvo das reclamações dos moradores em geral. O transcurso do Círio está prestes de começar, ao longe ouvi-se o tocar dos sinos da igreja matriz[...].À frente segue o fogueteiro, responsável por anunciar com o seu fazer de estampidos a passagem da imagem e o chamamento dos devotos para a procissão, juntamente com três crianças vestidas com longos mantos brancos, representando os discípulos em sua caminhada sacerdotal, o que vai ao centro, carrega em suas mãos um grande crucifixo de madeira, como um porta-estandarte, entrelaçado por fitas coloridas e um pano branco, a alegoria faz referência ao sacrifício do filho de Deus pela salvação da humanidade, caminham sempre com a orientação de um dos líderes da festividade, alertando-os sobre os momentos de parada durante o percurso e a necessária postura devocional.[...] A procissão avança sobre o piso de terra avermelhada, enquanto canta-se com fervor o hino oficial da “Gloriosa Sant’Ana”:[...]

Fogos, cânticos e devoção interagem continuamente enquanto o cordel segue engrossando, no ritmo da berlinda, quanto nos aproximamos do centro da vila, uma parada estratégica em frente a uma das mais antigas igrejas evangélicas, onde estão assentados alguns evangélicos que observam a passagem da procissão, marcando a diferença, pela fala dos diretores no sermão proferido naquele ponto, entre uns e outros. Apontando um conflito latente em toda a região amazônica, conforme o avanço das igrejas evangélicas, que pregam a repulsa a adoração de imagens e o acreditar, ainda que possam falar destes em particular, em seres encantados como a Cobra Grande, o boto e outras malinasas. O caminhar a passos lentos avança em direção a igreja de Nossa Senhora Sant’Ana, [...]”. (adap. RABELO 2010, p. 79 a 83).

Durante a pesquisa etnográfica inicial, na ânsia de compreender, explicar o momento vivenciado entre os *bons católicos* do Capim, procurei fazer uma aproximação de interfaces da identidade amazônica, conforme realidades antropológicas e literárias, segundo a proposta de Maués (2007), foi quando percebi o quanto estive imerso e, literalmente, como mergulhei profundamente na proposição gadameriana de circularidade hermenêutica, vejamos, por exemplo, a cena dalcídiana seguinte:

“O tempo anunciava chuva. O arco-íris sobre a mata, caindo no rio onde bandos de curumins nadavam até o meio entre as montarias, pendurando-se na borda das canoas. [...].

Em silêncio, sentado na beira do trapiche. Tenório contemplava o estirão por onde havia de surgir a embarcação da santa. Tristeza de folião extremamente sujo e maltrapilho que perdeu a viagem, nunca mais tirou folia, ficou sem a companhia dos santos. Felicidade tinha sido a morte de Marcelino, e o rosto quase transfigurado de Orminda⁶. Santo Ivo jazia no fundo do aningal. A mulher bebida teria atirado a Cabeça no encantado onde os peixes adquirem poder para flechar os homens, endoidecer as mulheres, furtar criança nos jiraus”. (JURANDIR 2008, p. 226).

Não era possível incorporar fisicamente Tenório, mas se seguirmos a orientação de Maués (2007), é como se esta possibilidade se concretizasse espiritualmente diante dos

nome do lugar é uma referência ao acampamento dos trabalhadores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, responsável pela abertura.

⁶ Sobre este personagem emblemático de Dalcídio Jurandir (2008) ver: RABELO, Eleni Bonifácio. Questões de Gênero em Marajó: Orminda e os Discursos sobre Prostituição. PMCLC/UNAMA. Belém, 2014.



olhos: após mergulhar nas águas memoriais do Capim, estamos sentados em silêncio, na *cabeça do trapiche* do *Cai N'água*, nas proximidades do núcleo principal da vila de Sant'Ana do Capim: o barulho dos frutos de *miriti*, penetram a água, crianças, como de costume atentam os barqueiros, saltam acrobaticamente dos *toldos* dos barcos. De vez em quando, *lainvem* (lá vem) alguma menina-mulher lavar roupa ou louça sobre o trapiche, que interliga a margem e o rio, trazendo sempre um bando de crianças, *curumins* cabanos, filhos e aparentados, na sua *ilharga*, que aproveitam para banhar.

Podendo trazer, como nos períodos de permanência no antigo refúgio do pesquisador, as lembranças de um *boto*, que costumava vir ao trapiche todas as noites em sua face humana, juntamente com outros “companheiros” que o protegiam e que era conhecido em toda região por sua capacidade de encantar as moças e atuar como *pajé*, embora não gostasse de ser chamado assim. Em uma destas noites, foi possível vivenciar uma experiência antropológica, que carrego comigo até hoje e, que rememoramos, quando nos (re)encontramos, na *casa do Batata*, juntamente com alguns dos presentes, no trapiche, na noite do ocorrido, em que não estávamos em área de mangue, mas a *catinga* de lama, que vinha do fundo era forte⁷.

Depois do acontecido, compreendi o quanto esta experiência com os *bichos visagentos*, em especial, os companheiros do fundo, exemplificados pelo *boto encantado*, é sim um elemento fundamental, de acordo com a perspectiva de Maués (2006), para que se compreenda esta *identidade amazônica*, própria desta Amazônia de predominância ribeirinha, com características culturais bem peculiares, como as crenças na devoção a um santo que mobiliza toda uma região em torno de uma festa, que como o Círio da capital, tem características de um *Carnaval Devoto* (1980), bem como, recorrem paralelamente às práticas de cura de um *pajé*, um *bom católico* que segue a procissão, como o seguem os botos companheiros, que ao emergir do fundo do rio lembram a *Cobra Grande*, ou o corpo de um cabano, que passa de *bubuia*, e que não morreu na Cabanagem oficial, mas em uma que é mobilizada pelos descendentes de homens e mulheres que foram escravizados nos engenho *Aproaga* e *Taperuçu*, moradores da curva grande do rio Capim, que a seu modo, reagem frente a um de expansão agropecuária que se intensifica na região. Neste cenário, passo a refletir sobre estas transformações na paisagem socioespacial da região, para em seguida, descer o rio e (re)encontrar a memória desta outra Cabanagem.

1.2- No Vale do Rio Capim: memórias cabanas de um passado/presente

⁷ Sobre este reencontro ver em minha dissertação o Capítulo III: O *Trapiche*, o *Bom Católico* e o *Encantamento do Boto*.



No retorno ao Capim, a paisagem foi violentamente transformada, o espelho *d'água* reflete ao fundo, agora, contígua a estrada pavimentada, que trouxe junto, grandes fazendas cujo limite dos pastos se perdem no horizonte, a extensa ponte de concreto, contrasta com a pequena embarcação ancorada no porto de Bonifácio, próximo ao *Congá do bom católico*, sinais de tempos e vetores diferentes de circulação no espaço amazônico, um tempo de transformações socioespaciais, locais/regionais sintetizado assim por ACEVEDO MARIN:

“Na transição para os governos democráticos, novamente foi privilegiado a associação de interesses madeireiros, pecuaristas e de empresas de mineração, o que aprofundou o componente de devastação da floresta, de contaminação de rios e de destruição de formas camponesas de produção no Vale do rio Capim. As ações que se objetivaram para reduzir a pressão sobre as espécies madeireiras revelam-se pouco eficazes.

As florestas ainda existentes estão sob a mira das serrarias e de carvoarias clandestinas e aumenta a destruição dos recursos madeireiros, o que se faz acompanhar de efeitos sobre os rios e igarapés. Os novos projetos têm um componente predatório intenso e obedecem à lógica da elevação geral do preço das commodities (carne in natura, soja, papel e celulose, ferro-gusa, ferro e madeiras) o que tem levado a uma expansão simultânea de grandes empreendimentos voltados para pecuária, sojicultura, plantio de dendê, plantio de eucalipto, exploração madeireira, além de atividades de mineradoras e siderúrgicas, provocando uma devastação generalizada na Amazônia Legal”. (et al/ 2014, p. 18).

No vale do rio Capim, a mobilização social frente à fronteira de expansão do capital pode se representada pela resignificação da condição de pertencimento a um grupo em particular, que se articula em contraposição a uma fronteira de expansão agropecuária e madeireira, constituindo um *contra espaço* de reivindicação, de *resistência mimética* (Albert 1995 p. 240) através de distintas territorialidades *dos povos tradicionais que se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva*, (Little 2002, p.11), populações *Quilombolas* no vale do rio Capim, que condicionam este cenário de mudanças, permanências e resistências, em uma situação peculiar, mas não exclusiva do vale do rio Capim, resistência agora respaldada pelo debate constitucional em torno da garantia das *“terras tradicionalmente ocupadas”*, (ALMEIDA 2004)⁸.

Especificamente nesta região, o embate entre diferentes formas de apropriação dos recursos naturais se consubstancia de forma mais aparente, a partir de 1971, quando ocorre a abertura de uma estrada *vicinal*, rasgando a floresta, entre os municípios de Mãe do Rio à

⁸Conforme: “relação entre o surgimento destes movimentos sociais e os processos de territorialização que lhes são correspondentes. Atribuo ênfase nestes mencionados processos às denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. Não obstante suas diferentes formações históricas e suas variações regionais, elas foram instituídas no texto constitucional de 1988 e reafirmadas nos dispositivos infraconstitucionais, quais sejam, constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais”. (ALMEIDA 2004, p. 25, 26).



Concórdia do Pará, percurso que atualmente, corresponde à rodovia PA-252, promovendo um maior acesso de diferentes agentes fundiários ao cenário local/regional. Neste, a região Nordeste do Estado do Pará, contemporaneamente, é drasticamente afetada pelo grande capital, que sob o discurso de sustentabilidade, se coloca às populações locais, sob a égide da parceria e empregabilidade “novos projetos, velhas praticas” (Macedo & De Sousa, 2015), embasadas pelo avanço do agronegócio do dendê em terras amazônicas⁹. No passado recente o pasto, por ora o dendê ameaça transpor os limites da área requerida como uma terra de “pretos valentes”.

Estes diferentes interesses de acesso e gestão da propriedade fundiária podem ser compreendidos, outra vez, segundo a leitura de Almeida (2004 p.18), para quem o fulcro da polêmica, na qual se coloca o mapeamento da diversidade de apropriações, segue a lógica do repensar a reestruturação formal do mercado de terras, que considera o fator étnico, os laços de parentesco, as redes de vizinhança e as identidades coletivas como formas de imobilização dos recursos básicos, impedindo que as terras sejam transacionadas livremente como mercadorias. Essa diversidade sociocultural e fundiária (in)visibilizada propositadamente pelos “economistas formalistas”, inclui, segundo ALMEIDA (2004, p. 51), as :

“chamadas “terras de preto”, “terras de índio” (que não se enquadram na classificação de terras indígenas, por quanto não há tutela sobre aqueles que as ocupam permanentemente), “terras de santo” (que emergiram com a expulsão dos jesuítas e com a desagregação das fazendas de outras ordens religiosas) e congêneres, que variam segundo circunstâncias específicas, a saber: “terras de caboclos”, “terras da santa”, “terras de santíssima” (que surgiram a partir da desestruturação de irmandades religiosas), “terras de herdeiros” (terras sem forma de partilha que são mantidas sob uso comum) e “terras de ausentes” (ALMEIDA 1989: 183-184)”.

Nesta luta, contínua, pela regularização das terras e constituição de uma identidade coletiva, de reconhecimento legal de uma “terra de pretos”, diversas estratégias vêm sendo desenvolvidas pelo grupo, para legitimar o direito de posse e uso da terra. Entre estas a que tem maior destaque é a (re)construção de uma memória social, que retorna ao passado para justificar o direito coletivo no presente, reafirmando a existência de uma trajetória de sofrimentos e a descendência comum do grupo, determinada por uma *memória coletiva*

⁹ Em artigo intitulado: “Novos Projetos, Velhas Práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas”, Macedo & De Sousa (2015), desvendam os impactos ocorridos no território camponês decorrentes da expansão da produção do dendê no Nordeste paraense, tendo como referência pesquisa de campo realizada em seis comunidades rurais nos Municípios de Bujaru e Concórdia do Pará: “Compreendemos que a disputa territorial que se instituiu no Nordeste paraense com a expansão dos agrocombustíveis, na primeira década do século XXI, se impôs com adversidade aos camponeses desta região da Amazônia. Nossa tese é de que a expansão do cultivo do dendê, na região, relança antigos mecanismos de expropriação e subordinação a estes sujeitos. Porém, da mesma forma, com que o capital ergue seu território capitalista, os camponeses demonstram uma “real habilidade para se ajustar as novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida” (SHANIN, 2008:25)” (p. 304).



(Halbwachs 1990), confirmando o entendimento de que em termos da constituição de lutas por reconhecimento de posse “no caso das comunidades negras rurais, costuma ser determinada por sua origem comum e formação no sistema escravocrata”, (O'DWYER 2002, p.16).

Este *campo minado* envolve ainda outras riquezas, desde as narrativas sobre prováveis *tesouros enterrados* que existiriam nestes espaços simbólicos, que são as ruínas, e outras referências, que envolvem as demandas sociais dos *Quilombolas* relativamente veladas. Penso por exemplo, em como explicar que homens submetidos a históricos regimes de submissão, durante o período da escravidão, imagens que hoje a memória do grupo tenta reafirmar para legitimar a sua luta, de repente, se envolveram em um importante conflito travado nas margens do rio Capim, seguindo os ideais de um republicano de origens monárquicas, Vicente Chermont de Miranda? Refiro-me à participação, dos *pretos valentes* no evento que ficou conhecido como a Revolta do Capim (ocorrida em 1891) e que está carregada de ancoramentos e memórias da Cabanagem.

Neste processo, a valorização da *valentia* do *capiense* também ajuda a resignificar as suas lutas por melhores condições de vida, como possivelmente, pensaram alguns *cabanos*, lembrados na atualidade, quando lentamente e de *bubuia* passa um *tronco*, reconfigurando os muitos corpos que tombaram no confronto às margens do rio Capim e foz do igarapé *Pyrajuara* e foram levados pela *maré* para o fundo do rio e para as memórias submersas da *gente* da região.

É sobre este contexto de disputas político-ideológicas e confrontos armados ocorridos na área territorial de São Domingos do Capim, especialmente, o último conflito travado na margem do Capim, na *foz* do igarapé *Pyrajuara*, resignificando a memória da Cabanagem, que vou me debruçar na continuidade deste texto embrionário. Para tal, faço uma síntese do trabalho de Farias (2005, 2008), e trago a cena memorial, *velhos das antigas* da região, cujas narrativas ajudam a subsidiar atualmente, um amplo movimento de luta pela legalização da posse, da área onde residem os descendentes daqueles que labutaram nos afazeres do *Aproaga*, e que se somaram aos homens do *Tapuruçu*, no confronto ocorrido na foz do igarapé *Pyrajuara* e que, posteriormente, procura tomar Belém.

O ano é 1891, como termômetro das tensões que envolviam a abertura do Congresso Constituinte, os periódicos jornalísticos da capital se contra-atacavam a cada edição, os ânimos se acirravam, e assinalavam para a eclosão de conflitos de rua e de revoltas pelo interior do Estado. De ambos os lados se usava as simbologias revolucionárias francesas, embora com motivações distintas. Derrotados nas eleições que escolheram os membros constituintes, e tendo como principal liderança, o proprietário dos engenhos



Aproaga e *Taperuçu*, Vicente Chermont de Miranda, os membros do Partido Republicano Democrata-PRD, passam a se posicionar como vítimas de eleições, supostamente fraudulentas, de perseguições políticas, e como reais defensores da *democracia* republicana.

Da vila de Sant'Ana do Capim, chegavam notícias oficiais, quanto à existência de grupos armados prontos para invadir a capital e tomar a administração provinciana. Apesar das ameaças de repressão do governo Bacelar, os democratas *capienses*, promoviam ações desafiadoras, como o incêndio da cadeia pública de São Domingos da Boa Vista (São Domingos do Capim)., ação coordenada por “João Francisco da Luz, Raymundo Ayres Franco Lopes e Fausto Ernesto Furtado Pereira”, (FARIAS 2005 p. 168, 169).

Com o agravamento das diferenças políticas na capital, e da possibilidade de mais sangue *descer os rios* e atingir outros povoados da região, o governo de Bacelar, resolve enviar tropas legalistas fortemente armadas, para reprimir os levantes. Farias (2005, p. 172), afirma que: o jornal *O Democrata* de 06 de junho de 1891, noticiou a expedição da polícia que seguiu para o Capim, sob o comando do Capitão Francisco Antônio de Souza Camisão. Resultando em um conflito sangrento entre policiais e moradores da localidade, principalmente, homens recém-alforriados dos engenhos *Aproaga* e *Taperuçu*, quando “o Capitão reunindo a força de seu destacamento ao de São Domingos, seguiu para a *boca do Pyrajauara*”.

Entre os descendentes da *gente valente do Aproaga* que residem em *Nova Ipixuna*, comunidade localizada na margem esquerda do Capim, no lugar onde se realizava o cultivo de cana-de-açúcar, a ser utilizado no processo produtivo do engenho, encontrei o velho *Joãozito*, então, uma das principais lideranças entre os *Quilombolas*, após despescar uma *camboa*, olhando para o outro lado, lembrou primeiro da força da *pororoca* que vinha de *lá de baixo*, do rumo de São Domingos do Capim, lambendo a frente do engenho, arrastando os bois que estivessem pastando, para o fundo do rio. Quando perguntado sobre a *Cabanagem*, ocorrida naquelas redondezas, sentado na beirada, mirando às ruínas falou do embate assim:

“A guerra do Pyrajauara, eles contavo que esse Pyrajauara, que era sangrenta esse negócio de guerra. Major Ayres né, aí vinham buscar pessoa aqui para ir pra Belém, preso pelo exército. E aí vira soldado e daí eles fizeram a guerra, o João da Luz né, ele fez essa guerra, mas não foi só no Pyrajauara [...] foi no Pyrajauara, veio quase que mil e poucos soldados e não voltaram nenhum.

Voltaram parece que só o motorista, mataram tudo, passaram buiados no rio (os corpos dos soldados) e é quando eles fizeram esta revolta [...] eles fizeram essa descarga e era chumbo e era palha, aí eles corria para não morrer né.

Só o motorista, o piloto né, o resto mataram tudo, não sobraram ninguém. O meu avô contava que eles chegavam, eles trepados: - pelo amor de Deus!



Que nada filho da... e pá, pá, pá...

Aí tepei pra água, esse rio que se olhava era caboco de ponta a ponta buiando no rio [...]”, (entrevista aberta, outubro de 2009).

De *tocaia* na margem do rio, escondidos pelos *troncos* ou protegidos por uma *trincheira* de *Acapu*, construída pelos revoltosos na beirada de baixo do *Pyrajauara*. Fazendo uso das armas e informações fornecidas por *Cabralzinho*, aproveitando-se inclusive do ponto mais estreito do rio e da aproximação displicente da escolta para facilitar a mira nos *embriagados* milicianos de Belém, que se somaram aos soldados de São Domingos da Boa Vista, os *capienses* teriam escolhido os alvos em um primeiro momento, massacrando os expostos soldados, enquanto estes, assustados, tentavam revidar, embora, sem saber de onde vinham os tiros. Muitos caíram na água, já atingidos pelos tiros que partiam de todo lugar, feridos, e alguns sem saber nadar, debatiam-se *n’água* até submergir ao fundo do rio.

A estratégia bélica e a maneira de combate, empregada pelos *entrincheirados* na *foz* do *Pyrajauara*, conforme aparece em algumas das narrativas, reproduziu um importante confronto entre tropas, legalistas e cabanos, na região do rio Acará, em outubro de 1834, descrito por DI PAOLO (1990, p.157):

“Na tarde do dia 25, a esquadilha chegava ao ponto chamado Guaiabal, onde o rio Acará diminuiu de largura. Um grupo de quarenta cabanos, comandados por Francisco Vinagre, estava lá esperando para observar. Uma voz da mata perguntou que força era aquela, para onde ia e com que objetivo. De bordo nenhuma resposta. De terra, ao sinal de vivas, seguiu-se uma descarga de mosquetaria. A expedição contra-atacou com fogo renhido. Depois o silêncio. Resultado do ataque cabano: dez feridos e três mortos, entre os quais o comandante da infantaria Marinho Falcão. O presidente, informado, enviou o major Monte Rozo para substituí-lo e reforçou a ordem de prisão de todos os chefes revoltosos. Em Belém, a preocupação da escalada militar se generalizava”.

Esta similaridade entre os eventos, separados por um *lapso* de tempo, no caso da Revolta do Capim, apesar das divergências sobre o desenrolar do combate, inserida neste contexto, estava a possibilidade, como fizeram os cabanos, de invadir a capital.

Nesta batalha, muitos dos recém libertos, agregados ao patrão, sem entender muito bem os ideais republicanos, viam no confronto, a possibilidade de conseguir, a melhoria social, que a “abolição” não promoveu. Pois esta “nada significou para o rompimento das relações de propriedade constituídas, a partir do domínio fundiário associado a esse sistema econômico e social. Os antigos escravos continuaram presos à terra dos seus ex-senhores e os seus descendentes transformaram-se em agregados, obrigados a pagar a renda da terra, somando-se aos mais antigos arrendatários”, (ACEVEDO MARIN 2000, p. 21).



Nesta perspectiva, é preciso entender um quadro de reivindicações socioespaciais em que o *valente povo* do *Aproaga* e de outras regiões da Amazônia, em que a emergência de experiências passadas, possibilitam o entendimento deste quadro e o revigoramento da memória do grupo, constrói uma identidade pública, feita por sujeitos políticos, justificando, assim, as suas demandas por melhores condições de vida.

Deste modo, em um lugar onde o ser *preto*, até pouco tempo, era sinônimo de baixar a cabeça, submeter-se à estigmas e estereótipos, hoje, se reafirma a importância, destes, no processo histórico da região, ampliando a sua visibilidade e seus horizontes de atuação. No fundo, “uma questão que está em jogo aqui é a do papel e do potencial de grupos minoritários no contexto global” (Almeida 2004, p.34), em um permanente processo de *negociação* com o outro, neste, a valorização da *valentia* do *capiense* também ajuda a resignificar a sua capacidade resiliente e lutas por melhores condições de vida, como pensaram alguns cabanos.

A *maré vazou* é hora de navegar de *bubuia* em busca de tesouros memórias cabanos e de uma *condição cabana*, análoga ao vale do rio Capim, presente em outros espaços amazônicos.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará nos Séculos XVIII e XIX**. Paper do NAEA nº153, UFPA. Belém. 2000.
- _____. **Patrimônio Cultural e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim**. Eliana Ramos Ferreira; Fernando Luiz Tavares Marques. Belém-IPHAN, 2014.
- _____. (Org.). **Quilombolas da ilha de Marajó**. Fascículo 7. In: ALMEIDA, A. W. B. de. (Coord.). **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Manaus; Belém: UFAM; NAEA/UFPA; IAGUA, 2006.
- _____. (Org.). **Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, Manaus, 2012.
- _____. (Org.) **Quilombolas Atingidos pela Expansão do Dendê no Pará**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Boletim Informativo PNCSA, Setembro de 2014.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.6, n.1, p.9-32. 2004.
- _____. Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: **Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico”. Fundação Ford. Manaus. 2006.
- _____. & Outros. **Povos do Aproaga, São Domingos do Capim**. Série: Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos / PNCSA. Ed. UFA, Belém. 2008.
- ALVES, Isidoro. **“O carnaval devoto”: um estudo sobre a festa de Nazaré em Belém**.



- BARBOSA, Maria Betanha Cardoso. **Sistema de Uso Comum de Recursos em Comunidade Quilombolas no Vale do Rio Capim**. Dissertação de Mestrado. NAEA/UFGA. Belém. 2008.
- BOSI, Ecléa, **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. Cia. das Letras. São Paulo. 1995.
- CASANOVA, Marco Antônio. **HANS-GEORG GADAMER, compreensão**. *Revista Mente, Cérebro & Filosofia*. Vol.11, DUETTO editorial. São Paulo. 2010.
- _____. **Gadamer e a Hermenêutica: a vida da linguagem compreensiva**. *Revista Mente, Cérebro & Filosofia*. Vol.11, DUETTO editorial. São Paulo. 2010.
- CUNHA, Manuela C., ALMEIDA, Mauro W.B. “Populações tradicionais e conservação ambiental”, “**Biodiversidade na Amazônia Brasileira**”, Seminário de Consulta. Macapá. 1999.
- DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: Revolução Popular na Amazônia**. CEJUP. Belém. 1990.
- FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886 – 1897)**. Tese de Doutorado, UFF. Niterói. 2005.
- _____. **A Revolta do Capim: camponeses envolvidos em disputas político-partidárias no início da República** in *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História* (org.) UNESP. São Paulo. 2008.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: traços fundamentais e uma hermenêutica filosófica**. VOZES. Petrópolis. 2002.
- _____. **Verdade e Método II: complementos e índice**. VOZES. Petrópolis. 2004.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens: Um Estudo da Vida Religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. 2ª ed. Editora Nacional. São Paulo. 1955.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Vértice. São Paulo. 1990.
- JURANDIR, Dalcídio. **Marajó**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Belém. 2008.
- _____. **Três Casas e um Rio**. 3. ed. Belém: CEJUP, 1994.
- LITTLE, Paul E. “**Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**”. Série Antropológica 322. Brasília: UNB. Disponível em: www.unb.br/ics/dan/serie322empdf.pdf
- LIMA, Deborah. **Populações Tradicionais, índios e quilombolas: fundamentos classificatórios e categorias de mobilização social (2009)** S/R.
- MACEDO, Cátia Oliveira & SOUSA, Rafael Benevides de. **Novos Projetos, Velhas Práticas: Os Impasses entre Agricultura Camponesa e Agronegócio do Dendê em Terras Amazônicas**. Tempos Históricos • Volume 19 • 1º Semestre de 2015 • p. 302-331 • 1983-1463 (versão eletrônica).
- MAUÉS, Raymundo Herald. **O Simbolismo e o Boto na Amazônia: religiosidade, religião, identidade**. VIII Encontro Nacional de História Oral. Rio Branco. 2006.
- _____. **Religião e Medicina Popular na Amazônia; a Etnografia de um Romance**. Antropológicas. 2007.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Estudos Sobre os Nhêngatu**. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1942.
- MORAES, Irislane Pereira de. **Do tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)**. Dissertação de Mestrado. UFGA/PPGA. Belém. 2012.
- O’DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos, Identidade Étnica e Territorialidade**. (org.) FGV/ABA. Rio de Janeiro. 2002.



- PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Relume Dumará. Rio de Janeiro. 1995.
- PEREIRA, Deborah Macedo Duprat de Brito. Breves Considerações Sobre o Decreto N°. 3.912/01 in **Quilombos, Identidade Étnica e Territorialidade**. (org.), FGV/ABA. Rio de Janeiro, 2002.
- RABELO, Agnaldo Aires. **Os Meandros da Memória: um mergulho no imaginário às margens do rio Capim**. Dissertação de Mestrado. IFCH/ PPGCS/UFPA. Belém. 2010.
- _____. **A (In)visibilidade Negra no Vale do Rio Capim: Entre a Memória e a História**. I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro da Região Norte de História Oral: História do Tempo Presente & Oralidades na Amazônia. UFPA, Belém, 2012.
- _____. **Terras Tradicionalmente Ocupadas no Vale do Rio Capim: um cenário de mudanças e permanências locais / regionais**. DCIMA I Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia: desafios contemporâneos apropriações e regimes de visualidades. UFPA, Belém, 2013.
- _____. **Memórias de Gente Valente: O Povo do Aproaga**. III Reunião Equatorial de Antropologia (REA), XII Encontro dos Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE). Boa Vista, 2011.
- _____. **Memórias em Movimento: Histórias de Luta e Resiliência: Faces cabanas da Identidade Amazônica**. Tese de Doutorado. IFCH/ PPGSA/UFPA. Belém. 2016.
- RABELO, Eleni Bonifácio. **Questões de Gênero em Marajó**: Ormindá e os Discursos sobre Prostituição. PMCLC/UNAMA. Belém, 2014.
- RICCI, Magda. **Cabanagem, Cidadania e Identidade Revolucionária**: O Problema do Patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Tempo, Vol. 11. Niterói. 2006.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. UNICAMP. Campinas. 2007.
- VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. **O Nativo Relativo**. Mana, Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2002.
- WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**: Estudo do Homem nos Trópicos. Ed. Nacional. São Paulo. 1977.

DOCUMENTOS E SITES PESQUISADOS:

- Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos / Rosa Elizabeth Acevedo Marin... [et. all.]; Organizadores Alfredo Wagner Berno de Almeida. [et all.]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2012.
- Dossiê Iphan-I. Círio de Nazaré**. Belém, 2006.
- Patrimônio cultural: identidade coletiva e reivindicação** / organizadores, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Sheila Borges Dourado, Rosa Elizabeth Acevedo Marin – Manaus: UEA Edições; PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013.



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA.

AGROEXTRATIVISMO, PODER E GÊNERO EM CONTEXTO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Darcy Flexa Di Paolo (UFPA)¹
dflexa@ufpa.br

Maria José da Silva Aquino Teisserenc (UFPA)²
mjaq@uol.com.br

RESUMO

A pesquisa trata de processos de resistência e re-existência do modo de vida camponês onde se combinam pequena agricultura com o extrativismo em contexto de conservação dos recursos naturais pelo instrumento da Reserva Extrativista Marinha. Privilegia-se o estudo de uma comunidade chamada Cajueiro, no entorno da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, situada no município de Bragança, nordeste paraense. A análise consiste em acompanhamento da forma de organização das atividades produtivas, no caso, o agroextrativismo em contexto das relações sociais de gênero, a partir da perspectiva de Michel Foucault, no que tange ao poder como relação social – biopoder e biopolítica - que (re)produz em várias escalas, as tensões socioambientais correspondentes a territorialidade em questão. Envolveu pesquisa documental e de campo, com base em técnicas qualitativas, como observação participante, entrevista semiestruturada, grupo focal e roda de conversa. Conclui-se que a comunidade abarca em seus modos de vida a existência dos três modelos - tradicional, moderno, pós-moderno - que não são independentes, porém se intercalam no contexto da realidade amazônica, ainda que não se adeque ao contexto da globalização atualmente vigente, não deixa de sentir a influência deste em seu território. Mesmo não sendo rígida a divisão de trabalho entre homens e mulheres é possível suportar a sobrecarga a qual estas estão expostas, visto que também estão inseridas, junto com os homens nas atividades econômicas locais. O estudo abrange um contexto que se configura, de alguma forma, com o processo contínuo de recomposição e reconfiguração territorial brasileiro e amazônico.

Palavras-Chave: Unidade de Conservação, Agroextrativismo, Gênero, Poder.

1 INTRODUÇÃO

O estudo de uma comunidade tradicional e suas relações sociais de gênero em contexto de Unidade de Conservação (UC) implica necessariamente em questões socioambientais e as relações de poder que as perpassam.

O socioambientalismo constitui um movimento que passa a ter visibilidade no Brasil, mais precisamente, a partir da metade dos anos 1980 em um panorama de conflitos sociais. Surge a partir de articulações políticas entre a questão social e a ambiental. Um dos desdobramentos constitui políticas ambientais incluindo e valorizando comunidades tradicionais detentoras de conhecimentos e práticas compatíveis com exigências ambientais (ALMEIDA, 2004).

¹ Profª Dra. Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA.

² Profª Dra. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFPA.



Sua influência se fez sentir inclusive na Constituição Federal Brasileira de 1988, que estabeleceu sólidas bases para a consagração de direitos socioambientais, e também para a interpretação sistêmica dos direitos ambientais, sociais e culturais, como na legislação infraconstitucional, que lhes deu maior concretude e eficácia (SANTILLI, 2005).

Relações sociais de gênero envolvem pessoas de diferentes sexos, em suas interações entre si e com o meio ambiente em que vivem. Logo, o estudo das relações sociais de gênero é de fundamental importância para a compreensão da questão ambiental e sua conservação, quesitos estes tão necessários em qualquer que seja o espaço/natureza, tendo presente que são as pessoas as principais responsáveis pela conservação e/ou preservação, assim como pela degradação da natureza. Daí a importância da articulação entre práticas socioambientais e relações de gênero, em sua articulação com a natureza, e, em particular, com os recursos naturais, especialmente em UC, onde vivem os chamados povos e comunidades tradicionais.

Neste contexto, a questão/problema da pesquisa foi: como em um contexto territorial ambientalmente ordenado pela existência de uma Reserva Extrativista Marinha as atividades extrativistas ligadas ao autossustento assim como para o mercado são organizadas pelas famílias, mais especificamente e, nesta, o que se destaca no que se refere às relações sociais de gênero?

Questão esta que diz respeito aos modos peculiares do viver na comunidade em questão, portanto, diz respeito à cultura. Como sugere Angrosino (2009, p. 16), “o modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar a cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados do grupo”.

Como campo empírico da pesquisa, dentre tantas comunidades tradicionais existentes no nordeste paraense, optou-se por Cajueiro, por apresentar forte articulação com diferentes dimensões do ambiente (água doce, água salgada, manguezal e campo) além de que, ainda não contemplada com estudos acadêmicos.

Dentre as múltiplas atividades desenvolvidas, a agricultura tem destaque, sendo a mandioca o principal recurso natural. Neste contexto, surgiu o objetivo principal da pesquisa: analisar o agroextrativismo no contexto das relações sociais de gênero, em sua articulação com os ciclos produtivos dos recursos naturais utilizados e os arranjos familiares que são construídos no âmbito da comunidade Cajueiro, situada nos limites da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Amazônia Paraense.

Como objetivos específicos: compreender como se articulam as principais práticas agroextrativistas e as relações sociais de gênero que as envolvem; identificar como homens e mulheres atuam nas atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais voltadas ao



autossustento e aquelas voltadas à comercialização; investigar as relações de poder que permeiam por entre as regras estabelecidas a partir da presença da referida Resex Marinha. Foi tomado como base de recorte temporal o período de 2005, ano em que a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu foi criada, até o ano de 2016.

No campo teórico, dentre vários caminhos possíveis, um recorte à luz das proposições teóricas de Michel Foucault, especialmente no que tange às relações de poder, as quais se inserem em todas as relações humanas. Logo, também no âmbito socioambiental em contexto de unidade de conservação e de gênero. Envolveu pesquisa documental e de campo nos últimos quatro anos, com destaque para a pesquisa qualitativa, tendo como técnicas de coleta de informações em campo: observação participante, entrevista semiestruturada, grupo focal e roda de conversa.

Partindo do princípio de que as relações sociais de gênero são constituintes das relações humanas com o meio ambiente, a presente pesquisa visa contribuir com subsídios sobre uma realidade ainda carente de estudos acadêmicos isto é, questões socioambientais em UC.

O presente estudo traz, além desta seção introdutória, a seção Comunidade Cajueiro em contexto de UC e as seguintes subseções: Localização e vinculação com áreas protegidas; Agricultura familiar, gênero e identidade, Poder e resistência.

2. COMUNIDADE CAJUEIRO EM CONTEXTO DE UC

2.1 Localização e vinculação com áreas protegidas

A presença das reservas extrativistas no Brasil é um fenômeno recente. Surgiram no final da década de 1980, em um panorama de lutas e conflitos socioambientais, principalmente os de natureza fundiária (ALLEGRETTI, 1994; ALMEIDA, 2004; GONÇALVES, 2015).

Diegues foi um dos primeiros a defender a importância das populações tradicionais brasileira. Como afirma Barreto Filho (2006, p. 125/126):

A noção de 'população tradicional' consolida-se no Brasil, nos marcos do mesmo debate, pelas mãos do sociólogo Antônio Carlos Diegues, pioneiro na discussão sobre populações de áreas naturais protegidas [no Brasil], sendo inclusive um dos responsáveis pela introdução de forma mais ampla desta discussão ao meio ambientalista.

As Resex, como políticas públicas, portanto, são frutos das relações de poder, do biopoder e da biopolítica (FOUCAULT, 1988; 2008) e se inserem como diferentes racionalidades políticas de governo, este, como normalizador, ao inserir o conjunto de normas e procedimentos técnicos a elas pertinentes, cujo resultado desejado é o controle de tais populações. São instrumentos, que não deixam de impor, de alguma forma,



redirecionamentos e desafios às chamadas populações tradicionais, as quais são desafiadas a enfrentar estratégias de ações num constante processo de reconstrução social da natureza que se traduz em ações dos atores sociais locais no sentido de suscitar decisões que revertam em benefício das sociedades humanas e dos ecossistemas.

As denominadas populações tradicionais, em geral, estão vinculadas a áreas protegidas, se relacionam, portanto, com Unidades de Conservação. Têm atividade social, econômica e cultural intimamente ligada à flora e à fauna, aos ciclos lunares, sazonais e de marés, e aos períodos de reprodução dos peixes, caranguejos e demais espécies provenientes dos manguezais, dos campos, dos rios e do mar.

Diegues (2001) considera as populações e culturas tradicionais rurais não-indígenas como “camponesas”, as quais são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. São, portanto, parte considerável da realidade brasileira.

Cajueiro é um exemplo de comunidade tradicional amazônica, composta atualmente por cento e trinta famílias, estas, formadas entre pessoas da própria comunidade e das comunidades vizinhas, constituindo aproximadamente seiscentos moradores.

A referida comunidade situa-se nos limites de duas Unidades de Conservação, a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Fig.1). Tem representatividade no Conselho Deliberativo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu/Bragança/PA, pois grande parte de seu ambiente natural está inserido no município de Bragança, do qual se distancia há aproximadamente 17 km. Tem nos campos a principal característica ambiental local, campos estes que se apresentam cheios no período chuvoso (de janeiro a junho) e secos no período sem chuva (de julho a dezembro). Conta com algumas ruas asfaltadas, especialmente na parte central, onde tem uma praçinha que costuma ser frequentada pelos moradores, com precariedade acentuada em termos de saneamento básico.

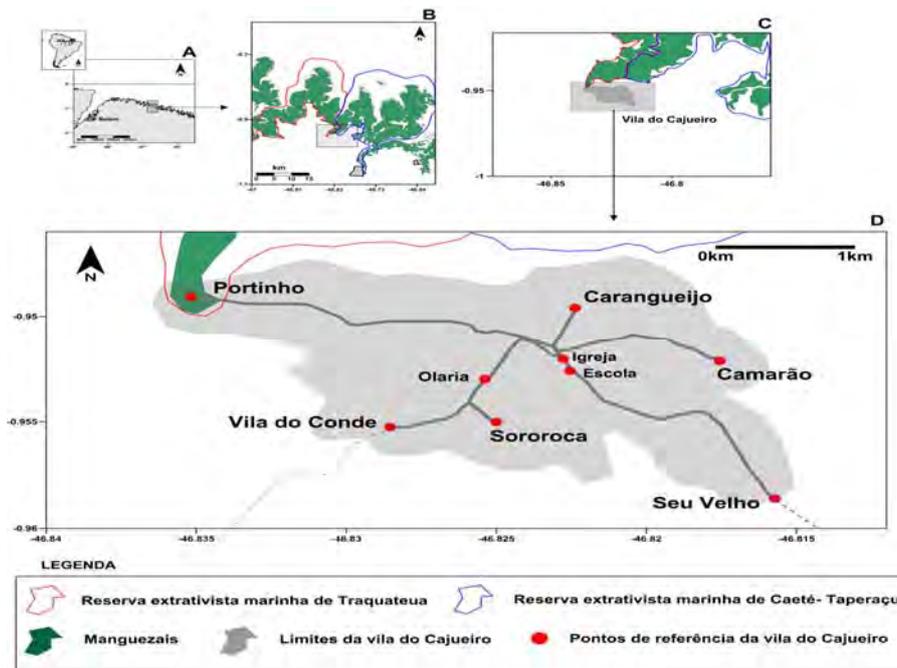


Figura1: Mapa de localização (A) Setor leste da costa amazônica; (B) limites das duas Resex “Traquateua” e “Caeté-Taperaçu”; (C) Localização da Vila do Cajueiro que fica no limite entre as duas Resex e (D) Limites da Vila do Cajueiro, mostrando os principais pontos sociais e econômicos da vila.

Fonte: Vando Gomes, 2016.

A presença de uma Resex, sobretudo marinha, traz um conjunto de exigências ambientais, além de envolver uma variedade de terminologias científicas. Neste contexto, o argumento do risco, da ameaça aos ecossistemas é colocado como justificativa maior para a aplicação deste instrumento de política pública ambiental que busca contemplar também as necessidades das chamadas populações tradicionais. Suscita, inclusive, possíveis consequências nas relações de gênero e redefinições de território. Assim, os objetivos propostos situam-se neste contexto de movimento territorial. Pois,

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o *locus das* representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas (DIEGUES, 2001, p. 85).

Os recursos naturais locais constituem a base de produção e reprodução da vida material e social dos moradores de Cajueiro. Base esta que se desenvolve por meio de estratégias criativas ao longo de sua história. Assim, praticam múltiplas atividades produtivas no âmbito dos recursos naturais existentes, profundamente vinculadas ao conhecimento tradicional dos chamados povos das florestas.



Cajueiro corresponde a uma comunidade tradicional, portanto, inserida no contexto de populações tradicionais, o que Diegues (2001, p. 107), ao se referir aos modos de vida destas populações, afirma:

Inúmeras comunidades de pequenos produtores, agricultores e pescadores vivem tradicionalmente da exploração dos recursos aí existentes. Algumas populações vivem quase que exclusivamente de recursos renováveis de áreas de mangue, como os caranguejos e outros moluscos e crustáceos. Em alguns casos, essas populações humanas que vivem em simbiose com o meio natural criaram o que se pode chamar de “civilizações do mangue.

Observa-se em Cajueiro um modo de vida comunitário em que as atividades econômicas, sociais e culturais estão intimamente ligadas ao ambiente natural, com ecossistemas de campos, que em determinados períodos estão secos e em outros alagados, manguezal, rios e mar, respeitando os ciclos biológicos que aí se desenvolvem, cada um no seu ritmo, das marés, dos peixes, da fauna e da flora, especificamente no contexto de uma das Reservas Extrativistas Marinhas, da região bragantina/nordeste paraense.

Modos de vida estes, típicos das chamadas populações tradicionais, com suas formas próprias de organização social, tendo o próprio território como base fundamental de existência, em todos os seus aspectos, sejam econômico, cultural, religioso e ancestral. Ademais, o próprio perfil do território em sua complexidade natural confere a Cajueiro a diversidade de atividades produtivas geradoras de renda e de autossustento aí presentes, impulsionando, inclusive, a forma de organização comunitária local com significativos princípios de sustentabilidade.

2.2 Agricultura familiar, gênero e identidade

O agroextrativismo constitui a base das atividades produtivas na comunidade Cajueiro, tendo a agricultura familiar como maior representatividade. Destaca-se também a pesca, com vários tipos de peixes e de camarão e também a captura do caranguejo, além da criação de gado bovino. Tais atividades são realizadas de acordo com o movimento produtivo e reprodutivo dos recursos naturais utilizados, os quais implicam em arranjos familiares, ancorados, por sua vez, nas relações sociais de gênero.

O agroextrativismo, isto é, a junção das atividades agrícola e extrativista, visto que cada uma destas possui significados diferentes, a partir da lógica de uso dos recursos naturais. Portanto, a agricultura e o extrativismo conjugados compõem o agroextrativismo, isto é, a conjugação da coleta de recursos da biodiversidade nativa com a geração de produtos por meio do cultivo florestal e da criação de animais, referências principais dos modos de produção que garantem o sustento dos moradores de Cajueiro.



Tratar das relações de gênero no contexto de comunidades tradicionais significa estar atento às formas de utilização dos recursos naturais em geral, por exemplo, como estão sendo utilizados o solo, os recursos hídricos, a flora e a fauna, enfim, em que condições antrópicas e a do meio ambiente natural, questões estas intimamente ligadas à sobrevivência humana, resultado também das relações de gênero, as quais se desenrolam social e historicamente.

As possibilidades interpretativas do conceito de gênero não se exaurem, mas o enfoque de gênero é imprescindível para o melhor entendimento das questões que dizem respeito ao trato com a natureza, pois:

Nos projetos de conservação e proteção do meio ambiente é importante que se conheça as necessidades de homens e mulheres, o tipo de recursos naturais mais requeridos por eles, as formas de acesso e os mecanismos de controle sobre tais recursos. Diferenciar entre 'ter acesso' e 'ter controle' sobre os recursos naturais é um exercício importante a ser feito, pois elucida relações de poder (KÜCHEMANN, 2000).

Entende-se aqui 'meio ambiente' não somente como o meio físico e biológico, mas incluindo a dimensão sociocultural. Logo, incorpora suas relações com os modelos de desenvolvimento vigentes.

As mulheres têm participação significativa, especialmente, nos afazeres relacionados ao trabalho dos diversos tipos de farinha que são produzidos e seu trabalho costuma ser valorizado pelos homens, por exemplo, a forma de produzir manualmente os grãos de farinha de tapioca, alguns homens dizem que só as mulheres sabem fazer de forma tão primorosa. E elogiam também as mulheres que ajudam a tirar as próprias raízes de mandioca das plantações, o que é um trabalho muito árduo, pois exige bastante força física. Como relata um morador adulto, entrevistado:

Se não tiver, pelo menos uma mulher, a farinha não sai boa não. Tem que ter a mão de uma mulher. A mulher é parceira do homem no trabalho, ela sabe mesmo. Ela participa desde a plantação. Também na colheita trabalham homens e mulheres, por igual e é um trabalho que exige força. Mulher está no plantio, colheita e preparação da farinha, especialmente na farinha de tapioca. A mulher vai com as mãos, fazendo as bolinhas da farinha de tapioca, tudo igualzinho, tudo manual, isso nenhum homem não sabe fazer não, é com a mulher mesmo, eu já até tentei, mas não consegui.

A vivência destes moradores nos espaços de suas casas de moradia e demais espaços da comunidade não é feita de forma separada e sim integrada, formado de um todo: a unidade familiar. Evidencia-se assim, que desde o início desta comunidade a junção terra, família e trabalho, é uma constante no seu cotidiano, tanto no trabalho de meeiro quanto em suas próprias terras.

Realidade também constatada na maioria das comunidades camponesas, nas quais "casa-roçado compõe o universo da vida familiar na qual se produz, consome, e se



definem esferas de atuação, a partir de papéis sociais atribuídos aos gêneros, em alguns casos à gerações” (CANTARELLI, 2010, p. 282).

A atividade agrícola costuma se desenvolver sempre com o envolvimento do grupo familiar e/ou entre grupos familiares locais, o que configura a agricultura familiar. Lamarche (1998) acentua que é essencial, entre os pequenos agricultores, a relação dos membros da família com a terra e o gerenciamento da produção pela própria família que os explora. Fato este presente na comunidade estudada.

A maioria das mulheres da comunidade Cajueiro é consciente de seus direitos e costuma se posicionar na comunidade, manifestando sua opinião no que quer que considere importante, se sente participante da produção e de tudo mais que respeita aos interesses comunitários. Em termos de participação social, elas têm destaque em todas as iniciativas de mobilização comunitária que visam reivindicar alguma melhoria local. Ressalte-se que muito do que foi alcançado até hoje, por exemplo, escolaridade, energia, estrada (comunidade-Bragança), aterros localizados, dentre outros benefícios conquistados, as mulheres sempre estiveram presentes, junto com os homens.

O ‘contar com’ resume bem tanto o apoio que o sujeito pode esperar de sua relação com os outros e as instituições em termo de proteção, quanto à sua expectativa de reconhecimento, também vital. Daí o investimento num ‘nós’ seja como apoio, seja como expectativa (PAUGAM, 2006).

De fato, pode-se dizer que os vínculos constituídos na comunidade Cajueiro asseguram aos moradores uma certa proteção, pois assim eles sabem que podem ‘contar com’ quando isto se faz necessário. E o reconhecimento também advém neste processo de relações, numa dimensão afetiva que reforça as interdependências entre eles.

Quase todas as casas têm, por exemplo, a chamada ‘casa da farinha’ onde fazem a farinha de mandioca e de tapioca, local este onde a cada dia sempre uma ou outra família está reunida neste fazer, que representa o principal sustento da comunidade. De fato, observa-se que a grande maioria da terra cultivada é para plantação da mandioca. “A mandioca sempre teve por aqui, sempre fez parte da nossa vida, o tabaco já teve o seu apogeu, o feijão também, mas hoje a mandioca reina”, ressalta um morador.

Certamente, não se pode dizer que a comunidade é isolada do mundo global. Até mesmos os moradores reconhecem que não, como é percebido em algumas de suas falas, por exemplo:

Nossos costumes estão mais perto do povo da cidade. A comunicação melhorou, tem tv. Os contatos com a cidade de Bragança é muito fácil. Com o telefone rural dá pra ligar fácil pra Bragança, Belém, daqui pra lá e de lá pra cá também. Nem todos têm, mas quem tem deixa o vizinho ligar. Acho que a nossa comunidade não é tão tradicional assim, ela tem muita relação com o novo, com a modernidade (entrevistado adulto).



Os moradores de Cajueiro ressaltam que sentiram melhoria mais acentuada mesmo, na comunidade, especialmente a partir da criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, no ano de 2005. Resex esta situada no nordeste paraense, junto a outras, em um *continuum*, representativas de uma ambientalização, traduzidas na demanda social, mas também imposição, das exigências de conservação de recursos naturais através da instituição de Unidades de Conservação. Considerada um instrumento de política pública ambiental, medida de enfrentamento à exaustão dos recursos do mar, dos campos e dos manguezais, recursos estes necessários à vida das populações extrativistas, ameaçadas por práticas predatórias de uso dos recursos vinculado à necessidade do mercado. Muitas destas populações são também agricultoras, além de extrativistas, como é o caso da comunidade em estudo.

Já como integrantes desta Resex, consideram que conquistaram melhorias em termos de condições de vida. Conseguiram casas, instalações de poços artesianos, material de pesca, eletrodomésticos, por exemplo, geladeira, fogão. Como afirma um entrevistado “passamos e ter mais conforto quando passamos a ‘ser’ Resex”. Informa um morador adulto:

A Resex só melhorou tudo aqui, deu rede de pesca, deu canoa, material de pesca, motorzinho. Antes era no remo mesmo e a cachoeira desce bem, mas pra subir é difícil com remo, agora tudo é de motorzinho e com motor vai mais longe. Só temos coisas boas pra dizer da Resex.

Não obstante um contexto, por si só, conflitual, de disputas de projetos, de visões de mundo, de expectativas, de formas de apropriação dos espaços e dos recursos de uso comum, os moradores se identificam de tal forma com a Resex que assumem ‘ser’ Resex, incluindo-a assim, como parte de sua própria identidade.

Castells (1999) ressalta que, do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída. Pois, identidades

constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora [...] as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização (CASTELLS, 1999, p. 23).

Portanto, não é simplesmente a criação da Resex em si; na sua forma jurídica e administrativa ou como Política Ambiental que garante o seu reconhecimento pelos atores envolvidos. A forma como estes se inserem nesta nova configuração é que vai determinar a sua existência enquanto parte efetiva, especialmente e territorialmente, da vida dos moradores locais.



O que vai ao encontro do que sugere Hall (2014) quando afirma que as identidades são produzidas em locais históricos e institucionais específicos e

emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma 'identidade' em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2014, p. 109/110).

E, não obstante as implicações de poder que as circunda, a referida comunidade, a exemplo da maioria das denominadas populações tradicionais, não se deixa sujeitar, se renovando continuamente e resistindo em sua forma de viver, ainda que tal forma contrarie o contexto global vigente.

Neste sentido, a participação efetiva das comunidades tradicionais, a exemplo de Cajueiro, em suas ações locais tem dado provas de resistência à continuação de seus modos de vida, não obstante os desafios a que estão constantemente tendo que enfrentar.

2.3 Poder e resistência

O estudo versa sobre as práticas agroextrativistas e a questão das relações sociais de gênero que as permeiam. Tais temáticas são analisadas num contexto de unidade de conservação, portanto, cenário que encampa/envolve necessariamente relações de poder e, conseqüentemente, terreno fértil de possíveis situações estratégicas, de confrontos e pontos de resistência.

O sistema de desenvolvimento dominante no planeta ancorado na perspectiva do lucro a qualquer preço não deixa margem para outra forma de organização social que escape da racionalidade do liberalismo econômico que explode nos anos 1830, como adverte Polanyi (2000, p. 166):

O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável.

Cada grupo de atores sociais envolvido neste processo de ambientalização e compromisso com a vida individual e coletiva, a exemplo da comunidade aqui estudada faz parte desta realidade não isenta de relações de poder e resistência. Como denota Foucault (1988) é na relação que o poder se faz presente. E no contexto do biopoder, ou seja, do poder sobre a vida, a resistência também tem seu lugar.



As populações vinculadas a UC manifestam a resistência ao biopoder que busca controlar seu modo de viver, reivindicando a vida possível, ou seja, a tudo aquilo que pode ser à revelia das regulações e do controle sobre suas vidas (FOUCAULT, 1988).

O estudo sobre modos de vida de uma comunidade tradicional amazônica, em contexto de Unidade de Conservação aqui apresentado, sugere reflexões sobre a identificação dos impactos humanos sobre o meio ambiente e suas implicações quanto à conservação da natureza, especialmente diante da crise ambiental atual. Remete também a uma histórica e atual realidade amazônica: a vida de muitos seres humanos que sobrevivem da relação direta com os recursos vivos encontrados no meio natural em que vivem. Relação esta que representa a base de sua dinâmica econômica, cultural, enfim, de sua existência, marcando, inclusive, a sua própria identidade.

A comunidade Cajueiro é apenas um exemplo de muitas outras que constituem as populações tradicionais na Amazônia, as quais insistem na resistência em seus modos de vida ancestrais. Modos de vida estes, que estão sempre sendo solicitados a se reinventar, em suas ações locais, diante dos constantes desafios presentes no âmbito das exigências sócio-políticas, econômicas e históricas.

A própria criação das Reservas Extrativistas já aponta novas configurações neste espaço brasileiro e amazônico, onde a inter-relação dos moradores com os recursos naturais é mais próxima, mesmo em um contexto que suscita práticas especiais de relações antrópicas, as quais refletem sobremaneira quanto à conservação socioambiental, o que configura o quanto a natureza é social e culturalmente determinada.

O desenvolvimento de Resex no contexto do litoral brasileiro, especialmente na linha de costa do Estado do Pará, tem contribuído de maneira significativa para a conservação do ambiente estuarino e do ecossistema manguezal nele existente, bem como para o fortalecimento das comunidades tradicionais que historicamente tem neste espaço um ambiente de reprodução dos seus modos de vida.

As Resex acentuam novas práticas socioambientais, pautadas em regras e normas que por si só já fazem emergir uma nova dinâmica no território, especialmente no trato dos recursos naturais, recursos estes base da economia e da sociabilidade das denominadas populações tradicionais. Portanto, passa a ser uma alternativa possível de viabilizar práticas sustentáveis de manejo de recursos naturais, aliado à manutenção e/ou resgate da cultura destas populações que são detentoras de um saber acumulado sobre o ambiente/natureza.

Não é exagero afirmar que a prática do modelo de Reserva Extrativista Marinha traz consigo certa autonomia e valorização desses povos e de seus saberes ancestrais, adquiridos na relação direta e próxima a natureza, passados de geração a geração. O que pode ser percebido na medida em que reconhece nos acordos de uso dos recursos e de



acesso aos territórios, debatidos e sugeridos por estes, especialmente na formatação dos Planos de Utilização e dos Planos de Manejo instrumentos estes necessários no contexto de cogestão do espaço e dos recursos naturais disponíveis, porém, concordando com Little (2002), não isentos de conflitos.

Não obstante a necessidade ainda de aprimoramento, este modelo tem proporcionado a abertura de espaços possíveis para um novo tipo de ação, em que diferentes atores sociais envolvidos possam dialogar, em meio a variadas estratégias, na busca de soluções aos problemas socioambientais vigentes.

A comunidade Cajueiro, como todas as demais que se enquadram como populações tradicionais, abarca em seus modos de vida a existência dos três modelos - o tradicional, moderno e o pós-moderno - que não são independentes, porém, intercalam-se no contexto da realidade amazônica. Tem sua cultura profundamente marcada pelo ambiente natural característico desta região, cujas condições ambientais influenciam sobremaneira tanto a distribuição espacial quanto as atividades econômicas e de autossustento dos seus moradores, onde natureza e comunidade constituem uma unidade que tem como base o trabalho familiar aliado à solidariedade nas diversas atividades aí desenvolvidas.

Cajueiro é, portanto, exemplo de um *continuum* entre rural e urbano, desse modo, campo e cidade devem ser concebidos em suas relações. *Continuum* entendido não para reforçar a dicotomia urbano/moderno versus rural/atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade são partes de uma mesma sociedade.

Quanto aos fatores socioculturais entrelaçados às relações sociais de gênero, o estudo revela que a mulher na comunidade pesquisada tem uma participação ativa no contexto das atividades agroextrativistas ali presentes, estando sempre envolvida junto aos demais membros da família, sobretudo no âmbito da agricultura familiar.

As mulheres também afirmam que os homens não costumam colaborar nos serviços do lar. Fato este que só reforça o que a literatura sobre a questão de gênero tem acentuado, que, não obstante os avanços na relação entre homens e mulheres, o espaço público continua sendo prioridade do homem e o privado, das mulheres, apesar de todas as conquistas das mulheres e as mudanças trazidas pelo movimento feminista. Acredito que esta realidade não seja específica do campo, pois estudos revelam que esta tendência também é frequente em contextos urbanos.

Todavia, ante a pesquisa realizada, não é possível dizer que a divisão de trabalho entre homens e mulheres em Cajueiro seja rígida. Porém, é possível supor a sobrecarga a qual a mulher está exposta, visto que ela também está inserida, junto com os homens nas



atividades econômicas local. Portanto, o lugar das mulheres no contexto das atividades geradoras de renda familiar perpassa pelo lugar que elas ocupam junto as suas famílias.

O estudo em tela evidencia também a necessidade de Políticas Públicas mais eficientes que possam atender as necessidades de melhorias no que tange, especialmente, a infraestrutura e saneamento básico, fatores estes considerados mais críticos pelos moradores locais, entre homens e mulheres, o que se considera também para a maioria das demais comunidades tradicionais amazônicas.

Neste contexto, o espaço da universidade se faz importante na difusão de estudos interdisciplinares, envolvendo, por exemplo, biólogos, sociólogos, antropólogos e demais profissionais das diversas áreas da ciência que favoreçam práticas tradicionais de viver em Unidades de Conservação. Fortalecendo, cada vez mais, a proximidade de saber tradicional e saber científico, visto que importantes na perspectiva de sustentabilidade socioambiental.

A luta pela proteção da diversidade biológica deve estar intimamente ligada à defesa da diversidade cultural, ao respeito aos seus conhecimentos tradicionais e à preservação dos habitats naturais destes povos e comunidades. E, nesse processo de reconhecimento dos territórios, a mobilização em torno da identidade, simbolizada no 'saber' e no 'fazer' tradicionais torna-se uma estratégia de legitimação na luta pelos direitos dessas populações.

Não obstante as condições adversas que lhes são impostas, suas estratégias de poder têm garantido historicamente sua força de continuar seguindo em frente com seu saber e fazer ancestrais no trato com os recursos naturais em suas práticas socioambientais, cujos habitats naturais compreendem sua própria existência.

Retomando o recorte teórico foucaultiano situado, especialmente no que comporta ao biopoder e a biopolítica, sem desconhecer o potencial de possíveis conflitos advindos das relações de forças inerentes ao contexto, conclui-se que no âmbito da comunidade estudada, a territorialidade, em contexto de unidades de conservação, mais especificamente em torno de uma Resex Marinha, tem se configurado como um importante componente no fortalecimento da construção da identidade dos atores sociais envolvidos.

Tais desafios, confrontos, embates, são a chave de inteligibilidade do poder, ou melhor, das relações de poder, como sugere Foucault (1979, 1988), a condição de possibilidade de compreensão do poder, que se caracteriza por uma multiplicidade complexa de relações de forças, e não um sistema geral de dominação exercida por um grupo sobre outro.

São resistências que se traduzem em estratégias comunitárias, frutos de uma forma de viver ancestral aprendida e apreendida na experiência do viver em comum, na relação



direta com a natureza que se faz livro, o qual lido/vivido página por página na prática da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 17-47.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direito à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **RBCS**. Vol. 19, n. 55, junho/2004. p. 33-56.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa qualitativa coordenada por Uwe Flick).

BARRETO FILHO, Henyo. Sustentabilidade e políticas de desenvolvimento. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.

CANTARELLI, Jonhny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 279-299.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Vol. II. Tradução Klauss Brandinni Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). **Espaços e usos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro; Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10 ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Trópicos).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2015. (Coleção Caminhos da Geografia).

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **Enfoque de gênero nas relações com populações do entorno das unidades de conservação**. Brasília: Diretoria de Unidades de Conservação e



Vida Silvestre / IBAMA, 2000. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto_Berlindes.pdf>. Acesso em 10.03.2013.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional Campinas: Unicamp, 1998.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília; Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 2002.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: origens da nossa época. 4 ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo, Petrópolis, 2005.



GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA

CONFLITOS, TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS E A CONTRUÇÃO DE EXPECTATIVAS DE DIREITO COMO “REMANESCENTES DE QUILOMBOS”: A SITUAÇÃO DE TIQUARA

Cristina da Costa Bezerra¹

RESUMO

O presente trabalho é um esforço no sentido de entender os processos de afirmação identitários pleiteados pelas comunidades quilombolas de Alcântara desde a implantação de uma Base de tecnologias aeroespaciais na década de 80, a saber, _ Centro de Lançamento de Alcântara – CLA. Nesse sentido, minha proposta inicial foi a de analisar os efeitos causados pela implantação desse empreendimento sobre a comunidade quilombola de Tiquara, que mesmo não estando dentro da área desapropriada pelo Estado brasileiro, sofreu os efeitos gerados pela pressão agrária provocada por tal empreendimento. Entretanto, os desdobramentos das atividades de pesquisa me possibilitaram refletir sobre os diferentes modos de percepção seja sobre as expectativas de direitos acionadas pelos agentes sociais em face ao conflito com a Base, seja sobre as diferentes formas de compreensão da própria noção de conflito e\ou conflito social, luta social; colocando-me assim confrontada a novos desafios à compreensão e análise dos processos de afirmação identitária em curso.

Palavras-chave: Direitos Étnicos; Conflito Social; Quilombos.

1. INTRODUÇÃO

Planejado em plena ditadura militar o CLA ou Base como os agentes sociais costumam a ele referir-se, demandou do Estado brasileiro um conjunto de medidas² governamentais que desapropriou 62.000 mil hectares³ do município de Alcântara e deslocou 312 famílias de 23 povoados para as chamadas agrovilas. Tais medidas abrangeram quase a metade da superfície do município, “intensificando as formas de intervenção governamental na área e acelerando as ações fundiárias, sem quaisquer

¹ Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA e integrante do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia – GESEA. E-mail: cristina.f2009@hotmail.com

² Refiro-me aos decretos: 7.320, que desapropriou para fins de utilidade pública o equivalente a 52.000 mil hectares do município de Alcântara; o Decreto nº 72.571, da Presidência da República, de 18 de abril de 1986, que reduziu o módulo rural de Alcântara de 35 para 15 hectares na área relativa à base, permanecendo o restante do município com a mesma área e o decreto presidencial de Fernando Collor de Melo que estendeu a área 62.000 mil hectares, destinados ao Programa Espacial em Alcântara.

³ A referida área foi desapropriada para fins de interesse público por dois Decretos: primeiro o 7.320, que desapropriou o equivalente a 52.000 mil hectares do município de Alcântara e o segundo Decreto expedido pelo então presidente de Fernando Collor de Melo que estendeu a área 62.000 mil hectares, destinados ao Programa Espacial em Alcântara.



estudos prévios relativos às particularidades da estrutura agrária ou à identificação étnica das famílias atingidas” (ALMEIDA, 2006). De outra parte, essas ações suscitaram por parte dos agentes sociais, mobilizações de diferentes modos: barricadas, passeatas, seminários, audiências públicas, entre outros.

No final da década de 80, no chamado processo de redemocratização do país, as ações mobilizatórias ganham força no tocante à formulação de uma nova Carta Constitucional. A inclusão do direito à propriedade da terra aos “remanescentes das comunidades de quilombos” concretizado no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT⁴ resultou de pressões exercidas pelos movimentos sociais organizados, notadamente o movimento negro. Doravante, o direito conferido a tais coletividades ecoa de modo a levar um conjunto expressivo de comunidades em diferentes situações sociais a se afirmarem perante o Estado brasileiro como quilombolas.

No âmbito acadêmico, o tema “quilombo” tornara-se então objeto de estudo recorrente em diferentes áreas de competências científicas: “juristas, historiadores, arqueólogos, antropólogos, dentre outros são reconhecidos como capacitados para decidir e intervir no âmbito do acesso aos direitos assegurados por lei”⁵. De outra parte, a publicação do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, e a ratificação da Convenção 169 pelo Estado brasileiro em 2004 estabelecem como critério de reconhecimento a autoatribuição.

Importa ressaltar também, que a autoatribuição como critério de reconhecimento étnico, incorporada nos dispositivos aqui tratados, excluiu dos pleitos a prova de uma ancestralidade de ocupação das terras desde a abolição da escravatura em 1888. Assim sendo, conforme sugere Barth (2000) a identidade de um grupo não pode ser entendida somente com critérios objetivos. Desse modo, os grupos étnicos definem sua identidade nas próprias relações e contrastes que estabelecem com outros grupos de forma a não existir marcadores fixos que pudessem ser utilizados como critério universal de etnicidade (LIFSCHITZ, 2011).

No Maranhão um conjunto expressivo de comunidades tem buscado reconhecimento perante o Estado brasileiro como “remanescentes de quilombos”, na luta pela regularização do uso e da posse de seus territórios tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, 2008). Por outro lado, grande parte desses territórios reivindicados encontram-se confrontados pelos

⁴“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”

⁵A esse respeito consultar Portela Nunes, 2011.



efeitos de grandes projetos desenvolvimentistas implantados ou apoiados pelo Estado brasileiro. A monografia que realizei como trabalho de conclusão da graduação em Ciências Sociais resultou de investimentos de pesquisa no município de Alcântara, na comunidade quilombola de Tiquara.

2. SITUANDO TIQUARA

A comunidade Tiquara está localizada a 50 quilômetros da sede do município de Alcântara, fazendo limite com os povoados São Maurício e São Raimundo, e com as terras de Santa Teresa,⁶ estando assim, no limite do chamado território étnico de Alcântara⁷ e dentro das autodesignadas terras de preto. O acesso ao povoado pela cidade de Alcântara pode ser realizado utilizando vans que fazem linha varias vezes ao dia. Outra forma de chegar ao povoado é pela cidade de São Luís, através de um percurso marítimo de Ferry Boat que sai diariamente do terminal Ponta da Espera até o Porto do Cujupe, no município de Alcântara. Um trajeto de aproximadamente 22 km, com duração média de uma hora e meia, seguindo por aproximadamente 10 km pela rodovia MA 106.

Durante a pesquisa, realizei minhas viagens pelo Ferry Boat, e o percurso terrestre por vans que fazem linha para Alcântara, Pinheiro ou Bequimão. A localização de Tiquara é, por assim dizer, privilegiada tanto no que se refere à proximidade com o Porto do Cujupe e o ramal que liga Alcântara aos municípios de Pinheiro e Bequimão, como também a abundancia em recursos naturais, como baixas, igarapés e terras férteis para o cultivo de diversos gêneros alimentícios.

A título de entendimento, Tiquara está dentro da área dos 23.000 mil hectares, que juntamente com os 62.000 mil hectares _ desapropriados pelo Estado brasileiro para implantação da Base _ somando os 85.000 mil hectares certificados em 2004, pela Fundação Cultural Palmares - FCP.

⁶ Unidade social composta por 40 povoados reconhecida pelo Estado brasileiro como comunidade remanescente de quilombo em 2004. O referido território pertencia a Ordem do Carmo, todavia os moradores das Terras de Santa Tereza vem mantendo o efetivo controle sobre desde o abandono da ordem do Carmo, na primeira metade do século XIX. Segundo Pereira Junior "Nas terras de Santa Teresa o acesso aos recursos mostra-se inalienável e aberto. O uso da terra é destinado a atividades estritamente familiares, sendo permitido ao conjunto de moradores apenas fazer casa, áreas de plantio roça ou extrativismo, mas nunca se apropriar da área de uso comum de modo individual. As terras de Santa Teresa se caracterizam, por serem usadas sob uma modalidade de uso de forma comum pelos moradores, entretanto, o resultado da produção é de apropriação individual familiar".

⁷ Território quilombola do município de Alcântara, com área de 85.000 mil hectares, que reúne um conjunto de comunidades autodesignadas quilombolas, certificadas pela Fundação Cultural Palmares em 2004 como "remanescentes de quilombo". O referido pleito é resultado de mobilizações políticas por parte de agentes sociais e um conjunto de mediadores: lideranças políticas, sindicais, religiosas e movimentos sociais, referendados no artigo 68 do Ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. O acesso a esse dispositivo constitucional dar-se mediante a implantação da Base espacial e seus efeitos sobre o modo de vida de comunidades constituídas desde período colonial, com a desagregação das fazendas de cana-de-açúcar e algodão.



A pesquisa em Tiquara me permitiu analisar alguns aspectos relativos a heterogeneidade do território reivindicado. E a evidenciar, outras situações de conflito social que não estejam ligadas diretamente a Base. Haja vista que o designado território étnico de Alcântara é constituído por um conjunto de territorialidades específicas que acionam diferentes identidades étnicas (PORTELA, 2013). Dentre tais territorialidades específicas podemos citar as autodenominadas: *terras de santa*, *terras de santo*, *terras de santíssimo*, *terras de santíssima*, *terras da pobreza*, *terras de caboclo*, *terras de preto* (ALMEIDA, 2006), que bem podem ser que pode ser interpretadas como a relação estabelecida entre os moradores e o território por eles secularmente ocupado.

2.1 As condições de possibilidade da pesquisa e o conflito

A minha informante chave para a realização da pesquisa foi dona Inácia Rodrigues, uma senhora de 86 anos, moradora da comunidade Tiquara. A família de dona Inácia é composta por sua filha Eliane, Alberto seu genro, Priscila sua neta e Paulo Sergio seu filho, que atualmente reside na comunidade Arenhengaua. Tal família é vista pelos vizinhos e pelos de fora como o MABE e STTR como a uma das únicas famílias que resistiram às inúmeras investidas de um pretense comprador de terras para retirá-los do território.

Dona Inácia concentra em suas narrativas tanto aquelas referidas ao conflito com o pretense comprador de terras quanto aquelas que ouvira seus familiares contar a respeito do chamado tempo dos *brancos*. Tais narrativas aludem ao contexto de chegada de sua família na fazenda São Maurício, vinda de um povoado no município de Bequimão, limite com e município de Alcântara. Nestas narrativas dona Inácia esclarece que quando sua família mudou para a fazenda acima mencionada o período da escravidão já tinha cessado, no entanto ela que conta que um tio materno dizia que ainda encontraram vestígios de maltratos aos *pretos* pelos chamados *brancos*:

Ele contava que encontraram muita canela de preto acorrentada no mato, quando iam colocar roça achavam. Tinha o poço também que até pouco tempo dava para ver (antes da estrada de asfalto), diziam que os brancos jogavam os pretos nesse poço.

Fundada pelo senador Jerônimo José de Viveiros no início do período imperial, conforme ressalta Viveiros (1999), a fazenda São Maurício, foi o primeiro empreendimentos agrícola de uma próspera família de comerciantes. Considerada uma das mais influentes famílias da chamada *idade ouro*, a linhagem dos Viveiros barganharam cargos políticos e títulos nobreza no período imperial. De outra parte, a narrativa dos agentes pertencentes à famílias de ex escravos dos engenhos Kadoz, Tramaúba e São Maurício descrevem esses



denominados brancos como malvados, apontado para fugas e formação dos quilombos a exemplo do território quilombola de Camatutiua no município de Cajari⁸.

A casa de dona Inácia é bem ampla, rodeada de varandas e plantas, com um juçaral no quintal e outras árvores frutíferas. O motivo de a casa ser grande segundo dona Inácia é para abrigar os parentes que moram em São Luís, e que sempre os visitam nos períodos de férias e feriados. De fato, todas as vezes que lá estive, havia sempre parentes ou conhecidos hospedados, muitos destes, filhos de moradores que foram expulsos na década de 80.

Na minha estadia em Tiquara tive acesso a apenas duas famílias: a família dona Inácia e a família do sr. Raimundo Sousa. O meu acesso às demais foi inviabilizado devido a situação de conflito social agudo com o referido comprador de terras que expropriou mais de 30 famílias do povoado.

O conflito em questão é entre um pretense comprador de terras que adquiriu um quinhão de terras no final da década de 70, segundo as lideranças sindicais, esse quinhão equivale a aproximadamente 100 hectares de terras. Ao efetuar a referida compra este senhor como informa dona Inácia expulsou quase todas as famílias do povoado:

Esse homem veio de pinheiro se entrosou com Isidoro Sousa que tinha uma parte de herança e comprou o direito de Isidoro Sousa que tala no cartório como mais ou menos 100 hectares. Depois que ele comprou vinha de Pinheiro com o carro cheio de capangas e dizia que eram policiais. Enquanto eles estavam ai ficavam atirando, botando medo nas pessoas, tinha gente que passava o dia no mato com medo. Aí ele ficou ameaçando e ainda diz que nós somos invasores da terra dele. Isso dá um romance, todo mundo foi embora, ficou somente nós aqui e o João Sousa do outro lado, a maior parte foi embora, alguns foram para São Raimundo. (Rodrigues 08/0//2015)

A família do senhor João Sousa citado por dona Inácia como uma família que também resistiram às violentas investidas deste senhor, são herdeiros de um direito de terras, fato este que os colocam em outra situação perante o conflito.

O terror provocado por este pretense proprietário ocasionou ainda no início da década de 80, mesmo período da implantação do CLA, deslocamento das famílias para outros povoados e para bairros da periferia de São Luís, como: Vila Embratel, Liberdade, Cidade Operária e Vila Palmeira. Locais estes, onde residem a maior parte dos parentes e conhecidos de dona Inácia. A imobilização da força de trabalho (Almeida, 2010) e o impedimento de ter acesso às baixas e a colocar suas roças segundo dona Inácia, contribuíram para tais deslocamentos.

“Ele tomava os cofos de juçara das pessoas, destruía as roças. Tinha uma mulher chamada Teresa que era professora, nascida aqui, no dia que ele estava ai não tinha aula, ela morria de medo dele. Uma vez ela agarrou um

⁸ A esse respeito consultar Resistencia e Fé: narrativas de um quilombola.



peçoal e foram para Alcântara, mas a maior parte do povo na época não tinha documento e não tiveram como comprovar que moravam aqui. Aí eles não deram as leis (direitos), não tinham documentos.”

Nos últimos anos, o acirramento do conflito ocorreu devido à destruição das chamadas baixas _ por parte desse pretense comprador de terras _ consideradas pelos moradores como um bem não sujeito a apropriação individual como tratarei no tópico seguinte.

3. “NA BAIXA PEGAMOS O PEIXE, A JUÇARA, O BURITI PARA NOSSA ALIMENTAÇÃO”: USO COMUM DOS RECURSOS NATURAIS E CONFLITO.

A apropriação dos recursos naturais nas comunidades quilombolas de Alcântara, embora haja variações em determinados povoados, não obedece, por assim dizer, aos preceitos de uma lógica dominante de apropriação privada da terra e dos recursos naturais. A revelia da ordem estabelecida pelo Estado, essas comunidades constroem sistemas próprios com critérios e regras estabelecidos secularmente. Segundo Almeida,

“A terra é vista por eles com um bem não sujeito a apropriação individual em caráter permanente e a sua ocupação obedece a um determinado conjunto de regras, consoante um patrimônio cultural determinado, que prevê formas peculiares de utilização que combinam a apropriação privada com o usufruto comum dos recursos naturais”(ALMEIDA, 1985 apud SILVA, 2001).

Os estudos realizados na Baixada Maranhense desde o final da década de 60, notadamente aqueles referidos aos pesquisadores do Museu Nacional , como Mourão (2008) e Prado (2008) apresentam dados etnográficos acerca de como essas comunidades constroem tais regras, nos possibilitando aferir sobre a construção das territorialidades específicas, sejam elas: terras de preto, terras de santa, terras de santo, terras santíssimo, terras da pobreza (ALMEIDA, 2006), enquanto modos peculiares de acesso a terra.

Estudos mais recentes como Linhares (1999); Martins (1998); Almeida (2006); Silva (2001); Portela Nunes (2008); Pereira Junior (2009); Serejo Lopes (2015) incorporam nos seus trabalhos o uso comum dos recursos naturais e a relação com o território como elementos demarcadores da fronteira étnica (BARTH, 2000), em face do reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos. Pleito este, reivindicado a parti da mobilização política em confronto com a Base Espacial.

Nos meus deslocamentos em povoados designados como *terras de preto*, percebi que a gestão dos recursos seguem práticas e regras similares. Quando entrevistei a primeira liderança sindical, antes de ir até Tiquara, este me informou que o conflito era entre o pretense comprador de terras e os povoados São Mauricio, São Raimundo e Tiquara.



Entretanto nos seus relatos a compra de terras havia ocorrido apenas em Tiquara. A pesquisadora desavisada precisou fazer inúmeras perguntas para compreender que o que estava em jogo era a privatização de um recurso que o usufruto não se restringe apenas as fronteiras físicas do povoado _ as chamadas baixas.

O cercamento das baixas é tido pelos moradores de Tiquara e dos povoados vizinhos como componente principal do acirramento do conflito:

“Primeiro ele meteu as maquinas e fez 3 açudes e nós ficamos quietos, depois ele meteu as maquinas novamente para fazer 11 açudes dentro da baixa onde todo mundo usa. Aí reunimos todo mundo para tirar a s maquinas de lá... É uma baixa utilizada por São Mauricio e São Raimundo também. Lá tem uma cabeceira de manguezal e baixas, tiramos peixe, juçara, amarramos os bois. Aí ele ia terminar os açudes e cercar toda área. Ele prestou queixa na delegacia, fomos na delegacia e fizemos um acordo para que não houvesse cerca nenhuma e que não impedisse ninguém de usar. Depois disso ele faz uma cerca e nós novamente nos reunimos e derrubamos as cercas.” (Paulo Sergio Rodrigues, 08/08/2015)

O reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo pelo Estado brasileiro em 2004, segundo Paulo Sergio, os encorajou na luta pela permanência no território e a manutenção dos recursos naturais como inalienável do usufruto privado. Por outro lado, as regras que fundamentam essa modalidade de uso, podem, de certo modo, está alicerçada nas distintas formas de relações sociais estabelecidas dentro e fora dos povoados.

Nas entrevistas com dona Inácia e com seus filhos Eliane e Paulo Sergio era recorrente a referência ao local de moradia como marco temporal _ nesse tempo agente morava em beijuaçu _ ou _ nas terras do Babaçu_ ou ainda _ próximo ao igarapé. Na tentativa de entender os referidos deslocamentos realizados por esta senhora e sua família, me dispus a registrar anotações sempre que aparecia alguma menção a respeito do local de moradia. Ao questioná-la sobre tais deslocamentos percebi um certo descaso com minha indagação, ou vista por ela como prática corriqueira, adotada principalmente como estratégia de reprodução social do grupo.

Dona Inácia conta que seus pais nasceram num povoado chamado Carrapicho no município de Bequimão, povoado este, próximo da divisa com o município de Alcântara. Seus pais vieram trabalhar em São Mauricio, local onde ela nasceu. Ao contrair matrimônio com o senhor Torquato Pinheiro, ela muda para Tiquara, fixando residência próxima ao porto de Tiquara. Dentro do povoado Tiquara ela muda novamente com o advento da estrada de asfalto.

As estratégias adotadas por esta família quanto a mobilidade de moradia apontam para tipos distintos: a moradia próxima ao porto e igarapé possibilitava a essa família tanto acesso aos recursos naturais como peixes e mariscos, como facilitava também o acesso a



São Luís e Alcântara. Em segundo lugar de moradia próxima a estrada facilita o acesso atualmente das crianças a escola, bem como o favorece o deslocamento dos moradores a Alcântara e a outras cidades circunvizinhas.

A roça conforme pude observar, é a principal atividade produtiva dos moradores de Tiquara e dos povoados vizinhos aos quais tive acesso, São Raimundo e São Maurício. Pode se dizer que, é uma atividade que persiste o ano inteiro, dentro de um calendário agrícola específico, com temporalidades distintas referidas notadamente ao período chuvoso e de seca. De acordo com os agentes sociais entrevistados, os tipos de roças mais cultivadas são as chamadas roça de inverno e roça de verão.

Na denominada roça de inverno ou roça de tempo como alguns costumam a ele referir-se, é cultivado uma maior variedade de gêneros alimentícios. Entretanto, o cultivo de tais gêneros, de acordo com os agentes sociais, depende da quantidade de chuvas caídas no chamado inverno. Em Tiquara, por exemplo, eles costumam plantar arroz, milho e mandioca. Esses dois primeiros, exigem um solo mais úmido e são plantados geralmente próximos às chamadas baixas.

A seleção do local da chamada roça de tempo geralmente é realizada nos meses de setembro ou outubro. Na sequência ocorre o roço do mato, tal atividade é realizada predominantemente por homens. A escolha do lugar para o roçado depende também, do tipo de plantação a ser realizada_ podendo ser em matos mais altos, nas capoeiras ou próximo às chamadas baixas. Após o roço do mato, sucede a queima do mato, o plantio e a chamada capina– realizada em etapas.

Em janeiro, ao cair das primeiras chuvas, inicia o plantio da referida roça. A maniva, como designam o caule da mandioca, é uma das primeiras culturas a ser plantada. Todo ano agente roça num local diferente. Na roça de inverno, no período das chuvas, no mês de janeiro plantamos maniva, milho e arroz. Na roça de verão, plantamos só maniva, alguns plantam melancia também. A que você planta em janeiro vai tirar apenas em junho do próximo ano, com um ano e meio. A (maniva) que você plantou em setembro, você vai tirar em setembro do próximo ano”. (Eliane).

A roça de verão ou sangal é um tipo de roça utilizada apenas para o plantio da mandioca. Tal modalidade pode ser pensada enquanto estratégia do grupo, pois possibilita uma reserva de mandioca para o período em que a roça de tempo não pode fornecer mandioca para as famílias (PEREIRA JUNIOR, 2012). A colheita da mandioca nesta espécie de roça ocorre 12 meses depois do plantio, diferentemente da mandioca plantada na roça de tempo, que dura geralmente 18 meses até a safra.

Em Tiquara os agentes relataram que costumam cultivar os dois tipos de roças, acima arrolados. Além dessas, cultivam também o feijão ou a chamada roça velha, tipo de



roça onde se planta feijão. O plantio do feijão é realizado geralmente nos meses de maio ou junho nas chamadas capoeiras, próximo às designadas baixas. Áreas estas, onde outrora foi plantado arroz ou milho.

A colheita de determinados gêneros alimentícios ganham designações específicas e ocorrem em períodos distintos. A safra do milho, chamada dobra do milho, é realizada em dois períodos. Em abril é época de colher o milho verde _ utilizado para fazer canjica, bolo ou pode ser consumido assado ou cozido. Em junho ou julho ocorre a ultima dobra do milho. O arroz é coletado geralmente em maio, observei nas entrevistas que realizei duas designações _ apanha do arroz e corte do arroz. A colheita da mandioca, chamada desmanche de roça_ talvez porque seja aultima a ser cultivada _ ocorre geralmente de junho a outubro. Neste período realiza-se a produção da farinha, alimento este, essencial para o sustento das famílias, pelo que pude depreender.

A farinha é o principal produto preparado a partir do beneficiamento da mandioca. A produção desta é realizada na chamada casa de forno _ local este, utilizado também para a feitura de outros produtos, como a tapioca e massa para bolo. Normalmente nas comunidades quilombolas de Alcântara por onde visitei, predomina a produção de dois tipos de farinha: a chamada farinha d'água ou de puba_ a sua produção consiste na inicialmente na coleta da raiz da mandioca, na sequência coloca – a de molho em tanques por aproximadamente 5 dias. Após esse processo de fermentação da mandioca, a mesma é transformada em massa e passada no tipiti para retirada do tucupi. Antes de a massa ser levada ao forno, esta é passada nas peneiras ou urupemas para remoção da carueira.

O processo de beneficiamento da mandioca para a produção da denominada farinha seca ou branca distingue-se daquele descrito anteriormente. A feitura desta, não reclama pelo processo de fermentação, sendo utilizada uma engenhoca chamada catitu para transformar a mandioca em massa. Ademais, segue os outros processos explicados na preparação da farinha d'água. O processo de produção de farinha envolve geralmente todos da unidade familiar, sendo às vezes necessário contar com a ajuda do grupo de parentes ou vizinhos, dependendo do tamanho da produção. Em Tiquara, por exemplo, a família de dona Inácia desmancha a roça com a família do sr. Raimundo Sousa. Eliane conta que o referido trabalho não se baseia em troca de dias ou de serviço quantificado: “se um fizer 40 peneiro de farinha e o outro 70, fica por isso mesmo”, _ mas obedece a um sistema de ajuda mútua praticado por essas coletividades.

A produção da farinha de modo, por assim dizer, tradicional, concorre com as casas de farinhas implantadas por governamentais, com equipamentos munidos de tecnologias, a despeito daquelas utilizadas nos povoados ao longo do tempo. Tais iniciativas têm como objetivo principal o aumento da produtividade e conseqüentemente da renda e do lucro.



Entretanto, durante as minhas atividades de pesquisa de campo, observei que os agentes reportavam-se a tais casas sem nenhum entusiasmo, de modo a salientar um certo dissabor a tais iniciativas. Em São Raimundo, por exemplo, a casa de projeto não é utilizada, os agentes narram ainda que não se familiarizaram com os equipamentos, principalmente com a chamada prensa utilizada para enxugar a massa em substituição ao tipiti. Nota-se também, a partir dessa ação do Estado, um sistema de lógica e racionalidades distintas, que impera na relação deste com agências estatais.

Ao longo de minhas pesquisas atinei também que a roça é referenciada pelos agentes, para além das atividades produtivas, refere-se ainda a luta pela permanência no território reivindicado. Cumpre ressaltar, uma sacralidade por mim observada, durante uma festa de Nossa Senhora da Batalha em Castelo, quando em meio a minhas anotações, ouvi uma senhora dizer a sua sobrinha, que estava diante de um pedinte por um pouco de farinha a seguinte frase: *“olha, não podemos negar farinha a ninguém, farinha é o pão da terra, foi Deus que deixou”*.

4. TERRITORIALIDADES ESPECIFICAS E A CONTRUÇÃO DE EXPECTATIVAS DE DIREITO COMO “REMANESCENTES DE QUILOMBOS”

As situações de *terras de preto* no chamado território étnico de Alcântara, notadamente na parte certificada que não foi desapropriada, como explicitado e por onde tive oportunidade de visitar, configuram no presente diferentes tensões sociais. A pressão agrária gerada pela implantação da base e as sucessivas ameaças de deslocamentos, concorrem com o aquecimento do mercado de terras, a exemplo do que ocorre em alguns povoados que visitei durante a pesquisa de campo empírico, como: Castelo, São Mauricio e Tiquara; tive notícias ainda de tais ocorrências em Cajiba. Tais problemáticas corroboram também para a construção de uma expectativa de direito como quilombolas, fundamentos no Art. 68 do ADCT da Constituição Federal.

Em Tiquara, os agentes sociais relatam que a situação de conflito teve início a partir da chegada de um pretense comprador de terras no início da década 80. Foi nesse mesmo período que a Base foi instalada, resultando na expulsão de mais de 30 famílias do povoado. Foram também apontadas outras problemáticas, como a destruição das chamadas baixas, com a instalação de açudes, a implantação de um projeto habitacional e uma casa de recuperação de dependentes químicos dentro do povoado, dentre outras. O cercamento das referidas baixas pelo pretense comprador de terras colide com a apropriação dos recursos naturais nas comunidades quilombolas de Alcântara, que embora haja variações em determinados povoados, não obedece, por assim dizer, aos preceitos de uma lógica



dominante de apropriação privada da terra e dos recursos naturais. Conforme observado, a revelia da ordem estabelecida pelo Estado, essas comunidades constroem sistemas próprios com critérios e regras estabelecidos secularmente.

A Constituição Federal promulgada em 1988, no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assegura o direito territorial aos “remanescentes das comunidades de quilombos”. Entretanto, a expressão “remanescentes das comunidades de quilombos” instituída no âmbito do campo jurídico, de acordo com Almeida (2011), deve ser problematizada, considerando que suscita várias interpretações sobre o conceito de quilombo. Ressalta-se neste sentido aquelas interpretações alusivas às definições formais do Conselho Ultramarino de 1740, que levou a “frigorificação”, por assim dizer, de definições posteriores com base em tal acepção.

De outra parte, a situação das comunidades quilombolas de Alcântara que me proponho a estudar foge, por assim dizer, do estereótipo de quilombo que segue os moldes da definição do Conselho Ultramarino de 1740 (ALMEIDA, 2011). Trata-se de comunidades que historicamente foram constituídas a partir da desagregação de grandes engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de algodão, estruturados no período colonial. Alguns estudos, a exemplo daqueles com enfoque antropológico, apontam que a falência dessas fazendas resultou de crises econômicas antes mesmo da abolição da escravidão, levando os chamados “brancos”, que as controlavam, a “fugirem” de Alcântara para a cidade de São Luís. As terras foram deixadas aos cuidados dos chamados encarregados que eram responsáveis pela propriedade e por cobrar foro daqueles que as cultivavam ou como ocorreu em alguns casos foram doadas a ex-escravos.

A saída desses chamados *brancos* é mencionada em narrativas tanto nas comunidades quilombolas de Alcântara, notadamente naquelas localizadas próximas de alguma ruína ou referida a alguma fazenda, quanto em obras literárias consultadas, como no Poema Sujo e em Noites sobre Alcântara, de Ferreira Gullar e Josué Montello, respectivamente. Contudo, diferentemente das interpretações nostálgicas empregadas nessas obras, os agentes sociais, ao relatarem a saída dos denominados brancos, elucidam o contexto de acesso à terra pelos autodesignados pretos. Entretanto, o que foi interpretado como a decadência da lavoura se constituiu na garantia da reprodução social das famílias que permanecerem nas terras, incorporando em suas práticas sistemas próprios de utilização dos recursos naturais, dentre eles o sistema de uso comum, identificado em pesquisas realizadas desde a década de 70.

De todo modo, pode se conjecturar também que a produção intelectual desses consagrados, contribuiu em certa medida, para a implementação de práticas ideológicas



e/ou políticas fundamentadas na constatação de um suposto “atraso” social, cultural e econômico a que estava fadada a referida cidade.

Destarte, Serejo Lopes (2015) salienta que a decadência da lavoura enquanto padrão explicativo vigente continua a alimentar os discursos dos planejadores do programa aeroespacial brasileiro. Todavia, pode-se asseverar ainda que as interpretações da classe dirigente, acima citada, referida à “fuga” dos chamados brancos, produz, até os dias atuais, efeitos que são, por assim dizer, danosos àquelas comunidades que no presente se colocam perante o Estado brasileiro como “remanescentes de quilombo”.

Os conflitos analisados acionam dispositivos de direitos na luta pela manutenção de seus territórios, historicamente constituídos e pelas identidades étnicas. Dessa forma, a análise de situações de afirmação da identidade das designadas comunidades remanescentes de quilombo nos permite considerar que o território, a identidade e a construção de uma perspectiva de direito caminham juntos, por assim dizer, como dimensões analíticas distintas de um mesmo processo (PORTELA NUNES, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de descrever situações de conflitos que, aos olhos de um pesquisador desavisado poderia figurar apenas sob a égide do conflito agrário, me facultou proceder a uma análise mais detida sobre os diferentes processos de afirmação identitária _tomando como foco aquelas situações de acesso a terra decorrente da saída dos chamados *brancos*, conforme tratado. Todavia as narrativas sobre essas situações sociais denominadas *terras de preto*, ganham força em face da mobilização política contra as ações da Base e pela permanência no território, garantida pelo Art. 68 do ADCT. Por outro lado, ao tratar da territorialidade específica acima citada, tentei descrever as diferentes interpretações da saída dos chamados brancos pelos agentes sociais referidos no presente a comunidades próximas as ruínas de engenho ou casa grande, e pelos literatos consagrados.

A decretação da inconstitucionalidade ou até mesmo a invalidação dos dispositivos jurídicos (Art. 68 do ADCT e Convenção 169) afetaria de modo singular os povos e comunidades tradicionais _ subtraindo destes a esperança de posse definitiva dos seus territórios e garantia dos seus direitos. Todavia, notamos também, que os interesses divergentes desses povos com seus antagonistas, perpassam precipuamente pela relação destes estabelecida com território. No caso das comunidades quilombolas de Alcântara, o uso distinto dos recursos naturais, marcam, por assim dizer, o contraste dos quilombolas com pretensos compradores de terras ou com os militares da Base.



De todo modo, as narrativas de acesso a terra ou a memória de lutas referidas a Base espacial, ou ainda o acionamento do Art. 68 do ADCT convergem de diferentes maneiras e contextos para a afirmação de uma identidade étnica. Nesse sentido, a construção de uma perspectiva de direito como “remanescentes de quilombos” na fala dos agentes, perpassa pela garantia (titulação) de permanência no território tradicionalmente ocupado e o acesso aos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____, Alfredo Wagner Berno. Os Quilombos e as Novas Etnias. Manaus: UEA Edições, 2011

_____, Os quilombolas de Alcântara e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. vol. 1, Brasília: MMA, 2006.

_____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010

BACHELARD, G.: A formação do espírito científico. São Paulo: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: O guru, e o iniciador e outras variações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p.25-67.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: O poder simbólico. Lisboa, DIFEL, 2002.

_____. Compreender. In: A miséria do mundo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007. p. 693-713.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2008.

DOS ANJOS, L. Direitos, Resistências e Mobilizações: A luta dos Quilombolas de Alcântara e a Base Espacial. Orgs. Patrícia Portela, Cynthia Martins; [et al] . 1. ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. v. 6. 129p



GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: Obras e Vidas: O antropólogo como autor. Editora UFRJ, 2002.

_____. A interpretação das culturas. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008

LIFSCHITZ, J. A. Comunidades tradicionais e neo comunidades. Rio de Janeiro: Contracapa. 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. [1922]. Argonautas do Pacífico Ocidental. Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MORAIS, S. PEREIRA, S. A. DINIZ, M. A. P. [et al] . Lutas em Memória: A luta pela 'terra' reforçada pela luta em defesa dos 'territórios' quilombolas. Orgs. Patrícia Portela, Cynthia Martins; [et al] 1. ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. v. 6. 167p .

PEREIRA JUNIOR, Davi. Territorialidades e Identidades Coletivas: Uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012.

PORTELA NUNES, Patrícia Maria. Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo. Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF, 2011.

PRADO, Regina de Paula Santos. Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa: São Luis. EDUFMA. 2007.

SÁ, Laís Mourão. O pão da terra: propriedade comunal e Campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense. São Luis: EDUFMA, 2007.

SEREJO LOPES. Danilo da Conceição. As territorialidades específicas como categoria de análise na construção do direito de propriedade das Comunidades Quilombolas de Alcântara, Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia- PPGCSPA/UEMA, 2015.

VIVEIROS, Jerônimo de. Alcântara no seu passado Econômico, Social e Político. São Luís: ALUMAR, 1999.

**GT 10 – CAMPESINATO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AMÉRICA LATINA****TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DO MST NO SUDESTE PARAENSE**

Rogério Rego Miranda (USP/UNIFESSPA)¹
rogeriomir@usp.br / rogeriomir@unifesspa.edu.br

RESUMO

A territorialidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense se realiza, grosso modo, em quatro momentos. Nesses foi se desenvolvendo estratégias de territorialização que se pautavam em ocupações de terras, manifestações e construção de acampamentos cuja intencionalidade era a constituição de Projetos de Assentamentos (PAs). Entrementes, havia a necessidade de se pensar em formas de permanência no território face às ações hegemônicas do capital que visam a desterritorialização dos assentados, desta feita, o MST desenvolve para além da luta pela terra, a reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia que garantem, ainda que de forma gradual, conflitiva e contraditória, a possibilidade de permanência dos assentados e dos acampados no território.

Palavras-chave: Território; MST; Sudeste Paraense; Contra hegemonia.

1. INTRODUÇÃO

A territorialidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense se realiza, grosso modo, em quatro momentos. O primeiro, no final da década de 1980 e início de 1990, ainda muito vinculado ao movimento posseiro existente na região, o qual se pautava em um forte vínculo sindical; ocupações por parte dos homens de áreas no interior da mata; e confronto direto com o fazendeiro e suas formas de violência. O segundo momento (1991-1996) não significou uma ruptura com o movimento posseiro, mas implica mudanças nas formas de luta pela terra, especialmente porque já começa a ter experiências positivas na área, com a conquista de alguns Projetos de Assentamento (PAs), em outros termos, a espacialização da luta pela terra possibilita a territorialização do MST.

Nesse sentido, não se restringe a uma atuação sindical e local, busca construir uma base territorial mais ampla que lhe possibilitou no contexto atual “saltar escalas” (SMITH, 2000), ou seja, articular-se em rede e, por meio de alianças políticas, construir ações locais/regionais/nacionais.

Para este fim, iniciam ocupações sistemáticas de terras de grandes agentes econômicos como a empresa mineradora VALE .S.A (que até no início dos anos de 1990

¹Doutor em Geografia Humana (USP), professor da Unifesspa, coordenador do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp) e do Rede Dataluta-Pará.



era Companhia Vale do Rio Doce) e latifundiários que se articulavam ao setor agropecuário em voga na região a partir da década de 1970, mediante aos incentivos concedidos pelo governo federal. Sua estratégia consistia em reunir um grande número de famílias que ocupariam áreas próximas às margens das estradas e principais cidades, além do enfrentamento direto com o Estado, por meio de manifestações em prédios públicos, marchas, protestos etc.

O terceiro momento tragicamente se anuncia com o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, cujo episódio culminou com a morte de 19 (dezenove) trabalhadores rurais sem-terra, mas, por outro lado, ao peso de “luta, suor e sangue”, amplia-se as conquistas territoriais com a criação de diversos assentamentos e a ocupação massiva de outras áreas, que resultaram na recuperação de terras públicas outrora monopolizadas pelos fazendeiros.

Por volta de 2003, aproximadamente, outro momento de territorialização da luta pela terra se desvela, isto porque se coloca em questão a necessidade de continuidade da luta, porém com o avanço das alianças regionais/nacionais/internacionais e o debate sobre a permanência dos sujeitos no campo, tendo em vista as diversas precariedades a que são submetidos, como ineficiência das políticas públicas de financiamento, escoamento e comercialização da produção e assistência técnica, além de péssimas condições infraestruturas em termos de circulação e saúde e situações de ameaças por parte de médios proprietários que visam se apropriar de maneira ilícita de lotes dos assentados.

Essas questões há muito tempo já fazem parte do temário do MST, todavia, o acúmulo de experiências em diversas escalas geográficas lhe permitiu criar ações no sentido de disputar os aparelhos privados de hegemonia que permitam – salvaguardando as devidas proporções nas relações de poder que envolvem os diversos agentes que engendram a disputa destes aparelhos no seio da sociedade civil – a continuidade da luta pelo território e pela permanência nele.

Isso se realiza especialmente no âmbito da educação e da produção. No primeiro caso reivindicando escolas nos acampamentos e assentamentos que dialoguem com os princípios do movimento socioterritorial, além de cursos nos Institutos Federais e Universidades Públicas que tenham ampla participação e orientação dos movimentos existentes na região, com o intuito de gerar conhecimentos que possibilitem a permanência dos sujeitos no campo, porém a partir de outra lógica e de outro projeto territorial não hegemônico.

No segundo caso, a produção é pensada de maneira articulada com a educação, mediante debates acerca da agroecologia nos diversos níveis educacionais, desta maneira,



busca-se a construção de um projeto territorial contra hegemônico, conforme iremos discutir ulteriormente.

A construção territorial da contra hegemonia do MST no sudeste paraense

É necessário observarmos os movimentos sociais de uma maneira mais aprofundada, destacando sua dimensão territorial que nos indica a complexidade com a qual esses movimentos desenvolvem suas estratégias; daí a proposição de pensarmos os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2001). Estes compreendem o território como um trunfo (RAFFESTIN, 1993) que corresponde ao principal meio de reprodução (recurso), assim como o é para o agronegócio – pautado no capitalismo rentista próprio da formação econômico-social do Brasil e, particularmente, da Amazônia. Para Raffestin o território corresponde ao campo de ação dos trunfos, dentre os quais destacamos neste trabalho a terra, envolta em “relações de produção e de propriedade” (1993, p. 230) que, ao interagir, “produzem um sistema de relações de poder” (1993, p. 230).

Segundo Fernandes (2005), movimento social e movimento socioterritorial compreendem o mesmo sujeito coletivo, cuja organização conjunta objetiva uma determinada ação que possibilite a defesa de seus interesses e a transformação da realidade; logo, estão disputando um projeto de desenvolvimento territorial, daí o conflito fazer parte do cotidiano dos movimentos socioterritoriais. Estes, igualmente, devem ser compreendidos em sua multidimensionalidade – econômica, política, social, cultural e ambiental – e podem atuar em escalas diversas, dependendo do grau de organização e articulação. Por exemplo, os movimentos socioterritoriais isolados são mais restritos à escala local, enquanto que os movimentos socioterritoriais territorializados trabalham em mais de uma escala geográfica. Em suma, tanto movimentos isolados quanto territorializados representam a disputa por um tipo de território que é divergente do território do capital – embora, contraditoriamente, os assentamentos conquistados e organizados pelos movimentos socioterritoriais sejam atrelados ao capital e, em determinados contextos, orientados por ele –, por isso observamos a presença de múltiplas territorialidades na realidade concreta:

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. Para se compreender essa disputa é importante uma análise dos níveis e escalas territoriais: o primeiro território e o segundo território. O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de



propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja, os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. Este é fração do território estadual, que por sua vez é fração do território nacional. (FERNANDES, 2008, p. 280)

Pedon (2009) acrescenta que o movimento socioterritorial se fundamenta pela organização de uma agenda permanente, com medidas sistemáticas com o intuito de transpor os obstáculos impostos à organização do movimento, construindo paulatinamente planos e metas. Essa agenda corresponde a uma prática política, cujo processo de construção se vale de três momentos: a *comunicação* – reuniões de socialização dos valores intrínsecos aos movimentos; a *edificação do espaço interativo* – mobilização de trocas de experiências e aprendizados, que possibilitem a conscientização de que são excluídos; e a *definição dos espaços geradores de sujeitos* – produção de reflexões e da (re)elaboração de estratégias e objetivos, em conformidade com as especificidades do movimento socioterritorial.

Em concordância com essas proposições, nosso trabalho também entende que a leitura dos movimentos sociais carece de uma discussão sobre o território, em suas manifestações material e imaterial, que se encontram interligadas. Porém, analisamos o caráter contra-hegemônico do projeto territorial dos movimentos, com destaque ao MST, foco de nossa pesquisa na realidade do sudeste paraense.

A contra-hegemonia aqui discutida não se limita à produção de um conjunto de estratégias que visam apenas resistir em um dado espaço-tempo específico, mas que, como anuncia Pedon (2009), almejam igualmente uma agenda permanente, em que se (re)elabore o projeto de desenvolvimento territorial proposto ao campo; em outras palavras, uma guerra de posição de longa duração. Nesse sentido, a contribuição gramsciana é de fundamental importância, pois seus conceitos nos ajudam a compreender, à luz da formação territorial da realidade, de que maneira o MST vislumbra a condição do moderno príncipe, a partir da disputa pelo território, contudo não apenas como trunfo, no seu sentido material, mas igualmente como meio de constituir um projeto contra-hegemônico desenvolvido mediante um consenso ativo, produzido com base nas experiências, necessidades, trajetórias geográficas dos sujeitos. Por isso há a disputa pela (re)apropriação dos aparelhos privados de hegemonia, ressaltando que essa hegemonia pressupõe a construção de um *domínio* e de um *consenso* – no caso dos movimentos socioterritoriais, de um domínio coletivo e um consenso advindo da classe subalterna.

Esses elementos são fundamentais para a compreensão do nosso objetivo de pesquisa, que versa sobre a análise da(s) forma(s) de territorialização contra-hegemônica desenvolvida(s) pelo MST, na realidade do sudeste paraense, e que tem como recorte



espacial os assentamentos conquistados por esse movimento socioterritorial, no período de 1994 a 2016.

Nesse sentido, compreendemos que o MST utilizou como estratégia inicial de territorialização a luta pela terra, apropriando-se da experiência da resistência posseira, cuja ação sindical, em um primeiro momento, divergiu do MST por esse movimento socioterritorial representar a possibilidade de disputa pelas ações relativas à reforma agrária na região, além de apresentar estratégias bem diferentes em termos da forma como se realizava a ocupação das terras por parte dos posseiros até a década de 1980. Porém, estes últimos, posteriormente, acabaram por tecer com o MST uma aliança territorial, conformando um bloco histórico-geográfico ainda em aberto, contraditório, com ações conjuntas momentâneas no caso de ocupações de terras, todavia cada vez mais frequentes no que tange à disputa pelos aparelhos privados de hegemonia, com destaque para o âmbito educacional, ações coletivas que são conhecidas regionalmente como “arco da aliança”.

Como a luta pela terra era a principal forma de territorialização do MST nos anos iniciais da década de 1990, ele adotou como táticas a ocupação de grandes fazendas, enfrentando os agentes econômicos hegemônicos da região, como os antigos donos dos castanhais, que reinavam política e economicamente até os anos 1960, mas que passaram por uma relativa crise de hegemonia em decorrência da modernização empreendida pelo governo federal na década de 1970, que priorizou o capital internacional e empresários do Centro-Sul do país. Esses donos dos castanhais igualmente se modernizaram e transformaram as áreas de extrativismo em locais de exploração madeireira e, seguidamente, de pecuária.

Além desses sujeitos, o MST vai conflitar com os novos agentes econômicos que se apropriaram irregularmente de grandes extensões de terras por meio da compra de áreas dos antigos donos dos castanhais ou de porções pertencentes a assentamentos criados pelo Grupo Executivo Araguaia-Tocantins (GETAT), que, por não apresentarem condições mínimas de reprodução social e econômica, perderam muitos assentados, que acabavam se desfazendo da propriedade para mais uma vez se tornarem migrantes ou que simplesmente eram expulsos. Um terceiro agente com que o movimento socioterritorial entrou em choque foram as empresas mineradoras, com destaque para a atual Vale.

Muitas dessas ocupações de terra desencadearam ou não a construção de acampamentos, local de permanência dos sem-terra ao longo de anos, desenvolvendo, por meio dos núcleos de base, relações de sociabilidade e ações coletivas, dentre as quais destacamos as manifestações desenvolvidas em conjunto com outros assentamentos e/ou



acampamentos do MST ou dos demais movimentos sindicais, principalmente a Federação de Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI).

A partir dessas táticas o MST pode conquistar os assentamentos que priorizamos em nossa pesquisa, quais sejam: 1º de Março, em São João do Araguaia; 26 de Março, em Marabá; 17 de Abril, Cabanos, Canudos e Lourival Santana, de Eldorado dos Carajás; Palmares II e Onalício Barros, em Parauapebas; e Nega Madalena, de Tucumã.

Salientamos que, durante a produção deste trabalho, visitamos diversos acampamentos organizados pelo MST com o intuito de compreender melhor essa condição de extrema precariedade territorial e de violência simbólica e física devido, entre outras razões, às restrições de deslocamento que os acampados sofrem cotidianamente, pois podem vir a óbito ou serem agredidos ao realizar muitas de suas atividades diárias como caça na mata; à assepsia e pesca nos rios próximos; à saída para trabalhar na cidade ou nas vilas rurais da região; à saída para estudar. Nos locais visitados, interagimos com sujeitos de trajetórias geográficas diversas, mas que convergiam em processos histórico-geográficos comuns, marcados por expropriação, negação de direitos, perda de entes queridos, preconceito, exploração exacerbada do seu trabalho e necessidade de migrar compulsoriamente, elementos que fizeram esses diversos sujeitos encontrarem-se no movimento sem-terra e ressocializarem-se como protagonistas da luta pela conquista de sua terra.

Nesses espaços as violências e precariedades que, no período estudado, observamos nos acampamentos existentes no sudeste paraense foram relatadas e experienciadas pelos assentados. Estes, por seu turno, atualmente enfrentam a luta pela permanência no seu território face às disputas que desenvolvem em relação aos fazendeiros que moram nas proximidades, os novos agentes econômicos que redefinem relações internas com a compra de propriedades, intimidações, mercantilização das relações e distanciamento do movimento socioterritorial.

Nesse contexto o MST teve de implementar estratégias que vão além da luta pela terra – embora esta permaneça importante no contexto do sudeste paraense, em decorrência da forte concentração fundiária – visando a construção de um outro projeto de desenvolvimento territorial a ser disputado com a hegemonia do capital agropecuário e mineral na região, o que denominamos de projeto contra-hegemônico.

Para esse fim, somando-se às ocupações de terras e manifestações, ou mesmo para a permanência da territorialidade do movimento socioterritorial, foi necessário a estruturação histórica da *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra*, que permitiu ao MST a construção dos assentamentos existentes, assim como dos acampamentos, estabelecendo entre eles relações de solidariedade e ajuda mútua, além de uma rede de parentesco.



Paralelamente, expandiu-se o bloco histórico-geográfico por meio de alianças territoriais mais amplas, através da Via Campesina, que se articula em diversas escalas geográficas, ou ainda, utilizou-se da política de escala para criação dos assentamentos e a implementação de políticas públicas, dentre as quais destacamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), consubstanciando o tripé no qual atua mais incisivamente o MST: *Terra-Produção-Educação*.

A rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra e do bloco histórico-geográfico em desenvolvimento possibilitaram a construção de propostas contra-hegemônicas e a implementação destas nos PAs como medidas para que os assentados e suas gerações futuras permaneçam nos territórios conquistados por meio de muito *sangue, suor e luta*. Para este fim, foi importante a disputa dos aparelhos privados de hegemonia para pensar um outro modelo de educação que considere os sujeitos do campo e suas especificidades – daí o MST formular um conjunto de princípios que deveriam nortear o ensino nos acampamentos e assentamentos, contribuindo para a formação de intelectuais orgânicos.

O MST, em conjunto com outros movimentos socioterritoriais e sindicais, vai se utilizar de políticas de escalas educacionais (MEEK, 2014) para repensar regionalmente e nacionalmente as políticas públicas, no intuito de construir a Educação do Campo, com a ampla participação dos movimentos, sendo importante nesse processo o PRONERA, que garantiu gradativamente a alfabetização de crianças, jovens e adultos residentes no espaço agrário brasileiro e, particularmente, do sudeste paraense.

Entretanto, mais do que isso, o PRONERA reforçou o projeto do MST de “ocupar as escolas” com professores formados a partir dos seus princípios, e igualmente ajudou a construir cursos nas Universidades e Institutos Federais do Pará, que se tornam outro local de disputa com os agentes econômicos hegemônicos, como as empresas mineradoras, que incentivam os cursos de engenharias, e os fazendeiros, que priorizam os cursos voltados para o agronegócio.

Articulada a proposta de uma reforma agrária popular e a uma educação emancipatória, o MST hoje também incentiva uma produção agroecológica. Antes dessa proposta contra-hegemônica no sudeste paraense foi desenvolvida uma ação pouco exitosa de cooperativas agroindustriais, cujas estruturas foram implementadas pelo estado nos PAs, principalmente em virtude do massacre de Eldorado dos Carajás. A ideia era construir projetos produtivos coletivos, mas o ponto de partida era uma relação social regional pautada em relações individuais devido às atividades anteriores dos sem-terra serem



marcadas por sociabilidades mais distantes e pouco coletivas: atuavam como garimpeiros, peões, vaqueiros, empregados em empresas etc.

Em princípio, as cooperativas foram desenvolvidas pelo MST a partir de modelos externos ao sudeste paraense e pouco consideravam as experiências históricas de ações coletivas dos sujeitos, suas próprias expectativas, necessidades e anseios; esse modelo acabou consubstanciado em *ideias fora do lugar*.

Nesse contexto, por um lado, a construção de cooperativas não surtiu o efeito esperado de consolidar o cooperativismo entre os assentados, que findaram por retomar projetos individuais em suas propriedades; por outro lado, esses sujeitos sentiram a necessidade de criar algumas ações coletivas que não partiram de modelos impostos, mas de produtos que achavam mais condizentes com suas trajetórias geográficas de uso do solo e com aqueles sujeitos que, ao longo da história do assentamento, teceram um conjunto de relações de proximidade, seja de vizinhança ou de parentesco.

Contrariamente à intencionalidade de uma produção coletiva e diversificada, há hoje nos assentamentos um forte processo de pecuarização incentivada pelo próprio Estado via políticas públicas como o PRONAF e pelos atravessadores, fazendeiros, laticínios e frigoríficos que compram direta ou indiretamente os produtos oriundos da pecuária, como o leite e a carne bovina, contribuindo para uma forte dependência dos assentados em relação ao mercado, muito embora a diversificação não deixe de existir, pois é a condição da reprodução camponesa face às crises do próprio mercado que concorrem para oscilação dos preços do leite e da arroba do animal.

Com o intuito de contribuir com a diminuição dos problemas causados pela pecuarização nos PAs no âmbito *econômico* (maior dependência em relação ao mercado), *político* (distanciamento do próprio movimento socioterritorial e das estratégias de defesa do território historicamente desenvolvidas por aqueles que integram o movimento), *ambiental* (degradação progressiva do solo e das áreas de matas, contribuindo inclusive para o assoreamento e contaminação dos rios) e *cultural* (com a perda da identidade sem-terra e da memória da conquista da luta pela terra materializada nas místicas, que dão lugar à cavalgada), o MST vem discutindo cada vez mais a importância de uma produção agroecológica.

A agroecologia envolve a construção de um projeto territorial contra-hegemônico que se pauta na filosofia da práxis, ou seja, em um conjunto de valores produzidos a partir das experiências dos sujeitos do campo, cujos saberes são fundamentos para a construção de uma teoria transformadora da realidade, em que o papel dos movimentos socioterritoriais e sindicais, em consonância com a participação das Universidades (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) e dos Institutos (*campus* Rural de Marabá do Instituto Federal do



Pará e Instituto Latino Americano de Agroecologia Amazônico), é de grande importância para garantir a inclusão desses saberes em políticas públicas, em cursos de ensino básico e superior e na própria realidade dos PAs. Apesar disso, a agroecologia ainda tem uma difusão mais discursiva do que prática nessas realidades, visto o longo tempo de luta pelo território, as experiências pouco frutíferas de cooperativismo, o forte incremento da pecuária e a diminuta assistência técnica (especialmente porque ela ainda está fortemente marcada por um viés produtivista e não agroecológico), o que está sendo repensado pelos Institutos nos cursos direcionados aos filhos dos assentados.

Considerações finais

Em termos gerais, a proposta contra-hegemônica do MST no sudeste paraense compreende a terra como *locus* de reprodução camponesa em suas mais diversas dimensões, compreendendo-a como *terra de trabalho*, conflitando com a *terra de negócio*, conforme conceitua Martins:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em terra de *exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. (1980, p. 60, grifado no original)

Nesse caso, o que se está disputando é a possibilidade de se ter um regime de propriedade distinta daquela pautada na propriedade capitalista da terra, elemento que unifica as lutas dos diversos sujeitos expropriados ou não no campo (MARTINS, 1980), os quais desenvolvem relações não capitalistas de produção.

Na realidade dos PAs conquistados e organizados pelo MST se observa essa luta pela permanência em um território que lhes garanta segurança em relação a uma longa trajetória de migração e insegurança territorial, com relações de maior proximidade e coletividade, o que não significa a inexistência de conflitos e contradições em graus diferentes e de natureza diversa, conforme buscamos demarcar neste trabalho.

Em consonância à terra de trabalho, o movimento socioterritorial almeja a perpetuação da luta pela/na terra por meio de uma educação emancipatória em que cada

“cidadão” possa tornar-se “governante” e que a sociedade o ponha, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia



política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade. (GRAMSCI, 1995, p. 137)

Essa ideia de Gramsci (1968) de pensar uma outra hegemonia por meio da emancipação do subalterno perpassa por uma emancipação cultural e por uma compreensão de que tanto o econômico quanto o político-filosófico são manifestações da mesma realidade que se encontra em movimento, assim a

emancipação do subalterno passa pela construção de um novo bloco histórico e, como constitutivo desse processo, de uma reforma moral e intelectual (uma revolução cultural gerada na auto-educação das massas). (DEL ROIO, 2007, p. 69)

Desta feita, a Educação do Campo pode vir a se constituir como um dos caminhos possíveis para a construção dessa emancipação do camponês subalterno e para a cisão com a educação profissional demandada pela classe dirigente. A Educação do Campo é importante também para a manutenção dos sujeitos na terra, especialmente com a proposta da agroecologia que unifica a luta pela terra e por um projeto contra-hegemônico que dispute o território do sudeste paraense com o modelo agropecuário e mineral em franca expansão nessa realidade. Tal expansão se dá por meio dos diversos empreendimentos minerais ou pelo avanço do agronegócio atrelado à soja e à pecuária e resulta na expropriação dos sujeitos do campo ou na violência física que ceifa constantemente aqueles que se opõem à propriedade capitalista da terra, buscando negar-lhes o direito ao território – daí os vários massacres, como o de Eldorado dos Carajás, se repetirem ininterruptamente: o último deles ocorreu na manhã do dia 24 de maio de 2017, pouco antes de finalizarmos este trabalho, no município de Pau D'arco, onde dez posseiros, sendo nove homens e uma mulher, foram assassinados durante uma ação de reintegração de posse no acampamento existente na Fazenda Santa Lúcia, levada a cabo pelas Polícias Civil e Militar do estado do Pará (CHAGAS FILHO, 2017).

REFERÊNCIAS

CHAGAS FILHO. Conflito tem 10 pessoas mortas. **Correio do Tocantins**, Marabá, 25 maio 2017. Disponível em: <<http://www.ctonline.com.br/?inicial¬icia=policia&titulo=4gLKAxvLOVmmRFcOnA%3D%3D>>. Acesso em: 25 maio 2017.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. de Sociol. e Polít.**, Curitiba, n. 29, nov. 2007, p. 63-78.



FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. **Anais ...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

_____. **Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra.** Presidente Prudente, 5 ago. 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Construcaoconceitual.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Cartas do cárcere, v. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MEEK, David Duncan. **Movements in education: the political ecology of education in the brazilian landless workers' movement.** 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Georgia, Athens, 2014. Disponível em: <[http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek Movements in Education.pdf](http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek%20Movements%20in%20Education.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica.** 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SMITH, Neil (1997). Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença.** São Paulo: Papirus Editora, 2000, p. 132-175.

**GT 10 – campesinato e conflitos fundiários na América Latina.****NOVAS ESTRATÉGIAS E CONFIGURAÇÕES DO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO PARÁ: A OCUPAÇÃO QUILOMBOLA**

Claudiane de Fátima Melo de Sousa (UFPA)¹
nanni.sousa@gmail.com
Petrônio Medeiros Lima Filho (UFPA)²
petronio.mlf@gmail.com

RESUMO

Desde que foi garantido pela Constituição Federal de 1988 o direito à regularização fundiária de seus territórios, as comunidades quilombolas têm enfrentado diversos desafios, que passam por sucessivos cortes no orçamento, normas que tornam o processo longo e excessivamente burocrático e ainda infundáveis prazos contestatórios que deixam os processos em suspenso. No intuito de romper com esta ofensiva contra os direitos territoriais quilombolas em maio de 2017 a Coordenação das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGO) organizou a primeira ocupação quilombola da história do INCRA SR01 em Belém, recolocando na pauta a questão quilombola e (re)criando “um espaço quilombola” na cidade de Belém. Neste artigo, com base em observação participante e entrevistas, apresentamos, a partir das interpretações feitas pelos próprios agentes, esta ocupação e os novos delineamentos do movimento quilombola a partir dela.

Palavras-chaves: Resistências. Quilombola. Ocupação quilombola.

1. INTRODUÇÃO

Em 08 de maio de 2017 dezenas de quilombolas oriundos de comunidades de diversos municípios paraenses surpreenderam servidores e a direção da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará (SR01) quando chegaram com o claro objetivo de pressionar os gestores do órgão a dar respostas práticas à política de regularização dos territórios quilombolas que estão sob a jurisdição do INCRA.

A aludida surpresa que esta ação causou nos servidores e direção do INCRA SR01 não estava relacionada a uma ausência de ações de ocupação na instituição pois, ao longo de anos, movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e outros têm recorrentemente ocupado o órgão com intuito de pressionar o INCRA a dar celeridade no atendimento de suas pautas.

¹ Mestre em Ciências Sociais, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará. TRDA no Incra na superintendência no Estado do Pará.

² Mestre em Ciências Sociais. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Antropólogo no INCRA na superintendência no Estado do Pará.



A surpresa também não estava relacionada a uma suposta ausência de motivos que justificassem uma ação como esta por parte dos quilombolas, pelo contrário, é notório que apesar do direito à titulação de seus territórios e a outras políticas públicas, como assistência técnica, os pleitos das comunidades quilombolas não têm sido atendidos, principalmente o direito a regularização de seus territórios.

Ano após ano a política de regularização de território quilombola vem sofrendo sucessivos cortes. Ao analisarmos a série histórica do orçamento para regularização dos territórios quilombolas averiguamos que em 2004 o orçamento do INCRA foi na ordem de quatorze milhões, já em 2017 o orçamento foi de quatro milhões e cem mil e 2018 está previsto apenas pouco mais de um milhão e oitocentos mil.

A sucessiva diminuição no orçamento para regularização dos territórios quilombolas tem como resultado o agravamento da lentidão da implementação desta política pública, tornando a situação das comunidades quilombolas ainda mais dramática, tendo em vista as constantes violações de seus direitos territoriais e da sua integridade física. Realidade que essas comunidades têm experienciado ao longo de sua existência enquanto coletividade. Apesar desse quadro, ao reivindicar seus direitos nunca antes na cidade de Belém, capital do estado do Pará, tantas comunidades haviam se mobilizado para uma ação mais direta, como a vivenciada em maio deste ano. A surpresa generalizada estava justamente na mudança de atitude dos quilombolas.

Os quatro dias em que os quilombolas ficaram nas dependências do INCRA e realizaram seu movimento foram marcados por intensas mobilizações. Pessoas de várias comunidades quilombolas se juntaram ao movimento, além de aliados dos quilombolas como professores e estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Estadual do Pará (UEPA), incluindo estudantes negros que acessaram as universidades pelo sistema de cotas raciais. A ocupação quilombola também contou com apoio do Centro de Defesa do Negro no Estado do Pará (CEDENPA), da Associação dos Discentes Quilombolas e de outros movimentos sociais.

O ineditismo desta ação do movimento quilombola pode ser auferido na intensa cobertura jornalística que foi dada pela imprensa ao caso, com equipes dos principais canais de televisão paraenses que estiveram na sede do INCRA ao longo destes quatro dias, realizando matérias diárias e veiculando-as no rádio, televisão e internet. Na última reunião entre os quilombolas e a direção do INCRA durante a ocupação, que contou com a participação de um representante do INCRA sede de Brasília, pelo menos três canais de televisão tinham equipes acompanhando e registrando a reunião, fazendo entrevistas.



Durante este período também nós, servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SRTQ) INCRA SR01 fomos demandados pelo movimento quilombola e direção da Superintendência Regional para produzir relatórios circunstanciados com a situação de cada processo formalizado no INCRA a fim de que o movimento e a direção do INCRA tivessem informações precisas e assim pudesse tratar de cada caso com suas respectivas especificidades.

A ocupação encerrou-se com uma audiência com grande participação dos quilombolas, e com as presenças da MALUNGO, Promotoria da Vara Agrária, Ministério Público Federal (MPF), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Instituto para a Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio), Superintendência de Patrimônio da União (SPU), Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), comissão de direitos Humanos da Ordem dos Advogados Brasileira (OAB) e diversos grupos apoiadores da causa quilombola.



Nesse período sistematizamos uma série de informações e pudemos acompanhar o desenrolar da ação de ocupação quilombola, mas devido a intensificação dos trabalhos sentimos a necessidade, depois que a ocupação acabou, de buscar os quilombolas e tentar aprofundar o entendimento deste momento a partir dos significados atribuídos pelos próprios quilombolas sobre esta ação, experiência, movimento.

Com este intuito realizamos entrevistas preliminares com alguns quilombolas, o recorte inicialmente foi entrevistar quilombolas que são lideranças nas suas comunidades, que tenham relação orgânica com a MALUNGO e que tenham participado da ocupação. Este trabalho, portanto, está aberto e em andamento. Neste artigo apresentamos uma primeira reflexão a partir destes diálogos iniciais posteriores a ocupação, os quais interpretamos juntamente com as impressões que tivemos ao participar intensamente deste momento, realizando uma observação participante da experiência.

Como técnica de investigação adotamos a entrevista etnográfica, que tem como característica principal a não diretividade, ou seja, no ofício do antropólogo a entrevista é um



encontro de distintas reflexividades [a do antropólogo e a do(s) interlocutor (es)], onde se produz uma nova reflexividade.

Tendo isto em vista, as entrevistas foram conduzidas a partir de perguntas tema em que os interlocutores puderam expressar suas categorizações sobre o assunto, conosco fazendo perguntas de aprofundamento utilizando a técnica do gancho. (GUBER, 2011).

A não diretividade na entrevista parte do presuposto de que aquilo que pertence à ordem afetiva é mais profundo e mais significativo e determinante dos comportamentos que o comportamento intelectualizado (MICHELAT *apud* THIOLENT 1982:85, S/D), este suposto, afirma Rosana Guber “resulta em la obtención de conceptos experienciales (...) que permitan dar cuenta del modo em que los informantes conciben, viven y asignan contenido um término o uma situación. (GUBER, 2011, p. 81).

Dada nossa experiência enquanto agentes públicos que convivem com sucessivos movimentos de ocupação do INCRA por outros movimentos sociais, o artigo também contém nossas reflexões acerca dos contrastes entre a ocupação quilombola e a ocupação de outros movimentos, as diferenças estão sobretudo em virtude do grande marcador que diferencia os quilombolas dos outros grupos e movimentos sociais, a identidade étnica em torno da qual gira todo o *ethos* de luta e movimento quilombola. Devido a situação de conflito e violência vivido por essas comunidades quilombolas e que afeta principalmente suas lideranças optamos por não identificar nossos entrevistados.

2. A OCUPAÇÃO QUILOMBOLA: “NÓS NÃO SOMOS COMO OS OUTROS MOVIMENTOS, NÓS SOMOS DIFERENTES E QUISEMOS MOSTRAR ISSO!”

2.1- Antecedentes

Desde o início da colonização os povos quilombolas têm lutado pelos seus direitos. Uma constante luta pelo direito de ter direito e pela libertação física e cognitiva deixada pelos grilhões de séculos de escravização. Contudo, ocupar órgãos não tem sido uma prática recorrente do movimento quilombola mais recente na cidade de Belém, que tem investido muito mais numa luta de reforço da identidade, de formação política e de fortalecer o próprio quilombo como sujeito, território, patrimônio cultural e projeto. (LEITE, 2016).

Depois de séculos de lutas, em que o direito a sua cultura, às suas formas de organização e à sua identidade estavam no cerne da questão, sendo estes direitos ligados



ao direito ao território tradicionalmente ocupado, enfim, na constituinte de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias reconhece-se às comunidades quilombolas o direito à titulação de seus territórios.

Contudo, após quase três décadas as comunidades quilombolas ainda enfrentam muitas dificuldades para conquistar a titulação de seus territórios, sendo isto uma das maiores violações aos Direitos Humanos dessas comunidades, pois a regularização fundiária de seus territórios é determinante para a continuidade da existência física, social e cultural dos grupos, dado os conflitos e interesses pelas terras e territórios quilombolas. Aderval Costa Filho (2016), aponta que em se tratando das comunidades quilombolas a maior parte das denúncias de violação de Direitos Humanos está relacionada à questão da terra/território e envolvem:

(...) lentidão no processo de regularização fundiária, despejos e reintegração de posse de terra violentos e ilegais, expansão desordenada e criminosa da fronteira agrícola pela monocultura, da fronteira minerária, da matriz energética, trabalho escravo, grilagem de terras, ações de intimidação, violência e agressão armada, omissão do judiciário ou conivência ante práticas ilegais de grande proprietários (incluindo o Estado), falta de apoio técnico e de serviços públicos para grupos etnicamente diferenciados, contaminação por agrotóxicos, etc... (COSTA FILHO, 2016, p. 276)

Todo esse grupo de violação de Direitos Humanos tem sido vivenciado pelas comunidades quilombolas no Estado do Pará. Sendo a lentidão na regularização fundiária o calvário comum a todas, constituindo esta violação “o pecado original”, haja vista que a falta de regularização fundiária encoraja toda forma de violência contra as comunidades quilombolas. A titulação coletiva dos territórios quilombolas é um projeto político de luta pela autonomia dos modos próprios de fazer, criar e viver O’Dwyer (2016). Esse espírito de luta por direito a ter direitos, afirma Ilka Leite (2016) é obra da:

(...) formação da consciência libertária introduzida desde a África no Brasil pelas revoltas e rebeliões, como a marca inconfundível das lutas pan-africanistas nos contextos das chamadas diásporas, que foram gestadas nos séculos anteriores, mas que se tornaram mais fortes e visíveis e se ampliaram em todo cenário político mundial durante o século XX. (LEITE, 2016, p. 290).

Não obstante toda luta pelo direito a ter direitos, as comunidades quilombolas têm no âmbito legal seus maiores desafios, Costa Filho (2016) enumera diversas medidas que visam sobrepor-se e restringir o direito constitucional de titulação dos territórios tradicionalmente ocupados, é o caso da ADIN 3239. O PL 1836, a PEC nº 215/2000 e a PEC 161/2007, que busca, entre outras coisas, tornar inconstitucional o Decreto 4887 de 2003 principal instrumento legal que garante o direito ao território necessário para a garantia da reprodução física, social e cultural das comunidades quilombolas em todo o Brasil.

Além desses desafios, Costa Filho cita outros que estão no âmbito do processo extremamente burocratizado e sujeito a querelas políticas alheias (e às vezes) contrárias



aos interesses das comunidades quilombolas. Cita o fato da aprovação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) está sujeita ao Conselho de Decisão Regional (CDR) em que participam os chefes das Divisões de Administração, Desenvolvimento, Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Terras, a chefia da Procuradoria Federal Especializada e o superintendente, sem que o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SRTQ) tenha assento, ainda que tenha direito a voz, mas sem voto.

Estrutura semelhante é a do Conselho Diretor, mas em escala nacional, sendo composto pelos Diretores às quais as Divisões acima mencionadas fazem parte, o chefe da PFE INCRA/sede e o presidente. Todas essas são instâncias internas de decisão do INCRA que não contam com uma divisão técnica, sendo as decisões muito mais de cunho político.

Para exemplificar sua preocupação Costa Filho cita o caso do Quilombo Gurutuba, em Minas Gerais, em que a aprovação do RTID levou mais de dez anos porque os membros do CDR não chegavam a um consenso sobre a pertinência e aceitação do referido documento, sem o qual não há como prosseguir qualquer ação de reconhecimento e regularização do território quilombola.

Some-se a isto um memorando circular de 2013 em que o então presidente do INCRA acresce (ilegalmente) aos procedimentos a exigência de que o SRTQ das superintendências, após o RTID aprovado no CDR, preencha uma ficha resumo do RTID a ser apreciada pela Diretoria de Ordenamento Fundiário em Brasília, e somente após análise e concordância desta, poderá (ou não) ser descentralizado orçamento e financeiro para publicação do RTID.

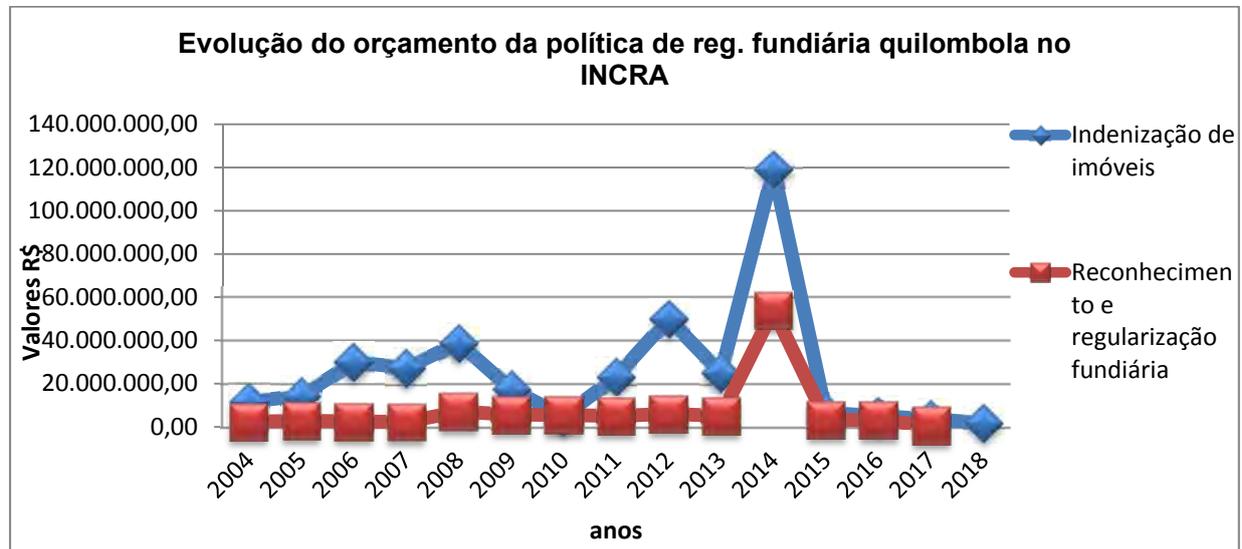
Estes são só alguns exemplos das barreiras, ou diques nos dizeres de Costa Filho, que devem ser rompidos para que se tenha a efetivação dos direitos territoriais quilombolas, que em última instância é o direito à vida, à identidade, à reprodução social e física, o direito à identidade, à diferença e a viver de acordo com seus modos e costumes, ou seja, mais que direitos de cidadania, a efetivação dos territoriais quilombolas são Direitos Humanos.

Todavia, a efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos não tem sido fácil, nem ágil. Até 2003 a Fundação Cultural Palmares emitiu apenas 17 títulos em favor das comunidades quilombolas. A partir do Decreto 4887/2003 a responsabilidade pela titulação passou a ser do INCRA, que até ano de 2016 havia titulado apenas 86 comunidades quilombolas.

Este resultado fica muito aquém das necessidades e demandas do movimento quilombola, com tendência de piorar. O orçamento público federal para atender a política de regularização de territórios quilombolas, nos últimos anos, tem passado por sucessivos



cortes, ao ponto de passar de 25 milhões em 2015 para apenas 5 milhões em 2016, sendo a ação de indenização dos imóveis a serem desintrusados para titulação a que sofreu maior baixa.



Fonte: www.portaltransparencia.gov.br – Elaboração dos autores.

Fernando Prioste (2016) aponta que na contramão dos corte na política de regularização de territórios quilombolas, o setor de cana-de-açúcar recebeu no final do ano de 2015 um bilhão e meio de reais para financiar o plantio de 400 hectares de cana. O autor ressalta que ainda hoje, a mesma indústria açucareira que utilizou por quase quatro séculos a mão-de-obra escrava de negros e negras tem apoio e financiamento político absolutamente desproporcional quando comparadas com as demandas quilombolas.

Diante do quadro incipiente de regularização fundiária, o Pará foi notícia nacional por ser o Estado da federação que mais titulou comunidades quilombolas. Num processo menos burocrático que o rito estabelecido pelo Decreto 4887/2003 e pelos normativos internos do INCRA, a titulação realizada pelo ITERPA tem sido de fato mais célere.

Em que pese os méritos dessa política, há casos em que o Estado não procede a desintrusão do território e acaba titulando uma área ínfima que não garante a reprodução física, social e cultural das famílias, nem as livra das dificuldades advindas das pressões sobre seus territórios.

É por estes e outros desafios que o movimento quilombola vem se articulando para vencer uma luta que é contra o aparato do Estado, contra a ofensiva do capitalismo sobre seus territórios e contra as novas formas de escravização do povo negro.



O quadro que ora delineamos é apenas para apontar por meio de dados o que os quilombolas nas mais longínquas comunidades sabem, porque vivenciam os resultados do desenho político por qual passa o país, como evidencia uma de nossas interlocutoras: “(...) não sei há quantos anos não sai um título para as comunidades quilombolas”, outra interlocutora reforça “(...) a gente vem convivendo com a esperança de que ano que vem sai o título, ano que vem sai o título e o título nunca sai. Pra gente a conquista do título é de suma importância por conta desses conflitos que a gente está vivendo e sobrevivendo”.

A realização da ocupação quilombola no INCRA SR01 não foi fruto de um impulso momentâneo ou de algo decidido de uma hora para outra, de fato, nas entrevistas que realizamos ficou evidente que a ocupação quilombola do INCRA foi uma proposta que veio sendo amadurecida ao longo de anos.

Os entrevistados indicam uma ação realizada pelos quilombolas no INCRA no ano de 2008 como um marco que gerou as primeiras reflexões e proposições no sentido de uma ação direta mais radical, naquela ocasião, os quilombolas fecharam a porta do auditório em que se realizava uma reunião com representantes de vários órgãos públicos e só saíram dali com uma resposta concreta para suas demandas. Os entrevistados lembram que até 2008 o INCRA não vinha fazendo nenhuma ação, principalmente no Marajó e depois desse ato, conseguiram alguns avanços.

Diante da letargia na qual a política de regularização de territórios quilombolas submergiu novamente, e das consequências negativas para as comunidades, evidenciadas pelos tantos relatos de violência contra os quilombolas, entre os quais o caso da violência contra a comunidade quilombola de Gurupá é sempre evidenciado como um dos exemplos mais emblemáticos, a decisão de ocupar a SR 01, segundo os entrevistados, era uma decisão de vida ou morte, literalmente.

(...) Principalmente do Marajó que são muitas comunidades e que temos muitos conflitos com fazendeiros e agora arrozeiros. E aí nós do Marajó sempre pensamos assim, tem que fazer alguma coisa... as coisas estão muito paradas, tão muito paradas, as comunidades estão sofrendo ameaça, morte...a morte do seu Lalor (...) o pessoal do Gurupá com o que vinha acontecendo, das ameaças, das proibição deles tirarem o açaí deles e também atentados...o pessoal ia pro mato cultivar seu açaí e o (fazendeiro) ele mandava seus capangas pro mato, aí acontecia muita coisa lá. Eles atiravam nos quilombolas, e aí a polícia de Cachoeira do Arari ia junto, prenderam quilombolas. E aí tudo isso, pensamos, temos que forçar a Malungu a fazer uma ocupação ou coisa assim.

As lideranças, principalmente da região do Marajó, viam que a ocupação era a saída, mas por diversos motivos a ocupação ficou anos sendo gestada, conforme expressa a fala a seguir e que foi comum a todos os interlocutores:

Essa ocupação do INCRA já era uma proposta antiga, mas como a companheira ressaltou, a gente não tinha experiência nesse campo e, tão pouco, estrutura. Então



a gente não sabia como ia fazer essa ocupação. Quando um queria, um grupo tava assim mais firme o outro fraquejava porque não sabe, não sabia mesmo como lidar com isso.

Além da questão da falta de experiência, recursos financeiros e infraestrutura para arcar com uma ocupação de um órgão, a questão da segurança também pesou muito e este temor embalou as resistências à ocupação entre os próprios quilombolas, pois temiam represálias dos fazendeiros que conflitam com os quilombolas pela posse da terra.

Nós tínhamos medo de algo acontecer, da gente vir pra ocupação de ter pessoas infiltradas pelos fazendeiros, pelas coisas que tãõ acontecendo, nem tanto em Salvaterra, mas nos municípios vizinhos, então isso faz com que nós lideranças tenha um pouco de medo. Até porque a maioria das lideranças de Salvaterra tem família, tem filhos, então a gente vem pro movimento, vem pra uma ocupação dessa, será que vai voltar do mesmo jeito que veio?

O ânimo/desânimo em ocupar ou não ocupar o INCRA preencheu parte do tempo de luta das comunidades quilombolas do Marajó, até que neste ano de 2017, durante uma assembleia geral da Malungu, o assunto foi colocado em pauta e as regionais³ Tocantina, Baixo Amazonas e Nordeste Paraense endossaram a ideia da regional do Salgado e a proposta da ocupação foi vencedora, deste modo, apesar das reações contrárias, a ocupação entrou na programação do movimento como uma agenda e estratégia de luta.

2.2. A gente só quer dizer, estamos aqui!: A ocupação quilombola do INCRA.

Uma vez vencida as resistências e disposições contrárias, era hora de pensar no como ocupar a superintendência do INCRA. Primeiro precisava-se de um grande contingente, e a regional do Salgado assumiu para si a responsabilidade dessa mobilização. Depois os quilombolas buscaram apoio com parceiros a fim de viabilizar a estadia dos quilombolas nas dependências do INCRA pelo tempo que fosse necessário.

No primeiro momento pensamos: ocupar como? Como a gente vai ter um apoio? Como vai ser? O pessoal do MST quando ocupa leva panela, leva tudo pra lá. A gente não levou tudo. Pedimos ajuda pras organizações como a UFPA, para alguns companheiros nossos, a UEPA também, CEDENPA. Aí falaram, se vocês forem pra lá...aí falamos, a gente não tem nada. Nada, nada. A gente não tem nada. A gente não tem comida não tem nada. Se a gente ocupar vocês ajudam? Não a gente ajuda sim, a gente ajuda vocês.

Ao mesmo tempo em que se lançaram na ocupação os quilombolas buscaram mobilizar sua rede de aliados, explicando o que aconteceria e pedindo ajuda tanto das outras comunidades na participação da ação como para outros aliados ajudarem na infraestrutura para manter os quilombolas o tempo que fosse necessário do INCRA. No cálculo do movimento estaria no máximo em 15 dias, o objetivo era forçar a vinda de um

³ A Malungu está organizada de modo descentralizado, com sede em Belém, conta com cinco regionais, Nordeste Paraense, Guajarina, Baixo Amazonas, Tocantina e Salgado (esta abrange os municípios do Marajó)



representante da sede do INCRA em Brasília que pudesse garantir recursos para a regularização de territórios.

Feitos esses contatos, a lideranças quilombolas também conversaram com as lideranças de outros movimentos que já tinham experiência acumuladas na estratégia de ocupar órgãos. Não obstante, os quilombolas terem buscado informações com os movimentos sociais que já tem bastante experiência neste tipo de estratégia, os quilombolas fizeram questão de demarcar suas diferenças.

(...) o pessoal perguntava, vocês vão fazer igual o pessoal dos Sem Terra, vão fechar tudo? Não. A gente não quer fechar tudo. Até porque a gente quer só dizer estamos aqui. A gente quer dá uma olhada nos nossos processos, a gente quer ver como é que tá, a gente quer que vocês deem uma resposta e a gente quer também que saia com data e tudo.

Uma coisa que os interlocutores ressaltaram sobre a preocupação dos quilombolas foi de respeitar à rotina de trabalho no órgão ocupado, rotina esta que eles faziam questão que fosse mantida.

A gente sempre respeitou os espaços. (...) como o INCRA tava em horário normal de trabalho a gente sempre respeitava isso. Sempre a gente se reunia sem fazer zozada. A gente só fazia nossas músicas/nossas cantorias à noite porque sabia que não taria mais funcionando, aquele horário estaria livre.

A gente não queria incomodar as pessoas que estavam trabalhando e sim a gente queria só fortalecer a gente. Então por isso que a gente fazia nossos tambores à noite pra nós, e aí a gente cantava entre nós no auditório.

Na interpretação dos nossos interlocutores quilombolas, a ocupação do INCRA SR01 além da luta por direitos territoriais foi também um ato de luta contra o racismo, preconceito e a discriminação:

Pra mim isso foi bastante importante, mostrar pras pessoas que tem esse preconceito contra o povo negro, principalmente os quilombolas, que nós somos unidos e pacíficos. Porque até então as pessoas, quando se trata de negros e quilombolas eles acham que vão só pra bagunçar, pra fazer confusão. E a gente mostrou que não somos isso. Somos pessoas comuns que nem as outras pessoas e que apenas estamos lutando pelos nossos direitos que anos e anos foram tirados.

A estratégia de ocupação dos quilombolas foi manter a instituição funcionando, mas com sua presença física constante buscaram criar uma pressão, nas suas próprias palavras “para que a instituição soubesse que estavam alí e atendessem suas pautas”, esta estratégia de manter os portões abertos e a rotina da instituição funcionando buscava também evitar uma criminalização da ocupação que viesse a ser feita pela direção do Instituto, no sentido de acusar os quilombolas de "baderneiros" e dar margem para que a direção do INCRA SR01 pudessem agir no sentido de usar a força policial para obrigar a desocupação dos quilombolas, a preocupação dos quilombolas não era por acaso, há anos lidam com a criminalização dos negros e do movimento.



2.3- A organização espacial da ocupação: “ocupa três lugares, a rua, o gabinete e o auditório”.

A chegada dos quilombolas foi marcada pelas bandeiras de cada quilombo e pelos tambores coloridos, ambos foram estrategicamente posicionados para chamar atenção na entrada do bloco onde fica o auditório, de modo que todos que entrassem no INCRA podiam ver os símbolos da luta e resistência quilombola.

Já a dinâmica da ocupação empreendida pelos quilombolas no INCRA definiu uma estratégia de ocupar três espaços, uma parte das pessoas ficou alojada dentro do auditório onde se realizavam as reuniões mais amplas, com esta garantia os quilombolas mantinham esse espaço aberto, e com certo controle sobre o mesmo.

O segundo ponto foi manter um grupo na entrada do bloco do auditório, que permitia aos quilombolas explicarem para as pessoas que entravam no INCRA que se tratava de uma ocupação pacífica e que ninguém ia impedir ninguém de entrar e trabalhar, na verdade, segundo os mesmos, eles vieram trabalhar junto com os servidores. Era onde recebiam a imprensa também e a direcionavam para os espaços de reunião e de entrevistas.

Nos dias que ocorreu a ocupação, as lideranças presentes fizeram questão de se revezar na recepção de novos quilombolas que chegavam, no atendimento à imprensa e para receber os aliados do movimento. Aos novos quilombolas que chegavam informavam como estava ocorrendo a ocupação, alertavam sobre a manutenção da organização, exortavam a não ser feito quebradeiras e prezar o diálogo. Essa recepção também servia para se certificar que as pessoas que chegavam eram realmente de quilombolas, pois tinham sempre muito cuidado para que não ocorresse infiltrações de gente estranha que pudessem prejudicar o movimento.

À noite ocorriam as rodas de conversa com cada membro de comunidade quilombola relatando suas experiências, construindo um corpo, nos dizeres dos entrevistados que reforçavam o coletivo como uma família. Coletivo constituído ao longo de quatro dias não apenas entre os quilombolas, mas pelas relações amistosas com os servidores da casa, com a Associação de Servidores do INCRA (ASSINCRA) e com o pessoal terceirizado que cuida dos serviços gerais.

Esse clima amigável foi importante para que os quilombolas superassem o temor de que a qualquer momento fossem vítimas de alguma violência proveniente de ataques a mando de fazendeiros. “A gente dormia meia noite, uma hora, pessoal tudo preocupado (...) o medo da gente sofrer alguma opressão por parte de algum fazendeiro, mas que graças a



Deus as pessoas deram muita força para a gente”. A preocupação com infiltração de terceiros era pela segurança física, mas também pela preservação do movimento:

(...) como não fechamos (o portão) qualquer uma pessoa poderia chegar e dizer que veio para o movimento, pra ocupação quilombola e quando chegasse lá fizesse alguma coisa, atirasse na gente (...) pensamos mais assim, que uma dessas pessoas que estamos pedindo que o INCRA faça reintegração de posse deles mandasse, pagasse alguém que mexesse com a gente ou alguma coisa assim... infiltrar alguém pra fazer baderna, coisa que a gente não pensou.

Nas rodas de conversa à noite se discutia o que ocorreu durante o dia, traçava-se estratégias para o dia seguinte, nessas rodas se construiu as demandas e a ordem de prioridades a serem apresentadas e discutidas pelo movimento com a direção do INCRA e demais órgãos mobilizados, haja vista que as principais demandas cabiam ao INCRA, mas algumas demandas dependiam de outros órgãos.

O espaço da roda de conversa, de “contar causos” e de cantos, era o espaço de solidariedade, da reprodução do quilombo na cidade. Esse clima familiar levou ao estreitamento dos laços entre os membros das diversas comunidades que ali estavam. Foi o lugar da recriação, um lugar no qual, pela energia de seus participantes e dos que ficaram nas comunidades, se conformava uma atmosfera de otimismo, solidariedade e fortalecimento mútuos.

Naquele momento a nossa esperança de conquista da terra voltou de novo. A nossa luta nunca vai se acabar. Ela não se acabou. Pode ter dado assim...não parado, porque a gente permanecia lá na nossa terra, mas perdemos um pouquinho a força, mas naquele momento elas voltaram novamente. Voltou de novo, principalmente pras nossas comunidades que estavam lá, estavam lá naquela ansiedade pra que a gente conseguisse realmente.

Na fala acima vemos que a ocupação e os espaços que foram criados pelos quilombolas durante aquele momento permitiram um diálogo entre si e entre eles e os demais, a ponto da atmosfera que envolvia a todos se estender até às comunidades onde seus familiares e amigos os esperavam ansiosamente por meio dos contatos telefônicos, postagens no instagram, facebook, conversas pelo whatsapp. Nas entrevistas os interlocutores reforçam que não queriam chamar a atenção sobre eles, mas sim para a causa que lhes tirara de seus lares: a efetivação de seus direitos:

a gente levou nossos tambores como forma de fortalecimento, as nossas cantorias também como forma de fortalecimento. Teve momento que a gente não queria cantar pra que todo mundo escutasse lá, mas sim cantar entre nós, pra dar força entre nós. Nosso carimbó, nossas prosas, contar nossas histórias, ali pra gente, principalmente à noite.

É importante frisar que durante o dia os esforços não eram voltados exclusivamente para as negociações com os órgãos. Tendo em vista que nas salas não cabiam todos, durante o dia também eram feitas diversas atividades para envolver os presentes na ocupação. Estas atividades eram organizadas por temas, sempre contando com a presença



de algum aliado ou de pessoas do movimento para atuar como provocadores do debate, desta maneira, conversavam sobre gênero, geração, políticas públicas, experiências entre comunidades, ou seja, a ocupação foi também lugar de mobilização, formação e educação.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação quilombola foi uma ação fruto de uma longa maturação, depois de muita resistência foi construída coletivamente tendo as lideranças e pessoas das comunidades quilombolas como principais protagonistas. Nos quatro dias de ocupação a política de regularização de territórios quilombolas que usualmente sofre com o racismo institucional e não recebe a devida atenção da instituição, foi colocada no centro das prioridades da Superintendência Regional do INCRA SR01 e trouxe uma questão que sempre foi central para os quilombolas quando pensavam em realizar a ocupação do INCRA: Esta ação vai fazer avançar as pautas ou vai inviabilizar o diálogo.

No fim, os quilombolas avaliam que saíram vitoriosos, e que a ocupação contribuiu para fazer avançar as pautas. A ocupação quilombola ao invés de fechar o diálogo, pelo contrário, garantiu pela presença quilombola na instituição uma intensificação deste diálogo, um diálogo que não se deu apenas entre os quilombolas e o INCRA SR01, mas também entre os próprios quilombolas nas sucessivas reuniões formais e informais que aconteciam durante o expediente do INCRA ao longo do dia e que a noite continuavam a se realizar intensamente por meio das reuniões e rodas de conversas que aconteciam entre os próprios quilombolas de várias comunidades que estavam ocupando o INCRA. O diálogo com parceiros e aliados que estiveram na ocupação de dia e/ou a noite também era intenso. O diálogo travado com a gestão da superintendência regional se estendeu também para o INCRA sede em Brasília, com a vinda de um representante da presidência do Instituto.

A ocupação evidenciou para os quilombolas, por meio de suas experiências práticas, conforme evidenciaram vários dos interlocutores entrevistados, que a ocupação se apresentou como uma ferramenta que pode acelerar e intensificar o diálogo, no sentido de avançar em definições concretas para progredir na política pública para regularização de territórios quilombolas. A ocupação mostrou, segundo afirmação de vários quilombolas entrevistados, que é uma estratégia viável no sentido de fazer avançar a pauta quilombola, e tornou-se, definitivamente, um marco nas novas configurações de luta do movimento quilombola no Pará.



REFERÊNCIAS

COSTA FILHO, Aderval. Quantos diques devem ser rompidos: instâncias de decisão e entraves ao processo e regularização de territórios quilombolas. In Osvaldo Martins de Oliveira (org.): Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

GUBER, Rosana. La etnografía: método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Diásporas africanas e direitos territoriais: as várias dimensões do quilombo no Brasil In Osvaldo Martins de Oliveira (org.): Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Estudos Feministas. Florianópolis. 16(3): 424, Setembro-Dezembro/2008.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Uma nova forma de fazer história: os direitos às terras de quilombos diante do projeto modernizador de construção da Nação. In Osvaldo Martins de Oliveira (org.): Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. Tomo (UFS), v. 11, p. 43-58, 2008.

PRIOSTE, Fernando. Corte na carne negra: Política de titulação de territórios quilombolas tem encolhimento orçamentário de 80% em 2016. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/corte-na-carne-negra-politica-de-titulacao-de-territorios-quilombolas-tem-encolhimento-orcamentario-de-80-em-2016/19749>. Consultado em 14/10/2017.

THIOLLENT, Michel J. M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

Todas as fotografias são dos autores.

**GT 10 - Campesinato e Conflitos fundiários na América Latina****A TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA: CONFLITOS PELA POSSE DA
TERRA NO BAIXO – TOCANTINS E A LEI DOS POSSEIROS (1961-1981).**Adriane dos prazeres Silva¹ (UFPA)adrianedosprazeres@gmail.com**RESUMO**

Os conflitos fundiários fazem parte da realidade do Brasil, tornando-se uma problemática que desdobrou-se de forma mais intensa em pleno governo militar implantado após o golpe de 1964. Boa parte destes conflitos concentrou-se e concentram-se na Amazônia legal, mais especificamente no Estado do Pará. Ano após anos, os jornais seguem com manchetes de abris vermelhos, metáfora referente ao sangue das chacinas no campo; num espetáculo de horrores várias categorias de trabalhadores do campo, confrontam-se com grileiros e latifundiários pela posse da terra, esses conflitos ocorrem frequentemente, mesmo dentro de um Brasil redemocratizado e em pleno século XXI. Na prelazia de Cametá, no baixo Tocantins, padres adeptos da teologia da libertação construíram entre meados da década de (1960-1980) vários projetos para que “ocorresse uma melhoria nas condições de vida da população do campo”, nessa conjuntura foi construída a Lei Anilzinho: A lei do posseiro, que garantia o costume de habitar a terra por meio da ocupação e não do título de posse, costume que irá fazer resistência mesmo com a presença do governo militar na Amazônia.

Palavras- Chave: Conflito por terra; Prelazia de Cametá; Trabalhadores- Rurais e Lei Anilzinho.

1. INTRODUÇÃO.

A República Federativa do Brasil, possui o quinto maior território do planeta, portanto, é um país de dimensões continentais com imensa diversidade biológica e climática. A Região Norte de seu território abriga a maior floresta tropical, a Amazônia. A região é “dona” de números impressionantes, cerca de três quintos do Brasil é ocupada por essa floresta, assim como um quinto da disponibilidade mundial de água doce, um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas, abrange os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

¹ Doutoranda do programa de pós- graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (Bolsista CAPES), Mestra em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, especialista em educação Ambiental e usos de recursos hídricos, Bacharel e Licenciada em História, Licenciatura em Ciências Naturais com habilitação em Biologia.



Todos esses recursos se tornaram alvo de disputas desde a colonização. Sob as sombras das matas, várias gerações vivenciaram o cotidiano da floresta, contudo a dinâmica dessa região foi bastante modificada com o governo dos militares. A partir de 1964, após o golpe civil-militar, foram destinadas para Amazônia vários projetos. De acordo com essa visão, um dos meios para promover o desenvolvimento era sua integração ao sul e sudeste do país. Esses projetos que foram feitos sem a população local participar, apresentaram inúmeros conflitos e uma dinâmica que não era própria da região que, como diria a música Vital Farias:

no lugar que havia mata, hoje há perseguição grileiro mata posseiro só pra
lhe roubar seu chão castanheiro, seringueiro já viraram até peão afora os
que já morreram como ave-de-arribação Zé de Nata tá de prova, naquele
lugar tem cova gente enterrada no chão, pois mataram índio, que matou
grileiro, que matou posseiro disse um castanheiro, para um seringueiro que
um estrangeiro roubou seu lugar.

A letra da música traduz um sentimento de mundo próprio da região, que é cercada de conflitos pela posse de terra que se desdobra em vários lugares ocupados pela floresta e onde houve a entrada de grandes projetos promovidos pelos governos militares. Dentro dessa floresta – que possuía gente e o espaço e que não era tão vazio como se supunha –, as populações tradicionais, índios, caboclos, negros, extrativistas e tantos outros, confrontaram-se com vários outros personagens, tais como grileiros, ou gatos, latifundiários centro-sulistas e muitos outros que se conflitaram numa espécie de espetáculos de horrores, que ainda se desdobra em pleno século XXI, mesmo no período de redemocratização do Brasil.

No Vale do Tocantins, região inserida na Amazônia, os efeitos das políticas dos militares se propagaram mesmo após a inauguração da hidrelétrica de Tucuruí. Por ser filha das matas nascidas à margem do rio Tocantins, cresci ouvindo o quanto a hidrelétrica de Tucuruí, “a barragem”, extinguiu nossos peixes, modificou a coloração de nossas águas, destruiu nosso ritmo de vida. Percebia que a narrativa de meus familiares era uma fala ressentida, traumática em relação à “barragem”, eu me perguntava como deixaram construir algo tão pernicioso para nossa gente? Ao admirar o Tocantins, ficava pensando como suas águas seriam antes da hidrelétrica? Mas não era somente a “barragem” que me intrigava. Foi assistindo a uma cena do noticiário local que ganhou repercussão pelo mundo que visualizei pela primeira vez as cenas de um conflito pela posse da terra. Estava então com pouca idade, não entendia muito bem o que estava ocorrendo, no entanto, tratava-se do massacre de El Dourado dos Carajás, o conflito ocorreu entre trabalhadores sem terra e a polícia militar na curva do S no dia 17 de abril de 1996, o que não entendia naquele



momento era por que em um país tão grande quanto o Brasil e especialmente num Estado Como o Pará, as pessoas ainda tinham que morrer por causa de um pedaço de chão para plantar?

Os projetos enviados por esses governos que, diga-se de passagem, foram pensados de cima para baixo, ou seja, lá em Brasília conseguiu repercutir no micro, como nas cidades do Baixo Tocantins tais como Baião, Mocajuba, Cametá, Oeiras do Pará e Breves.

Os projetos de colonização, especulação de terras, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, abertura da trans – Cametá, adicionada de problemas sérios na legislação agrária no estado do Pará, bem como, a retenção de dois terços do território paraense que foram incorporados ao patrimônio da União, foi uma composição “perfeita” para os conflitos pela posse da terra que veio a se desdobrar no Vale do Tocantins. O sul e sudeste do Pará possuem mais pesquisas de conflitos por posse de terra do que a microrregião do Baixo Tocantins.

As análises desse trabalho tiveram como objetivos centrais compreender o Vale do Tocantins, os sujeitos que lá estavam presentes e os conflitos pela terra que ali se desdobraram, tivemos a necessidade entender as resistências que os trabalhadores rurais construíram para tentar manter seu modo de vida e seus costumes diante dos grandes projetos. Um desses instrumentos foi a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros, que foi construída por esses sujeitos está foi capaz de reafirma os costumes de habitação e cultivo da terra. No caminho traçado para entender a região, seus sujeitos, os lugares onde os conflitos agrários se desdobraram, buscamos entender como o governo federal via essas terras. Essa visão era impregnada por uma concepção de “uma fronteira desabitada a qual se deveria se levar de imediata o desenvolvimento, de riquezas que poderiam super-explorada e cujo verde poderia ser substituído pelas indústrias, agropecuária e pelo agronegócio”.

Ao analisar as documentações base – no caso os relatórios dos encontros Anilzinhos–, foi possível perceber que a documentação continha lacunas e, para ter uma melhor visão da teia de acontecimentos que envolveram os conflitos agrários dessa microrregião, busquei fazer diálogos com várias documentações.

Para entender também a origem da Lei dos Posseiros, não quis cair na tentação de justificar um mito das origens, e sim entender da melhor maneira possível esse processo de afirmação de identidade de classe vivido pelos trabalhadores da região. Percebi inicialmente que o relatório do VII Encontro Anilzinho de 1987, continha as lembranças do Padre Thiago Poels, que trabalhou na Prelazia de Cametá de (1941 a 1986) (FRENCKEN; 2010). Essa é



uma documentação valiosa, mas lacunar que cujas “falhas” buscamos preencher, algumas informações, por sua vez, foram complementadas pelos elementos contidos num outro relatório que encontramos nos arquivos da Federação de Assistência Social e Educacional denominado de “Grileiros Expulsam e Perseguem o Povo de Anilzinho e destroem seus Castanhais”. O relatório da FASE continha o relato do senhor Lázaro Borges, um posseiro que foi expulso de Anilzinho. Anilzinho era uma comunidade pertencente ao município de Baião, local onde ocorreu um conflito por posse de terra cujas lembranças consolidaram-se na memória de conflitos agrários, podemos afirmar que foi o local onde foi forjada a Lei Anilzinho: A Lei do Posseiro.

No sétimo encontro Anilzinho, realizado em 1987, o padre Thiago Poels rememorou o conflito de Anilzinho, e foi por esses rastros que tentamos tecer o fio condutor dessa narrativa, fazendo o diálogo das documentações de acordo com a necessidade do processo. A documentação trabalhada foi vasta, inicialmente utilizamos os relatórios dos encontros Anilzinho e os arquivos da diocese de Cametá, mas, ao longo da pesquisa, o acervo documental multiplicou, estivemos nos arquivos da ALEPA, SUDAM, FASE, CPT, CNBB e Diário Oficial do Estado.

2. A LEI ANILZINHO: A LEI DOS POSSEIROS

*1 - Resistir na terra; 2 - a terra é da comunidade; 3 - a terra é pra quem nela trabalha (...).
5 - Defender a terra com armas se for preciso machado, terçado, espingarda, etc. reagir ao ataque da grilagem.
(1º encontro Anilzinho- Baião, 10 a 11 de julho de 1980).*

A epígrafe acima fala da Lei Anilzinho², essa lei foi criada por trabalhadores rurais do Baixo Tocantins³ na década de 1980 em parceria com a Igreja Católica Progressista, no caso representado, pela prelazia de Cametá⁴ e com a Federação de Assistência Social e Educacional. A lei foi usada para dar apoio aos posseiros, articulando resistências à entrada dos grandes projetos na Amazônia, tentando conseqüentemente evitar a grilagem. Os posseiros perceberam que os costumes que assegurava a posse da terra estavam sendo questionados, pois anteriormente não necessitava-se do título definitivo para provar que as terras eram de seu domínio. De acordo com essa visão, o título de posse não possuía tanta

² Localidade pertencente ao município de Baião, onde, em 1979, ocorreu a expulsão de posseiros de suas terras por grileiros. Em reação a essa expulsão foi forjada a Lei Anilzinho.

³ Moju, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Oeiras do Pará e Tucuruí. Uma das microrregiões do Estado do Pará.

⁴ A prelazia de São João Batista (Cametá) localizada à margem esquerda do rio Tocantins foi criada em 27 de novembro de 1952 pelo papa Pio XII, desmembrando do território da arquidiocese de Belém. Para esta foi nomeado Veerman; sagrado bispo da Prelazia no ano de 1961, função que exerceu até 1969. A Prelazia de Cametá, em 1979, possuía sete paróquias: Cametá, Oeiras, Igarapé Miri, Carapajó, Mocajuba, Baião e Tucuruí, esta última, por exemplo, inclui em seu território paroquial parte de três municípios: Baião, Tucuruí e Jacundá, e Bagre.



relevância, o que valia era a permanência e suas benfeitorias, ou seja, o trabalho na terra; pois, nesse caso, ela já estava ocupada há várias gerações, portanto para eles “a terra era pra quem nela trabalhava”.

A historiografia paraense não consolidou ainda um debate sobre conflitos agrários nessa microrregião⁵, fizemos um levantamento no Laboratório de História da Universidade Federal do Pará e analisamos trabalhos de dissertações pontuais tais como de Edileuza Santos na Vila Arrais (2007), no município de Jacundá, o de Elias Diniz Sacramento, no município de Moju (2007), encontramos trabalho voltada para a mesma temática no sudeste paraense com Fábio Pessoa (2013) e no núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAAE) identificamos o trabalho de Raimundo Valdomiro de Sousa (2002)⁶.

Os sujeitos históricos sobre os quais irei abordar são trabalhadores rurais, posseiros, lavradores de pequenas propriedades, cujas posses de terra poderiam variar entre 100 – 1 hec, de acordo com as informações contidas no Diário Oficial do Estado⁷. A maioria desses trabalhadores residia na região há mais de três gerações, ou seja, seus avós já cultivavam a terra antes de nascerem. Eles, em sua maior parte, não possuíam títulos definitivos de sua posse, praticavam a agricultura familiar, produziam basicamente mandioca, milho, arroz e o extrativismo vegetal⁸.

Cansados de tantas agressões e perdas no período dos governos militares, esses trabalhadores começaram se articular e tiveram apoio de alguns sindicatos: da FASE e da Prelazia de Cametá. Essas articulações começam a resultar na promoção de encontros carregados de místicas e reivindicações, e, já no primeiro encontro, elaboraram a primeira Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros⁹. Em seguida, inicia-se uma série de encontros Anilzinho, que são essenciais para compreendermos os conflitos da região e a articulação desses sujeitos. Os relatórios desses encontros são os textos bases de nossa pesquisa. Os trabalhadores rurais construíram, portanto, parcerias com a Igreja Católica Progressista, no caso a Prelazia de Cametá, que no período abrangia os seguintes municípios: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú, Tucuruí e também Bagre, está última cidade faz parte, atualmente, da Prelazia do Marajó.

Abaixo segue os textos da Lei foi forjada pelos trabalhos rurais no meio da mata, pensada para atender as suas necessidades, demandas, costumes, em sua visão essa era a legislação que lhes representava, pois atendia o seu ideal de Justiça “a terra era pra quem

⁵ Moju, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Oeiras do Pará e Tucuruí.

⁶ O critério utilizado para essa análise foram dissertações que tratassem de conflitos agrários no Baixo Tocantins ou que discutissem os sindicatos Rurais em meados do Século XX..

⁷ Diário Oficial do Estado de (1975- 1981).

⁸ Jornal *O Liberal* de 28 de setembro de 1979 e Jornal *A Voz do Lavrador*, Vol. I de outubro de 1979.

⁹ Relatório do Anilzinho III, ou seja, do encontro de 28 a 31 de outubro de 1983. Comunidade Cristã de Nova América.



nela trabalha” e não a legislação Agrária do estado nacional que permitia a venda de seu chão, da sua terra e posso mesmo dizer de sua identidade, pois os sujeitos que construíram a Lei Anilzinho¹⁰ se identificavam como grupo pela necessidade de resistir na terra.

1 – Resistir na Terra; 2- A terra é da comunidade; 3- A terra é para trabalhar nela trabalha: quem vende sai da área; 4- Fazer demarcação nas áreas: não esperar pelo topógrafo: nem esperar pelo governo; 5- Defender a terra com armas se for preciso, machado, terçado, espingarda e etc, reagir ao ataque da grilagem; 6- Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas, sindicatos, entidades de apoio à imprensa, que haja solidariedade mútua; 7- Fazer oposição sindical e política. Que o sindicato seja dos trabalhadores. Trocar de delegado sindical pelego. Criar delegacia sindical mesmo com dez trabalhadores. Exigir do sindicato a ação em defesa da classe; 8- Onde tiver delegacia e comunidade, criar comissão da terra; 9- Construir casa comunitária ou capela e exigir postos médicos, escola, para dar mais segurança na terra; 10 – Organizar comunidades com homens, mulheres e jovens, através de mutirão e trabalho coletivo; 11- Criar um fundo de manutenção dos encontros; 12 Lutar pela reforma agrária radical e imediata¹¹.

Após o golpe civil-militar de 1964, o governo adotou inúmeras políticas de desenvolvimento bastante agressivas com objetivo de atrair investimentos estrangeiros para a indústria no país, o que ocorreria por meio dos incentivos fiscais. Dentro do território Amazônica, o setor madeireiro e agropecuário foram os que receberam o maior número de empréstimos. As políticas militares, como já foi explicitado anteriormente, interviu diretamente na questão agrária paraense, tornando o Pará “O faroeste brasileiro”. Dentro desse cenário de conflitos agrários, os que sentiram-se desassistidos pelas leis federais, estaduais e mesmo por seus governantes, começaram a traçar resistências e se organizar (SCHMINK & WOOD, 2012). No caso dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins houve a necessidade de criarem, entre outras ações, uma lei que se contrapunha às Leis do Estado. Nesse cenário de conflito em que estava mergulhado o Baixo Tocantins, os trabalhadores rurais construíram a Lei Anilzinho I e II. Construíram também uma cultura de luta pela terra que durou mais de uma década, período que foram realizados os 10 encontros Anilzinho e outros encontros de formação de lideranças dentro e fora das dependências da Prelazia de Cametá.

De acordo com a historiadora Márcia Motta (2009), o conflito no Brasil, país de dimensões continentais, gestou-se no outro lado do oceano Atlântico, ainda em Portugal com o regime de sesmarias, que aqui foi modificado para atender as necessidades da elite agrária do país. A lei citada estabelecia o princípio de cultivação da terra, sendo uma forma de forçar o proprietário a atender a necessidade de produção de grãos e de ocupar as

¹⁰ A lei Anilzinho foi construída em 1980 pelos posseiros e em 1981 foi reformulada. Para melhor análise ler O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981) / Adriane dos Prazeres Silva. - 2016.

¹¹ Ibidem.



regiões fronteiriças em Portugal. Dessa maneira inaugurou-se o princípio de expropriação da terra (MOTTA, 2009).

O Golpe de Estado de 1964, e o estabelecimento da ditadura militar fez com que a Amazônia brasileira se transformasse num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, continuando, ainda que menos virulento, com a restauração do regime político civil e democrático de 1985 (MARTINS; 2012). Os registros da CPT (Comissão Pastoral da Terra) demonstram que, de 1971 a 2005, foram assassinados 788 camponeses no estado, sendo que a maioria dessas mortes (574) foi registrada na região sul e sudeste. Na primeira metade do período mencionado (1971-1985) foram registrados 340 assassinatos em conflitos fundiários. Na segunda metade do período (1986-2005) foram vitimados 447 camponeses, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente no Pará. Segundo os dados da CPT de 2004 a 2014 ocorreram 13.746 conflitos agrários no Brasil e 331 assassinatos, no período em que governaram Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Assim como no governo de Dilma Rousseff e aumentaram significativamente no governo de Michel Temer, os conflitos continuam vitimando essa categoria rural, com base na realidade, os prognósticos para o futuro indicam que as estatísticas irão aumentar ainda mais, pois muitos trabalhadores irão perder seu chão e até mesmo suas vidas por causa do conflito de terra.

Entender o porquê que o estado do Pará carrega ano após ano o título de região com maior número de mortes no campo é também ter que lançar-se ao exercício de fazer uma análise reflexiva sobre o golpe civil-militar de 1964 e seus desdobramentos no campo paraense principalmente no que diz respeito aos grandes projetos inseridos na Amazônia. O golpe retardou as reformas-de-bases que foram amplamente debatidas, tais como: a reforma agrária, universitária e bancária, estas se encontravam em um estado de ebulição na sociedade brasileira naquele momento e teve no governo de João Goulart seu apogeu. Entretanto estabeleceu-se um período de esperanças profundas de mudanças no campo, consolidando ainda mais a visão de que existia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, em que a concentração da propriedade fundiária era a raiz de vários problemas, com os quais a grande maioria dos habitantes do campo tinha que lidar como a miséria, a fome, o isolamento, os baixos níveis de escolaridades, as precárias condições de moradia entre outros. Esperava-se que a reforma agrária mudasse toda essa realidade de miséria. Assim, esperava-se que o processo ocorreria de maneira natural após a reforma agrária, logo a industrialização e o desenvolvimento ocorreriam automaticamente no país (GRYNSPAN, 2008).

Os debates sobre a questão rural foram cada vez mais fortalecidos pelo processo de mobilização no campo, que se iniciou em 1940 e amadureceu nos anos de 1950 e 1960



durante o governo de João Goulart. Nesse período, portanto, os trabalhadores rurais firmaram-se como umas das grandes novidades, sendo atores essenciais no espaço político do país. Estes trabalhadores poderiam tomar as rédeas de seu destino. É possível afirmar que nesse momento houve também a “descoberta do campo” brasileiro pelas esquerdas. Contudo o golpe civil-militar interrompeu todo esse debate de reformas de base e colocou novamente nas mãos das elites agrárias e conservadora o rumo que a nação deveria tomar, o que logicamente deixou a pauta da reforma agrária e universitária de lado (GRYSPAN, 2008; PAULA & SOARES, 2006).

Nessa descoberta do campo brasileiro pelas esquerdas – como era o caso do Partido Comunista do Brasil (PCB), que já atuava nesse meio desde 1945 sem que soubesse de fato seu papel no meio rural –, existiram também outras entidades que trabalharam ao lado desses sujeitos, é o caso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ação Popular (AP), Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), a Igreja Católica com tendência progressista¹², e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que os comunistas sempre estiveram presentes em vários sindicatos rurais criados ao longo da década de 1950. Fizeram-se presentes também na promulgação do estatuto do trabalhador rural em 1963. Portanto, foram várias as entidades que aprofundaram-se na disputa pela representação dos trabalhadores do campo. Estes, por sua vez, estavam construindo suas identidades e criando o sentimento de pertencimento de classe (PAULA & SOARES; 2006).

Nesse sentido busco entender as ações dos trabalhadores rurais na defesa de suas posses frente às ações desenvolvidas pelos governos militares e seus representantes no Pará. Como forma de resistência, esses trabalhadores rurais criaram uma cultura ligada às lutas pela permanência em suas terras, onde reforçavam a necessidade de uma união de criação de laços de pertencimento para enfrentar aqueles que eles identificaram como seus inimigos. Podemos afirmar que eles se forjaram em um contexto de conflitos agrários em uma conjuntura pautada pelos governos militares, que estabeleciam mudanças para a região. Ao construírem também uma consciência política, estabeleceram uma leitura de seu contexto e fizeram suas escolhas. Dentre essas escolhas, decidiram ter uma atuação para a tomada dos sindicatos de trabalhadores rurais e transformaram a atuação sindical, contando com aliados como a Igreja Católica e a FASE. Construíram também símbolos dessa

¹²A Igreja Católica Progressista são organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. Em muitos sentidos, a Igreja Católica Progressista foi o ator social mais importante do período de formação da sociedade civil brasileira contemporânea. A Igreja Católica Progressista criou, promoveu e apoiou movimentos sociais modernos em todo o Brasil, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Durante muitos anos - a começar pelo trabalho realizado na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960 -, foi a Igreja Católica Progressista que esteve no centro das lutas de pequenos agricultores deslocados/atingidos por barragens, comunidades indígenas, pescadores, trabalhadores urbanos e donas-de-casa das periferias das grandes cidades, em bairros pobres e favelas, Charmain Lewy (2009).



identificação de classe¹³ que estava se engendrando.

Na década de 1970, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) se instalou em Cametá e posteriormente no município de Oeiras do Pará, em parceria com a Igreja Católica. Uma das funções da entidade era ministrar cursos de formação para os trabalhadores rurais que eram lideranças católicas naquele momento. O compartilhamento de conhecimentos fornecidos pela FASE foi inspirado nas teorias pedagógicas do educador Paulo Freire. Entre a década de 1970 e 1980, essa federação possuía sedes em Imperatriz do Maranhão, Abaetetuba e em Santarém.

Um dos primeiros trabalhos realizados pela congregação das Filhas da Caridade¹⁴ e a federação no município de Oeiras do Pará foi a experiência com grupos comunitários que tentavam se organizar desde 1971. Após essa primeira tentativa, as freiras começaram a trabalhar com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois, segundo sua visão, esta “obra nasceu em suas próprias casas”. De acordo com essa congregação, o trabalho que iria se desenvolver no município “pretendia ser uma educação de base, que atingisse toda a comunidade, visando não só as crianças, mas principalmente o adulto, como se tratava de uma comunidade rural, logo o alvo principal seriam os trabalhadores rurais”. A congregação por meio de suas integrantes afirmava que sua principal missão seria ajudar os pobres, por isso o trabalho em Oeiras do Pará era voltado para os trabalhadores rurais¹⁵.

Na década de 1970, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município contava com 300 filiados e, para facilitar o trabalho do sindicato, foram organizados em grupos sindicais. O material que as freiras utilizavam para ministrar cursos junto aos trabalhadores rurais possuíam conteúdos como a questão de reforma agrária, legislação trabalhista, cartilhas do trabalhador fornecidas pela FASE, cantos e gravações diversas eram os instrumentos pedagógicos. No entanto, naquele período, a congregação das irmãs Filhas da Caridade identificou que o Sindicato estava tornando-se

um mero órgão de assistência ao trabalhador rural do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), estava impondo encargos que na visão das Freiras nada tinha a ver com a Função do STR tais como organização dos gabinetes Odontológicos, as distribuição das fichas médicas e os pedidos de aposentadorias do INSS, que retirava o tempo desses dirigentes, retirando o foco portanto dos problemas reais do trabalhador rural, o que tornava o sindicato mero órgão assistencialista¹⁶.

¹³ Entendo classe de acordo com o conceito Thompson (1987) que afirmava que “a classe acontece quando alguns homens, através do resultado de suas experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.

¹⁴ A Companhia, fundada no século XVII por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac, é conhecida na Igreja pelo nome de Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos Pobres. Fizeram-se presente no Baixo Tocantins desde o início do século XX e trabalham no ramo da educação escolar.

¹⁵ Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971. Arquivos da FASE.

¹⁶ Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971.



Outros problemas enfrentados pelo STR de Oeiras do Pará diziam respeito às obrigações do Ministério do Trabalho, pois a maior parte dos sindicalizados eram analfabetos e várias das políticas exigidas por esse ministério esbarrava nessa problemática. Os problemas agrários que afetavam a região se chocavam diretamente com o STR, pois a maior parte dos trabalhadores que eram alvos dos conflitos eram posseiros e percebiam que estavam prestes a perder suas terras: “homens estranhos penetravam suas terras e faziam levantamento em nome do governo”¹⁷. De acordo com a congregação das Filhas da caridade, o Banco Mercantil de São Paulo já possuía intermediário, que agiam em nome do projeto Radares da Amazônia (RADAM),

isso amedrontava os moradores da região, uns venderam as suas posses e outros se interrogavam do que poderiam fazer? Contudo percebia-se que os trabalhadores também estavam começando a compreender o processo e começavam a se agrupar e muitos procuraram o STR de Oeiras para buscar medidas de combater os grileiros da região¹⁸.

Um dos primeiros sindicatos do Baixo Tocantins – e posso dizer do Pará – a ser conquistado pela oposição foi o de Oeiras do Pará, em 29 de julho de 1979. O Sindicato de Santarém foi conquistado no ano seguinte. Uma data importante para os sujeitos aqui analisados era o dia do trabalhador rural, comemorado dia 25 de Julho em Oeiras do Pará, no entanto foi festejado apenas no dia 29 de julho, junto com a posse da diretoria do STR, que foi conquistada pela oposição sindical. A festa iniciou no dia 28, parte do povo fixou cartazes pela cidade alusivos ao dia do trabalhador rural com frases tais como: “Terra para quem nela trabalha – CPT”; “Queremos reforma agrária geral, maciça e imediata”; “Reforma agrária com a participação dos lavradores”; “Crédito agrícola só com reforma agrária”; “A esperança do Brasil está no homem do campo”; “Queremos autonomia sindical”; “A força do sindicato está na organização dos associados”; “Queremos de volta os companheiros de luta que foram exilados ou expulsos do país”¹⁹.

As frases expressam as ideologias, sentimentos e desejos desses trabalhadores rurais, mas expressa também um momento político do cenário nacional de contestação à ditadura militar instalado no país, a volta dos exilados políticos, a necessidade de redemocratização.

A conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará contou com a ajuda da FASE, da congregação das Irmãs Filhas da Caridade e da Prelazia de Cametá,

Arquivos da FASE.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Boletim Informativo *A Voz do Lavrador*, Ano I, número 1, outubro de 1979 e relatório da festa do dia do dia do trabalhador rural e a posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará de 29 de julho de 1979.



essas ações foram decisivas para a construção de uma aliança entre os trabalhadores rurais e essas entidades, o que dava segurança aos trabalhadores. A conjuntura de modificações propostas por Puebla e Medellín, encontrou ressonância nos desejos de luta pela posse de terras rurais. Encontrei em um documento informações sobre o posicionamento que os Bispos da Regional Norte 2 “abraçavam a causa dos trabalhadores rurais e estaria ao seu lado no caso de conflito por terras”. Essa decisão foi tema da reunião entre os bispos do Pará e Amapá, que estiveram reunidos em Belém na CNBB de 11 a 14 de setembro de 1979 para analisar o encontro de Puebla. Além dos arquivos da CNBB, o documento também estava nos arquivos da então Prelazia de Cametá, assim como foi publicada no periódico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais *A Voz do Lavrador* em 1 de outubro de 1979.

Esse fato demonstra, portanto, que as decisões tomadas pela Igreja Católica no Conselho Vaticano II – de tornar a igreja mais próxima ao povo – chegaram a ser discutidas em nível de América Latina com os encontros de Medellín e Puebla, e foram sendo discutidas a nível regional como no encontro dos bispos de Amapá e Pará, que decidiam aderir às diretrizes de apoio a trabalhadores rurais, a decisão se aprofundava ainda mais, chegando a micro região do Baixo Tocantins por meio da Prelazia de Cametá que pública tais informações em seus periódicos, contudo a decisão vai além dos domínios de hierarquia da Igreja Católica, pois vai para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que publicara a notícia em seus informativos. A intencionalidade era de que a população tomasse conhecimento da informação, demonstrando uma circularidade global de informações, e as conexões das histórias dos sujeitos locais com o mundo. Esse fenômeno, de acordo com historiador Serge Gruzinsk, (1997) é chamado de *histórias conectadas*. Onde as histórias locais e globais estão interligadas.

Portanto, ao construir a Lei Anilzinho: A lei dos posseiros os trabalhadores acreditavam que possuíam um instrumento de defesa, uma resistência aos paradigmas da questão agrária impostos pelos governos militares, suas ações estavam articuladas a nível local, nacional e global. Em nível local e nacional se dava através de seus encontros e circulação de informações e global por conta de terem aderido ao novo projeto da Teologia da Libertação pensada pela ala progressista da Igreja Católica Romana, que possuía como um de seus objetivos a igualdade social para que os seres humanos “Vivessem a igualdade na terra e não somente no céu”. Os trabalhadores em questão construíram uma aliança com essa Igreja progressista e com a FASE, afim de não perderem o direito de viver na terra, pois de acordo com a Lei Anilzinho, “a terra era da comunidade, se fosse necessário matar para resistir, isso seria legal, pois a terra era pra quem nela trabalha²⁰”.

²⁰ Lei Anilzinho I e II.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Atualização Agônica. A trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia*. In: LACERDA, Paula Mendes (org.). *Mobilização social na Amazônia [recurso eletrônico]: a „luta” por justiça e por educação*. 1. ed. Rio de Janeiro.

ARENZ, Heinz Karl & VASCONCELOS, George Alexandre Barbosa de. *“Encarnação e Libertação”: os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasileira*. *Revista Brasileira de História das Religiões, ANPUH, Ano VII, n. 19, vol. 7, Maio 2014 - ISSN 1983-2850*.

AZEVEDO, Rosa. *“Conflitos agrários no Pará”. Contando a História do Pará, Volume II: Os conflitos e os grandes projetos na Amazônia Contemporânea (Século XX)*, Belém – Organizadora: Edilza Joana Fontes. Belém: E. Motion, 2002.

COIMBRA, Oswaldo; *A Denúncia de Freio Betto Contra o Arcebispo do Pará, em 1964: Dom Alberto Ramos Mandou prender seus padres*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014

FONTES, Edilza J. O. . *O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias..Opsi (UFG)*, v. 14, p. 338-358, 2014.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE**. In: Sonia Barbosa Magalhães; Rosyan de Caldas Britto; Edna de Castro. (Org.). *Energia na Amazônia*. 1ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996, v. 1, p. 335-348.

FONTES; Edilza Joana de Oliveira. *A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962)*. 2015.

FRENCKEN, Geraldo. *Em missão: Padres da Congregação da Missão (Lazarista), no Nordeste e Norte do Brasil*. 1 Ed. Fortaleza: edições UFC, 2010.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971- 1980): a visão da espionagem*. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRUZINSKI, Serge. *Local, global e colonial nos mundos da monarquia católica : aportes sobre o caso amazônico* », *Revista Estudos Amazônicos*, Belém (Brasil), II, 1, juillet-décembre 2007, p. 11-27.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. *O Cristianismo e a formação da Moderna questão Agrária Brasileira*. In; *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República*/Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria Murgel Starling, Juarez Rocha Guimaraes Rosa (organizadores) – Belo Horizonte: editora UFMG, 2006. *História*, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993. (p. 07-28).

LOWY, Michael. *“Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias”*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos de 1960*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.



MARTINS, José de Souza. *A vida privada nas Áreas de expansão brasileira da sociedade brasileira*. In: Novais, F. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano/ 2ª ed., 1ª reimpressão*- São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos Movimentos sociais na Amazônia. *Tempo social: Ver. Socio. USP*, São Paulo (1):131-148.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*9. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: contexto 2013.

MOTTA, Márcia. *Direito a terra no Brasil: a gestão do conflito, 1795- 1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Do outro lado da cerca; Os conservadores e a reforma agrária*. In: *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República*/Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria MurgelStarling, Juarez Rocha Guimaraes Rosa (organizadores) – Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. “O MDB e as esquerdas”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Arão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Márcia. *Direito a terra no Brasil: a gestão do conflito, 1795- 1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Do outro lado da cerca; Os conservadores e a reforma agrária*. In: *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República*/Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria MurgelStarling, Juarez Rocha Guimaraes Rosa (organizadores) – Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. “O MDB e as esquerdas”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Arão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

PEREIRA, Airton dos Reis: *Do posseiro ao sem terra: A luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra: A Luta dos Trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará – (Marabá Pará- 2008)*.

PESSOA, Fábio : *O pensamento radical no movimento camponês: História e Memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia (1975-1985)*: 2013.

PETIT, Pere. *A esperança equilibrista; a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boi Tempo NAEA – UFPA, 1996.

PETIT, Pere. *Chão de promessas elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *A luta pela terra numa parte da Amazônia o trágico 07 de Setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos*. Belém: Açai, 2009.



SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo paraense*. Belém, 2007, Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), IFCH/UFPA, 2007.

SANTOS, Edileuza dos. *Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo na luta pela terra na PA-150 (1970-1985)*. Belém, 2007, Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) IFCH/UFPA, 2007.

SCHMINK, Marianne & WOOD H.Charles Conflitos Sociais e formação da Amazônia.[Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed.ufpa, 2012.

SILVA, Moisés Pereira. Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986) [manuscrito] / Moisés Pereira da Silva. 2010.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: Subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra -1777 a 1980- 2*. Ed. Revisada e ampliada. Boa vista: editora da UFRR, 2014.

Documentação:

Documentação da Lei Anilzinho I de 10 e 11 julho de 1980 e a Lei Anilzinho II 6 a 8 de novembro de 1981.

Documento sobre a reforma agrária radical na visão dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins. 23 de agosto de 1980. Arquivos da FASE.

Encontro Anilzinho Nova América, 20-24 de outubro de 1989.

Homília, pronunciada pelo bispo de Cametá na festa de São João Batista (24-06-81), que foi distribuída às comunidades da Prelazia a fim de que todos tomassem conhecimento do seu texto integral (Arquivo da Prelazia).

Jornal A Província do Pará de 18 de outubro de 1980, 1 de outubro de 1980 e 01 de novembro de 1980.

Levantamento do Fundo Rotativo da FASE – Tocantins entre 1973- 1978. Arquivos da FASE – Belém.

Relatório da congregação das Filhas da Caridade a respeito de sua atuação em Oeiras do Pará de 1971.Arquivos da FASE.

Relatório da missa em homenagem ao dia do Trabalhador Rural e da posse do STR que correu em Oeiras do Pará em 29 de julho de 1979.

Relatório do Encontro ocorrido entre 11 a 14 de setembro de 1979, entre os bispos do Amapá e Pará, arquivos da Cúria de Cametá e da CNBB.

Relatórios da SUDAM (1972- 1975).

Cânticos Livro do X Encontro Anilzinho.

Cânticos, Livro Siriá do Açaí. IX Anilzinho, 1990

**GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina****TERRA EM TRANSE NA TERRA DE GENTES: MUDANÇAS LEGAIS NO USO DA TERRA,
SUA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO E NO ACESSO E REPARTIÇÃO DA
BIODIVERSIDADE**

Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA)¹
marcela.vecchione@gmail.com
Igor Alexandre Pinheiro Monteiro (NAEA/UFPA)²
igorapmonteiro@gmail.com
Érica Pinheiro de Albuquerque Leal (FAD/UFPA)³
ericawet@hotmail.com

RESUMO

As ameaças de apropriação dos conhecimentos tradicionais associados refletem um modo de agir sistemático do capital sobre a natureza e os povos que a constroem e constituem. As recentes alterações legislativas – Código Florestal, Lei de Acesso à Biodiversidade – e projetos de lei, aliadas às ações governamentais de desmonte de órgãos de regularização fundiária e responsáveis pela formulação e execução de políticas para povos e comunidades tradicionais apontam para um conjunto de ações que demonstram um alinhamento no tipo de violação exercida pelo poder público. Tais ações, argumentamos, conformam um ângulo de entendimento e legibilidade pela parte do Estado sobre os povos da floresta (Scott, 1992) e que vivem na e da terra, assim como os territórios por eles ocupados e manejados. A legibilidade que o Estado faz dos povos e comunidades tradicionais acabam por traduzir seus modos de vida como impasses ao modelo de desenvolvimento executado e legitimado pelo próprio Estado. Este ensaio busca refletir sobre o significado das mudanças de regimes, legislações e políticas no que tange à biodiversidade e às terras coletivas, bem como sua conservação e gestão, com o objetivo de subsidiar de forma didática e resumida posteriores e eventuais movimentos de reação dos povos e comunidades tradicionais no esforço de compreensão da conjuntura, mas, também, da estrutura que envolve esses processos. Partiremos de análise documental e situacional (Li 2014), atentando para as relações de poder presentes nas práticas legislativas que abrangem e alimentam as mudanças de relação do uso da terra e de apropriação da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade; Legislação; Povos Tradicionais; Territórios; Violação.

1. INTRODUÇÃO

¹ Ph.D Relações Internacionais, Professora no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, integrante do Grupo de Pesquisa Povos Indígenas e Tradicionais em Tempos de Mudanças Climáticas: Adaptação, Persistência e Resistência em Terras e Territórios Amazônicos (ReExisTERRA/NAEA/UFPA)

² Mestrando pelo PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, Bacharel em Direito, integrante do Grupo de Pesquisa Povos Indígenas e Tradicionais em Tempos de Mudanças Climáticas: Adaptação, Persistência e Resistência em Terras e Territórios Amazônicos (ReExisTERRA/NAEA/UFPA)

³ Bacharelanda em Direito pela Universidade Federal do Pará, integrante do Grupo de Pesquisa Povos Indígenas e Tradicionais em Tempos de Mudanças Climáticas: Adaptação, Persistência e Resistência em Terras e Territórios Amazônicos (ReExisTERRA/NAEA/UFPA)



A velocidade com que mudanças relativas a direitos territoriais, direito à terra e o acesso a políticas públicas que operacionalizam a própria função social da terra tem adquirido, nos últimos dez anos, no Brasil é impressionante, potencializada pelo golpe de 2016, que legitimou ataques aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e seus territórios através de decretos, leis, medidas provisórias. Desde a aprovação do Novo Código Florestal, e de sua regulamentação pela Lei nº 12.651/2012, é possível observar as mudanças nas formas instituídas e legais no estatuto da proteção ambiental e da biodiversidade. Primeiro, pode se observar este movimento na aderência a critérios mais permissivos no que toca a limites de proteção, que se relacionam - textualmente, inclusive - às possibilidades de intensificação do uso da natureza na forma de seus recursos e biomas, aliado a suas relativas importâncias econômicas, claramente ligando os limites de exploração não apenas à importância estratégica em termos de proteção da biodiversidade e ameaça aos biomas, mas garantindo a permanência dos espaços econômicos e produtivos já consolidados e em expansão e em justaposição aos mesmos biomas⁴. Segundo, também é possível detectar uma mudança de lógica na atuação da fiscalização e do monitoramento ambiental de maneira mais ampla, e da conservação da biodiversidade de forma mais específica, que é a transposição da lógica da precaução, presente no Artigo 225 da Constituição Federal - na qual se incluem de maneira difusa os próprios direitos territoriais - para uma lógica compensatória.

Essas mudanças se aliam ao desmonte da estrutura de fiscalização e monitoramento ambiental dos órgãos ambientais e fundiários. Os recentes cortes de orçamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) que desestruturam o combate à grilagem, desmatamentos e a agenda de regularização fundiária dos territórios coletivos. Ao mesmo tempo ferramentas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – criado pela Lei nº 12.651/2012, regulamentado pelo Decreto nº 7.830/2012 para fornecer um mapeamento ambiental dos imóveis rurais - se transforma em um instrumento de legitimação de posse e da grilagem de terras públicas, territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação. Além disso, o CAR não respeitou a necessidade do consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais quando da criação da legislação que afeta diretamente os territórios tradicionais, já que a ferramenta pode vir a impossibilitar o resguardo do uso

⁴Este é o caso do Cerrado, que mesmo que seja um dos maiores *hotspots* de biodiversidade do mundo e estando sob grande ameaça com perdas de áreas por hectares relativas superiores a da Amazônia, teve sua área de Reserva Legal (RL) restrita a 30% das propriedades. Da mesma maneira, no bioma Amazônia, ainda que a RL seja de 80%, para as áreas consideradas como consolidadas vale o Decreto 7029/2009, onde aplicou-se moratória de três anos aos crimes ambientais ultrapassando a margem de desmatamento. Após, estes três anos e aprovado o código, em 2012, anistando definitivamente todos os desmatamentos até 2008, criando a figura do desmatamento legal e do ilegal.



coletivo de costumes e tradições locais e vir a ser revestido para o uso agrícola, onde as leis ambientais incidirão no âmbito punitivo e não protetivo (MARÉS, SONDA, LEMOS, 2015, pág. 81).

Esta lógica, que ora é mediada por contratos, ora por políticas públicas de regularização ou de repartição voltadas a parcerias e esquemas público privados, que colocam os mesmos contratos como objeto central de sua articulação, bem como da geração dos resultados para a proteção ambiental⁵, acabam por deixar em segundo plano a agência e a participação dos sujeitos coletivos e políticos que se manifestam e atuam em suas diversas formas de cuidado e manejo da biodiversidade por meio de seu conhecimento tradicional.

Este conhecimento se ilustra nas mesmas atuações coletivas de uso, vivência e trabalho com e na terra, que acaba por manter os mesmos biomas e a biodiversidade presente neles em um movimento ativo que gera como resultado a diversidade de espécies baseada na diversidade de seus usos (Santilli, 2013) que refletem as transformações cotidianas e coletivas em lidar com as espécies - as vezes até criando variedades delas - advindas das diversas formas de se viver na terra, o que chamamos de sociobiodiversidade.

Com o Código Florestal, que acreditamos inaugurar essa transição de conteúdo legal e institucional que, depois, irá se refletir na Lei 13.123/15, vemos que as ameaças de apropriação dos conhecimentos tradicionais associados, bem como dos territórios onde os mesmos são praticados, aumentam. Isso vem a refletir um modo de agir sistemático do capital sobre a natureza e os povos que a constroem e constituem, já que seus modelos são, na maior parte das vezes, incompatíveis com as formas diversas de cuidar e ocupar a terra dos povos e comunidades tradicionais. Esse modo de apropriação pode se modificar, adquirir novas institucionalidades na forma de novas leis, ou avançar nas fronteiras da organização social das comunidades e povos tradicionais por meio de linguagens diferenciadas como co-gestão, governança comunitária, pagamentos por serviços ambientais, protocolos comunitários e tantos outros (Leroy, 2016; Packer, 2015; Escobar, 2015).

Percebemos, assim, que mesmo com supostos avanços na forma de tratamento e de conciliação da conservação da natureza com o crescimento econômico, o como caminham e se articulam as legislações mais recentes sobre governança de terras, regularização fundiária, regularidade ambiental e repartição dos benefícios da biodiversidade refletem que

⁵Para exemplificação de abertura legal a estes processos de conservação regulados por contrato e baseados em resultados na forma de orientação para formulação de políticas públicas, inclusive estaduais, ver Artigo 41 do Código Florestal (Lei 12.651/2012).



o Estado continua lendo ou entendendo os povos e comunidades tradicionais, no sentido empregado por James Scott (1998), como entraves àquelas que são consideradas ações importantes para o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, para a construção de sua identidade política, bem como da legitimação de sua agência (*actorness*). Ainda que saibamos das clivagens existentes dentro do aparato estatal, o fato de seu poder legislativo, executivo e - em algumas unidades federativas - o judiciário, estão dominados por setores privados ligados ao agronegócio e da biotecnologia. Com isso, trazem, ainda, outra camada a esta agência, e suas respectivas formas de legibilidade, que se reflete em um conjunto de legislações e atos administrativos que se configuram como violações sistemáticas de direitos territoriais e sobre os conhecimentos tradicionais associados. Assim, partindo à análise da mesma agência via legislações e atos administrativos, buscamos a) melhor identificar, configurar e articular com a situação política contemporânea o que possa ser esta agência pública conectada ao um setor privado em suas várias formas de limitar a forma de viver e estar na terra dos povos e comunidades tradicionais a partir da b) verificação de como estas articulações buscam governar a conduta sobre esses grupos na forma das políticas e leis a eles direcionadas (Li, 2014).

METODOLOGIA

Como apontado, este trabalho reflete a preocupação dos pesquisadores envolvidos no grupo de pesquisa ReExisterra - Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e Resistências na Terra (CNPq), acerca da governança da terra e da sociobiodiversidade. O objetivo neste momento inicial de estruturação do grupo e o de organizar nesta pesquisa coletiva as legislações e atos, e as mudanças ocorridas, nestes que nos permitirão avançar no projeto com os itens de reflexão qualitativa a) e b) apontados na seção anterior. Sendo assim, neste trabalho apresentaremos dois quadros comparativos que refletem o atual estágio do levantamento e da reflexão sobre o contexto político das relações de poder em jogo por trás das mudanças legislativas estudadas.

Seguindo a antropóloga e geógrafa Tania Li (2007; 2014), bem como a antropóloga Anna Tsing (2005), partimos de uma análise situacional sobre a conjuntura de mudanças e a estrutura sistemática de violação de direitos territoriais, relacionando-as entre si e com o período em que surgiram, a fim de embasar a mesma análise no contexto de fricção (Tsing, 2005) e capilaridade e variedade de relações de poder (Li, 2007) que se refletiram e se refletem nas mudanças institucionais, mas também na forma de eventos repressivos diretos (como o caso dos Gamela no Maranhão), ou de violência institucional (caso da aprovação da Lei nº 13.123/15 e do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios ou do Decreto nº



9.010/17, de reestruturação da FUNAI) para compreender os significados destes processos para as vidas dos povos da floresta.

Dessa forma, mais especificamente, começamos pela avaliação do comportamento do Poder Público brasileiro, olhando para as propostas e mudanças nas políticas ambiental e fundiária e como as mesmas apareciam a que grupos de poder se relacionavam, aliada à análise documental da legislação recente, mais precisamente o Código Florestal (Lei nº 12.651/12) e Lei de Acesso a Biodiversidade (Lei nº 13.123/15). Neste contexto, começamos a formular as tabelas para nos ajudar enquanto instrumento metodológico didático na análise situacional e, posteriormente, para a publicização dos dados organizados. A pesquisa não explorou casos específicos para a análise, embora aponte questões específicas nas legislações segundo a) conflitos que já tenham sido gerados ou acirrados a partir das mesmas ou b) expressão de preocupação por parte de movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais e organizações governamentais. Esta preocupação com relação aos mesmos aparatos foi demonstrada em aproximadamente 30 eventos, frequentados desde 2012, unindo diversos grupos sociais - entre os quais representantes de povos e comunidades tradicionais - e acadêmicos, incluindo a reunião do GT Biodiversidade da Associação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2016, em antecedência à Conferência das Partes (COP) 13, e em posteridade avaliativa da promulgação da Lei 13.123/2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CÓDIGO FLORESTAL, REGULARIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL.

Os resultados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Comparativo entre as versões do Código Florestal Brasileiro (Antigo e Novo), de acordo com temas relacionados com a Regularização e Recomposição Ambiental, e as principais críticas associadas.

TEMAS	Lei 4.771/1965 (Antigo Código Florestal)	Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal)	PRINCIPAIS CRÍTICAS
Supressão da Vegetação Nativa e Áreas de Preservação Permanente	Exige autorização do Executivo Federal para supressão de vegetação nativa em APP e para situações onde	Em outras atividades, em áreas de preservação permanente, poderão ser permitidas pelos estados, por meio de Programas de Regularização Ambiental (PRA), se não estiverem em áreas de risco.	Com a supressão da vegetação nativa sendo monitorada, em última instância, pelo CAR, que e autodeclaratório, não se sabe ao certo e qualitativamente o quanto de biodiversidade e de pode estar sendo suprimida



	for necessária a execução de obras, planos, atividades.	Admite-se recomposição com exóticas, tais como eucalipto e pinus.	nestas ações. Da mesma maneira, com as sobreposições, a supressão pode estar ocorrendo em áreas parte do território integral de povos e comunidades tradicionais.
Reserva Legal	Os cálculos de reserva legal não incluem as áreas de reserva permanente. Para o registro das Reservas legais, a averbação se realizará na inscrição de matrícula do imóvel rural no cartório de imóveis competente. O Decreto nº 7-29/09 prevê sanções para o produtor que não tiver reserva legal averbada no registro de imóveis até 11 de junho de 2011.	Os cálculos de Reserva legal admitem soma com as Áreas de Reserva Permanente, desde que esteja preservada ou em recomposição e não implique mais desmatamento. Fim da exigência de averbação da Reserva Legal em cartório, porém deverá ser registrada no Cadastro Nacional Ambiental Rural. Isenta os proprietários rurais das multas e demais sanções previstas na lei em vigor por utilização irregular, até 22 de julho de 2008, de áreas protegidas.	Para os proprietários de áreas consolidadas por desmatamento a anistia pode implicar em mais pressão sobre territórios de povos e comunidades tradicionais, bem como de assentados que estejam no entorno, transferindo a obrigatoriedade da homologação do passivo para estas áreas, que também perderam em biodiversidade.

Quadro 1. Continuação.

TEMAS	Lei 4.771/1965 (Antigo Código Florestal)	Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal)	PRINCIPAIS CRÍTICAS
Recomposição e Regeneração	Faz se necessária a recomposição, regeneração e compensação de áreas desmatadas.	Quem desmatou antes de a reserva legal ter percentual aumentado (a partir de 2000) não precisará recompor além do exigido na época. Além disso, admite-se recomposição áreas consolidadas com exóticas.	Perda de biodiversidade Inserção de novas formas de cultivo em territórios de povos e comunidades tradicionais, por exemplo, com palma africana (dendê).
Pagamento por Serviços Ambientais	Inexistente na legislação anterior	Matéria presente no capítulo 10 do Código Novo e que marca a entrada da agenda positiva na resolução de	Instituiu-se a mediação por contrato das relações com os povos e comunidades tradicionais.



		irregularidades ambientais na legislação brasileira com o mecanismo de cortar e comercializar (<i>cap and trade</i>), mas também com o reconhecimento de outros mecanismos que trazem para o campo jurídico o poluidor que pode pagar para continuar poluindo e do conservador que pode receber por conservar, sob pena de punição se não cumpre com os contratos relativos a conservação.	Pode haver restrição de uso de determinadas áreas tidas como importantes e fundamentais para a reprodução social dos povos e comunidades tradicionais envolvidas, bem como de sua agrobiodiversidade.
Cadastro Ambiental Rural	Não havia este instituto no Código antigo, sendo sempre necessárias as averbações das áreas de reserva legal em cartório.	Instituído pelo Decreto 7830/2012 e normatizado pela IN 2/2014, o CAR que já existia desde 2009, nos estados do Para e do Mato Grosso, torna-se obrigatório para todo o país. A partir de sua regulamentação, o CAR toma o lugar da averbação da RL, tornando possível o monitoramento via satélite das áreas registradas, mas, também, possibilitando a partir do registro dos vários itens sujeitos à proteção, a resolução do passivo por meio do instituto das Cotas de Reserva Ambiental.	Com a MP 707/2015, de ampliação dos prazos para se completar os cadastros, renovados novamente em maio de 2016, grandes produtores e empresas do agronegócio ganharam tempo para registrar e, ao mesmo tempo, consolidar mais áreas, muitas vezes sobrepostas a de povos e comunidades tradicionais. Sendo o CAR autodeclaratório, já um perigo muito grande de se acirrem os conflitos por terra, causados, via de regra, por grandes produtores.

Quadro 1. Conclusão

TEMAS	Lei 4.771/1965 (Antigo Código Florestal)	Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal)	PRINCIPAIS CRÍTICAS
Cota de Reserva Ambiental	Instituto jurídico e financeiro inexistente na legislação antiga.	Mecanismo financeiro que viabiliza a regularização da área de reserva legal ou da APP em propriedades pela compensação. A compra de cotas pode ser parte da inserção em um Programa de Regularização Ambiental.	A transformação da conservação em título que é comprado por quem precisa se regularizar ambientalmente, acaba que a) transfere a titularidade sobre a preservação da área conservada para quem degrada, mas no entanto b) transfere a responsabilidade de manter o ativo e evitar qualquer passivo para quem repassa a mesma titularidade. A precaução, assim, fica em xeque e pode gerar injustiça



			ambiental sobre quem fica com o ônus da preservação, sem muitas vezes ter os meios para garantir fiscalização e manutenção.
Programa de Regularização Ambiental	Não existente na legislação anterior, onde o mecanismo de punição do desmatamento se restringia ao comando e controle por fiscalização e aplicação de multas aos infratores	A regularização de áreas não consolidadas gera a obrigação de aderência ao PRA, que será monitorado pelo órgão ambiental estadual, que coordenara e fiscalizara a política.	Pode incluir recomposição com exóticas e prejudicar a sociobiodiversidade dada a amplitude de ações aceitas. Um programa pode incluir o plantio por reflorestamento de áreas que sejam equivalentes aquelas fora das já consideradas consolidadas por tela ou por eucalipto. O não seguimento ao previsto e delimitado no plano pode gerar suspensão de crédito rural e do Licenciamento Ambiental Rural (LAR), um risco grande para pequenos produtores da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.
Anistia	Anteriormente, o Decreto nº 7.029/2009 previa sanções para os proprietários que não detivessem as suas áreas de reserva legal averbadas no registro de imóveis até 11 de junho de 2011.	Em contrapartida as noções de preservação e punição dos causadores de danos a conservação ambiental, tornam-se isentos os proprietários rurais das multas e demais sanções previstas na lei em vigor por utilização irregular até 22 de julho de 2008, de áreas protegidas.	Anistia os desmatamentos acontecidos até o ano de 2008, possibilitando a inserção de uma perspectiva de “desmatamento legal”, onde só a prerrogativa de desmatar não é suficiente para classificar como danosa e a composição punitiva não se enquadra mais como forma de sancionar, mas sim configura um novo modo de compensar os erros anteriormente cometidos.

ACESSO À BIODIVERSIDADE

A regulamentação do acesso à biodiversidade no Brasil esteve durante dezesseis longos anos sob o regime da Medida Provisória nº. 2.186/2016, uma norma editada às pressas pelo Poder Executivo para suprir demandas urgentes à época, principalmente da Confederação Nacional das Industrias. Fato que impossibilitou diálogo com setores interessados da sociedade e, principalmente, os detentores e guardiões dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados.

Em 2015, foi promulgada a Lei nº 13.123 – regulamentada por meio do Decreto N. 8.772/2016 - que regula dispositivos da Constituição Federal (Art. 225, §1º, II e §4º) da



Convenção da Diversidade Biológica (CDB) quanto ao Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) e em relação ao acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, tocando em pontos do Protocolo de Nagoya, assinado, porém não ratificado congresso brasileiro em razão do forte lobby do agronegócio. A lei estabelece sistema de cadastro autodeclaratório, tal como Cadastro Ambiental Rural, para manter controle sobre pesquisas e repartição de benefícios diretamente com a comunidade acessada ou por meio do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNBR). Ocorre que esse novo regime repetiu erros do antigo e agravou outros, como pode se ver no Quadro 2.

Quadro 2. Comparativo entre instrumentos legais a respeito do Acesso à Biodiversidade, de acordo com temas selecionados, e as principais críticas associadas.

TEMAS	Medida Provisória n°. 2.186/2016.	Lei n° 13.123	PRINCIPAIS CRÍTICAS
Acesso ao Conhecimento Tradicional de origem não identificável	Não havia menção a conhecimentos de origem não identificáveis, já que todo acesso ao CTA era condicionado à anuência dos detentores e autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético CGEN (Art. 11)	Art. 9º, §3º autoriza o acessante a não realização de consentimento prévio quando o conhecimento for de origem não identificável.	Violação à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Protocolo de Nagoya e CDB. Qualificar o acesso a conhecimentos ditos não identificáveis pode também facilitar acesso a territórios tradicionais vários para prospecção, bem como a biopirataria.
Autorização do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético)	Art. 11 definia que caberia ao CGEN a responsabilidade de autorizar o acesso ao conhecimento tradicional ou ao patrimônio genético.	Art. 13 define as exceções em que o CGEN precisará emitir autorização para o acesso.	A composição e organização do CGEN não favorece o diálogo e o respeito ao consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais, já que instituições como o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) não possuem poder de voto ou veto sobre os assuntos objetos do Conselho, se resumindo tão somente ao direito à fala.
SisGen (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado)	Art. 11, IV, b, condiciona o acesso ao conhecimento tradicional associado à autorização do CGEN e anuência prévia dos detentores.	O sistema é auto-declaratório pelo acessante, sendo que neste ato indicará a origem do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, utilização, modalidade de repartição de benefícios e (art. 22 e 23 do Decreto	A autodeclaração favorece diretamente o interessado no uso de conhecimento tradicional, que pode identifica-lo como sem origem, por exemplo. Neste sentido, o ônus da comprovação e da denúncia ficaria ao povo e comunidade que e



		8.772) Obs.: Ainda não está em funcionamento	se detectasse o mau uso. Coloca-nos automaticamente na posição de negociadores.
--	--	---	---

Quadro 2. Conclusão.

Repartição de Benefícios	Art. 24 e 25 definem as hipóteses de repartição de benefícios e as modalidades da repartição.	Sistema de isenções - Art. 17, §5°. Repartição de Benefícios não justa e equitativa – Art. 20 e 21	Pode incentivar a apropriação indevida dos conhecimentos tradicionais associados e à reprodução das injustiças com relação ao acesso e uso dos seus recursos, bem como de seus territórios. A lei, em última instância com base neste estatuto, não protege os detentores do conhecimento e, sim, cria oportunidades facilitadas de acesso aos interessados no produto do conhecimento tradicional associado.
--------------------------	---	---	---

CONCLUSÕES

O trabalho de levantamento ainda está em sua primeira etapa e esperamos juntar às reflexões sobre as duas legislações iniciais, Código Florestal e Lei de Acesso à Biodiversidade, as Medidas Provisórias e os Decretos que acreditamos igualmente reforçar a relação de propriedade, individualização e alienação da terra e de seus bens comuns. Também acreditamos que o Código Florestal e a Lei de Acesso à Biodiversidade, que nem em seu título menciona proteção e os povos que a geram, sendo agentes deste resultado, imprimem um regime proprietário sobre os bens comuns (Packer, 2015), reforçando uma racionalidade jurídica e política que se interpõem às diversas formas de se viver na e da terra e de usa-la e produzir nela, segundo estas várias formas de se viver. Está em disputa, assim, não só a terra e o território, mas as diversas formas de usa-la, bem como as diversas formas de territorializar este uso, que fazem os povos e comunidades tradicionais encontrarem atualmente no discurso da regularidade ambiental um grande impasse para sua sobrevivência na própria terra.

REFERÊNCIAS



ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

LEROY, Jean Pierre. **Mercado ou Bens Comuns**. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

LI, Tania M. **Land's End** Capitalist Relations on an Indigenous Frontier. Durham: Duke University Press, 2014.

_____. **The Will to Improve** Governmentality, Development and the Practice of Politics. Durham: Duke University Press, 2007.

PACKER, Larissa A. **Novo Código Florestal e Pagamentos por Serviços Ambientais** Regimes Proprietários sobre os Bens Comuns. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos**: Proteção Jurídica à Diversidade Biológica e Cultural. Brasília: Editora Mil Folhas/ IEB, 2013.

SCOTT, James. **Seeing Like a State**. New Haven: Yale University Press, 1998.

TSING, Anna. **Friction**: an Ethnography of Global Connections. Princeton: Princeton University Press, 2005.

DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés; SONDA, Claudia; LEMOS, Angelaine. **Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Povos Tradicionais**. 2015.



II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS

